



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 929

Segunda-feira - 13 de Fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	9
Arroio Trinta.....	9
Biguaçu	9
Braço do Trombudo	13
Caçador.....	34
Camboriú.....	38
Campo Alegre	38
Campos Novos	39
Canoinhas.....	42
Catanduvas.....	46
Chapadão do Lageado	49
Concórdia	51
Cordilheira Alta	99
Coronel Martins.....	100
Corupá	100
Curitibanos	117
Forquilha.....	120
Fraiburgo.....	120
Garopaba.....	121
Gaspar	122
Guaramirim.....	123
Herval do Oeste	124
Imbituba	143
Irineópolis	148
Itaiópolis	149
Itapoá	149
Joaçaba.....	149
José Boiteux	152
Lages	153
Lauro Muller	154
Leoberto Leal.....	155
Lindóia do Sul	155
Luzerna	155
Massaranduba.....	159
Meleiro	159
Monte Carlo	160
Navegantes.....	160
Nova Trento.....	161
Novo Horizonte	161
Palhoça	162
Paulo Lopes	171
Pinheiro Preto	171
Porto Belo.....	172
Porto União.....	174
Rio do Sul.....	183
Salto Veloso	184
Santa Terezinha do Progresso	184
São Bento do Sul.....	185

São Lourenço do Oeste.....	187
São Pedro de Alcântara.....	189
Schroeder	198
Siderópolis.....	200
Timbó	201
Três Barras	221
Vargeão.....	225
Videira.....	226
Vitor Meireles.....	228

Associações de municípios

EGEM	228
------------	-----

Consórcios

CIGA	232
CIM-AMAVI	232
Aviso de Retificação de Edital de Licitação.....	232
Consórcio Lambari.....	233

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Lei N° 577, de 27 de Janeiro de 2012

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE AÇÃO CONTEMPLADA NO PLANO PLURIANUAL – PPA DO PERÍODO DE 2010 A 2013, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL N° 475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Elizur Raizer, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a seguinte ação contemplada no Plano Plurianual – PPA, do período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei Municipal nº 475, de 11 de novembro de 2009:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB., IND. E COM.
Unidade	07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	0032	Serviços de Saneamento
Ação	1.023	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos necessários para a ampliação dos sistemas de abastecimento de água.		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ano	Meta Física	Meta Financeira
2010	01	-
2011		-
2012		368.449,27
2013		-

Detalhamento da Ação

Conta e Descrição da despesa	Recursos	Ano	Valor
	0.3.0357 – Recursos Vinculados - Convênio FUNASA – Exercícios Anteriores	2012	183.419,99
	0.1.0357 – Recursos Vinculados - Convênio FUNASA		175.000,00
	0.1.0344.0 – Rec. Vinculados - Exp. Recursos Naturais		5.000,00
4.4.90.00.00.00	0.1.0325.0 - Rec. Vinculados - Saneamento Municipal		5.029,28

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de Janeiro de 2012.

ELIZUR RAIZER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO

Responsável pelas Publicações.

Lei Nº 578, de 27 de Janeiro de 2012

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NOVA AÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 568, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Elizur Raizer, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída a seguinte ação na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2012, aprovada pela Lei Municipal nº 568, de 13 de outubro de 2011:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB., IND. E COM.
Unidade	07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	0032	Serviços de Saneamento
Ação	1.023	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água

Descrição da Ação:		
Ano	Meta Física	Meta Financeira
2012	01	358.419,99

Detalhamento da Ação

Conta e Descrição da despesa	Recursos	Ano	Valor
	0.3.0357 – Recursos Vinculados - Convênio FUNASA – Exercícios Anteriores	2012	183.419,99
4.4.90.00.00.00	0.1.0357 – Recursos Vinculados - Convênio FUNASA		175.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de janeiro de 2012.

ELIZUR RAIZER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO

Responsável pelas Publicações.

Lei Nº 579, de 27 de Janeiro de 2012

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Elizur Raizer, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 358.419,99 (trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais, noventa e nove centavos), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

07.00 GER. DE URBANISMO, HAB., IND. E COM.

07.04 Sistema Municipal de Saneamento Básico

17 Saneamento

17.512 Saneamento Básico Urbano

17.512.0032 Serviços de Saneamento

17.512.0032.1.023 Ampliação do Sistema de Abast. de Água

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.3.0357 Aplicações Diretas

R\$ 183.419,99

4.4.90.00.0.1.0357 Aplicações Diretas

R\$ 175.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior têm origem:

I - na utilização de saldo de recursos do superávit financeiro

verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011, no recurso 0.1.0357 - Recursos Vinculados - Convênio FUNASA - Orçamento Municipal - R\$ 183.419,99 (Cento e oitenta e três mil, quatrocentos e dezenove reais, noventa e nove centavos); e

II - na expectativa de ocorrência de excesso de arrecadação, exclusivamente nos recursos 0.1.0357 - Recursos Vinculados - Convênio FUNASA - R\$ R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de Janeiro de 2012.

ELIZUR RAIZER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO

Responsável pelas Publicações.

Lei Nº 580, de 03 de Fevereiro de 2012

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, MEDIANTE CONVÊNIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, mediante convênio, a ceder à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário.

§ 1º. A cedência é exclusiva para a prestação de serviços de inspeção animal, em estabelecimentos agroindustriais sediados no Município e licenciados pela empresa estatal identificada no caput deste artigo.

§ 2º. A cedência do servidor se processará com ônus para o Município.

§ 3º. A cedência de que trata a presente lei, terá a vigência por prazo indeterminado.

Art. 2º. - Celebrado o convênio, conforme estabelecido no artigo anterior, no prazo de 30 (trinta) dias, dele será dado conhecimento à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas em dotação orçamentária específica, anualmente, na Lei Orçamentária.

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, 03 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.463, de 27 de Janeiro de 2012.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 579, de 27 de janeiro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 358.419,99 (trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais, noventa e nove centavos), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

07.00 GER. DE URBANISMO, HAB., IND. E COM.

07.04 Sistema Municipal de Saneamento Básico

17 Saneamento

17.512 Saneamento Básico Urbano

17.512.0032 Serviços de Saneamento

17.512.0032.1.023 Ampliação do Sistema de Abast. de Água

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.3.0357 Aplicações Diretas

R\$ 183.419,99

4.4.90.00.0.1.0357 Aplicações Diretas

R\$ 175.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior têm origem:

I - na utilização de saldo de recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011, no recurso 0.1.0357 - Recursos Vinculados - Convênio FUNASA - Orçamento Municipal - R\$ 183.419,99 (Cento e oitenta e três mil, quatrocentos e dezenove reais, noventa e nove centavos); e

II - na expectativa de ocorrência de excesso de arrecadação, exclusivamente nos recursos 0.1.0357 - Recursos Vinculados - Convênio FUNASA - R\$ R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de janeiro de 2012.

ELIZUR RAIZER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta data.

DANIVAL RAMIRO RIBEIRO

Responsável pelas Publicações.

Decreto Nº 1.467 de 06 de Fevereiro de 2012.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Belo Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art.76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
DULUI DUARTE	13/09/2010 a 12/09/2011	06/02/2012 a 06/03/2012
MARIA SUZANA ROSETTO	16/05/2010 a 15/05/2011	06/02/2012 a 06/03/2012
MARCIA FRITSCH MALTAURO	02/03/2011 a 01/03/2012	06/02/2012 a 06/03/2012

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 06 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações.

Decreto Nº 1.473, de 06 de Fevereiro de 2012.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de utilização dos recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, segundo as respectivas vinculações orçamentárias;

Considerando a existência de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011;

Considerando a necessidade de manutenção das atividades, ações e serviços públicos de saúde previstos para o corrente exercício;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 571 de 23 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.422,29 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais, vinte e nove centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.2.057 Atividades Gerais da Atenção Básica

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.3.0305 Aplicações Diretas

R\$ 1.700,00

10.301.0034.2.060 Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0301 Aplicações Diretas

R\$ 42.000,00

3.3.90.00.0.3.0310 Aplicações Diretas

R\$ 2.558,11

10.301.0036 Agentes Comunitários de Saúde

10.301.0036.2.065 Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.3.0303 Aplicações Diretas

R\$ 8.148,21

10.301.0038 Farmácia Básica

10.301.0038.2.067 Assistência Farmacêutica Básica

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0306 Aplicações Diretas

R\$ 1.760,36

3.3.90.00.0.3.0311 Aplicações Diretas

R\$ 2.255,61

Art. 2º a abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011, exclusivamente nas seguintes vinculações:

a) "0.1.0305 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PAB Fixo, no valor de R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais);

b) "0.1.0301 - Recursos Vinculados - ASPS, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais);

c) "0.1.0310 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/Est./MAC, no valor de R\$ 2.558,11 (dois mil, quinhentos e cinquenta e oito reais, onze centavos);

d) "0.1.0303 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/PACS, no valor de R\$ 8.148,21 (oito mil, cento e quarenta e oito reais, vinte e um centavos);

e) "0.1.0306 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/Assist. Farm.; no valor de R\$ 1.760,36 (hum mil, setecentos e sessenta reais, trinta e seis centavos), e;

f) "0.1.0311 - Recursos Vinculados à Saúde SUS/Est./Assist.Farm, no valor R\$ 2.255,61 (dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, sessenta e um centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 06 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Alice Schwambach
Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1.474; de 06 de Fevereiro de 2012.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 571, de 23 de novembro de 2011;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas à recursos vinculados e remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 65.303,58 (sessenta e cinco mil, trezentos e três reais e cinquenta e oito centavos), para atender às seguintes ações:

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**09.02 Ensino Infantil****12 EDUCAÇÃO****12.365 Educação Infantil****12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil****12.365.0043.2.075 Atividades da Educação Infantil - FUNDEB****3 DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.3.0111 Aplicações Diretas**

R\$ 13.267,95

09.03 Ensino Fundamental**12 EDUCAÇÃO****12.361 Ensino Fundamental****12.361.0044.2.084 Serviços de Transporte Escolar****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.3.0105 Aplicações Diretas**

R\$ 4.125,39

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES**05.01 Gerência de Transportes****26 TRANSPORTES****26.782 Transporte Rodoviário****26.782.0019 Rodovias Municipais Adequadas****26.782.0019.2.035 Manutenção de Máquinas e Veículos****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.3.0343 Aplicações Diretas**

R\$ 5.910,24

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB. IND. e COM.**07.04 Sistema Municipal de Saneamento Básico****17 SANEAMENTO****17.512 Saneamento Básico Urbano****17.512.0032 Serviços de Saneamento Básico Urbano****17.512.0032.1.023 Ampliação do Sistema de abastecimento de água****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.3.0344 Aplicações Diretas**

R\$ 42.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço

Patrimonial do exercício de 2011, exclusivamente, nos recursos das seguintes vinculações:

I - 0105 - Recursos Vinculados - Salário Educação - R\$ 4.125,39 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos);

II - 0111 - Recursos Vinculados FUNDEB - R\$ 13.267,95 (treze mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos);

III - 0343 - Recursos Vinculados - Fundo do Petróleo - R\$ 5.910,24 (cinco mil, novecentos e dez reais e vinte e quatro centavos); e

IV - 0344 - Rec. Vinculados - Exp. Recursos Naturais - R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 06 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Alice Schwambach

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.475, de 08 de Fevereiro de 2012.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ESTIAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo n.º 17, do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, na Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, no Decreto Estadual n.º 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e na Resolução nº 03, de 02 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil e no art. 99, XXX, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO QUE:

- a prolongada estiagem, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge o território do município desde o mês de Dezembro de 2011, conforme mapa do município em anexo;

- como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COM-DEC, designada pelo Decreto nº 555 de 03 de janeiro de 2005, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, conforme ata lavrada em ata nº 24, de 08 de Fevereiro de 2012, cópia em anexo;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e pelo despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos nos serviços de abastecimento de água, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para todo o território deste município, comprovadamente afetada pelo desastre, conforme prova documental, estabelecido pelo AVADAN e pelo croqui da área afetada, anexos a este decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, como objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa dias), revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (Cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.478, de 09 de Fevereiro de 2012.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TEMPORÁRIO ; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO, no cargo de PROFESSOR -não habilitado -20 horas ; Língua Portuguesa á partir de 09 de fevereiro de 2012, por motivos particulares, conforme requerimento protocolado sob nº 017 de 09/02/2012.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 09 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1466, de 02 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora ILIZANDRA BRITO DAHMER, inscrita no CIC/CPF sob o nº 026.205.699-23, portadora da cédula de Identidade nº 3614462 -SSP/SC, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Educação, com as atribuições estabelecidas no art. 11, § 1º, da Lei Complementar nº 010, de 10 de janeiro de 2005.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos nos anexos II e III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1468 de 06 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ADELAIDE ERCI MULLER, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo 001/2011, para atuar no Ensino Fundamental na Escola Municipal Professor Emilio Jacob Carlos Schönell, na comunidade de Linha Araraquara.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2012.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de Fevereiro 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1469 de 06 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º -Fica nomeado o Sr. JAIRO LUIZ BIASIO, para exercer o Cargo de PROFESSOR; não Habilitado - 10 horas de História; no Ensino Fundamental, na Escola Básica Municipal Julio Da Costa Neves, na Linha Volta Grande, pela desistência do Candidato classificado em 1º lugar no Processo Seletivo 01/2011, para a referida vaga , com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á por tempo determinado, até 31 de dezembro de 2011.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1470 de 06 de Fevereiro de 2012

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS- 20 HORAS; em carater temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 001/2011, para atuar no Ensino Fundamental na Escola Municipal de Educação Básica Professor Emilio Jacob Carlos Schonell na Linha Araraquara.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2012.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Alice schwambach Lemke.
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1471 de 06 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Considerando a justificativa da Gerente de Educação, e a necessidade para a EBM Julio da Costa Neves, na Linha Volta Grande

DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO, para exercer o Cargo de PROFESSORA; não Habilitada - 20 horas de Língua Portuguesa ; no Ensino Fundamental, na Escola Básica Municipal Julio da Costa Neves na comunidade de Volta Grande; em substituição á servidora Vanda Marise Lautert, licenciada para tratamento de saúde, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até que perdurar o afastamento da servidora efetiva no cargo.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1472 de 06 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Considerando a solicitação da alteração de carga horária feita pela Gerente de Educação, e a realização do Processo Seletivo 01/2011.

DECRETA;

Artigo 1º - Nomear a Sra ANDRÉIA ROSANA AULER RAIZER, para

exercer o cargo de Professor II , Artes, na Educação Infantil e séries Iniciais do Ensino Fundamental, classificada em primeiro lugar no Processo seletivo 001/2011, em caráter temporário com vencimento previsto no anexo III da Lei Complementar nº 13 de 10 de Janeiro de 2005, com carga horária de 10 horas semanais, para atender todas as Escolas Municipais.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até 31 de Dezembro de 2012.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 06 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1476, de 09 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. SINTIA SCHNEIDER SHONELL, para exercer o Cargo de PROFESSOR II - 20 horas no Ensino Fundamental; classificada em quarto lugar no Processo Seletivo 01/2011, para atuar na Escola Municipal de Educação Básica Professor Emilio Jacob Carlos Schonell, na Linha Araraquara, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á por tempo determinado, até 31 de dezembro de 2012.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 09 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1477 de 09 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º -Fica nomeada a Sra DAYANE EMANUELE PIAZZA, para exercer o Cargo de PROFESSOR; não Habilitado - 20 horas Língua Inglesa ; para atuar no Ensino Infantil e Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, na rede Municipal de Ensino , classificada em 1º lugar no Processo Seletivo 01/2011, em substituição á servidora efetiva no cargo VANDA MARISE LAUTERT licenciada por problemas de saúde.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até que perdurar o afastamento da servidora efetiva identificada no artigo anterior.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 09 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1479 de 10 de Fevereiro de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. ELISANE DA COSTA ALVES, para exercer o Cargo de PROFESSORA; não Habilitada - 20 horas de Língua Portuguesa ; no Ensino Fundamental, na Escola Básica Municipal Julio da Costa Neves na comunidade de Volta Grande; em substituição á servidora Vanda Marise Lautert, licenciada para tratamento de saúde, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até que perdurar o afastamento da servidora efetiva no cargo.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 10 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Chamamento Público Nº. 002/2012

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

Chamamento Público nº. 002/2012

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos - SC torna público que tem necessidade de contratação urgente e por tempo determinado, dos profissionais abaixo elencados, uma vez que não foi possível o preenchimento de todas as vagas disponíveis pelos aprovados no processo seletivo nº. 001/2010 e processo seletivo nº. 001/2011.

Professor, Motorista e Agente de Serviços Gerais.

Os interessados deverão se apresentar à Secretaria de Educação e Cultura, ao Sr. Fábio Luiz Egert, localizada a Rua 06 de Novembro 120 - Centro, Município de Antônio Carlos, dia 13/02/2012, segunda-feira, as 09:30h, munidos dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho.

Maiores informações no site da Prefeitura ou na Secretaria de Educação pelo telefone (048) 3272-1657.

Antônio Carlos, 08 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0002/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2012

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0002/2012.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, A SABER:

COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO (RECICLAGEM E/OU TRIAGEM) E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO, DESTRUIÇÃO TÉRMICA OU OUTRA TECNOLOGIA AMBIENTAL ACEITA PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, EM ÁREA DE

RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, POSSUIDORA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EXIGÍVEIS.

Regimento: Lei 10.520 e Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 24/02/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 24/02/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 08 de fevereiro de 2012.

CLÁUDIO SPRÍCIGO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 57/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2012- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR MEDICINAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 14:00 horas do dia 24/02/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Aviso de Pregão Presencial 019/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 07 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 07 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 9 de fevereiro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Chamada Pública Nº 002/2012/FNS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Edital de Chamada Pública Nº 002/2012/FNS

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica de direito público, com sede situada à Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu - SMS, com sede na Rua Coronel Teixeira Oliveira, 243, Centro, Biguaçu - SC, tornar público o Edital de Chamada Pública Nº 002/2012, visando à seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência a saúde na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos em laboratório clínico, anatomia patológica e citopatologia, dos referidos grupos, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, para complementar os serviços da rede municipal de saúde e municípios que compõem o Colegiado de Gestão Regional de Saúde da Grande Florianópolis (conforme P.P.I e interesse dos municípios).

Os interessados poderão retirar o presente Edital e seus anexos, no site www.bigua.sc.gov.br.

Biguaçu, SC, 08 de fevereiro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

Aditivo 02 do Contrato 054/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO N. 02 DO TERMO DE PERMISSÃO PRECÁRIA DE USO DE BEM PÚBLICO DE ACORDO COM O PROCESSO 054/2010, REFERENTE AO USO DA ÁREA PÚBLICA SITUADA NA PRAÇA NEREU RAMOS, CENTRO - BIGUAÇU/SC COM APROXIMADAMENTE 20,00 M2, COM A FINALIDADE DE EXERCER A ATIVIDADE DE BARBEARIA, CELEBRADO COM O SENHOR IVAN FRANCISCO VIEIRA. Fica prorrogada a vigência do referido termo do dia 01 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012. Fica estipulado o preço mensal de R\$451,75 mensais, pela ocupação da área.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato: 002/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Valor: R\$ 1.300,00 até 31 dezembro, 2012.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 005/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 005/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, DURANTE O ANO DE 2012. Contratada: CARLINHOS E JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA. Valor: R\$ 1.045.588,20 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 271/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 006/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 006/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, DURANTE O ANO DE 2012. Contratada: NATUREZA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. Valor: R\$ 234.215,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 271/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 007/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 007/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, DURANTE O ANO DE 2012. Contratada: ORLANDO COAN EPP. Valor: R\$ 454.137,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 271/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 008/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 008/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, DURANTE O ANO DE 2012. Contratada: SCHMITT TERRAPLANAGEM E ALUGUEL

DE EQUIP LTDA. Valor: R\$ 177.800,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 271/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 009/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 009/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, DURANTE O ANO DE 2012. Contratada: TRANSTER TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS. Valor: R\$ 298.600,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 271/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 010/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato: 010/2012. Objeto: DISCIPLINAR A ENTREGA DE RECURSOS PELO MUNICIPIO DE BIGUAÇU AO CIGA PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 032/2009. Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Valor: R\$ 10.080,00 até 31 dezembro, 2012.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 016/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 016/2012. Objeto: AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADOS PARA AS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, GOVERNO, RH E OBRAS. Contratada: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS. Valor: R\$ 6.936,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 240/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 017/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 017/2012. Objeto: AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADOS PARA AS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, GOVERNO, RH E OBRAS. Contratada: LHI MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR. Valor: R\$ 9.525,00 até 31 dezembro, 2012 de

acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 240/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 021/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 021/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA. Contratada: BR TRATORES COM DE PEÇAS LTDA ME. Valor: R\$ 23.840,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 250/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 022/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 022/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA. Contratada: TRATOR PEÇAS - COM PEÇAS PARA TRATOR LTDA. Valor: R\$ 36.075,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 250/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 023/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 023/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE COMBUSTÍVEL, GRAXA E PRODUTOS AUTOMOTIVOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA. Contratada: BR TRATORES COM DE PEÇAS LTDA ME. Valor: R\$ 371,36 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 280/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 024/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 024/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE COMBUSTÍVEL, GRAXA E PRODUTOS AUTOMOTIVOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA. Contratada: JULIO SILVESTRI ME. Valor: R\$ 3.089,18 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 280/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 025/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 025/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE COMBUSTÍVEL, GRAXA E PRODUTOS AUTOMOTIVOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA. Contratada: MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIF LTDA. Valor: R\$ 173,41 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 280/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 026/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 026/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE COMBUSTÍVEL, GRAXA E PRODUTOS AUTOMOTIVOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA. Contratada: STAR LUB DISTRI. DE LUBRIFICANTE LTDA. Valor: R\$ 2.406,60 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 280/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 027/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 027/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE COMBUSTÍVEL, GRAXA E PRODUTOS AUTOMOTIVOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA. Contratada: TRATOR PEÇAS - COM PEÇAS PARA TRATOR LTDA. Valor: R\$ 2.627,56 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 280/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 028/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 028/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E DEMAIS ESTRUTURAS PARA PROMOVER OS JOGOS DE VERÃO 2012. Contratada: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO. Valor: R\$ 9.000,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 003/2012 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 029/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 029/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR ATENDENDO AS COMUNIDADES DA GRACIOSA, FAZENDINHA, AREIAL, FAZENDA DE DENTRO, PROFESSOR MANOEL ROLDÃO DAS NEVES E CELINA DIAS. Contratada: DODOTUR TRANSPORTE E VIAGENS LTDA. Valor: R\$ 183.990,00 até 26 janeiro, 2013 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 295/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 030/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 030/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO MOTOR, PARA USO DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Contratada: MAUCOR - DISTRIBUIDORA DE LUBRIF LTDA. Valor: R\$ 5.617,50 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 273/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 031/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 031/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO MOTOR, PARA USO DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Contratada: STAR LUB DISTRI. DE LUBRIFICANTE LTDA. Valor: R\$ 1.264,50 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 273/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 032/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 032/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO E DE SUCÇÃO PARA LIMPEZA NAS REDES PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. Contratada: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME. Valor: R\$ 446.000,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 235/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 035/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 035/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE LONAS PLÁSTICAS PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS. Contratada: HP E E COMERCIAL LTDA ME. Valor: R\$ 5.000,00 até 31 dezembro, 2012 de acordo com o PREGÃO PRESENCIAL 293/2011 - PMB.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 036/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato: 036/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, FMA, FUREBOM, FMAS E FIA. Valor: R\$ 401.220,00 até 01 fevereiro, 2013.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 037/2012 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato: 037/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DO FUNDO FAMABI. Valor: R\$ 1440,00 até 01 fevereiro, 2013.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato 10010/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato: 10.010/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DO FUNDO FMS. Valor: R\$ 1800,00 até 01 fevereiro, 2013.

Biguaçu, 7 de fevereiro de 2012
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 008/2012

DECRETO Nº 008/2012.

HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS AO PROCESSO SELETIVO 01/2012, DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Concurso Público, com execução técnico-administrativa do Instituto o Barri- ga Verde, etc

TORNA PÚBLICO O SEGUINTE:

Art. 1º - Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo 01/2012, fica HOMOLOGADO a lista das inscrições dos Candidatos, no anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 10 de fevereiro de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 02/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2012

DIVULGA HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS

CARGO 01 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

N. Inscrição	Nome Do Candidato	Data De Nascimento
0008	Marina Heidrich	21.07.1978

CARGO 02 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

N. Inscrição	Nome Do Candidato	Data De Nascimento
0003	Sandra Regina Fernandes Mohr	02.03.1974
0009	Ana Paula Reia Alves	26.11.1985
0010	Karen Janaína da Rosa Andrade	24.11.1987

CARGO 03 – PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRIES INICIAIS 20H (HABILITADO)

N. Inscrição	Nome Do Candidato	Data De Nascimento
0007	Irene Floriani Bertelli	23.07.1951

CARGO 04 – PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRIES INICIAIS 20H (NÃO HAB.)

Não Houve Inscritos

CARGO 05 – PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRIES INICIAIS 40H (HAB.)

N. Inscrição	Nome Do Candidato	Data De Nascimento
0001	Isolene Grahl	26.10.1987
0006	Mara Santos de Souza Pereira	12.12.1981
0012	Regiane da Silva Neumann	25.10.1982
0013	Sabrina Coelho	08.11.1984
0014	Nezi Koerich Bruch	26.04.1972

CARGO 06 – PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRIES INICIAIS 40H (NÃO HAB.)

N. Inscrição	Nome Do Candidato	Data De Nascimento
0002	Maria Ivonete Meurer	12.06.1962
0004	Djeison Fronza	09.11.1989
0005	Cristiani grei Nunes dos Santos	23.04.1982
0011	Luciana Meurer	30.04.1985

Portaria 039/2012

PORTARIA 039/2012

Concede Gratificação

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação a servidora Deiziane de Souza Probst para responder pela Secretaria da Escola Básica Adriano Mosimann a partir de 01.02.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2012.

Art.3º. Fica revogada a portaria 113/2011 de 08.08.2011.

Braço do Trombudo, em 10 de Fevereiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 040/2012

PORTARIA 040/2012

Concede Gratificação

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação a servidora Roseli Mueller Tietjen, para responder pela Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental a partir de 01.02.2012.

Art. 2º. Fica revogada a portaria 116/2011 de 08.08.2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2012.

Braço do Trombudo, em 10 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 041/2012

PORTARIA 041/2012

Concede Gratificação

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação a servidora Jane Sonia Gieseler, para responder pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil a partir de 01.02.2012.

Art. 2º. Fica revogada a portaria 115/2011 de 08.08.2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2012.

Braço do Trombudo, em 10 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 042/2012

PORTARIA 042/2012

Concede Gratificação

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação a servidora Silvania Rohling Goede, para responder pela Direção da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20 a partir de 01.02.2012.

Art. 2º. Fica revogada a portaria 117/2011 de 08.08.2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2012.

Braço do Trombudo, em 10 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 043/2012

PORTARIA 043/2012

Concede Gratificação

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação a servidora Juliana Meurer, para responder pela Direção da Escala Básica Adriano Mosimann e do Centro de Educação Infantil Edson Arndt a partir de 01.02.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2012.

Braço do Trombudo, em 10 de agosto de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 044/2012

PORTARIA 044/2012

Concede Função Gratificada - FG

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-05, a servidora Luciane Bertelli Kniss, para responder pela coordenação do NAES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo), a partir de 01.02.2012.

Art.2º. Fica revogada a portaria 051/2011 de 09 de março de 2011.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2012.

Braço do Trombudo, em 10 de Fevereiro de 2012
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 045/2012

PORTARIA 045/2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Nezi Koerich Bruch, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais-Mer./Sev, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº037/2004 de 01.06.2004, a partir de 06.02.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 06.02.2012.

Braço do Trombudo, em 10 de Fevereiro de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 046/2012

PORTARIA Nº 046/2012.

Concede Licença para Tratar de Assuntos de Interesse Particular.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 09/99 de 17.11.99, Lei Complementar 060/2007 de 10.05.2007, Artigo 62, incisoVII, Artigo 71-A, Parágrafo 1º e 2º, etc

RESOLVE:

Art.1º- Conceder, nos termos do Artigo 62, inciso VII e Art. 71 - A, da Lei Complementar nº 09/99, e Lei Complementar 060/2007, Licença para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração a servidora Josimar Ludvig pelo período de 1 (um) ano, a partir de 09.02.2012.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de fevereiro de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Ata de Registro 2/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 Data do Registro: 09/02/2012 Válido até: 09/02/2013
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	REGUA PLASTICA TRANSPARENTE 30 CM (142)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	waleu	0	0,1800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARANYI	0	0,2000	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	WALLEU	0	0,2100	3
2	CADERNO BROCHURA 48 FLS. (1610)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FORONI	0	0,4200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	credeal	0	0,4300	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FORONI	0	0,4700	3
3	LAPIS PRETO N. 02 (1611)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	LE O E LEO	0	0,1000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	elite	0	0,1300	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIS	0	0,1400	3
4	APONTADORES P/ LAPIS (SIMPLES PEQUENO) (1613)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	like	0	0,0700	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	LE O E LEO	0	0,0800	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	lyke	0	0,0800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	0,0800	4
5	REGUAS PLASTICAS CRISTAL 30 CM (1614)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	waleu	0	0,2400	1
6	LAPIS DE COR (12 CORES) GRANDE (1615)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	LE O E LEO	0	1,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	elite	0	1,6100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	1,8200	3
7	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL (1631)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	0,2500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,3000	2
8	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA (1632)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	0,2500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,3000	2
9	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA (1633)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	0,2500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,3000	2
10	FITA DUREX GRANDE (1634)	RL	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,4200	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EUROCEL	0	0,6300	2
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	ADELBRÁS	0	0,8000	3
11	LAPIS BORRACHA (12 UN) (1635)	CX	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SERTIC	0	7,0800	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cis	0	9,3600	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LABRA	0	10,5000	3
12	CORRETIVO A BASE DE AGUA (12 UN) C/ 18 ML (1645)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	helios	0	5,3000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HELIOS	0	5,3800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	frama	0	6,5500	3
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELTA	0	6,5500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PIRATININGA	0	0,6700	3
101	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6 (CX C/5000) (4632)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELI	0	1,2600	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MASTER	0	1,8800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	like	0	2,0000	3
102	PALITO P/PICOLÉ (C/50 UND) (4636)	PCT	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Theoto	0	0,7900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	GINA	0	0,8000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	theoto	0	1,7000	3
103	PAPEL CONTACT ESTAMPA INFANTIL 10 MT (4637)	RL	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	plavitec	0	33,5900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	VMP	0	36,9000	2
104	PAPEL CREPON PRETO (4640)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
105	PAPEL CREPON VERDE CLARO (4641)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
106	PAPEL LAMINADO AMARELO (4643)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RELACE	0	0,3500	3
107	PAPEL LAMINADO AZUL (4644)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	3
108	PAPEL LAMINADO PRATA (4645)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	3
109	PAPEL LAMINADO VERDE (4646)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	3
110	PAPEL LAMINADO VERMELHO (4647)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	3
111	PERCEVEJO (CX C/100 UND) (4648)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELI	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRW	0	0,7700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,8800	3
112	TINTA SPRAY AMARELO 350 ML (4656)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	8,8200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
113	TINTA SPRAY AZUL 350 ML (4657)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	8,8200	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
114	TINTA SPRAY DOURADO 350 ML (4658)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	11,9400	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
115	TINTA SPRAY PRATA 350 ML (4659)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	11,9400	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
116	TINTA SPRAY PRETA 350 ML (4660)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	8,8200	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Radex	0	12,2200	2
117	TINTA SPRAY VERDE 350 ML (4661)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	8,8200	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
118	TINTA SPRAY VERMELHA 350 ML (4662)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	8,8200	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
119	CANETA P/RETROPROJETOR 1.00MM PONTA FINA AZUL (5037)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	0,9000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	1,2600	2
120	CANETA P/RETROPROJETOR 1.00MM PONTA FINA PRETA (5038)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	0,9000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	1,2600	2
121	CANETA P/RETROPROJETOR 1.00MM PONTA FINA VERDE (5039)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	1,2600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RADEX	0	1,6300	2
122	CANETA P/RETROPROJETOR 1.00MM PONTA FINA VERMELHA (5040)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	1,2600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	cis	0	1,3700	2
123	COLA GLITER CRISTAL (12 UND) 23 GR (5041)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	5,1600	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MARIPEL	0	10,0800	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Maripel	0	11,7700	3
124	EVA AZUL 58X40X0,2MM (5044)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
125	EVA BEGE 58X40X0,02MM (5046)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
126	EVA BRANCO 58X40X0,02MM (5047)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
127	EVA CORES VARIADAS 58X40X0,02MM (5049)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	EVA LARANJA 58X40X0,02MM (5050)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
129	EVA PRETO 58X40X0,02MM (5053)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
130	EVA VERDE CLARO 58X40X0,02MM (5057)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
131	EVA VERMELHO 58X40X0,02MM (5059)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	2
132	LANTEJOUHAS DE CORES VARIADAS (5062)	PCT	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	HONEY	0	1,2800	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	acquarela	0	1,7600	2
133	BORRACHA BRANCA Nº 20 (CX C/20 UND) (5074)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	SLIM	0	3,5000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	zap	0	3,8400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ZAP	0	4,0600	3
134	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS 200 FLS CAPA DURA (5075)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MEGALIFE	0	4,4800	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	PANAMERICANA	0	4,6900	2
135	PAPEL OFICIO COLORIDO (CORES VARIADAS PCT C/50 UNID) (5077)	PCT	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Suzano	0	1,4900	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	chamex	0	1,9500	2
136	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM AZUL (5464)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PILOT	0	3,1300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	pilot	0	3,2500	2
137	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM PRETA (5465)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PILOT	0	3,1300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	pilot	0	3,2500	2
138	DVD+RW VIRGEM 4,7 GB (5467)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,4600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ELGIN	0	1,4700	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	elgim	0	1,6300	3
139	PAPEL CREPON AZUL CLARO (5469)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3700	3
140	PERFURADOR PEQUENO 2 FUIROS (5471)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	3,9200	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	DESART	0	5,4600	2
141	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE (5472)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	GOAL	0	6,8500	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CLASSE	0	9,3000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	cis	0	11,1800	3
142	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA (5473)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CLASSE	0	4,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	GOAL	0	4,8000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	cis	0	6,7600	3
143	TESOURA GRANDE (5474)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	1,9000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRW	0	2,2000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	gramp line	0	2,3400	3
144	ESTILETE GRANDE (5475)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	master	0	0,4400	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MASTER	0	0,4900	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MASTER	0	0,5500	3
145	ESTILETE PEQUENO (5476)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	master	0	0,3000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MASTER	0	0,3400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MASTER	0	0,3500	3
146	EVA PLUSH CORES VARIADAS 58X40X0,02MM (5479)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	RABER	0	4,0000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	kreateva	0	4,1000	2
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	KAZ	0	4,1200	3
147	GRAMPEADOR GRANDE (5480)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELI	0	8,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MASTER	0	14,2800	2
148	GRAMPEADOR PEQUENO (5481)	UND	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Summit	0	4,1400	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MASTER	0	4,1500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	lyke	0	4,2000	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SERTIC	0	4,4800	4
149	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM AZUL (5747)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PILOT	0	3,0800	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	pilot	0	3,0900	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Pilot	0	3,1200	3
150	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM PRETA (5748)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PILOT	0	3,0800	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	pilot	0	3,2500	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Pilot	0	3,3800	3
151	DVD+R VIRGEM 4,7GB C/CAPA (6232)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,1900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MAXPRINTER	0	1,2000	2
152	COLA PARA ISOPOR (6235)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	0,7000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	maripel	0	0,7900	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MARIPEL	0	0,9400	3
153	COLA GLITER AZUL (12UND) 23GR (6236)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	5,1600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	APLICOLA	0	8,0000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MARIPEL	0	10,0800	3
154	COLA GLITER VERDE (12 UND) 23GR (6237)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	5,1600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 **Data do Registro: 09/02/2012** **Válido até: 09/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	APLICOLA	0	8,0000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MARIPEL	0	10,0800	3
155	FITA BEBE - COR BRANCA (RL C/100MT) (6240)	RL	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Progresso	0	7,9800	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	AQUARELA	0	22,0000	2
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	FITCOLOR	0	22,0000	3
156	FITA BEBE - COR VERMELHA (RL C/100MT) (6241)	RL	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Progresso	0	7,9800	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	AQUARELA	0	22,0000	2
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	FITCOLOR	0	22,0000	3
157	DVD+RW VIRGEM 4,7GB C/ CAPA (6574)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ELGIN	0	2,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	2,1700	2
158	BARBANTE PESO LIQUIDO 800GR, Nº8, TITULAGEM 4/8 CRU (6575)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAO JOAO	0	7,7000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	corbatex	0	8,4500	2
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	VALTEX	0	10,9000	3
159	CLIPS Nº0 (CX C/ 500GR) (6576)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	new	0	3,8900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	CLIPS NEW	0	3,9000	2
160	ENVELOPE BRANCO 12X16 (6577)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SCRITY	0	0,0300	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,0500	2
161	GRAMPO TRILHO 80MM (PCT C/50 UND) PLÁSTICO (6581)	PCT	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	HELOMAX	0	3,5000	1
162	Pendrive 4 GB (6724)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	LEXAR	0	17,0000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	kingston	0	18,2000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	KINGSTON	0	19,6000	3
163	PAPEL OFICIO 2 - 216X330 MM (75 G/M²) resma (6726)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CHAMEX	0	12,3000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	COPIMAX	0	13,0000	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Suzano	0	14,2800	3
164	PAPEL OFICIO A4 - 210X297MM (75G/M²) resma (6727)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	chamex	0	8,7900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	COPIMAX	0	8,8000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REPORT	0	9,2000	3
165	Bloco para recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 76mmx76mm, com mínimo de 400 a 500 folhas, blocos com 5 cores. (7706)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	POLIBRAS	0	3,7700	1
166	Bloco para recado em papel 90g/m² PAUTADO com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 101mmx101mm, com mínimo de 90 a 100 folhas. (7707)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	POLIBRAS	0	5,4600	1
167	Bloco para recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 50mmx50mm, com 250 folhas, bloco contendo 5 cores (7708)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	POLIBRAS	0	3,3700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Stick Note	0	5,9100	2
168	Bloco para recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 38mmx50mm, com mínimo de 100 cada bloco, pacote contendo 4 blocos em cores variadas. (7709)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ADELBRAS	0	3,5700	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	3M	0	11,8300	2
169	Pendrive 8GB (7710)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	kingston	0	24,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	KINGSTON	0	24,1500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KINGSTON	0	28,0000	3
170	Tesoura profissional com lâmina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas: 275mm de comprimento, 105mm largura e 16mm altura. (7711)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	BRW	0	2,1700	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	gramp line	0	2,3400	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	2,4500	3
171	Caderno pequeno 96 folhas capa dura (7712)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MEGALIFE	0	1,4000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEGA	0	1,8200	2
172	Perfurador pequeno 2 furos - capacidade até 30 folhas (7713)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELI	0	12,0000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	adeck	0	12,6100	2
173	Perfurador grande 2 furos - capacidade até 100 folhas (7714)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELI	0	70,0000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	adeck	0	86,2000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CAVIA	0	87,8700	3
174	Fita corretiva 4mmx10m com tampa (7715)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIS	0	3,1500	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	cis	0	4,1000	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MERCUR	0	5,3200	3
175	Grafite extra macia - 0,5mm c/ 24und (7721)	TUBO	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Faber Castel	0	1,8900	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	FABER CASTEL	0	1,9000	2
176	Grafite extra macia - 0,7mm c/ 24und (7722)	TUBO	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Faber Castel	0	1,8900	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	FABER CASTEL	0	1,9300	2
177	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x35mm, na cor grafite (7745)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	aloplast	0	1,2200	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALAPLAST	0	1,2500	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ALA PLAST	0	1,4500	3
178	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x55mm, na cor grafite (7746)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	aloplast	0	1,2200	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALAPLAST	0	1,4000	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ALA PLAST	0	1,6200	3
179	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS. (7758)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,4000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,4200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
180	TNT AMARELO (50M X 1,40M) (7762)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANTA FÉ TNT	0 0	36,4000 48,7500	1 2
181	TNT AZUL (50M X1,40M) (7763)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANTA FÉ TNT	0 0	36,4000 48,7500	1 2
182	TNT BRANCO (50M X1,40M) (7764)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANTA FÉ TNT	0 0	36,4000 48,7500	1 2
183	TNT PRETO (50M X1,40M) (7765)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANTA FÉ TNT	0 0	36,4000 48,7500	1 2
184	TNT VERDE (50M X1,40M) (7766)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANTA FÉ TNT	0 0	36,4000 48,7500	1 2
185	TNT VERMELHO (50M X1,40M) (7767)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANTA FÉ TNT	0 0	36,4000 48,7500	1 2
186	PAPEL CREPON MARROM (7768)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) ELMO PAPELARIA LTDA (8927) CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RST vmp REALCE	0 0 0	0,3300 0,3400 0,4000	1 2 3
187	Elanca cacharrel 100% poliester amarelo (8558)	KG	NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	ELAN	0	20,8000	1
188	Elanca cacharrel 100% poliester vermelha (8559)	KG	NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	ELAN	0	20,8000	1
189	Elanca cacharrel 100% poliester branco (8560)	KG	NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	ELAN	0	20,8000	1
190	Elanca cacharrel 100% poliester verde (8561)	KG	NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	ELAN	0	20,8000	1
191	Pincel nº 8 (8562)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929) ELMO PAPELARIA LTDA (8927) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	KIT kaz TIGRE	0 0 0	0,9500 1,1100 1,2100	1 2 3
192	Pincel nº 14 (8563)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927) CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	kaz KIT TIGRE	0 0 0	1,1100 1,6000 1,6700	1 2 3
193	Pincel nº 16 (8564)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927) CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	kaz KIT TIGRE	0 0 0	1,1100 1,7500 1,9300	1 2 3
194	Pincel para contorno nº 0 (8565)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982) ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	KIT TIGRE Tigre	0 0 0	0,7500 0,9600 1,0600	1 2 3
195	Papel pardo 1,20 m de largura (rolo c/50kg) (8650)	RL	ELMO PAPELARIA LTDA (8927) BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	sampa SAMPA PAPEIS	0 0	146,2500 165,1000	1 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Capele	0	185,2500	3
197	Tinta spray marron (8568)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	8,8200	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	COLOR GIN	0	12,4800	2
198	Purpura cores variadas (8569)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	AQUARELA	0	0,3700	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Reflex	0	0,6800	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	acquarela	0	1,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRILHANTE	0	1,0000	4
199	Regua de madeira de 1 metro (8570)	UND	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Souza	0	2,8400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	souza	0	2,8600	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SOUZA	0	2,8600	3
200	CALCULADORA (8571)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	SHENG	0	4,0000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	master	0	7,8000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CLASSE	0	8,4000	3
202	Tesoura de picotar (8573)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	WESTER	0	26,0000	1
203	FITA BEBE - COR VERDE (RL C/100MT) (8574)	RL	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Progresso nº1	0	7,9800	1
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	FITCOLOR	0	22,0000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	AQUARELA	0	22,0000	3
204	FITA BEBE - COR AZUL MARINHO (RL C/100MT) (8575)	RL	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Progresso nº1	0	7,9800	1
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	FITCOLOR	0	22,0000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	AQUARELA	0	22,0000	3
205	Tinta alto relevo cores variadas (8576)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	2,0500	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ACRILEX	0	2,1200	3
206	Bola de isopor tamanho pequeno (8577)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	STYROVILLE	0	0,0600	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Styrocorcorte	0	0,0700	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	isoplac	0	0,2000	3
207	Bola de isopor tamanho médio (8578)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	STYROVILLE	0	0,0800	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Styrocorcorte	0	0,0900	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	isoplac	0	2,2500	3
208	Bola de isopor tamanho grande (8579)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	STYROVILLE	0	0,3600	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Styrocorcorte	0	0,3700	2
209	Tinta para tecido cores variadas (8580)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	acrillex	0	1,1300	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CORFIX	0	1,3300	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Acrillex	0	1,5600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012**Número do Registro de Preços: 2/2012****Data do Registro: 09/02/2012****Válido até: 09/02/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
210	Grampeadeira para madeira (8581)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ACRILEX	0	1,5600	4
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SERTIC	0	24,7600	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIS	0	30,5300	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ADECK	0	32,0000	3
211	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0.7) (8582)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PILOT	0	5,3600	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Pilot	0	5,7900	2
212	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0.5) (8583)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PILOT	0	5,3600	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Pilot	0	5,7900	2

BRACO DO TROMBUDO , 9 de Fevereiro de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	MATRIZ AZUL (C/ 100 FOLHAS) FORMATO 22X33CM (1647)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	HELIOS	0	24,5000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HELIOS	0	25,2000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	hardcopy	0	28,0000	3
14	ENVELOPES KRAFT 250X353 (1648)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	foroni	0	0,1000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,1100	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FORONI	0	0,1600	3
15	PAPEL ALMACO PAUTADO (1650)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEGA	0	0,0400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	propel	0	0,0500	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	JANDAIA	0	0,0500	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MEGALIFE	0	0,0600	4
16	PAPEL CAMURCA CORES VARIADAS (1656)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3300	3
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	4
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	REALCE	0	0,3500	5
17	PAPEL DOBRADURA BRILHANTE CORES VARIADAS (1657)	FLS	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	VMP	0	0,1300	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	VMP	0	0,1400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,1500	3
18	PAPEL CREPON CORES VARIADAS (1660)	FLS	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3300	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3800	3
19	CARTOLINAS BRANCAS (1661)	FLS	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ALL FORM	0	0,2000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SUZANO	0	0,2200	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,2400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALLCART	0	0,2400	4
20	TINTA GUACHE 250 ML COR VERDE (1662)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAX	0	1,3500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
21	TINTA GUACHE 250 ML COR AMARELA (1663)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAX	0	1,3500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
22	TINTA GUACHE 250 ML COR VERMELHA (1664)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAX	0	1,3500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
23	TINTA GUACHE 250 ML COR PRETA (1665)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAXI	0	1,3500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
24	TINTA GUACHE 250 ML COR BRANCO (1666)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAXI	0	1,3500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
25	TINTA GUACHE 250 ML COR ROSA (1667)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAXI	0	1,3500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
26	TINTA GUACHE 250 ML COR AZUL (1668)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	1,2500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ART MAXI	0	1,3500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ART MAXI	0	1,4000	3
27	PAPEL PRESENTE MOTIVOS INFANTIS (1670)	FLS	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	VMP	0	0,2600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,3500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	cristina	0	0,4800	3
28	REGISTRADOR A/Z 285X345X75 MM (1671)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	marcari	0	2,7300	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	CHIES	0	3,9800	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLYCART	0	4,2600	3
29	TESOURA ESCOLAR S/PONTA AÇO INOX (1672)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	0,5500	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	jocar	0	0,6000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,6500	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	JOCAR	0	0,6500	4
30	CADERNOS UNIVERSITARIOS 10 MATERIAS (200 FLS) (1676)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	foroni	0	3,9000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	PANAMERICANK	0	4,2000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PANAMERICANA	0	4,3400	3
31	LIVROS ATA 50 FLS (1678)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FORONI	0	2,6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MEGALIFE	0	3,0900	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tilibra	0	3,3800	3
32	LIVROS ATA 200 FLS (1679)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TILIBRA	0	8,2800	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FORONI	0	8,3000	2
33	DESTACA TEXTO FLUORESCENTE AMARELO (12 UND.) (1681)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	5,0000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	5,2000	2
34	CARTAO PONTO KRAFT 86X180 MM (1688)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	GRAFSET	0	0,0500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAO DOMINGOS	0	0,0600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012

Data do Registro: 09/02/2012

Válido até: 09/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Tilibra	0	0,0900	3
35	PAPEL CAMURCA VERMELHO (1752)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3300	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	REALCE	0	0,3500	4
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	5
36	PAPEL CAMURCA BRANCO (1753)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3300	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	REALCE	0	0,3500	4
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	5
37	PAPEL CARTAO VERMELHO (1754)	FLS	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RELACE	0	0,4000	1
38	PAPEL CARTAO PRETO (1755)	FLS	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,4000	1
39	PAPEL CAMURCA AMARELA (1762)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3300	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	REALCE	0	0,3500	4
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	5
40	PAPEL CAMURCA VERDE (1763)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3300	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	REALCE	0	0,3500	4
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3500	5
41	PAPEL DE SEDA CORES VARIADAS (1765)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,0700	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	VMP	0	0,0800	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	VMP	0	0,0800	3
42	PAPEL DUPLEX VERMELHO (1766)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,4000	3
43	PAPEL DUPLEX VERDE (1767)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,4000	3
44	PAPEL DUPLEX AZUL (1768)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 **Data do Registro: 09/02/2012** **Válido até: 09/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,4000	3
45	PAPEL DUPLEX PRETO (1769)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,4000	3
46	PAPEL DUPLEX AMARELO (1770)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,4000	3
47	PAPEL CARTAO AMARELO (1771)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,4100	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,4200	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,4300	3
48	FITA ADESIVA PAPEL KRAFT P/ EMBALAGEM 48X50 (1806)	RL	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FITASA	0	5,9500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	adelbras	0	7,1000	2
49	FITA ADESIVA POLIPROPILENO TRANSP. 48X50 (1807)	RL	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FITAS SP	0	1,5000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	embalando	0	1,7900	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	T. TAPE	0	1,7900	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	delfix	0	1,8200	4
50	CAIXA DE ARQUIVO MORTO (1809)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	sampa	0	0,8800	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	BRAGNOLO	0	0,9500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DIAL	0	0,9800	3
51	COLA BRANCA 90GR (1831)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PIRATININGA	0	0,5000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	NEW MAGIC	0	0,5100	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	0,5100	3
52	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE (25 MT) (1834)	RL	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	POLIFIX	0	22,0000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	helios	0	24,5700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REALTAC	0	25,1200	3
53	CLIPS Nº 4/0 (CX C/ 500 GR) (1835)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	new	0	3,8900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	CLIP NEW	0	3,9000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	new	0	4,1400	3
54	PAPEL MICROONDULADO 50 X 80 (CÓRES VARIADAS) (1838)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,8400	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,8500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	1,1100	3
55	CLIPS N.º2/0 (CX C/ 500GR) (2224)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	new	0	3,8900	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	CLIPS NEW	0	3,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 **Data do Registro: 09/02/2012** **Válido até: 09/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	new	0	4,1400	3
56	PAPEL CARTAO (AZUL CLARO) (2228)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,4000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,4200	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,4300	3
57	PAPEL CARTAO (AZUL ESCURO) (2229)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RELACE	0	0,4000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,4200	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,4300	3
58	PASTA CATÁLOGO C/ 50 ENVELOPES (2233)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DEO	0	4,1400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	dac	0	4,3200	2
			NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	DAC	0	4,9500	3
59	PASTA SUSPENSA KRAFT (CX C/ 50) (2384)	CX	NATALICIO DE JESUS GERALDO (8275)	FRAMA	0	26,5000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	POLICART	0	26,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	frama	0	32,1100	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIMPEL	0	35,0000	4
60	COLA BRANCA (1000 GR) (2504)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	4,0200	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	NEW MAGIC	0	4,1400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PIRATININGA	0	4,3200	3
61	COLA EM BASTÃO (8GR) (2672)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELI	0	0,2800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	0,3600	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	triz	0	0,3600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	leo & leo	0	0,4000	4
62	SILICONE P/ PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA (2865)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RENDCOLA	0	0,2100	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RENDICOLOR	0	0,2400	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	rendcolla	0	0,2600	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	rendicola	0	0,2600	4
63	PAPEL CELOFANE (CORES VARIADAS) (2866)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,4500	3
64	PASTA C/ ABAS E ELÁSTICO, PAPEL (23X33 CM) (2874)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ICL	0	0,6700	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ICL	0	0,6800	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	icl	0	0,7200	3
65	ALBUM PARA 300 FOTOS 10 X 15 CM (3035)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ICAL	0	49,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cartona	0	55,0000	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	lcal	0	71,3700	3
66	CLIPS Nº 8 (CX COM 500 GR) (3036)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	new	0	3,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 **Data do Registro: 09/02/2012** **Válido até: 09/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	CLIPS NEW	0	3,9000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	new	0	4,1400	3
67	PAPEL CREPON VERMELHO (3038)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
68	PAPEL CREPON AMARELO (3039)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
69	PAPEL CREPON BRANCO (3040)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
70	PAPEL CREPON AZUL (3041)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
71	PAPEL CREPON VERDE (3042)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	vmp	0	0,3400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,3600	3
72	LASTEX NATURAL ROLO C/ 10 MTS (3058)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CORRENTE	0	0,2700	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	real	0	0,5500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	corrente	0	1,9500	3
73	BALAO COLORIDO (PCT C/ 50 UND) (3059)	PCT	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	PIC PIC	0	2,2900	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Regina	0	2,3000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	parana latex	0	2,5700	3
74	ESTOJO DE CANETINHA HIDROCOLOR C/12 UND (3060)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	LEO E LEO	0	1,0800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LEONORA	0	1,2600	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	leo & leo	0	1,3200	3
75	MASSA DE MODELAR CX C/12 UND GRANDE (3062)	CX	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	DELTA	0	1,3600	1
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Delta	0	1,3700	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	RYA CRIS	0	1,5200	3
76	CANETA P/ RETROPROJETOR 2 MM AZUL (3063)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	JOCAR	0	0,7600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	0,7700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,9000	3
77	CANETA P/ RETROPROJETOR 2 MM PRETO (3064)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	JOCAR	0	0,7600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	JOCAR	0	0,7700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 **Data do Registro: 09/02/2012** **Válido até: 09/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,9000	3
78	CANETA P/ RETROPROJETOR 2 MM VERMELHO (3065)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	JOCAR	0	0,8100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	0,9000	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MAXPRINT	0	1,0400	3
79	CANETA P/ RETROPROJETOR 2 MM VERDE (3066)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RADEX	0	1,3500	1
80	COLA GLITER DOURADO (12 UND) 23 GR (3609)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	5,1600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	APLICOLA	0	8,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	piratininga	0	9,0000	3
81	COLA GLITER PRATA (12 UND) 23 GR (3611)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	5,1600	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	APLICOLA	0	8,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	piratininga	0	9,0000	3
82	LAPIS DE COR AQUARELÁVEL GRANDE C/24 UND (3612)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	TRIS	0	10,0800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TRIS	0	13,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fabercastel	0	29,0300	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	FABER CASTEL	0	29,0300	4
83	PAPEL DUPLEX CORES VARIADAS (MENOS BRANCO) (3613)	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RST	0	0,3200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,3500	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	REALCE	0	0,4000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vmp	0	0,4000	4
84	GIZ BRANCO ESCOLAR (C/ 64 UND) (3616)	CX	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	DELTA	0	0,6400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	delta	0	0,7300	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELTA	0	0,7900	3
85	GIZ COLORIDO ESCOLAR (C/ 64 UND) (3617)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	delta	0	1,0900	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	delta	0	1,2200	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	DELTA	0	1,2300	3
86	BORRACHA BRANCA Nº 20 (C/20 UND) (3618)	CX	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	SLIM	0	3,8000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	zap	0	3,8400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ZAP	0	4,0600	3
87	PALITO P/ESPETINHO (PCT C/100 UND) (3619)	PCT	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Theoto	0	1,9300	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	THEOTO	0	1,9400	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	GINA	0	2,7900	3
88	CARBONO FILME MANUAL FORMATO A4 21X29,7CM C/100 FLS AZUL (3622)	CX	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	HARD COPY	0	11,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 **Data do Registro: 09/02/2012** **Válido até: 09/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para Secretaria de Educação (Ensino Infantil e Fundamental) e Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Hard Copy	0	11,0400	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	helios	0	28,6000	3
89	PASTA PLASTICA POLIAMIDA C/ABAS ELASTICAS 335X250X35MM (3836)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALAPLAST	0	1,2100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	alaplast	0	1,2200	2
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ALA PLAST	0	1,7400	3
90	ISOPOR 0,50X1,10 C/2 CM DE ESPESSURA (3837)	UND	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Placterm	0	0,8400	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	STOCK	0	2,2600	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	STYROVILLE	0	2,7100	3
91	CD-RW VIRGEM REGRAVAVEL 700MB 80 MINUTOS C/CAPA (3838)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,6000	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	ELGIN	0	1,6100	2
92	CD-R VIRGEM 700 MB 80 MINUTOS C/CAPA (3839)	UND	ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Videolar	0	0,8900	1
93	SILICONE P/PISTOLA COLA QUENTE GRANDE (3843)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RENDCOLA	0	0,4200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	rendicola	0	0,4300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	rendcolla	0	0,4400	3
94	CANETA CORRETIVO (4610)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	KIT	0	1,4900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jocar	0	1,7500	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	VISITEX	0	2,2700	3
95	COLA PARA EVA (4615)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,0500	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	APLICOLA	0	1,4500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	maripel	0	1,5000	3
96	DVD+R VIRGEM 4,7GB (4616)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	elgim	0	0,5300	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MAXPRINTER	0	0,5900	2
			ESCOBRINQ LTDA - EPP (8928)	Videolar	0	0,6700	3
97	EVA AMARELO 58X40X0,2MM (4617)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	3
98	EVA VERDE BANDEIRA 58X40X0,02MM (4626)	UND	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	MEPAS	0	0,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EVARTE	0	1,0400	3
99	FITA ADESIVA DUPLA FACE 12X30MM (4629)	RL	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	FURNAPACK	0	1,5800	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	eurocell	0	2,0800	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPA	0	2,2300	3
100	GIZ DE CERA PEQUENO (CX C/ 12 UND) (4631)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	piratininga	0	0,5100	1
			CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP (8929)	DELTA	0	0,6300	2

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 21.318

PORTARIA Nº 21.318, de 24 de janeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Contratação
Andreia Rodrigues	Téc. Prog. Computador	002	30	35	Vaga vinculada Adriana Schmitz - férias	05/01/12 a 31/01/12
Adair das Graças Martins Cardoso	Aux. Enfermagem	006	14	35	Vaga vinculada Marinês Colaço - até realização do concurso emprego público	01/02/12 a 30/04/12
Cibele Urio	Fisioterapeuta	006	21	20	De acordo com classificação em processo seletivo	30/01/12 a 31/12/12
Cristiano Homero Bordignon	Odontólogo	006	37	20	De acordo com classificação em processo seletivo	23/01/12 a 31/12/12
Elisângela Teodoro	Pedagoga CAPS II	006	25	40	De acordo com classificação em processo seletivo	23/01/12 a 31/12/12
Giuliano Weiller	Terapeuta em Dependência Química	006	30	35	De acordo com classificação em processo seletivo	17/01/12 a 31/12/12
Cleusa Maria Werner Ferlin	Odontóloga/PSF	006	56	20	Até realização concurso emprego público	12/01/12 a 30/06/12
Silvana Maria Pereira Machado	Professor Monitor	008	02	20	De acordo com classificação em processo seletivo - CREAS	25/01/12 a 11/08/12
Leonires Aparecida Constantini Gonçalves	Professor Artes Cênicas	FMC	25	40	De acordo com classificação em processo seletivo - FMC	01/02/12 a 03/10/12
Raquel Aparecida Padilha	Auxiliar de Biblioteca	FMC	13	40	De acordo com classificação em processo seletivo - FMC	01/02/12 a 03/10/12

Caroline Piolli Luz	Odontóloga	006	37	20	Vaga vinculada Cesar Pedrasani - licença prêmio	01/02/12 a 31/07/12
Jussara Aparecida Alonso de Souza	Aux. Serviços Gerais	006	01	44	Vaga vinculada Regiane Resende - licença prêmio	01/02/12 a 20/04/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de janeiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.358

PORTARIA nº 21.358, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR a secretária da Comissão de Sindicância Administrativa nº 01/2012, instaurada através da Portaria nº 21.312, de 18/01/12, ANDRÉA LUCY CARNEIRO, pela estagiária CARMINE LUANA TEZA.

Art. 2º Fica renovado o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta Portaria, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período, sem prejuízo dos trabalhos quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.359

PORTARIA nº 21.359, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR a secretária da Comissão de Sindicância Administrativa nº 01/2012, instaurada através da Portaria nº 21.312, de 18/01/12, ANDRÉA LUCY CARNEIRO, pela estagiária CARMINE LUANA TEZA.

Art. 2º Fica renovado o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta Portaria, podendo o

mesmo ser prorrogado por igual período, sem prejuízo dos trabalhos quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº 056 de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Aviso de Inexigibilidade de Licitação 05-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2012

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 05/2012, para contratação de serviços de publicidade institucional em jornais, revistas e mídia eletrônica conforme Decreto Municipal nº 4657 de 20 de outubro de 2010 mediante credenciamento sendo as seguintes empresas: Referencia Editora Jornalística Ltda, Fatos Diários Edit. Jor. EPP, Sinai Editora Jornalística Ltda - EPP, Portal Caçador Online Ltda, Alex Marcon, EJP serviços de comunicação Ltda, Kemelli Sorgato - ME, Helton Ferreira Márcio Cordeiro, todas com sede neste Município de Caçador/SC pelo valor total de R\$ 272.800,00, pelo período de 12 meses, nos termos do caput artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 09 de Fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Contrato 07-2012 Prefeitura

Contrato nº 07/2012 - 3º aditamento ao contrato administrativo 126-2008, prorrogação prazo contratual pelo período de 12 meses para contratação de empresa habilitada para acesso à internet na Secretaria de Educação. Referente ao processo licitatório nº 137/2008 PR nº 68/2008. Contratado: CONECT INFORMÁTICA LTDA/CNPJ sob o nº 82.889.882/0001-52. Valor: R\$ 8.122,57 mensais. Prazo: 11-02-2013. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

Ata Da Comissão do Edital de Credenciamento de Jornais, Revistas e Mídia Eletrônica 01-2012

ATA DA COMISSÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTAS E MÍDIA ELETRÔNICA Nº 01/2012

Aos seis dias do mês de Fevereiro de 2012, a Comissão do Edital de Credenciamento de jornais, revistas e mídia eletrônica para vinculação na forma de publicidade governamental nº 01/2012, formada pelos seguintes integrantes, Flávio Henrique dos Santos, Mariana Piacentini e DIALA Marchi Gonçalves Bridi, reunidos no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a análise dos documentos apresentados, deliberaram o que segue: sobre os serviços descritos no item 01, da Cláusula I, do Edital nº 01/2012, de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores,

através de Jornal no Município ou Jornal na Região, as empresas Fatos Diários Editora Jornalística Ltda. (Jornal Folha da Cidade), Editora Jornalística Ltda. (Informe Diários Regional) e Sinai Editora Jornalística Ltda. (Jornal Extra), apresentaram toda documentação prevista na Cláusula IV do Edital de Credenciamento. Em relação aos serviços descritos no item 02, da Cláusula I, do Edital nº 01/2012, de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores, através de Revista no Município ou Jornal na Região, a empresa Kemeli Sorgato ME (Revista Atitude), apresentou toda documentação prevista na Cláusula IV do Edital de Credenciamento. Por fim, acerca dos serviços eletrônicos de Internet, notícias do Município de Caçador, descritos no item 03 da Cláusula I, do Edital nº 01/2012, as empresas EJP Serviços de Comunicação Ltda. - ME (dahoraonline.com), Marcio Cordeiro (portalcdr.com.br), Diário Caçadoreense (diariocacadoreense.com), Alex Marcon (aloguia.com) e Portal Caçador On Line Ltda. (caçador.net), apresentaram toda documentação prevista na Cláusula IV do Edital de Credenciamento. Logo, encontram-se todos os interessados acima listados aptos ao Credenciamento.

Caçador (SC), 06 de Fevereiro de 2012.

FLÁVIO HENRIQUE DOS SANTOS

MARIANA PIACENTINI

DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI

Ata Resultado Processo Seletivo Infra Estrutura - após prova prática

ATA DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 01/2012 – INFRA ESTRUTURA

Aos nove dias do mês de Fevereiro de 2012, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 01/2012, formada pelas seguintes integrantes, DIALA Marchi Gonçalves Bridi, Anemari Socreppa Buscarons, Evandro Carlos Fritsch, Franciele Perego e Mardionice Helena Pares, reunidos no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a realização de prova prática, divulgam a pontuação atribuída pela banca Examinadora aos candidatos inscritos:

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

Nome do Cargo: MOTORISTA - CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE.

			Critérios de Desempate			
Class.	Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Exp. Prof.	Filhos	Pontuação Final
1º	Claudinei Alves Pereira	18,5	90,0	-	-	108,5
2º	José Ricardo Kuhn	3,5	100	-	-	103,5
3º	Leonidas José Carneiro	1,6	100	-	-	101,6
4º	Adauto de Oliveira	1,5	90,0	-	-	91,5
5º	Jucimar Aguirre	1,0	90,0	-	-	91,0

6º	Ederson Paiva Antunes	1,0	50,0	-	-	-	51,0
----	-----------------------	-----	------	---	---	---	------

CANDIDATOS ELIMINADOS - Item 9.12 do Edital

Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Resultado Final
Vitor Fernandes Zotto	41,2	0,0	Eliminado
Antonio Valdeci da Silva	25,6	Não compareceu	Eliminado
Pedro Tadeu Dias do Amaral	21,7	Não compareceu	Eliminado
Luiz Ribeiro	3,1	0,0	Eliminado
Moacir Rotta	2,5	0,0	Eliminado
Marcos Alves de Campos	2,5	40,0	Eliminado
Wilson Samuel Nunes	2,0	Não compareceu	Eliminado
Dejandir Nesi	2,0	Não compareceu	Eliminado
Juliano Pereira dos Santos	1,5	40,0	Eliminado
Julio Cesar Machado	1,5	Não compareceu	Eliminado

Nome do Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS - RETROESCAVADEIRA.

CANDIDATO ELIMINADO - Item 9.12 do Edital

Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Resultado Final
Daniel Cavallet	2,2	10,0	Eliminado

Nome do Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS - MOTONIVELADORA.

Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	NÃO HOUVE CANDIDATO CLASSIFICADO				

Nome do Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PAVIMENTAÇÃO.

		Critérios de Desempate					
Class.	Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Exp. Prof.	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Antonio Adelir da Silva	50,0	98,0	-	-	-	148,0
2º	Anderson Roberto Goes	20,5	100	-	-	-	120,5
3º	Luiz Ademar Kraiewski	20,0	98,0	-	-	-	118,0
4º	Nelson Borges Tibes	17,5	100	-	-	-	117,5
5º	Ivo Osmar Machado	15,0	100	-	-	-	115,0
6º	Rubens Jofre Goes	9,5	99,00	-	-	-	108,5
7º	Clausnir Ribeiro Dias	7,5	99,0	-	-	-	106,5

8º	Eloir Souza dos Santos	3,5	100	-	-	-	103,5
9º	Celso José Castilho	1,0	90,0	-	-	-	91,0
10º	Vilmar Ribeiro da Silva	2,0	85,0	-	-	-	87,0
11º	Aldorena de Fátima Prestes	4,0	75,0	-	-	-	79,0

CANDIDATOS ELIMINADOS - Item 9.12 do Edital

Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Resultado Final
Andre Luan de Mattos	3,5	Não compareceu	Eliminado
João Maria Lisboa	2,5	48,0	Eliminado
Wagner Almir de Vergenes	1,5	Não compareceu	Eliminado

Nome do Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FÁBRICA DE TUBOS.

		Critérios de Desempate					
Class.	Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Exp. Prof.	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Jose Ataíde Padilha Fernandes	40,0	100	-	-	-	140,0
2º	Luiz Carlos Nica	25,0	90,0	-	-	-	115,0
3º	Nilton Gomes Ribeiro	7,5	100	-	-	-	107,5
4º	Oziel Alves de Oliveira	5,5	100	-	-	-	105,5
5º	Rodrigo Gonçalves dos Santos	1,5	100	-	-	-	101,5
6º	Ercilio Corrêa de Almeida	1,0	100	-	1	-	101,0
7º	Vanderlei de Jesus Rosário	1,0	100	-	0	-	101,0
8º	Rosa Alice Gonçalves	4,0	90,0	-	-	-	94,0
9º	Valter Fontana Junior	3,5	78,0	-	-	-	81,5

CANDIDATOS ELIMINADOS - Item 9.12 do Edital

Nome do Candidato	Pontuação 1ª Fase	Pontuação Prova Prática	Resultado Final
-------------------	-------------------	-------------------------	-----------------

Nilso Roberto Goes	4,0	Não compareceu	Eliminado
-----------------------	-----	----------------	-----------

Desta forma, encaminhamos para publicação, abrindo-se, nos termos do item 13.1, do Edital nº 01/2012, o prazo para interposição de recursos.

Caçador (SC), 09 de Fevereiro de 2012.

DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI

Assessora de Gabinete do Prefeito

ANEMARI SOCREPPA BUSCARONS

Procuradora do Município

EVANDRO CARLOS FRITSCH

Procurador do Município

FRANCIELE PEREGO

Secretária Escolar

MARDIONICE HELENA PARES

Auxiliar de Secretário

Ata resultado processo seletivo saúde

ATA DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 02/2012 - SAÚDE

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2012, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 02/2012, formada pelas seguintes integrantes, DIALA Marchi Gonçalves Bridi, Anemari Socreppa Buscarons, Ivonete Ruppel, Dinamar Aparecida Gomes e Maicon Sgarbossa, reunidos no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a análise dos documentos apresentados, atribuíram a seguinte pontuação aos candidatos inscritos:

RESULTADO PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO SAÚDE

Nome do Cargo: MOTORISTA – TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Vitor Fernandes Zotto				63,2
2º	Wilson Samuel Nunes				48,9
3º	Claudemir Antunes Moreira				22,9
4º	Claudinei Alves Pereira				18,6
5º	Fabio Andre Tasca				17,5
6º	Anderson Subtil				16,5
7º	Loreni Roier				7,5
8º	Marcos Antonio Pires de Moraes				7,1
9º	Domingos Mateus Dallacosta	0,0	1		6,0

10º	Luiz André Martins	0,0	0		6,0
11º	Alexandro Branco de Moraes				5,3
12º	Leonidas José Carneiro				4,7
13º	Jose Ricardo Kuhn				4,5
14º	Marcos Alves de Campo				3,5
15º	Alcides Moraes de Lemos				3,0
16º	Edson Jose Cordeiro				2,3

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS.

Candidato	Motivo
Andre Luan de Mattos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital – Carteira de Habilitação tipo "C", "D" ou "E".
Argeu Ribeiro da Silva	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital - Ensino Fundamental Completo.
Jocelio Moreira de Souza	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital - Ensino Fundamental Completo.
Juarez de Oliveira Euriques	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital - Ensino Fundamental Completo.
Milton Costa Almeida	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital - Ensino Fundamental Completo.
Waldemar Faganello Filho	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital - Ensino Fundamental Completo.

Desta forma, encaminhamos para publicação, abrindo-se, nos termos do item 11.1, do Edital nº 02/2012, o prazo para interposição de recursos.

Caçador (SC), 07 de Fevereiro de 2012.

DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI

Assessora de Gabinete do Prefeito

ANEMARI SOCREPPA BUSCARONS

Procuradora do Município

IVONETE RUPPEL

Secretária Escolar

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

MAICON SGARBOSSA

Coordenador de Enfermagem EACS e ESF

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato Administrativo Nº 09/2012 - referente ao processo licitatório Nº 03/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 09/2012 - referente ao processo licitatório nº 03/2012 - Pregão Presencial nº 02/2012. Objeto: Contratação de serviço de bufett para o exercício de 2012. Contratada: Dalla Rosa e Spessatto Ltda EPP - CNPJ nº 04.322.131/0001-46. Valor anual: R\$ 52.500,00. Prazo: até 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO
Presidente.

Camboriú**PREFEITURA****PR 5/12 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2012-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS, NOVOS DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO DO VALOR ESTIMADO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 27 (vinte e sete) de Fevereiro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Fevereiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****Decreto Nº 6.878 de 09 de Fevereiro de 2012**

DECRETO Nº 6.878 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Sirley Dranka de Souza Freitas, matrícula nº. 000069;
Maria Maurene Ottvagen May, matrícula nº 000082;
José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula nº 000084;
Ester Maria Forlin Fritsch, matrícula nº 000141;
Angela Aparecida Reckziegel Hübner, matrícula nº 954715.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos: Professor VI - Matemática e II - Educação Física, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2012 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.879 de 09 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.879 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012

REVOGA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6.869

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º) Ficam revogadas as disposições do Decreto Municipal nº. Municipal nº 6.869, a partir de 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 03 de fevereiro de 2012.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.880 de 09 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.880 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO
Nº 6.867 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Art. 158 § 1º da Lei Complementar Municipal nº 014/03; DECRETA:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.867 de 07 de fevereiro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Contratar o Sr. GERSON ENGLER, para exercer o cargo de Professor III - Arte, Registro no Sistema sob o nº 954998; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 014/03, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.355,77 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais, setenta e sete centavos) mensais, pelo período de 07 de fevereiro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de fevereiro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.884 de 09 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.884 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR
DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - Professor I - NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula Funcional nº 000059, Registro no Sistema sob nº 293510, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 110 (cento e dez) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3 Sub-Nível 31C para Nível P3 Sub-Nível 31D no valor de R\$ 1.714,07 (um mil, setecentos e quatorze reais, e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de janeiro de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2010, será pago o valor de R\$ 29,89 (vinte e nove reais, oitenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2010, já descontado o valor de R\$ 3,70 (três reais, setenta centavos), referente a contribuição da servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 7,39 (sete reais, trinta e nove centavos) refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.467 de 30/01/2012 Republicado

REPUBLICADO
DECRETO Nº 6.467 DE 30/01/2012
REGULAMENTA LEI Nº 3.730/ 2012

JAIRO LUFT, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do

Município, no valor de R\$ 6.048,00 (seis mil e quarenta e oito reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.730/12.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito especial previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação orçamentária constante do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em

30 de janeiro de 2012.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em exercício

OBS.: republicado por erro de digitação

Decreto Nº 6.476 de 03/02/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Decreto Nº 6.477 de 03/02/2012

DECRETO Nº 6.477 DE 03/02/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos	de	despesa:
88-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração Pública

Elementos	de	despesa:
84-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 175.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.003 - Manutenção do Dep. de Modernização Adm. e Informatização

Elementos	de	despesa:
83-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.010 - Manutenção do Departamento de Planejamento Educacional

Elementos	de	despesa:
93-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

Elementos de despesa: 9-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 150.000,00
--	--	------------------------

PROJETO/ATIVIDADE: 2.081 - Realização da Festa do Município

Elementos de despesa: 8-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 57.000,00
--	--	-----------------------

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal

Elementos	de	despesa:
35-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0-Aplicações		Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais) parte do superávit financeiro do exercício anterior da fonte de recursos próprios.

Art. 3º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar

Elementos	de	despesa:
100-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.0-Aplicações		Diretas R\$ 95.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º será utilizado o valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

03 de fevereiro de 2012.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 6.478 de 08/02/2012

DECRETO Nº 6.478 DE 08/02/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 101.141,57 (cento e um mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.018 - Reequipamento do Ensino Fundamental
Elementos de despesa: 134-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0073.0 - Aplicações Diretas R\$ 101.141,57

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de:

a) Convênio nº 700472/2011- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Ministério da Educação/FNDE R\$ 101.141,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
08 de fevereiro de 2012.
JAIRO LUFT
Prefeito Municipal, em exercício

Aviso de ADESÃO A Registro de Preço**AVISO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇO**

O Município de Campos Novos torna público que aderiu ao pregão 70/2010, ata registro de preço 02/2011, FNDE/MEC, Kit Fanfarra, para atender as redes publicas de ensino. Conforme especificações constantes no edital, que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua São João Batista, centro, no horário das 13:30 às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 13 de fevereiro de 2012
JAIRO LUFT
Prefeito em Exercício

Aviso de ADESÃO de Registro de Preço**AVISO DE ADESÃO01_12 A REGISTRO DE PREÇO**

O Município de Campos Novos torna público que aderiu ao pregão 42/2010, ata registro de preço 73/2010, FNDE/MEC, de projetor multimídia para atender as redes publicas de ensino. Conforme especificações constantes no edital, que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua São João Batista, centro, no horário das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 13 de fevereiro de 2012
JAIRO LUFT
Prefeito em Exercício

Edital de PP Nº 01/2012 Retificação de ITEM

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
EDITAL DE PP Nº 01/2012

RETIFICAÇÃO DE ITEM

O ITEM Nº 01 permanece inalterado

O ITEM Nº 02 do edital de PP 01/2012 passará a ter a seguinte redação:

Sistema de Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido e Espectral, transportável, para realizar exames de medicina interna, abdômen, ginecologia, obstetrícia, 4D, vascular, cardiologia adulto; cardiologia pediátrica, cardiologia neonatal, transesofágico, urologia, neonatal e pediatria, Intraoperatório, Transcranial, músculo-esquelético, pequenas partes, superfície e imagens tridimensionais em tempo real.

Equipamento digital com no mínimo de 9000 canais de processamento digital. Monitor LCD e colorido de no mínimo 17", com braço articulado.

Carro de suporte com 4 rodízios e travas em no mínimo 2 rodízios; Pannel de Comando com teclado alfanumérico retrátil ou não e track ball;

Gravação em CD-RW / DVD de Multi-estudos, Gravação de exames em Pen-Drive, Sistema de Disco rígido para armazenamento de imagens de 120GB. Harmônica Tecidual - THI; Harmônica de Pulso Invertido , Software 2ª Harmônica; Doppler Pulsado e Doppler Contínuo, Power Doppler Direcional; Doppler colorido, cores Power Angio (CPA), PW / CW Doppler modos, PW e Doppler colorido dos tecidos Imaging,

Sistema de Gerenciamento de pacientes com capacidade para 100.000 imagens; Otimização automática em tempo real de imagem 2D ao toque de um botão (ajuste de curva de TGC/DGC, ganho e curva de compressão); Otimização automática em tempo real de espectro em modo Doppler ao toque de um botão; Cálculos automáticos e apresentação dos resultados em tempo real na função Doppler espectral ao toque de um botão; Ganho de compensação lateral; Software de Composição de imagem em tempo real para melhorar a informação clínica.

Filtro especial para redução de ruído no pré e pós- processamento de imagem.

Modos de imagem: Modo B e Modo M, Modo M com fluxo de Cor, Doppler Colorido, Doppler Espectral com HPRF (Pulsado e Contínuo) e Power Doppler com mapas direcionais;

Colorização do Modo B, Modo M e Doppler Espectral.

Modo M Anatômico.

Software para formação de imagens de tecidos com Doppler (TDI). Análise automática em tempo real da curva de Doppler, com seleção pelo usuário das medidas e índices. E que ofereça consistência nos resultados das medidas entre usuários e reduz interações para aumento da produtividade.

DICOM 3.0 completo incorporado ao equipamento (Print, Store, Work list)

Conexão simultânea e ativa para, no mínimo, 03 (três) transdutores, não sendo considerado o transdutor tipo caneta ou Doppler cego como conexão ativa.

Medidas Básicas: Distância, Área, Tempo, Velocidade, Volume, celeração e Frequência Cardíaca. Pacote de Cálculos Obstétricos e Ginecológicos com tabelas e páginas de relatório, cálculos para multigestação e curva de crescimento fetal. Pacote de Cálculos Vasculares , com tabelas e páginas de relatório; Pacote de Cálculos Cardíacos com páginas de relatório;

Pré e Pós processamento de imagem (Ampliação, Zoom e Medidas no pós processamento de imagens);

Pós processamento de imagem (Tratamento e Otimização);

Controle geral do ganho de cor;

Controle automático de ganho geral;

Software 4D, com transdutores volumétricos dedicados na mesma plataforma.

Transdutores:

01 Transdutor para medicina interna e vascular abdominal (faixa mínima de frequência: 2 a 5MHz).

01 Transdutor linear: Tantos quantos forem necessários para fazer exames vasculares (faixa mínima de frequência 3 a 7MHz) e exames de mama (faixa mínima de frequência 7 a 12MHz) com harmônica.

01 Transdutor para obstetrícia/ginecologia endocavitário (faixa mínima de frequência: 4 a 8 MHz)

01 Transdutor para Cardiologia Adulto (faixa mínima de frequência: 2 a 4 MHz).

01 Transdutor para exames 4D (faixa mínima de frequência de 2 a 6 MHz)

01 guia de Biópsia para Transdutor endocavitário (reutilizável).

Acessórios Que Deverão Acompanhar O Equipamento:

01 Impressora Laser Color - compatível com o equipamento cotado.

01 Nobreak senoidal de no mínimo 2 KVA.

Campos Novos, 09/02/2012.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

MARLIÊSE DA CASS MECABÔ

Administradora

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato 05/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2012

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA DOS SANTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS

VALOR MENSAL: R\$ 680,00

DATA: 07/02/2012

VIGENCIA: 31/12/2012

Canoinhas

PREFEITURA

Edital 001/2012/Fme - Processo Seletivo Para Contratação de Professores-Técnicos Em Caráter Temporário

EDITAL 001/2012/FME

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

A Fundação Municipal de Esportes, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interesses que encontram-se abertas as inscrições para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, para atuarem no ano de 2012 junto à Fundação Municipal de Esportes.

1. DAS INSCRIÇÕES:

O processo de inscrições dar-se-á no período compreendido entre 13 de Fevereiro de 2012 à 24 de Fevereiro de 2012, das 9h às 12 horas e das 14h às 16h, junto à sede da Fundação Municipal de Esportes, localizada à Rua Senador Felipe Schmidt s/nº (Estádio Municipal Benedito Therézio de Carvalho Junior).

No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia do Documento de Identidade - RG e CPF;

b) Fotocópia do diploma de graduação em Educação Física, pós-graduação, ensino médio ou declaração fornecida pela Entidade

de Ensino Superior (com data do mês vigente) de que o candidato encontra-se cursando graduação em Educação Física, devendo constar qual fase ou ano;

c) Comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição - para cômputo de horas;

d) Fotocópia da Cédula de Identidade Profissional CREF com anuidade em dia - Conselho Regional de Educação Física/CONFEF;

e) Comprovante de quitação do serviço militar obrigatório para candidatos do sexo masculino;

f) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais.

g) Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP e declarações de tempo de serviço - para pontuação do tempo de serviço.

1.3. O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;

1.4 Não será realizada a inscrição do candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários;

1.5 O candidato ou procurador deverá preencher o formulário de inscrição e entregá-lo junto à respectiva documentação. Será permitido realizar a inscrição por procuração específica para este fim;

1.6 O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;

Não será realizada a inscrição de candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários.

1.7 Quanto à fotocópia do Diploma de conclusão do Ensino Médio, citado, só será necessária sua apresentação para o candidato que não tiver concluído a graduação;

1.8 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo de inscrição com a indicação de seu número, que deverá apresentar juntamente com a sua carteira de identidade ou outro documento com foto para ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2 DAS VAGAS

2.7 Estarão abertas as inscrições para contratação de profissionais nas seguintes modalidades:

VAGAS	Modalidade Esportiva	Carga Horária	Remuneração
01	Basquetebol	20 horas	R\$ 607,85
01	Futebol de salão	40 horas	R\$1.215,70
01	Futebol de salão	20 horas	R\$607,85
01	Atletismo	20 horas	R\$ 607,85
01	Handebol	20 horas	R\$ 607,85
01	Tênis de campo	20 horas	R\$ 607,85
01	Tênis de mesa	40 horas	R\$ 1.215,70

2.8 O preenchimento das vagas ficará condicionado a demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade.

2.9 O prazo de duração das contratações temporárias objeto do presente processo terá termo final na data 15/12/2012, se por qualquer outro motivo não for rescindido antes, sendo que a contratação será de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 3.869/2005.

3 DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 A classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de pontuação, considerando os seguintes itens:

a) Prova escrita com 20 questões sobre: Português e Conhecimentos Específicos de Educação Física (valor por questão: 0,4 - totalizando 8 pontos) a ser realizada no dia 28 de Fevereiro de 2012, com início às 09h e término às 12h, nas dependências da Universidade do Contestado - campus do centro;

b) Prova de títulos dividida em:

b.1) Cômputo de horas referente a cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição do Período de Outubro de 2009 à Dezembro de 2011, tendo pontuação máxima de 1,0 ponto (0,05 décimos a cada 20 horas de curso até a data da inscrição) - conforme

Anexo I;

b.2) Tempo de serviço, tendo pontuação máxima de 1,0 ponto, ou seja, 20 anos (0,05 décimos a cada ano trabalhado até a data de inscrição) - conforme Anexo II - comprovado através do registro em Carteira de Trabalho ou Declaração emitida pelo empregador não sendo computado o tempo de estágio, monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário.

4 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

4.1 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

5 DOS REQUISITOS

a. No ato da inscrição o candidato além de apresentar a documentação solicitada no item 1.2, deverá comprovar o preenchimento de requisitos específicos, apresentando a respectiva documentação:

MODALIDADE ESPORTIVA REQUISITOS ESPECÍFICOS

Handebol, Futebol de salão, Atletismo, Basquetebol, Tênis de mesa. Graduação Nível Superior em Educação Física e registro no CREF.

b. Classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de maior graduação e participação em cursos de aperfeiçoamento e, ainda, participação em competições oficiais (Federações, Ligas, Fesportes), recebendo a seguinte pontuação:

- O candidato que possuir Graduação Nível Superior em Educação Física obterá 20 pontos, que somente serão válidos nas modalidades em que o requisito específico for Graduação em nível superior;
- O candidato que está regularmente inscrito no CREF em dia com suas obrigações obterá 20 pontos.

- O candidato que apresentar comprovante de frequência e aproveitamento em Cursos de Aperfeiçoamento profissional na respectiva modalidade ofertados por instituições oficiais: Federações da modalidade, CREF, Secretaria de estado do Esporte, Turismo e Lazer; Obterá 05 pontos por evento/curso.

- O Candidato que apresentar comprovantes de frequência e aproveitamento em Cursos de Aperfeiçoamento na referida modalidade, ofertados por Instituições de Ensino Superior, Empresas de Eventos esportivos e Instituições não oficiais, obterá 01 ponto por evento/curso.

- O Candidato que apresentar comprovantes de participação em competições oficiais da modalidade pretendida, expedido por Escola, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos dois anos, obterá 01 ponto por competição.

6 DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

a. A divulgação da listagem classificatória será fixada na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES no dia 02 de Março de 2012, a partir das 14 horas;

b. Os candidatos que se sentirem prejudicados na classificação, poderão interpor recursos, que serão aceitos até às 16 horas do dia 06 de Março de 2012, devendo ser preenchidos formulários próprio fornecido pela Fundação Municipal de Esportes e dirigidos à Comissão Organizadora, conforme Anexo III.

7 DA ESCOLHA DE VAGAS

a. As vagas serão preenchidas, observando-se a demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade;

b. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação;

c. A Data do processo de escolha de vagas será informada juntamente com a homologação do resultado da classificação a ser publicada em edital, após análise dos recursos se houverem;

d. Após a primeira chamada e não tendo sido preenchidas todas as vagas, a Fundação Municipal de Esportes procederá à nova

chamada, em data, horário e local a ser publicado em edital.

e. O candidato que não apresentar-se no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas perderá a vez da escolha e passará a ser o último da lista, para futura chamada, se houver, integrando o Cadastro de Reserva, denominado Banco/RH;

f. O candidato melhor classificado poderá assumir 01 (uma) vaga, com carga horária a ser definida pela Fundação Municipal de Esportes, conforme demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade, desde que haja compatibilidade de horários;

g. Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao candidato trocá-la, salvo por interesse do poder público. O local para desempenhar as suas funções será determinado pela FME.

h. O quadro de vagas será apresentado no dia de publicação da ordem de classificação dos inscritos.

8 DAS DISPENSAS

A dispensa do contratado poderá ocorrer da seguinte forma:

a) a pedido

b) de ofício

i. Quando o pedido para dispensa for interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio junto a Fundação Municipal de Esportes;

ii. Quando for de ofício, a Fundação Municipal de Esportes deverá proceder a comunicação ao servidor contratado;

iii. A dispensa de ofício dar-se-á na situação em que ocorrer redução do número de turmas e interesse do serviço público.

iv. Sendo dispensado, o contratado terá de concorrer à próxima vaga, que por ventura, venha a abrir.

v. Durante o período de atuação na Fundação Municipal de Esportes, durante o ano letivo de 2012, o professor que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios dirigidos a Direção Administrativa, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Fundação Municipal de Esportes, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado a qualquer tempo.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

a. O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos;

b. O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura responsável pelas mesmas;

c. Será admitida a inscrição por procuração, para este fim específico, a qual deverá ser anexada a ficha de inscrição;

d. O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela correntes, sem prejuízo da ação penal cabível;

e. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

f. Depois de efetivada a inscrição, não será fornecida cópia dos documentos anexados e nem alterada a documentação;

g. As contratações temporárias objeto do processo seletivo, serão regidas pela Lei Municipal nº. 3.869/2005. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº. 2.305/1190, no que couber.

h. É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone) atualizado junto a Fundação Municipal de Esportes;

i. Os casos omissos - serão decidido e resolvidos pela Comissão Organizadora, em conjunto com a Assessoria Jurídica do município de Canoinhas.

Canoinhas, 10 de Fevereiro de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

A N E X O I

(Edital 01/FME/2012)

FICHA DE CÔMPUTO DE HORAS/ANO LETIVO 2012

NOME DO CANDIDATO: _____

CPF _____ RG _____

TOTAL DE HORAS DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DE INSCRIÇÃO, CONFORME COMPROVANTES (CERTIFICADOS) ANEXOS: _____

TOTAL DE PONTOS: _____

DATA: ____/____/____

Assinatura do Candidato Assinatura responsável da FME

A N E X O II

(Edital 01/FME/2012)

TABELA DE PONTUAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ANO LETIVO 2012

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS	PONTOS
01	0,05
02	0,10
03	0,15
04	0,20
05	0,25
06	0,30
07	0,35
08	0,40
09	0,45
10	0,50
11	0,55
12	0,60
13	0,65
14	0,70
15	0,75
16	0,80
17	0,85
18	0,90
19	0,95
20	1,00

A N E X O III

(Edital 01/FME/2012)

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA O ANO 2012

NOME: _____

FUNÇÃO: _____

Descreva claramente o motivo da solicitação de revisão de sua colocação na classificação, bem como citando nomes de inscritos como referência, se necessário:

OBS.: de acordo com o edital, não será aceita documentação para anexar na inscrição, sendo considerados para classificação, os documentos apresentados até a data de término das inscrições.

Canoinhas, ____/____/____

Assinatura do Requerente

Edital do Processo Seletivo Simplificado Para Contratação Temporária de Cuidador de Idosos Nº 01/2012

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE CUIDADOR DE IDOSOS Nº 01/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas - SC e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, no uso de suas atribuições, tornam público que encontram-se abertas as inscrições para Processo Seletivo Simplificado, para contratação de profissionais em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal nº 3.869/2005, para atuar no Município de Canoinhas, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

I - DAS VAGAS, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1 O presente processo seletivo destina-se à contratação de profissional para atuação junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família para a função de CUIDADOR(A) DE IDOSOS, no Lar dos Idosos, sito à Rua: Saulo de Carvalho, nº 263, Bairro Sossego, Canoinhas- SC, consoante a seguinte remuneração, habilitação e carga horária a seguir:

Nº DE VAGAS	CARGO	SALÁRIO VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA/ semanal	HABILITAÇÃO
05	Cuidador(a) de Idosos	R\$ 577,22 e adicional noturno	40 horas (Turno 24 h/72h)	Ensino Médio Completo ou Equivalente

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1 O processo de inscrição dar-se-á no período de 13 de fevereiro de 2012 a 24 de fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, sito a Rua: 3 de maio, nº 189, Centro, Canoinhas- SC no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 15:30 horas. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Original e cópia da Carteira de Identidade;
- Original e cópia do CPF;
- Original e cópia da Certidão de Nascimento dos filhos, se for o caso;
- Original e cópia do Diploma de Ensino Médio ou equivalente;
- Original e cópia dos cursos de aperfeiçoamento na área de atuação;
- 01 foto 3x4

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

III - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Estar em dia com as obrigações militar e eleitoral;
- Ter idade mínima de 18 anos completos até a data da contratação;
- Não será cobrada taxa de inscrição;

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Canoinhas e afixadas no mural da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas (www.pmc.sc.gov.br) no dia 29 de fevereiro de 2012. O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, até a data de 02 de março de 2012. O resultado final será divulgado no dia 13 de março de 2012 no mural da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família e no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

V - DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 5.1 Ter idade mínima de 18 anos;
- 5.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);
- 5.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação além dos já apresentados para a inscrição:
 - 5.3.1 Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - 5.3.2 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - 5.3.3 Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
 - 5.3.4 Cédula de Identidade (RG);
 - 5.3.5 CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
 - 5.3.6 Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;
 - 5.3.7 Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
 - 5.3.8 Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
 - 5.3.9 Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
 - 5.3.10 Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
 - 5.3.11 Número de inscrição no PIS/PASEP;
 - 5.3.12 Fotografia 3X4 recente;
 - 5.3.13 Comprovante de residência atual;
 - 5.3.14 Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.
- 5.4 O contrato de trabalho decorrente deste Processo Seletivo será efetivado por prazo determinado, de acordo com as disposições da Lei n.º 3.869/2005, ficando ciente o profissional contratado, que havendo realização de concurso público para provimento do cargo, o contrato temporário poderá ser rescindido antecipadamente.
- 5.5 Os profissionais habilitados e contratados por força deste Processo Seletivo, serão regidos pelas disposições contidas da Lei Municipal n.º 3.869/2005.
- 5.6 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo poderão ser chamados de acordo com a necessidade do serviço, a contar da data de homologação do resultado deste Processo Seletivo.

VI - DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

- 6.1 A prova escrita será realizada no dia 06 de março de 2012, com início às 08h30min e término às 11h30min, nas dependências da Universidade do Contestado, situada à Rua Roberto Elhke nº 85 - Centro, neste município de Canoinhas - SC;
- 6.2 As provas serão compostas de 20 questões objetivas que versarão sobre conhecimentos específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);
- 6.3 Cada questão receberá 0,30 pontos, totalizando 6 pontos referente as vinte questões objetivas;
- 6.4 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

- 6.5 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;
- 6.6 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;
- 6.7 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
 - 6.7.1 Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
 - 6.7.2 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
 - 6.7.3 Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
 - 6.7.4 Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;
 - 6.7.5 Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;
 - 6.7.6 Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.
- 6.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;
- 6.9 A divulgação da classificação final dos candidatos dar-se-á no dia 13 de março de 2012, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

VII - DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

- 7.1 Na prova de títulos será realizada análise da documentação pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada por meio de decreto, sendo analisados os seguintes critérios: comprovação de realização de cursos de aperfeiçoamento na área específica do cargo por meio de declarações e certificados;
- 7.1.1 Na classificação dos candidatos a pontuação atribuída será:
 - a) Cursos de aperfeiçoamento na área - a cada 60 horas - 01 ponto (até o máximo de 4 pontos).

VIII - DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

- 8.1 O candidato que obtiver o número de acertos inferior a 6 questões na prova objetiva (pontuação 1,8) será automaticamente desclassificado;
- 8.2 A prova de títulos será realizada somente para os candidatos aprovados na prova objetiva;
- 8.3 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;
- 8.4 Em caso de igualdade de pontuação na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.
- 8.5 A pontuação final do candidato será a somatória dos itens 6.3 e 7.1.1 do presente edital.

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;
- 9.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;
- 9.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se todos juntos da sala;
- 9.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;
- 9.5 Após a divulgação do resultado final, o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família;

9.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;
9.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;
9.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;
9.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.
9.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do processo Seletivo.

Canoinhas, 10 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

MARIA HERMÍNIA MORESCHI

Secretária Municipal de

Desenvolvimento Social e da Família

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.343/2012, de 8 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 2.343/2012, de 8 de fevereiro de 2012.

"AUTORIZA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação dos seguintes bens, de propriedade do Município de Catanduvas-SC:

A) 1 veículo PAS/MICROONIBUS RENAULT/MASTER BUS16 DCI, ano/mod 2007/2008, Diesel, capacidade 16P/114CV, cor branca, placas MEU6047, RENAVAL 948592680, pelo valor mínimo de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);

B) 1 veículo PAS/MICROONIBUS RENAULT/MASTER BUS16 DCI, ano/mod 2008/2008, Diesel, capacidade 16P/114CV, cor branca, placas MFF2573, RENAVAL 959675701, pelo valor mínimo de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais); e

C) 1 veículo CAR/CAMINHÃO BASCULANTE VW/VW 14.210, ano/mod 1990/1990, Diesel, capacidade 23,00T/210CV, cor branca, placas LZN9365, RENAVAL 552629413, pelo valor mínimo de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Parágrafo 1º O valor dos bens foi estabelecido pela Comissão de Avaliação de Veículos, nomeada pelo Decreto nº 1.801, de 20 de janeiro de 2012, através dos laudos emitidos na data de 25 de janeiro de 2012, que integram a presente Lei.

Parágrafo 2º A alienação será efetiva através de processo licitatório próprio em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e suas alterações, através de leilão público oficial a ser contratado na forma da IN nº 113, de 28 de abril de 2010, e art. 25 da Lei nº

8.666 e alterações.

Art. 2º Tal medida é do interesse público municipal, tendo em vista que aludidos veículos já não mais atendem as necessidades do Município, ao mesmo tempo em que o valor arrecadado com a venda será utilizado na aquisição de outros veículos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 8 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

Lei Nº 2.345/2012, de 8 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 2.345/2012, de 8 de fevereiro de 2012.

"AUTORIZA REALIZAR DESPESAS ADICIONAIS NA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA FNHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas adicionais na construção de unidades habitacionais dentro do Programa FNHIS - Prestação de Serviços de Assistência Técnica HIS, em execução ao Termo de Compromisso nº 0321540-19/2010, do Ministério das Cidades, a importância de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), para a edificação de cento e oitenta (180) unidades habitacionais.

§ 1º A presente prerrogativa consta da cláusula décima terceira do Anexo ao Termo de Compromisso nº 0321540-9/2010, firmado com o Ministério das Cidades, na realização de despesas extraordinárias.

§ 2º Os valores serão aplicados exclusivamente na complementação dos valores da contratação da mão de obra para a construção de cento e oitenta (180) unidades habitacionais de que trata o Termo de Compromisso firmado com o Ministério das Cidades.

Art. 2º A presente medida é do interesse público municipal, vez que os valores máximos inicialmente estipulados para a mão de obra na construção de unidades habitacionais, e a estipulação de parcos critérios técnicos de capacidade econômico-financeira, vêm tornando inviável a execução das construções, pois cada dia, mais insuficientes para cobrir os custos da execução.

Art. 3º A aplicação dos valores previstos no art. 1º, será efetuada através de regular processo licitatório, na forma do disposto na Lei 8.666 e alterações.

Art. 4º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 8 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

Lei Complementar Nº 85/2012, de 8 de Fevereiro de 2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2012, de 8 de fevereiro de 2012.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONVÊNIO COM A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 95.996.187/0001-31, entidade filantrópica sem fins lucrativos, visando a manutenção de programa de cooperação financeira.

Artigo 2º O Município repassará à entidade conveniada a importância correspondente a R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais) por mês, para cada criança de Catanduvas que se encontre abrigada.

Artigo 3º O valor repassado deverá ser depositado em conta específica da Entidade, e prestado conta no prazo máximo de sessenta (60) dias após o recebimento.

Parágrafo único. A Entidade poderá utilizar o valor repassado em despesas de custeio e manutenção.

Artigo 4º O prazo de vigência do convênio será de 12 (doze) meses, correspondendo o período compreendido entre 1º de janeiro e 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Artigo 5º As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro de 2012.

Artigo 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 8 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

Lei Nº 2.344/2012, de 8 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 2.344/2012, de 8 de fevereiro de 2012.

“AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a

todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cessão de uso gratuito de uma motocicleta Yamaha/YBR 125ED ano/mod 2003/2003, chassi 9C6KE042030005615, cor roxa, RE-NAVAN 805634029, com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.096.391/0001-76, com sede na Rua Almirante Lamego, 381, Centro, na cidade de Florianópolis-SC.

Art. 2º O veículo descrito no art. 1º é de propriedade do Município de Catanduvas-SC, avaliado para os devidos fins em R\$ 2.999,00 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais), e será cedido ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, para utilização do Quartel do Corpo de Bombeiros de Catanduvas, sede microrregional, situado na Rua Wenceslau Brás, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC.

§ 1º O prazo da cessão de uso será de 1º de fevereiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º A cessionária deverá utilizar o veículo exclusivamente nas suas atividades, responsabilizar-se pelas despesas de manutenção e funcionamento, bem como o pagamento dos impostos e licenciamentos incidentes, além de danos perante terceiros.

§ 3º A cessão será efetivada mediante termo próprio, a ser firmado entre o cedente e a cessionária.

Art. 3º A presente medida é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e suas alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2012.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 8 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Lei Nº 2.347/2012 de 8 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 2.347/2012 de 8 de fevereiro de 2012.

“ALTERA LEI Nº 2.255 DE 28 DE ABRIL DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010 passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º []

Parágrafo único. Para atender a necessidade imediata de servidor e desde que não tenha disponibilidade de candidato aprovado em concurso público ou processo seletivo, a contratação para atender

às necessidades previstas nos incisos do artigo anterior prescindirá de processo seletivo.

Art. 2º Fica inserido o parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 4º []

Parágrafo único. As contratações sem processo seletivo simplificado de que trata o parágrafo único do artigo anterior terão duração máxima de seis (6) meses, ou até que cessem os eventos que lhe deram causa, ou ainda, a ocorrência do respectivo concurso público, e sem direito a prorrogação.

Art. 3º As alterações determinadas por esta lei devem ser consolidadas na redação da Lei nº 2.255 de 28 de abril de 2010 com a referência legislativa e indicação: (alterada pela Lei nº de janeiro de 2012).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 8 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

Lei Nº 2.348/2012, de 8 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 2.348/2012, de 8 de fevereiro de 2012.

“ALTERA A LEI Nº 1.716, DE 4 DE JANEIRO DE 2002 COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 2.173/2008 E LEI Nº 2.190/2009 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo III da Lei nº 1.716, de 4 de janeiro de 2002 com alterações da Lei nº 2.173, de 10 de junho de 2008 e Lei nº 2.190, de 4 de março de 2009 passando a vigorar com a seguinte redação:

Cargos efetivos	Símbolo	Classe	Nível	Referência	Nº de vagas	Carga horária
Professor de Educação Infantil	MAG-01	1 a 4	506 a 533	A - G	40	20 h/s
Professor de Educação Infantil	MAG-01	1 a 4	506 a 533	A - G	7	40 h/s
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	MAG-02	1 a 4	506 a 533	A - G	57	20 h/s
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	MAG-02	1 a 4	506 a 533	A - G	13	40 h/s
Professor de Educação Física	MAG-03	1 a 4	506 a 533	A - G	13	20 h/s

Professor de Artes	MAG-04	1 a 4	506 a 533	A - G	3	20 h/s
Professor de Língua Estrangeira	MAG-05	1 a 4	506 a 533	A - G	3	20 h/s
Professor de Jovens e Adultos	MAG-06	1 a 4	506 a 533	A - G	6	20 h/s

Art. 2º As alterações determinadas por esta lei devem ser consolidadas na redação da Lei nº 1.716, de 4 de janeiro de 2002 com a referência legislativa e indicação: (alterada pela Lei nº de de).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 8 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Extrato de Contrato FMS Nº 0002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0002/2012

Convite nº 0050/2011 (Processo Licitatório nº 0108/2011).

Objeto: Locação de impressoras, com tonner e manutenção, visando o desenvolvimento das atividades das Secretaria de Administração, Educação, Cultura e Desporto e Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-SC.

CONTRATADO: CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Prazo de vigência: 02 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 02 de janeiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0007/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0007/2012

Convite nº 0050/2011 (Processo Licitatório nº 0108/2011).

Objeto: Locação de impressoras, com tonner e manutenção, visando o desenvolvimento das atividades das Secretaria de Administração, Educação, Cultura e Desporto e Saúde.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Prazo de vigência: 02 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 02 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 097 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 097/2012

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Fundamental.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, por nova habilitação ou titulação, a Servidora TATIANE DE SOUZA, matrícula nº2557/04 (Código 3.3.02), ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental, com fundamento no art. 22, incisos I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, código 3.3.02, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99,

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 098 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 098/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 23/02/2010 à 22/02/2011, a AMILTON CARLOS WESTPHAL, Matrícula nº254/01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30(trinta) dias no período de 13.02.2012 à 13.03.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 099 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 099/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 21/02/2011 à 20/02/2012, a MARIA CATARINA DOS SANTOS, Matrícula nº113/03, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30(trinta) dias no período de 13.02.2012 à 13.03.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 100 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 100/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, Lei Complementar nº. 008, de 23.12.99;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar o Servidor Público CLOBSON SCHEIDT, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nos termos do art. 30, inciso II alínea "c" da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, a partir de 13.02.2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 101 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 101/2012

- CONSIDERANDO que o servidor ocupante do cargo efetivo de

Operador de Equipamentos - 40 horas, foi aprovado no Concurso Público nº. 001/2011;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ALCIOMAR GUILHERME CORREA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos-40 horas, nomeado pela Portaria nº. 025 de 26.01.2012, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 13.02.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 102/2012 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 102/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 006/2011/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário NARA LÍGIA VIEIRA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT-10 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para lecionar a disciplina de Artes nas Series Inicias, no Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia e no Centro Educacional Jose Rengel, pelo período de 13.02.2012 a 21.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 103/2012 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 103/2012

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear TAINÉ RODE, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Nível DAS-1, Anexo Único, da LC nº 047 de

01.12.2010, a partir de 13.02.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 104/2012 de 10.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 104/2012

CONSIDERANDO - que a titular DALVA PASSIG DA SILVA esta designada para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 006/2011/SMECE;

RESOLVE

Art.1º Admitir em caráter temporário, DENISE MACHADO KLE-TEMBERG, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar no 1º ano das Series Inicias, na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, pelo período de 13.02.2012 a 21.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 16/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2012 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 24 de fevereiro de 2012, às 09:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de Material de Limpeza pelo Município de Chapadão do Lageado, para atender à demanda das Secretarias Municipais, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 13 de Fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 6/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2012 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012 - FMS

O Município de Chapadão do Lageado, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 24 de fevereiro de 2012, às 11:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de Material de Limpeza pelo Município de Chapadão do Lageado, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades extensivas, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 13 de fevereiro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 100/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 100/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO, no cargo de Professor - Língua Espanhola, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 101/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 101/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia FABIANE LOHMANN PEINHOPF no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FABIANE LOHMANN PEINHOPF, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 102/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 102/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia FLAVIA MARA BALBINOTT no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FLAVIA MARA BALBINOTT, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 103/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 103/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 104/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 104/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ILKA SIEBAUER DE AZEREDO E SILVA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ILKA SIEBAUER DE AZEREDO E SILVA, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2

de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 105/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 105/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia IRIA DAL ZOT no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, IRIA DAL ZOT, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 106/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 106/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia JANAINA MACARI PELLIZZARI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JANAINA MACARI PELLIZZARI, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 107/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 107/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia JANIA PAULA BONASSI BET no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JANIA PAULA BONASSI BET, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 108/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 108/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia JUCILEIA CADORIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JUCILEIA CADORIN, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 109/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 109/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKÉ no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKÉ, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 110/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 110/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT, no cargo de Professor - Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 111/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 111/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia LEDIR INES ADAMS no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LEDIR INES ADAMS, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 112/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 112/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia LIDIA TEREZINHA DE PINHO ALMEIDA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LIDIA TEREZINHA DE PINHO ALMEIDA, no cargo de Professor - Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 113/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 113/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia LIZIANE DE SOUZA VIEGAS no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LIZIANE DE SOUZA VIEGAS, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 114/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 114/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 115/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 115/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia MARISA ALINE MAGEDANS no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARISA ALINE MAGEDANS, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 116/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 116/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia MARISA APARECIDA CAVALLI POZZO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARISA APARECIDA CAVALLI POZZO, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 117/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 117/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia MARISA FATIMA POZZO HAMERA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARISA FATIMA POZZO HAMERA, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 118/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 118/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia MARLENE LUISA LANZARIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARLENE LUISA LANZARIN, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 119/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 119/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia MIRIAM DORNELLES no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MIRIAM DORNELLES, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Secretário Escolar, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 120/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 120/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia PATRICIA BAGGIO HOLZMANN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PATRICIA BAGGIO HOLZMANN, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 121/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 121/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ROSE MARI SIEGA BALBINOTT no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSE MARI SIEGA BALBINOTT, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 122/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 122/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia BERNARD KLAUS WIGGERS no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, BERNARD KLAUS WIGGERS, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 123/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 123/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia SIMONE FALABRETTI LECARDELLI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SIMONE FALABRETTI LECARDELLI, no cargo de Professor - Artes, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 124/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 124/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SINTIA MARA HERPICH no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SINTIA MARA HERPICH, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 125/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 125/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SONIA PIZZATTO RODIO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SONIA PIZZATTO RODIO, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 126/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 126/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI, no cargo de Professor - Artes, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 127/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 127/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia VANIA POZZEBON no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VANIA POZZEBON, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 128/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 128/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia VANUSA APARECIDA HIRT ZOTTIS no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VANUSA APARECIDA HIRT ZOTTIS, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 129/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 129/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia ZULAMAR MARIA COSTA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ZULAMAR MARIA COSTA, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 130/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 130/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia EDIMAR FERREIRA DA SILVA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, EDIMAR FERREIRA DA SILVA, no cargo de Professor - Língua Espanhola, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 131/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 131/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia ELISANDRA GOZZI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELISANDRA GOZZI, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 132/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 132/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia FRANCIELI GUGEL VARELA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FRANCIELI GUGEL VARELA, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 133/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 133/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia KARLA DEMARCHI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, KARLA DEMARCHI, no cargo de Professor - Artes, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério

Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 134/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 134/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora KATIA GERUSA BASEGGIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora KATIA GERUSA BASEGGIO, do cargo de provimento efetivo de Secretário Escolar, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 135/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 135/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia KATIA GERUSA BASEGGIO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, KATIA

GERUSA BASEGGIO, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 136/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 136/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
REVOGA a gratificação, pelo exercício de função de chefia, concedida à servidora SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 2 de fevereiro de 2012, a gratificação pelo exercício de função de chefia, concedida à servidora SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91332-00, pelo inciso II do art. 1º do Decreto nº 264/2011, de 16 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 137/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 137/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 138/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 138/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia KELLI ROSA BOMBANA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, KELLI ROSA BOMBANA, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 139/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 139/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia LIRINES SENSOLLO DALMOLIN no cargo de Professor.
O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LIRINES SENSOLLO DALMOLIN, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 140/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 140/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia LISANDRA ZUANAZZI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LISANDRA ZUANAZZI no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 141/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 141/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

REVOGA a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 2 de fevereiro de 2012, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 58602-00, pelo Decreto nº 719/2011, de 19 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 142/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 142/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia MAISA BIANCHINI RENOSTO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MAISA BIANCHINI RENOSTO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 143/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 143/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia MARCIA BEATRIZ SANTANA GOMES no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARCIA BEATRIZ SANTANA GOMES, no cargo de Professor - Língua Espanhola, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de EducaçãoPublicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 144/2012, de 1º de Fevereiro de 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 144/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de EducaçãoPublicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 145/2012, de 1º de Fevereiro de 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 145/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de EducaçãoPublicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 146/2012, de 1º de Fevereiro de 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 146/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ROSEMERI LUISA FINGER no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSEMERI LUISA FINGER, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 147/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 147/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SILVANEA FORNER no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SILVANEA FORNER, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 148/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 148/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SIMONE LAZAROTTO no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SIMONE LAZAROTTO, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Atendente de Consultório Odontológico, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 149/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 149/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Exonera, a pedido, o servidor CARLOS FERNANDO COMASSETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor CARLOS FERNANDO COMASSETTO, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Projetos, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 150/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 150/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Exonera, a pedido, a servidora JULIANE WIERZYNSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JULIANE WIERZYNSKI, do cargo de provimento efetivo de Professor, código

10.12, matrícula 95648-01, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 151/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 151/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora ELISANDRA ZAGONEL MACHADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELISANDRA ZAGONEL MACHADO, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 92185-03, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 152/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 152/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ALESSANDRA NITSCHKE no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ALESSANDRA NITSCHKE, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 153/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 153/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, o servidor CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS, do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 154/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 154/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS no cargo de Técnico Legislativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS, no cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 155/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 155/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ELTON JOHN FABRICIO no cargo de Farmacêutico.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ELTON JOHN FABRICIO, no cargo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 156/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 156/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA no cargo de Agente de Controle Interno.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, no cargo de Agente de Controle Interno, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 157/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 157/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia LUANA LIS REDECKER KUNRATH no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUANA LIS REDECKER KUNRATH, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 158/2012, de 1º de Fevereiro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 158/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011.

Nomeia ADNILTON JOSE PEREIRA no cargo de Psicólogo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ADNILTON JOSE PEREIRA, no cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 159/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 159/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia CRISTIANO PASTERNAK no cargo de Engenheiro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, CRISTIANO PASTERNAK, no cargo de Engenheiro - Agrônomo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 160/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 160/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ELAINE ROMAN BUSSOLO no cargo de Analista de Gestão Humana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELAINE ROMAN BUSSOLO, no cargo de Analista de Gestão Humana, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 161/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 161/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ELIS REGINA BITENCOURT TESTA LIBANO no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELIS REGINA BITENCOURT TESTA LIBANO, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 162/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 162/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia GABRIEL FELIPE LUDVIG no cargo de Arquivista.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, GABRIEL FELIPE LUDVIG, no cargo de Arquivista, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 163/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 163/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia JEFERSON RIBEIRO DE JESUS no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, JEFERSON RIBEIRO DE JESUS, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 164/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 164/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia MARA ADRIANA LEMKE no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARA ADRIANA LEMKE, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 165/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 165/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia PAMELA MARIA FACCIO no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PAMELA MARIA FACCIO, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 166/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 166/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SILVANA DOMINGUES no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SILVANA DOMINGUES, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 167/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 167/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia SOLANGE RAMOS DA SILVA FRUHAUF no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SOLANGE RAMOS DA SILVA FRUHAUF, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 168/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 168/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 169/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 169/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia DAIANE ROMAN no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DAIANE ROMAN, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 170/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 170/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia DANIELA STRINGHINI no cargo de Arquiteto.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DANIELA STRINGHINI, no cargo de Arquiteto, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 171/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 171/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia LEA DE ABREU VARGAS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LEA DE ABREU VARGAS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 172/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 172/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA no cargo de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental I.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental I - Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 173/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 173/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre o desligamento da servidora RENATE MOSER FACCIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora RENATE MOSER FACCIN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Grupo Ocupacional Funcional - GF, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 174/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 174/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora RENATE MOSER FACCIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora RENATE MOSER FACCIN, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Fiscalização, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 175/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 175/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre o desligamento da servidora LOURDES MARIA CELANT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora LOURDES MARIA CELANT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 176/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 176/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia RENATE MOSER FACCIN no cargo de Encarregada da Seção de Fiscalização.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora RENATE MOSER FACCIN, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Fiscalização - Secretaria Municipal de Finanças, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 177/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 177/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia SOLANGE SEIDENSTÜCKER no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SOLANGE SEIDENSTÜCKER, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 178/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 178/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARINES ZAGO DE VARGAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, à servidora MARINES ZAGO DE VARGAS, ocupante do cargo de Secretário Escolar, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 21 de janeiro de 2007 a 20 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 179/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 179/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Averba tempo de contribuição; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados, nos assentamentos funcionais da servidora NEUSA SALETE LORENZETTI DEON, ocupante dos cargos de Professor, tempo de contribuição, na forma abaixo:

I - 1.608 dias, ou seja: 4 (quatro) anos, 4 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 1994, na matrícula 92002-00, nível 10.12;

II - 2.711 dias, ou seja: 7 (sete) anos, 5 (cinco) meses e 6 (seis) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 22 de dezembro de 2011, na matrícula 92002-01, nível 10.10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 2.504/95, de 15 de fevereiro de 1995.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 180/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 180/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DORIS MARCON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, à servidora DORIS MARCON, ocupante do cargo de Psicólogo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de janeiro de 2002 a 14 de janeiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 181/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 181/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora GABRIELE SIEGA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora GABRIELE SIEGA, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Obras, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 182/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 182/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia GABRIELE SIEGA no cargo de Engenheiro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GABRIELE SIEGA, no cargo de Engenheiro - Civil, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.679, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.679, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

ABRE crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.386, de 16 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2011, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade 26.782.0044.1013 Modernização e Organização Administrativa - SEMUT
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0089 Recursos de Alienação R\$ 110.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 110.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 70/2012, de 23 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 70/2012, DE 23 DE JANEIRO DE 2012.

Concede licença para tratar de interesses particulares ao servidor
MARCOS ROBERTO HENGEN.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 123 da Lei Comple-
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor MARCOS ROBERTO HENGEN,
ocupante do cargo de Servente Braçal, licença para tratar de in-
teresses particulares, sem remuneração, pelo período de 1 (um)
ano, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VANEI LUIZ MELCHIOR
Secretário Municipal de Transportes, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 71/2012, de 25 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 71/2012, DE 25 DE JANEIRO DE 2012.

ALTERA expressão constante no inciso I do art. 1º do Decreto nº
397/2004, de 3 de junho de 2004, e alteração, que dispõem sobre
a localização dos pontos de estacionamento de táxis no Município
de Concórdia e estabelece o número de vagas.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de
dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de
dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar para "Rua Dr. Maruri, em frente à edificação nº 911",
a localização do Ponto de Táxi nº 2, constante no inciso I do art.
1º do Decreto nº 397/2004, de 3 de junho de 2004 e alteração,
que dispõem sobre a localização dos pontos de estacionamento de
táxis no Município de Concórdia e estabelece o número de vagas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
ELMO ANTONIO RICHARDI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras,
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 72/2012, de 25 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 72/2012, DE 25 DE JANEIRO DE 2012.

Nomeia o servidor JOSE ANTONIO SARETTA para responder, inte-
rinamente, pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimen-
to Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complemen-
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei
nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOSE ANTONIO SARETTA, ocu-
pante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, para
responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Turismo, no período de 25 de janeiro a 5 de fevereiro
de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias,
percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 73/2012, de 26 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 73/2012, DE 26 DE JANEIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora ELAINE ROMAN BUSSOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELAINE ROMAN BUSOLO, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Serviços Externos, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 74/2012, de 26 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 74/2012, DE 26 DE JANEIRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora MARISA PASINATO PICHETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARISA PASINATO PICHETTI, do cargo de provimento efetivo de Secretário Escolar, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 75/2012, de 26 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 75/2012, DE 26 DE JANEIRO DE 2012.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2010 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2010 e alterações, fica ampliado o número de vagas para os cargos de:

I - Agente de Serviços Gerais - 11 (onze) vagas;

II - Arquiteto - 3 (três) vagas;

III - Engenheiro - Civil: 5 (cinco) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 76/2012, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 76/2012, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

Constitui e designa Comissão de Enquadramento dos Servidores do Magistério Público Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto art. 86 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Enquadramento dos Servidores do Magistério Público Municipal, com a incumbência de:

- I - elaborar normas complementares de enquadramento que forem necessárias e relacionar as vantagens auferidas pelo servidor com vistas ao enquadramento;

II - elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento;

III - realizar o enquadramento dos servidores;

IV - receber e decidir os pedidos de revisão de enquadramento.

Art. 2º Designar, para integrar referida Comissão, as seguintes servidoras:

I - representante da Secretaria de Administração: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN - Presidente;

II - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) ANEMARIE RECH;

b) ROSE ANTONIETTI GOMES DE ALMEIDA;

III - representante da Assessoria Jurídica: MARTA CORRADI DE SOUZA;

IV - representante da classe do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal: CLARICE FABONATTO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 77/2012, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 77/2012, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

Nomeia MARISA PASINATO PICHETTI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARISA PASINATO PICHETTI, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 78/2012, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 78/2012, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

Nomeia GILSE TERESINHA MEZACASA BORILE no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GILSE TERESINHA MEZACASA BORILE, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 79/2012, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 79/2012, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

Nomeia Diretores Escolares.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de dezembro de 2011 e alteração, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações e no Decreto nº 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações e considerando o resultado da eleição realizada no dia 26 de novembro de 2011, objeto do Edital de Eleição de Diretores de Unidades Escolares nº 1/2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Diretores Escolares eleitos, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Funções de Confiança ou Cargos Comissionados, na forma abaixo:

I - ADRIANA DILDA BONATTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 18112-02, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Frei Cipriano Chardon, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

II - ANDRE RAMOS RIZELO, para exercer o cargo de Diretor Escolar III da Escola Básica Municipal Ângelo Ary Biezu, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

III - ANDREIA CADORIN SCHIAVINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 4405-07 e 4405-11, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Romeu de Sisti, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

IV - CLEONICE BISON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88072-04, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Maria Petroli, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

V - DARCI ANTONIO BOIANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 18201-00, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

VI - ELEANDRA ANTONIA PINTRO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula, 36366-02, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

VII - ELIANE APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Santa Rita, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

VIII - ELIANE BEATRIZ BALSAN CAMILLO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40967-00 e 40967-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar II do Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

IX - EMERSON BORTOLOTTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49220-05, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Irmão Miguel, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

X - EMERSON RODRIGO KOCH, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 99546-00, para exercer o cargo de Diretor Escolar I da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XI - GILSE TERESINHA MEZACASA BORILE, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 91774-00 e código 10.12, matrícula 91774-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Imigrantes, a partir de 2 de fevereiro de 2012;

XII - IVETE CECHIN, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 94978-01 e 94978-06, para exercer o cargo de Diretora Escolar I do Grupo Escolar Municipal Nova Brasília, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XIII - JANICE OLIRIA ZILIO GUIZZO, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Petrópolis, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XIV - JAQUELINE MARIA FERASO MARTELLO, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora da Salete, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XV - JUCELIA BORSATI, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 40886-00 e código 10.12, matrícula 40886-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica

Municipal João Theobaldo Magarinos, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XVI - LIANE MARIA DE CARLI PETRY, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 88455-00 e código 10.12, matrícula 88455-03, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Parque de Exposições, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XVII - MARIANES SOLIGO, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal Santa Rita, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XVIII - MARIEMA FRACASSO RIZZO, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 56294-00 e código 10.12, matrícula 56294-03, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Melvin Jones, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XIX - MARISA PASINATO PICHETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 56278-05, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Elizabetha Pavan, a partir de 2 de fevereiro de 2012;

XX - MAURA PIERINA BACCIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95044-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal das Nações, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXI - MIRIA FATIMA GUZZO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40959-00 e 40959-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Cinquentenário, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXII - NILSE DE LOURDES ZAGONEL RUBINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.13, matrículas 96946-00 e 96496-01, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Concórdia, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXIII - REJANE BASSEGGIO NESI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52450-05, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXIV - ROSANI BALTAZAR DA ROSA, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 13820-00, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Santa Cruz, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXV - ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91707-03 e 91707-04, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal Concórdia, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXVI - VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92541-00, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Eugênio Pozzo, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

XXVII - VERANILCE BOSCATTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 31976-00 e 31976-04, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Anna Zambarchi Coldebella, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 80/2012, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 80/2012, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

Designa IVAIR CORREIA no cargo de Diretor Escolar II.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações e no Decreto nº 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o senhor IVAIR CORREIA, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Natureza, do Quadro de Cargos Comissionados de Direção de Unidade Escolar do Magistério Público Municipal, percebendo vencimentos próprios do cargo, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 81/2012, de 30 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 81/2012, DE 30 DE JANEIRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor FRANCISCO DEOCLECIO MACIEL RIBEIRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, ao servidor FRANCISCO DEOCLECIO MACIEL RIBEIRO, ocupante do cargo de Jornalista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por

assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de janeiro de 2007 a 7 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de janeiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 82/2012, de 30 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 82/2012, DE 30 DE JANEIRO DE 2012.

Nomeia CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA no cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos - Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de janeiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 83/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 83/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Designa a servidora NELSI DIAS para responder, interinamente, pela coordenação do Abrigo Provisório Anjo Gabriel; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NELSI DIAS para responder, interinamente, pela coordenação do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, no período de 1º de fevereiro a 1º de março de 2012, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora NELSI DIAS, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, no período de 1º de fevereiro a 1º de março de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração CRISTIANE FER-
NANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 84/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 84/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

REVOGA a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 2 de fevereiro de 2012, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90050-02, pelo Decreto nº 548/2011, de 5 de julho de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 85/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 85/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

REVOGA a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora ANDIARA SGARABOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 2 de fevereiro de 2012, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora ANDIARA SGARABOTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102008-00, pelo Decreto nº 708/2011, de 13 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 86/2012, de 1º de Fevereiro de 2

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 86/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

REVOGA a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora ANDREIA FATIMA VARELA KA FER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 2 de fevereiro de 2012, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora ANDREIA FATIMA VARELA KA FER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 13536-02, pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 64/2011, de 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 87/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 87/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 88/2012, de 1º de Fevereiro de 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 88/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ANA PAULA DEITOS no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANA PAULA DEITOS, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 880/2011, de 14 de Dezembro de 2011**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 880/2011, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Designa Diretores Escolares; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, de 1º de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, para exercerem os cargos de Diretores Escolares, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Funções de Confiança ou Cargos Comissionados, os servidores abaixo relacionados:

I - ADRIANA DILDA BONATTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 18112-02, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Frei Cipriano Chardon;

II - CLADIR PADOAN ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52540-03, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Concórdia;

III - CLADISNEI CLARICE GRUHLKE SCHMIDT, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91723-00 e 91723-01, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos;

IV - DALINE CORDAZZO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.14, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette;

V - DARCI ANTONIO BOIANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 18201-00, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer;

VI - DIOLAINÉ SUZIN CAMARGO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92215-02, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette;

VII - ELIANE BEATRIZ BALSAN CAMILLO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40967-00 e 40967-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar II do Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira;

VIII - EMERSON BORTOLOTTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49220-05, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Irmão Miguel;

IX - FABIO JOSE PELISER, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 49891-00 e 49891-03, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Natureza;

X - GILSE TERESINHA MEZACASA BORILE, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91774-00, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Imigrantes;

XI - INES FATIMA BIANCHINI, ocupante do cargo de Secretário Escolar, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Ângelo Ary Biezu;

XII - IVETE CECHIN, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 94978-01 e 94978-06, para exercer o cargo de Diretora Escolar I do Grupo Escolar Municipal Nova Brasília;

XIII - JANICE OLIRIA ZILIO GUIZZO, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Petrópolis;

XIV - JAQUELINE MARIA FERASO MARTELLO, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora da Salete;

XV - JUCELIA BORSATI, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 40886-00 e código 10.12, matrícula 40886-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos;

XVI - JULIANO PRAVATO, para exercer o cargo de Diretor Adjunto da Escola Básica Municipal Santa Rita;

XVII - MARCIA CASAGRANDE, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 68640-00 e 68640-01, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal das Nações;

XVIII - MARIANES SOLIGO, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal Santa Rita;

XIX - MARIEMA FRACASSO RIZZO, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 56294-00 e código 10.12, matrícula 56294-03, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Melvin Jones;

XX - MARILANE FIAMETTI STUANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93653-00, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Parque de Exposições;

XXI - MARISA PASINATO PICHETTI, ocupante do cargo de Secretário Escolar, para exercer o cargo de Diretora Escolar III da Escola Básica Municipal Elizabetha Pavan;

XXII - MIRIA FATIMA GUZZO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40959-00 e 40959-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar III do Grupo Escolar Municipal Cinquentenário;

XXIII - NADIA LOINI KASTER SCHEIFLER, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 92231-00 e código 10.12, matrícula 92231-02, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Maria Petroli;

XXIV - NILSE DE LOURDES ZAGONEL RUBINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.13, matrículas 96946-00 e 96946-01, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal Concórdia;

XXV - ROSANI BALTAZAR DA ROSA, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.14, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Santa Cruz;

XXVI - SALETE VOLPATO WOLOSZYN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 40983-06, para exercer o cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal das Nações;

XXVII - TATIANE CRISTINA ARGENTON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 33294-02, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Romeu de Sisti;

XXVIII - VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI, ocupante do cargo de Professor, código 10.14, matrícula 92541-00, para exercer

o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Eugênio Pozzo;

XXIX - VERANILCE BOSCATTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 31976-00 e 31976-04, para exercer o cargo de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 24/2009, de 2 de janeiro de 2009; 213/2009, de 9 de fevereiro de 2009; 131/2010, de 2 de fevereiro de 2010; 279/2010, de 9 de março de 2010; 248/2011, de 9 de março de 2011; 249/2011, de 9 de março de 2011; 706/2011, de 13 de setembro de 2011 e 707/2011, de 13 de setembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 89/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 89/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia ANA PAULA GUIMARÃES no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANA PAULA GUIMARÃES, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 90/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 90/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ANDIARA SGARABOTTO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANDIARA SGARABOTTO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 91/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 91/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ALEXANDRA GODIN no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ALEXANDRA GODIN, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 92/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 92/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ANDREIA FATIMA VARELA KAFER no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANDREIA FATIMA VARELA KAFER, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 93/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 93/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ANDREIA RECH GONÇALVES no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ANDREIA RECH GONÇALVES, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 94/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 94/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia ARLENE MARIA PIGATTO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ARLENE MARIA PIGATTO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 95/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 95/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia ARLETE CRISTINA MENEGAT no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ARLETE CRISTINA MENEGAT, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente

de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 96/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 96/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia CATIA PEDROTE no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CATIA PEDROTE, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 97/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 97/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia DENISE KUSSLER MAUSOLF no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei

Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DENISE KUSSLER MAUSOLF, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 98/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 98/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ELENICE DE CARLI FORNARI no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELENICE DE CARLI FORNARI, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 99/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 99/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia ELIANE DECARLI NOSSAL no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELIANE DECARLI NOSSAL, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Portaria Nº 10/2012, de 1 de Fevereiro de 2012

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 10/2012, DE 1 DE FEVEREIRO DE 2012.

Convoca servidor em gozo de férias.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Servidora DIANE DOS SANTOS, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço nos dias 1 a 12 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1 de fevereiro de 2012.

MARGARETE PECINI GIORDANI
Agente Administrativo

Portaria Nº 33/2012, de 27 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 33/2012, DE 27 DE JANEIRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Contador, no período de 1º a 26 de fevereiro de 2012;

II - FABIANO ZAGO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 26 de janeiro de 2012;

III - SADI LASSEN, ocupante do cargo de Motorista, a partir do período vespertino do dia 26 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 34/2012, de 30 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 34/2012, DE 30 DE JANEIRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, na CI nº 032/2012, de 24 de janeiro de 2012.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora SIRLEI ROMANI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 30 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 35/2012, de 2 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 35/2012, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ELISANGELA GABRIELA GERHARD, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2012;

II - FERNANDA POZZA ZANOTTI, ocupante do cargo de Arquiteto, no período de 1º a 12 de fevereiro de 2012;

III - FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Formação, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

IV - GILSON ANTONIO MINUSCULI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Gabinete, a partir de 7 de fevereiro de 2012;

V - SIRLEI STOLL ZAMBON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 1º a 12 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de RATIFICAÇÃO de Dispensa de Licitação Nº 1/2012

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO

MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2012

O Superintendente em exercício, da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor Moacir Valcarenghi, Chefe de Departamento Ambiental, que Dispensou a Licitação, nos termos do artigo 24, inc. X da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para locação de imóvel destinado às instalações da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, a favor da empresa IMOBILIARIA COMPASSO LTDA ME, no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Concórdia, SC, 09 de fevereiro de 2012.

LEVI ELÓI DOS SANTOS

Superintendente FUMDEMA, em exercício

Extrato do Termo de Cancelamento Pregão Presencial Nº 9/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA- SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2012 - PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2012 - PMC

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais elétricos para iluminação extra em eventos noturnos e execução de iluminação interna nos cemitérios Municipais descritos nos anexos "A" e "B" deste edital.

EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO

Em face do pedido da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, através da CI nº 75/2012 de 09 de fevereiro de 2012, torna-se público que o processo em referência foi CANCELADO. Concórdia, SC, 09 de fevereiro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Convocação PARA ASSINATURA de Ata de Registro de Preço Pregão Eletrônico Nº 1/2011 - FMHIS

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2011 - FMHIS
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.973.921/0001-17, com sede na Rua Bruno Lopes, nº 9, Forquilha, São José, SC, 88106-527, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 14.1.2 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 15 do Edital.

Concórdia, SC, 09 de fevereiro de 2012.

CRISTIANE WERLANG
Gestora do FMHIS

Edital de Concurso Público Nº 2/2012, de 7 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2012, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01,

TORNA PÚBLICA

a homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011, de 21 de novembro de 2011 e alteração, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Fundação Municipal de Esportes, aos 7 dias do mês de fevereiro de 2012.

GIL ARTIFON

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Edital de Convocação Nº 1/2012, de 3 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2012, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012.

Convoca Audiências Públicas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiências Públicas Municipais, em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de definir ações e metas com vistas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2013.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º deste Edital, serão consideradas as Audiências que realizar-se-ão nos dias e locais

mencionados no Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Art. 3º Para as Audiências Públicas, ficam convocados os delegados e os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo - COP, conforme previsto no art. 7º, IX, do Regimento Interno do referido Conselho e convidados todos os cidadãos concorden- ses maiores de 16 (dezesseis) anos.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DATA	HORÁRIO	SEDE	PARTICIPANTES	LOCAL
1º.3.2012	19 horas	Bairro Frago- sos	Bairro Frago- sos	Centro Comu- nitário
2.3.2012	19 horas	Lajeado Quin- tino	Loteamento Sintrial e Laje- ado Quintino	Centro Comu- nitário
5.3.2012	19 horas	Barra do Tigre	Linha Kaiser, Barra do Tigre, Gomer- cindo, Lajeado Medeiros e Presidente Castelo	Centro Comu- nitário
6.3.2012	19 horas	Três Barras	Capela Santa Teresinha, Três Barras, Lajeado dos Pintos, Sara- cura, Guajuvira e Primeiro de Setembro	Centro Comu- nitário
7.3.2012	19 horas	Bairro Nova Brasília	Bairro Nova Brasília	EBM Nova Brasília
8.3.2012	19 horas	Bairro Santa Rita	Bairro Santa Rita	EBM Santa Rita
12.3.2012	19 horas	Linha Pinhal	Linha Pinhal, Barra Bonita, Barra do Castilho, Can- hada Funda, Aparecida, Coqueiros e Alto Suruvi	Centro Comu- nitário
13.3.2012	19 horas	Distrito de Planalto	Distrito de Planalto, Linha de Carli, Tate- to e Vargem Bonita	Centro Comu- nitário
14.3.2012	19 horas	Lajeado Paulino	Rancho Gran- de, Lajeado Paulino, Bar- ras do Lajeado Paulino, do Pi- nhal e do Ran- cho Grande, Linhas Sertão, Ipiranga, Lauro Müller, Céu Azul e Km 111	Centro Comu- nitário

15.3.2012	19 horas	Distrito de Tamanduá	Distrito de Tamanduá, Linhas Alto Boa Esperança e Boa Esperança	Centro Comunitário
19.3.2012	19 horas	Lajeado Guilherme	Linhas Lajeado Guilherme, Pinhal Poleta Santa Lúcia	Centro Comunitário
20.3.2012	19 horas	Linha Poço Rico	Linhas Terra Vermelha, Poço Rico, Volta Alegre, Nova Menequetti, Unida e Barra do Jacutinga	Centro Comunitário
21.3.2012	19 horas	Lajeado das Pombas	Lajeado das Pombas, Linhas Gasperini, dos Gaios, São Brás, Laranjeira e Erval	Centro Comunitário
22.3.2012	19 horas	Distrito de Santo Antônio	Distrito de Santo Antônio, Linhas Boscato e 24 de Fevereiro, Lajeado Crescência e Barra Fria	Centro Comunitário
26.3.2012	19 horas	Linha Vitória	Linhas Ouro, Suruvi, Vitória e Frei Rogério	Centro Comunitário
27.3.2012	19 horas	Linha São Luiz	Linhas Rui Barbosa, São Luiz, Três Ilhas, Baixo São Luiz, Porto Brum e Sede Brum	Centro Comunitário
28.3.2012	19 horas	Linha São Geraldo	Linhas São Paulo, Canavese, dos Grandos e São Geraldo	Centro Comunitário
29.3.2012	19 horas	Linha Três de Outubro	Linhas Salatinho, Maria Goretti e Três de Outubro	Centro Comunitário
2.4.2012	19 horas	Linha Santa Terezinha	Linhas Santa Terezinha, São José, Petkov e Bairro São Cristóvão	Centro Comunitário
3.4.2012	19 horas	Linha Alto Periquito	Linha Alto Periquito	Centro Comunitário
4.4.2012	19 horas	Bairro Jardim	Bairros Jardim e Arvoredo, Vila União e Loteamento Vila D' Itália	Centro Comunitário
9.4.2012	19 horas	Bairro Primavera	Bairro Primavera e Vila Militar	Centro Comunitário

10.4.2012	19 horas	Bairro dos Industriários	Bairro dos Industriários	Centro Comunitário
11.4.2012	19 horas	Bairro Vista Alegre	Bairros Vista Alegre e Loteamentos Bom Pastor, Belos Montes e Bela Vista	Centro Comunitário
12.4.2012	19 horas	Loteamento Vila Itaíba	Bairros da Gruta, Cristal e Flamengo, Loteamentos Novo Horizonte, Vila Itaíba e Redin	Centro de Idosos
16.4.2012	19 horas	Linha Tiradentes	Linhas Tiradentes, Caravágio, Alvorada e Lageano	Centro Comunitário
17.4.2012	19 horas	Barra Seca	Cachimbo, Barra Seca, Linha Cedro e Santa Cecília	Centro Comunitário
18.4.2012	19 horas	Vila Jacob Biezu	Vila Jacob Biezu, Loteamentos Bussolaro, Esperança e Frei Lency	Centro Comunitário
19.4.2012	19 horas	Linha Guarani	Linhas Guarani, Sede Brum e Rigon	Centro Comunitário
23.4.2012	19 horas	Bairro Nossa Senhora da Salete	Bairro Nossa Senhora da Salete	GEM Salete
24.4.2012	19 horas	Centro	Centro e Bairro Cinquentenário	Casa da Cultura
25.4.2012	19 horas	Bairro Imperial	Bairros Imperial e Sunti	Centro Comunitário
26.4.2012	19 horas	Bairro Floresta	Bairro Floresta	Centro Comunitário
27.4.2012	19 horas	Bairro Guilherme Reich	Bairro Guilherme Reich, Loteamentos Renascença, Nova Palma, Vittorio Veneto, Peruzzo, Vitória e Colibri	Centro Comunitário
30.4.2012	19 horas	Distrito de Presidente Kennedy	Distrito de Presidente Kennedy, Linhas Santa Catarina, Laudelino e Schiavini	Centro Comunitário
2.5.2012	19 horas	Loteamento Catarina Fontana	Loteamento Catarina Fontana	Centro Comunitário
3.5.2012	19 horas	Bairro Imigrantes	Bairro Imigrantes e Loteamento Zampronio	Centro Comunitário

4.5.2012	19 horas	Bairro Liberdade	Bairros Liberdade e São Miguel	Centro Comunitário
7.5.2012	19 horas	Bairro dos Estados	Bairro dos Estados	Centro Comunitário
8.5.2012	19 horas	Bairro Nazaré	Bairro Nazaré e Loteamento São Paulo	EBM Maria Melânia Siqueira
9.5.2012	19 horas	Bairro Poente do Sol	Bairros Natureza e Poente do Sol	Centro Comunitário
10.5.2012	19 horas	Bairro das Nações	Bairro das Nações	Centro Comunitário
14.5.2012	19 horas	Bairro Santa Cruz	Bairro Santa Cruz	Centro Comunitário
15.5.2012	19 horas	Bairro Petrópolis	Bairro Petrópolis	Centro Comunitário
16.5.2012	19 horas	Bairro Santo Ângelo	Bairro Santo Ângelo	Centro Comunitário
17.5.2012	19 horas	Bairro Parque de Exposições	Bairro Parque de Exposições, Loteamentos Jardim Europa e Portinari	Auditório do Centro de Eventos
21.5.2012	19 horas	Distrito de Engenho Velho	Distrito de Engenho Velho, Linhas Oito de Maio, Marchezan, Pinheiro Preto e Presidente Juscelino	Centro Comunitário

Regimento Interno Das Oficinas Artísticas Da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA
REGIMENTO INTERNO DAS OFICINAS ARTÍSTICAS
DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA, instituída pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 mantém, gratuitamente, Oficinas Artísticas de Música, Dança, Ginástica, Teatro e Artesanato, sendo que o presente rege todas as ações das Oficinas Artísticas, bem como normas e condutas, direitos e deveres de alunos, dos profissionais administrativos, Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora que fazem parte das mesmas. Em sua organização as Oficinas Artísticas reger-se-á pela legislação oficial específica em vigor e manter-se-á nos turnos matutino, vespertino e noturno de segunda a sexta-feira.

CAPITULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º Objetiva-se por intermédio das oficinas gratuitas de música, dança, ginástica, teatro e artesanato:

I - Proporcionar um canal para criação e expressão artística dos alunos com finalidades educacionais que propõe a fruição e ampliação dos conhecimentos por meio do contato com sons e músicas, para estimular a expressão corporal, explorando as possibilidades do corpo, por meio das múltiplas expressões culturais desenvolvidas com a prática da dança, do teatro, com a pesquisa e desenvolvimento de atividades em grupos, ouvindo, reconhecendo e produzindo sonoridades.

II - Oferecer cursos de iniciação musical e instrumental de guitarra, teclado, violão, piano, acordeon, dança, ginástica, teatro e artesanato à comunidade de Concórdia, para a descoberta de suas

potencialidades artísticas, visando valorizar a capacidade através do seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social;
 III - Aprimorar os conhecimentos adquiridos em vivências artísticas anteriores, colaborar para a revelação artística e fomentar novos processos criativos;
 IV - Oportunizar o contato com a arte, acerca das diversas linguagens e expressões, possibilitando o ingresso em futuros cursos especializados e profissionalizantes.

CAPITULO II

DA SECRETARIA DAS OFICINAS ARTÍSTICAS

Art. 2º - É competência da Secretaria das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

I - Representar as Oficinas Artísticas nos atos públicos.

II - Responsabilizar-se pelo bom funcionamento das Oficinas Artísticas, buscando o cumprimento do Regimento Interno das Oficinas Artísticas.

III - Receber, informar e enviar documentos que sejam necessários para o funcionamento das Oficinas Artísticas.

IV - Articular encontros coletivos para planejamentos dos Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora com os demais segmentos da FMC.

V - Dinamizar coletivamente o planejamento e a construção de atividades, eventos, festivais e mostras das Oficinas Artísticas.

VI - Estimular a reflexão coletiva para a construção das atividades e planejamento de ações junto aos Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II, Professora e Superintendência.

VII - Organizar horários e vagas das Oficinas Artísticas

VIII - Organizar arquivo documental de modo a assegurar sua preservação.

IX - Elaborar e encaminhar relatórios necessários a Superintendência e administração da FMC.

IX - Redigir e subscrever as atas, comunicados e documentação necessária aos alunos, pais ou responsáveis e aos Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora.

X - Exercer demais funções de expedição responsabilizando-se em repassar aos interessados;

XI - Receber e atender as pessoas que se dirigem a secretaria das Oficinas Artísticas.

CAPITULO III

DAS OFICINAS DE MÚSICA

Art. 3º. A modalidade de música compreende:

I - Ensinos práticos e teóricos de música, oportunizando ao aluno a prática instrumental e o desenvolvimento de aptidões e criatividade.

II - Período de frequência da oficina:

Acordeon, violão, teclado e guitarra permanência máxima por aluno de 3(três) anos e para piano 5 (cinco) anos.

III- A oficina de música objetiva especialmente pela iniciação a instrumentalização musical.

CAPITULO IV

DAS OFICINAS DE DANÇA

Art. 4º. A modalidade de dança compreende:

I - DANÇA POPULAR: as coreografias serão elaboradas especialmente para o grupo, onde o aluno terá oportunidade de vivenciar os mais variados temas relacionados com sua realidade. Em cada dança, o aluno terá espaço para expressar-se e desenvolver sua criatividade e consciência corporal.

II - DANÇA FOLCLÓRICA: a base desta modalidade é a utilização das danças originais, visando o conhecimento histórico sobre o povo que originou a mesma. Através de pesquisas e histórias contadas por imigrantes entre outros. Dessa forma, o aluno conhecerá os usos e costumes, música, canto, a localização geográfica e história da imigração.

III - DANÇA DE RUA: As aulas oportunizarão não somente o aprendizado da dança, mas o exercício de suas características básicas fundamentais: força, equilíbrio, coordenação, educação de

movimento, expressão. Além da prática, presente na maioria das aulas, o aluno terá a oportunidade de conhecer a história, a origem e o progresso, no Brasil e no mundo, através dos "estudos em dança de rua".

Art. 5º- As oficinas de dança, serão desenvolvidas coletivamente e o tempo de permanência do aluno é ilimitado.

CAPITULO V

DAS OFICINAS DE GINÁSTICA

Art. 6º. A Oficina de Ginástica compreende atividades relacionadas à prática de atividade física, de acordo com as regras vigentes neste regimento.

I- Será obrigatório a apresentação de atestado médico para a participação da oficina de ginástica, sendo o mesmo válido por 1 ano.

II- As oficinas de ginástica, desenvolvidas coletivamente, terão o tempo máximo de permanência de 5 anos.

III - A partir de mês de junho o ingresso na oficina de ginástica somente será efetivada após uma avaliação diagnóstica realizada pelo profissional da área.

CAPITULO VI

DAS OFICINAS DE TEATRO

Art. 7º. As oficinas de teatro compreendem 3 (três) níveis:

I - INICIANTE: o aluno conhece a terminologia básica da linguagem teatral e também os diversos espaços físicos: Palco Italiano, Arena, Palco Elisabetano e Palcos Alternativos. A base de treinamento deste nível é a improvisação dirigida, possibilitando ao aluno o desenvolvimento da observação e criatividade, focalizando a formação de platéia.

II - INTERMEDIÁRIO: neste nível o foco é o treinamento corporal mais intensificado, onde o aluno reconhece no seu corpo limites e tensões, para poder superá-las e agir de forma mais natural. As improvisações dirigidas têm continuidade com a criação de pequenos esquetes. O aluno também é incentivado a fazer leituras de textos teatrais.

III - AVANÇADO: O objetivo principal deste nível é criar autonomia no aluno, desenvolvendo um treinamento onde o mesmo, conhecendo suas limitações irá transformá-las, estabelecendo códigos individuais e criando partituras corporais. Assim, ele criará uma sistemática de trabalho pautada no conhecimento adquirido, sempre orientandos pelo técnico artístico, que, proporá os focos a serem trabalhados. Também serão efetuadas análises e interpretações de textos dramáticos, históricos e teóricos.

IV- As oficinas de Teatro são atividades desenvolvidas coletivamente e o tempo de permanência do aluno é ilimitado.

CAPITULO VII

DA OFICINA DE ARTESANATO

Art. 8º. A modalidade de Artesanato compreende:

I - ARTESANATO: A oficina terá como objetivo principal a formação dos conceitos básicos de artes como: cor/linha/composição/harmonia bem como a fabricação e manuseio de materiais e a manipulação de instrumentos, reflexão de uso de materiais e a contextualização de produtos na sociedade em que o aluno esta inserido. Havendo a necessidade de releituras históricas do uso de materiais locais, estes serão elaborados com produtos da cultura regional como: palha de milho, grãos, folhas secas, etc.

II- A oficina de artesanato será uma atividade desenvolvida coletivamente, o tempo de permanência do aluno será de 3 (três) anos.

CAPITULO VIII

DA COMPOSIÇÃO

Art. 9º. As oficinas serão integradas na forma especificada neste capítulo.

§ 1º Oficinas de Música: Serão ministradas 1(uma) vez por semana com duração de 50 minutos cada:

Teclado: alunos a partir de 8 anos completos, atendimento individual ou em grupo de até 4(quatro)alunos;

Piano: alunos a partir de 8 anos completos, atendimento individual;

Acordeon: alunos a partir de 8 anos completos, atendimento individual;

Guitarra: alunos a partir de 8 anos completos; atendimento individual ou em grupo de até 3(três) alunos;

Violão: alunos a partir de 10 anos completos; atendimento individual;

§ 2º Oficinas de Dança por alunos com idade mínima de 5 (cinco) anos completos, sendo que as turmas serão formadas de acordo com a faixa etária e níveis de aprendizado, com no máximo 20 (vinte) alunos cada turma, sendo de 1(uma) a 2(duas) vezes por semana.

§ 3º Oficinas de Artesanato: alunos a partir de 8(oito) anos de idade, sendo que as turmas serão formadas de acordo com a faixa etária, com no máximo 15 (quinze) alunos cada turma.

§ 4º Oficinas de Teatro: alunos a partir de 10 anos, com no máximo 16 (dezesesseis) alunos cada turma, com no máximo 16 (dezesesseis) alunos cada turma, sendo de 1(uma) a 2(duas) vezes por semana, divididos em níveis conforme descrito capítulo VI.

§ 5º Oficinas de Ginástica: alunas a partir de 16 anos e máximo 60 anos, sendo que os mesmos poderão ser formados em turmas de acordo com os horários disponíveis, tendo no máximo 25 (vinte e cinco) alunas por turma, com no máximo 20 (vinte) alunos cada turma, sendo de 1(uma) a 2(duas) vezes por semana.

§ 6º. O aluno poderá frequentar até 2 (duas) oficinas, sendo uma de caráter coletivo (dança, ginástica, artesanato, teatro) e outra individual (piano, violão, guitarra, acordeon e teclado). Em caso de desistência de uma oficina, o aluno somente terá direito a nova inscrição após 12 meses.

Art. 10º. Fica estabelecido que:

§ 1º O aluno e/ou seus responsáveis, assumem o compromisso com a FMC, de permanecer na oficina ou no grupo de dança e teatro, até o término das atividades do ano, visto que a ausência nas atividades coletivas prejudica o trabalho proposto.

§ 2º Caso o aluno não se adapte, provocando situações constrangedoras, ou infringindo as regras contidas neste Regimento Interno, caberá a secretaria das oficinas, juntamente com a Superintendência da FMC, encaminhar aos pais ou responsáveis, comunicado, por escrito, acerca da situação e a reincidência implicará no afastamento do aluno.

§ 3º Concluído o período de frequência ou caso de desistência em uma oficina o aluno, somente poderá matricular-se novamente em outra oficina após 12 (doze) meses.

§ 4º Quando da ausência do auxiliar artístico, técnico artístico I e II e Professora (em caso de atestado médico) das oficinas de atendimento individual serão encaminhados através da secretaria em aulas previamente planejadas pelo profissional.

§ 5º Para as oficinas de caráter de atendimento coletivo a ausência do Auxiliar Artístico e Técnico Artístico I e II e Professora será suprida com o encaminhamento da turma para atividades de expressão corporal com servidor de área de formação equivalente, que estiver com carga horária à disposição.

CAPITULO IX

DAS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS

Art.11º. As matrículas para novos alunos, se menores de 18(dezoito) anos, deverão ser acompanhados pelos pais que assinarão termo de responsabilidade (anexo). Somente os alunos devidamente matriculados poderão frequentar as oficinas.

I - a Secretaria das Oficinas Artísticas responsabilizar-se-á pelas matrículas e rematrículas bem como datas e prazos de execução.

II - para alunos já matriculados será feita a rematrícula que acontecerá na primeira semana de dezembro, sendo que menores de 18 (dezoito) anos deverão ser efetuadas pelos pais ou responsáveis.

III - as rematrículas serão amplamente divulgadas ainda no

período letivo para garantir a vaga do aluno.

IV - para efetuar a matrícula é necessário apresentação de cópia de Identidade ou Certidão de Nascimento, comprovante de residência no município de Concórdia e atestado médico comprovando a aptidão para as atividades físicas desenvolvidas na oficina de ginástica.

V - as matrículas podem ser efetuadas durante o ano até o mês de outubro, desde que haja vaga na oficina pretendida. Em não havendo vaga, o candidato interessado permanece inscrito em lista de espera e será chamado pela secretaria sempre que abrir vaga, seguindo ordem de inscrição na referida lista.

VI - Quando o aluno não efetuar a rematrícula em seu tempo hábil e desde que houver interesse do mesmo, este aguardará a disponibilidade de vaga na oficina pretendida.

CAPITULO X

DAS OFICINAS E FREQUÊNCIAS

Art. 12º. As Oficinas Artísticas da FMC terão a seguinte carga horária:

I - OFICINAS COLETIVAS E GINASTICA: cada turma terá de 1 (uma) ou 2 (duas) aulas semanais com duração de 45min a 01h30 ou no caso de horários disponíveis o quadro será efetuado pela secretaria.

II - OFICINAS DE MÚSICA: 1(uma) aula semanal, com duração de 50 minutos, tendo um intervalo de 10 minutos entre cada aula;

§ 1º É obrigatória a frequência dos alunos em todas as aulas e atividades realizadas pelas Oficinas Artísticas e será registrada em documento próprio da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia com objetivo de acompanhar a participação em cada oficina. O registro de frequência será entregue mensalmente à Secretaria devidamente assinado pelo Auxiliar Artístico ou Técnico Artístico I e II e Professor.

§ 2º As faltas serão justificadas somente com apresentação de atestado médico. Quando o aluno atingir 25% de faltas do total de frequência anual da oficina ou 03 faltas consecutivas será caracterizado a exclusão do aluno, permitindo assim que seja aberta vaga a novo candidato que tenha disponibilidade para frequentar as aulas.

§ 3º Os horários estabelecidos deverão ser respeitados, por alunos, Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II, Professora e Secretaria das Oficinas Artísticas.

§ 4º Os alunos poderão chegar no máximo 10 (dez) minutos antes do início das oficinas e não poderão ausentar-se da sala sem o conhecimento ou permissão do Auxiliar Artístico ou Técnico Artístico I e II e Professora. Os alunos deverão esperar a sua aula na recepção da FMC, e poderão ser advertidos, caso infringam as regras contidas neste Regimento Interno.

§ 5º Após o término das oficinas os pais são totalmente responsáveis por seus filhos, especialmente os menores de 18 anos.

§ 6º Nas oficinas os alunos devem participar uniformizados quando estipulado ou para as atividades propostas.

§ 7º É proibido o uso na sala de aula de celulares, brinquedos ou lanches, a não ser quando solicitado.

§ 8º Todos os equipamentos utilizados para realização das aulas disponibilizados pela Fundação Municipal de Cultura de Concórdia devem ser zelados como todo e qualquer bem público.

§ 9º A elaboração dos horários das oficinas é de responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

§ 10º Cada Auxiliar Artístico ou Técnico Artístico I e II e Professora, manterá um documento que possibilite sistematizar a evolução do aprendizado na oficina frequentada pelo aluno, como instrumento de mensuração do desempenho podendo ser apresentado, se necessário, aos pais ou responsáveis.

CAPITULO XI

DOS ALUNOS

Art. 13º Todos os alunos devidamente matriculados conforme disposto neste Regimento Interno deverão:

I- Frequentar assiduamente e integralmente as aulas, bem como

as atividades realizadas pelas Oficinas Artísticas da FMC.

II- Respeitar as normas disciplinares da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

III- Zelar pelo asseio e conservação das instalações, dependências, materiais, móveis e utensílios. No caso de depredação, os alunos e seus responsáveis serão chamados a repor ou reparar os danos causados ao patrimônio.

IV- Manter uma relação de cortesia e respeito com os Gestores, Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II, Professora e servidores e demais.

V- Possuir seus materiais individuais necessários e conservá-los em perfeita ordem.

VI- As faltas deverão ser justificadas por atestados médicos.

VII- Ser assíduo e pontual nas atividades a serem realizadas.

VIII- Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações da FMC.

IX- Não é permitido o uso de objetos que possam por em risco o processo de aprendizagem.

X- Os alunos deverão observar os horários de início e término das aulas e dos ensaios.

XI - A Fundação Municipal de Cultura não se responsabiliza pela perda de objetos e seus pertences individuais.

XII- Para as apresentações de alunos e suas participações em festivais e outros eventos os alunos serão comunicados, por escrito, com antecedência, observando estar no local da apresentação no horário previamente determinado, apresentar-se com o figurino, cabelo e maquiagem conforme solicitado. A presença de todos é imprescindível para a representação da Fundação Municipal de Cultura no evento. As ausências deverão ser justificadas por escrito, com antecedência, à Secretaria das Oficinas Artísticas desde que não comprometa a participação da FMC.

XIII- Comparecer nos ensaios determinados, sendo dispensados somente com justificativa por escrito dos pais ou atestado médico.

XIV - Os alunos deverão frequentar eventos promovidos pelas suas oficinas artísticas e afins como complemento de seu aprendizado, sendo registrado como presença.

XV - O aluno devidamente matriculado cederá (sem ônus para a Fundação Municipal de Cultura) o uso de sua imagem para divulgação das atividades da Fundação Municipal de Cultura, sempre com o interesse do desenvolvimento cultural do município de Concórdia - SC

Art. 14º O não cumprimento dos deveres e normas deste Regimento Interno implicará:

I - Registro em documento específico pelos Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II, Professora ou secretaria das Oficinas Artísticas.

II - Conversa com os alunos, Pais ou responsáveis, pela secretaria das Oficinas Artísticas.

III- Advertência por escrito com ciência dos alunos, pais e ou responsáveis.

(documento em anexo a este Regimento Interno).

IV- Havendo reincidência o aluno será excluído das oficinas.

CAPITULO XII

DAS REUNIÕES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS

Art. 15º. É de responsabilidade dos alunos acima de 18 anos, pais e/ou responsáveis comparecer nas reuniões agendadas pela Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, sendo que os ausentes acatarão as decisões deliberadas.

Art. 16º As reuniões periódicas devem ser organizadas para discutir e planejar ações das Oficinas Artísticas, sendo obrigação dos alunos maiores de 18 anos ou dos pais e/ou responsáveis buscar as informações definidas na reunião, no prazo posterior de até 48 horas, na secretaria das Oficinas Artísticas.

Parágrafo Único. Todos os comunicados aos pais e ou responsáveis, serão efetuados por escrito pela Secretaria das Oficinas

Artísticas da FMC e assinados pela coordenação das Oficinas Artísticas, Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora.

CAPITULO XIII REUNIÕES PERIÓDICAS

Art. 17º Rever ideias quanto à elaboração, reestruturação e sistematização dos projetos e eventos entre administração da Fundação Municipal de Cultura, secretaria das Oficinas Artísticas e Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professor.

I - Planejar, estruturar, organizar e avaliar os projetos e eventos da FMC de forma coletiva tendo em mente a instituição/aluno/comunidade como sujeitos do processo.

II - Intercâmbio de experiências e práticas entre os Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora bem como planejamento e organização de atividades que serão desenvolvidas, para que todos trilhem a linha conceitual onde os conhecimentos desenvolvidos estejam em sintonia.

III - Estudos reflexivos de textos, vídeos, reflexões referentes aos clássicos educacionais e culturais.

CAPITULO XIV DOS FIGURINOS E MATERIAIS

Art. 18. Para a elaboração de materiais e figurinos nas Aulas de Artesanato, Dança e Teatro será necessário:

I- Para as Oficinas de Dança e Teatro, cada turma confeccionará pelo menos 1 (um) figurino no ano. A escolha dos modelos e a confecção ficarão a cargo do Auxiliar Artístico e Técnico Artístico I e II e Professora sendo que os custos são responsabilidade dos alunos e ou dos responsáveis. O figurino deverá ser pago na data definida pelo responsável da Oficina Artística.

II- Na Oficina de Artesanato o material para confecção de peças individuais será de responsabilidade do aluno. No caso de elaboração de peças que caracterizam a produção coletiva a FMC se responsabilizará em disponibilizar os materiais necessários, desde que tenham notório interesse público.

CAPITULO XV DOS AUXILIARES ARTÍSTICOS E TÉCNICOS ARTÍSTICOS I E II E PROFESSORA

Art. 19º. O plano de trabalho de cada Auxiliar Artístico e Técnico Artístico I e II e Professora será apresentado no início do ano e reavaliado anualmente pelos autores e equipe administrativa da FMC visando instrumentalizar para o trabalho educativo.

I - Os profissionais administrativos também devem elaborar um plano de trabalho que contemple suas atividades e apresentar na secretaria.

II - Os Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora terão disponíveis na sua carga horária, o período vespertino das quintas-feiras para planejamento das atividades, ensaios de apresentações e participação em programas contínuos da FMC. Uma vez ao mês no período vespertino de quinta-feira, será destinado à reuniões administrativas, limitadas a duas horas.

III - Será disponibilizado na carga horária dos Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora uma hora por semana exclusivamente para seu planejamento didático, sendo que o mesmo deverá atender no mínimo 35(trinta e cinco) horas de trabalho com aluno.

IV - Os Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora participarão em atividades da FMC - sob a coordenação da FMC elaboradas e definidas conjuntamente entre as partes.

V - Participar em cooperação técnica com as demais secretarias da Prefeitura Municipal de Concórdia entidades escolares e culturais, a fim de ministrar aulas teóricas e práticas quando a FMC for convidada para atividades com cunho exclusivamente cultural desde que haja disponibilidade do profissional.

VI - Participarão, na medida do possível, de apresentações, festivais, mostras, solenidades e demais eventos e, mediante análise dos Auxiliares Artísticos, Técnicos Artísticos I e II, Professora e superintendência da FMC, preservando os interesses da Instituição.

Serão analisados somente os convites e convocações solicitadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias, por escrito, através de Ofício, Comunicação Interna ou e-mail.

§ 1º Os Auxiliares Artísticos e Técnicos Artísticos I e II e Professora devem comprometer-se com a aprendizagem significativa dos alunos fazendo com que haja uma apropriação do saber colaborando na construção de novos conceitos. Respeitar os valores culturais artísticos históricos do seu contexto social e proporcionar a elevação do seu desenvolvimento cultural.

§ 2º As Oficinas Artísticas devem promover a liberdade de criação e expressão dos alunos, colaborando com as atividades realizadas e articuladas pela FMC.

§ 3º Manter a disciplina em sala de aula proporcionando um ambiente favorável a aprendizagem.

§ 4º Planejar e organizar seu trabalho, participar de reuniões de estudo, encontros, seminários tendo em vista seu constante aperfeiçoamento.

§ 5º. Promover coletivamente um ambiente justo, humano, ético, respeitoso e solidário para elevar o processo educativo.

§ 6º. Dialogar com os pais e alunos a cerca do seu processo educativo, sempre no ambiente de trabalho.

CAPITULO XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20º. Os procedimentos estabelecidos neste instrumento foram instituídos com a finalidade de proporcionar aos participantes das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia um trabalho de excelência, e para tanto, os mesmos deverão ser seguidos, para que possamos atingir as metas estabelecidas, especialmente pela gratuidade à comunidade.

I- Os casos omissos deste regimento serão resolvidos pela superintendência da FMC com a análise do Conselho Municipal de Cultura e de órgãos pertinentes junto a Prefeitura Municipal de Concórdia.

Concórdia (SC), 17 de janeiro de 2012.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral / Superintendente

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____
, matriculado na Oficina _____,
juntamente com meus pais e /ou responsáveis, comprometo-me a conhecer e cumprir com os Deveres e Normas que constam no Regimento Interno das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, de 17 de janeiro de 2011.

Estou ciente da necessidade da reflexão e especificações contidas no regimento, bem como demonstrar interesse no desenvolvimento das atividades das Oficinas Artísticas.

Concórdia, ____/____/____

Assinatura do Aluno

Assinatura do Pai e ou Responsável

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

ANEXO II

COMUNICADO

Na presença do pai/mãe ou responsável legal e em conformidade

com o Regimento Interno das Oficinas Artísticas da FMC, no que tange aos Deveres e as Normas Internas o (a) aluno (a) _____, matriculado na Oficina _____, em decorrência das seguintes situações:

Relato e compromisso assumidos neste momento pelo (a) aluno (a) e família.

Concórdia, ____/____/____

Secretaria Pai/Mãe ou Responsável legal Aluno

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

ANEXO III

AFASTAMENTO

Em decorrência do comunicado, anexo II do Regimento Interno das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, assinado em ____/____/____, listado os compromissos assumidos pelo aluno e/ou pais ou responsável e o seu não cumprimento, comunicamos, nesta data, o afastamento do aluno:

da Oficina _____

Concórdia, ____/____/____.

Secretaria Pai/Mãe ou Responsável legal Aluno

Balanço Financeiro Instituto Prev Social Serv Pub Concordia

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA

Balanço Financeiro

Anexo AN - 13

Exercício de 2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ORÇAMENTÁRIA	13.929.702,30	ORÇAMENTÁRIA	4.073.166,25
Receitas Orçamentárias	13.929.702,30	Despesas Correntes	4.022.346,48
Receitas Correntes	8.407.879,18	31 - Pessoal e Encargos Sociais	212.155,35
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	2.765.842,43	33 - Outras Despesas Correntes	3.810.191,13
Receitas Patrimoniais	5.530.580,04	Despesas de Capital	27.223,89
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	27.223,89
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	23.595,88
Outras Receitas Correntes	111.456,71	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	23.595,88
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	5.521.823,12	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	988.265,60	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.636.741,80
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	37.359,47	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	37.359,47	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Depósitos	622.252,42	Depósitos	622.881,05
Consignações	99.054,01	Consignações	99.054,01
Depósitos em Diversas Origens	523.198,41	Depósitos em Diversas Origens	523.827,04
Restos a Pagar	26.093,47	Restos a Pagar	13.860,75
Obrigações a Pagar	26.093,47	Obrigações a Pagar	13.860,75
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	302.560,24	Decréscimos Patrimoniais	2.000.000,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	36.431.654,68	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	44.639.714,53
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	55.318,87	Bancos Conta Movimento	158.202,04
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	36.376.335,81	Investimentos do RPPS	44.481.512,49
TOTAL	51.349.622,58	TOTAL	51.349.622,58

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

Balanço Orçamentário Instituto Prev Social Serv Pub Concordia

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA

Balanço Orçamentário

Anexo AN - 12

Exercício de 2011

Art. 102 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	4.350.000,00	13.929.702,30	(9.579.702,30)	Créditos Orçament. e Suplement.	4.408.000,00	4.073.166,25	334.833,75
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	4.351.720,00	4.045.942,36	305.777,64
Receitas de Contribuições	1.543.000,00	2.765.842,43	(1.222.842,43)	Capital	56.280,00	27.223,89	29.056,11
Receitas Patrimoniais	650.000,00	5.530.580,04	(4.880.580,04)	Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	7.000,00	111.456,71	(104.456,71)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	2.150.000,00	5.521.823,12	(3.371.823,12)				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS							
Transferência Financeira Recebida	0,00	0,00	0,00	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
subtotal	4.350.000,00	13.929.702,30	(9.579.702,30)	subtotal	4.408.000,00	4.073.166,25	334.833,75
DÉFICIT TOTAL	58.000,00	0,00	58.000,00	SUPERÁVIT TOTAL	0,00	9.856.536,05	(9.856.536,05)
TOTAL	4.408.000,00	13.929.702,30	(9.521.702,30)	TOTAL	4.408.000,00	13.929.702,30	(9.521.702,30)

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

Balanço Patrimonial Instituto Prev Social Serv Pub Concordia

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA
Balanço Patrimonial
Anexo AN - 14
Exercício de 2011

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	45.161.704,92	PASSIVO FINANCEIRO	26.093,47
DISPONÍVEL	44.639.714,53	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	158.202,04	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	RESTOS A PAGAR	26.093,47
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	26.093,47
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	44.481.512,49	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Investimentos do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00		
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
Valores Em Transito Realizavel	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	521.990,39		
ATIVO PERMANENTE	102.473,01	PASSIVO PERMANENTE	56.225.561,34
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Outros Créditos	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DIVERSOS	56.225.561,34
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	56.225.561,34
INVESTIMENTOS	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
IMOBILIZADO	102.473,01		
Bens Móveis e Imóveis	102.473,01		
Bens Imóveis	0,00		
Bens Móveis	102.473,01		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	0,00		
ATIVO REAL	45.264.177,93	PASSIVO REAL	56.251.654,81
SALDO PATRIMONIAL	10.987.476,88	SALDO PATRIMONIAL	0,00
Passivo Real a Descoberto	10.987.476,88	ATIVO REAL LÍQUIDO	0,00
COMPENSADO	46.892.168,68	COMPENSADO	46.892.168,68
TOTAL	103.143.823,49	TOTAL	103.143.823,49

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

Demonstrativo Das Variações Patrimoniais Instituto Prev Social Serv Pub Concordia

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Anexo AN - 15
Exercício de 2011

Art. 104 da Lei n. 4.320/1964

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.929.702,30	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4.073.166,25
Receitas Correntes	8.407.879,18	Despesas Correntes	4.022.346,48
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	212.155,35
Receitas de Contribuições	2.765.842,43	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	5.530.580,04	Outras Despesas Correntes	3.810.191,13
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas de Capital	27.223,89
Receitas Industriais	0,00	Investimentos	27.223,89
Receitas de Serviços	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Transferências Correntes	0,00	Amortizações da Dívida	0,00
Outras Receitas Correntes	111.456,71	Despesas Intra-Orçamentárias	23.595,88
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	23.595,88
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	5.521.823,12	Despesa Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00	Interferências Passivas	0,00
Receitas de Capital	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	17.276,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Aquisição de Bens	17.276,00	Alienação de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	17.276,00	Bens Móveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Out.Alien.Bens	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Dividendos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Juros e Encargos	0,00	Outras Liquidações de Créditos	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Outras Desincorporações de Ativos	0,00
Entidades Credoras	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Dividendos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00	Aumento de Capital	0,00
		Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
		Adiantamentos Recebidos	0,00
		Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
		Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
		Outras Incorporações de Passivos	0,00

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA
DEMOSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo AN - 15
Exercício de 2011

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Interferências Ativas	37.076.201,55	Interferências Passivas	37.076.201,55
Transferências Financeiras Recebidas	37.076.201,55	Transferências Financeiras Concedidas	37.076.201,55
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	0,00
Incorporação de Ativos	0,00	Desincorporação de Ativos	0,00
Incorporação de Bens Imóveis	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	0,00
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00
Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Inservibilidade	0,00
Bens de Estoque	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Incorporação de Disponibilidades	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Créditos a Receber	0,00	Perdas	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Créditos a receber	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	0,00	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Tributários	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA
DEMOSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo AN - 15
Exercício de 2011

AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	302.560,24	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	0,00
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Diversos Responsáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Variação Cambial	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Depreciações	0,00
Juros	0,00	Amortizações	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	Exaustões	0,00
Outros Juros	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	9.503.942,67
Variação Cambial	0,00	Incorporação de Obrigações	9.503.942,67
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Desincorporação de Passivos	301.308,34	Recursos a Liberar	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	1.251,90	Provisões	9.503.942,67
Ajustes de Obrigações	0,00	Depósitos Exigíveis	0,00
Ajustes de exercícios Anteriores	0,00	Ágios	0,00
		Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		Ajustes de Obrigações	0,00
		Ajustes de exercícios Anteriores	0,00
		Ajustes Monetários do Balanço	0,00
		Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
		Decréscimos Patrimoniais Diversos	0,00
Total das Variações Ativas	51.325.740,09	Total das Variações Passivas	50.653.310,47
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	672.429,62
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	672.429,62
TOTAL GERAL	51.325.740,09	TOTAL GERAL	51.325.740,09

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 033/2012

PORTARIA N.º 33/2012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012
"CONSTITUI COMISSÃO DE LICITAÇÕES, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais que o cargo lhe confere, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º. Constitui Comissão de Licitações para fins de acompanhamento dos processos licitatórios, da Administração Municipal:

- I - PRESIDENTE - Madian Gleicon Romanini, matrícula n. 633401.
- II - SECRETÁRIO(A) - Marga Angela Mocellin Giacomini, matrícula n.29102.
- III - MEMBRO - Nilvete Aparecida Sartor Atuatti, matrícula n. 29302.

§ 1º. A Comissão de Licitações terá incumbência de acompanhar todos os processos licitatórios, emitir pareceres e encaminhá-los aos Departamentos pertinentes.

§ 2º. Fica nomeado como Pregoeiro o Sr. Clovis Fidelis Grando e, como equipe de apoio, a própria Comissão de Licitações e um membro da assessoria jurídica do município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 412/2011 de 11 de outubro de 2011.

Cordilheira Alta - SC, 08 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 034/2012

PORTARIA Nº 034/2012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. GISSELI ZUCKI SPERANÇA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012, sendo que 20 (vinte) dias serão gozadas no período de 13/02/2012 a 03/03/2012 e 10 (dez) dias serão transformados em abono pecuniário, correspondente a 04/03/2012 a 13/03/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias e

ao abono pecuniário será paga no mês fevereiro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

GISSELI ZUCKI SPERANÇA Ciente em: ____/____/____

Portaria Nº 035/2012

PORTARIA Nº 035/2012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais em que o cargo lhe confere em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, com base no Art. 73 da Lei C. 18/01 e Lei C. 067/07, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme requerimento anexo, a Servidora Municipal, Sra. ALCIONE MORESCO CASONATTO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único O Servidor poderá solicitar a prorrogação do prazo da Licença aqui deferida, pelo prazo de até dois anos, desde que presentes os requisitos legais na data do requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Cordilheira Alta - SC, 08 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 036/2012

PORTARIA N.º 36/2012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. JOÃO ZURASKI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de

Infra-Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Extrato de Licitação - Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2012

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2012

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017, de 17 de janeiro de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 8/2012, do tipo menor preço unitário por item, tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e demais matérias destinados a manutenção dos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as especificações contidas no edital e seus Anexos. Os envelopes serão aceitos até as 09:20 horas do dia 27 de fevereiro de 2012, e Credenciamento e abertura da sessão pública, será realizada às 09:30 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. Informações: de segunda a sexta, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, Rua Celso Tozzo, 27, centro ou pelo fone (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta, em 08 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

Extrato de Licitação - Pregão Presencial para Registro de Preços

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, SC, através de seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/0, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 017/2007 e, normas estabelecidas no edital.

Processo Administrativo Nº.: 14/2012

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preços Nº.: 9/2012

Tipo: Menor Preço Unitário por Item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA PARA REALIZAR ABERTURA E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RUAS, EM SUPORTE AOS DEPARTAMENTOS DE AGRICULTURA, OBRAS E INFRA ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 27/02/2012.

Abertura dos Envelopes: 14:10 horas do dia 27/02/2012.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, durante o horário de expediente, ou pelo fone (049) 3358-9100.

Cordilheira Alta em 10 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

PREFEITO

Coronel Martins

PREFEITURA

Errata ao Edital de Pregão Presencial PM N. 004/2012

ERRATA DE EDITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 007/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 004/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

Ficam alterados no referido Edital:

Item 1.1 PREÂMBULO

Onde se lê: 1.1 - () 9:15 horas do dia 17 de fevereiro de 2012 iniciando-se a Sessão Pública às 9:30 horas do mesmo dia e local.

Leia-se: 1.1 () 9:15 horas do dia 23 de fevereiro de 2012 iniciando-se a Sessão Pública às 9:30 horas do mesmo dia e local.

Item 2.1 - DO OBJETO

Onde se lê: Constitui-se objeto da presente licitação a concretização do objeto do Convênio nº. 0369564-16/2011/MDA/PRONAT/CAIXA de 29/12/2011, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Prefeitura Municipal de Coronel Martins - SC () gabinete com ar condicionado quente e frio e peso operacional mínimo de 13.000KG.

Leia-se: Constitui-se objeto da presente licitação a concretização do objeto do Convênio nº. 0369564-16/2011/MDA/PRONAT/CAIXA de 29/12/2011, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Prefeitura Municipal de Coronel Martins - SC () gabinete com ar condicionado quente e frio e peso operacional máxima de 13.500KG.

Coronel Martins - SC, 10 de fevereiro de 2012.

PEDRO KIELB

Vice Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 429/12

DECRETO Nº 429/12

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 032, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES - PRE, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, A SER FIRMADO ENTRE O EXECUTIVO MUNICIPAL E PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 032, de 08 de dezembro de 2011,

CONSIDERANDO que, o artigo 17 da LC 032/11, estabelece que é

de competência do Executivo Municipal regulamentar por decreto, os procedimentos administrativos para a aplicabilidade do Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos desta lei complementar, no prazo de 90 (noventa dias), a partir da sua aprovação;

CONSIDERANDO que, a Lei Complementar nº 021, de 12 de janeiro de 2007, que Institui o Código de Obras, estabelece em seu artigo 304, que poderá ser regulamentado os assuntos quando couber, por Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que, a necessidade de regulamentar os procedimentos relativos à implementação da Lei Complementar nº 032, do Programa de Regularização de Edificações no Município de Corupá.

D E C R E T A :

Art. 1º - A regularização de edificações construídas em desacordo com a Lei Complementar nº 021/07, que institui o Código de Obras, será realizada de acordo com os procedimentos previstos no presente Decreto.

Art. 2º - Os interessados na celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta para a regularização de imóveis que tenham sido edificados em desconformidade com a Legislação devem demonstrar que sua construção se enquadra nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 032/11, e aos Procedimentos Administrativos para Aprovação de Projetos e Licenciamento de Obras no Município de Corupá e, ainda:

I - Requerer Alvará de Construção e Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme Modelo I, junto ao setor de Planejamento, da Secretaria de Administração e Fazenda, apresentando, além dos projetos e da documentação padrão, os seguintes documentos:

a) Termo de Declaração de Responsabilidade, conforme Modelo II, anexo a este Decreto;

b) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com Laudo Técnico conforme a Norma Técnica, NBR 13752, carimbado pelo CREA;

c) Três (3) fotos da edificação, mostrando os recuos, afastamento o imóvel, apresentando quando possível, as desconformidades com a lei de uso e ocupação do solo;

d) Escritura Pública, Certidão junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou outro documento hábil que comprove a propriedade ou a posse do imóvel sob o qual foi realizada a construção a ser regularizada.

§ 1º - O solicitante interessado na regularização da obra, que já tenha protocolado pedido de licença para construir há menos de 10 (dez) anos, deverá requerer, no setor de Planejamento da Secretaria de Administração e Fazenda, a sua substituição por novo pedido em que conste a solicitação da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, e contenha, além dos documentos indicados no inciso I, do art. 2º do presente Decreto, o recibo de pagamento das taxas respectivas e o número do protocolo do processo a ser substituído.

§ 2º - Se o interessado na regularização da obra possuir requerimento de licença para construir há mais de dez (10) anos, sem ter sido deferido, e a sua construção se enquadrar em um dos casos previstos na Lei Complementar nº 032/11, deverá requerer, no Setor de Planejamento da Secretaria de Administração e Fazenda, a sua substituição por novo pedido em que conste a solicitação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, e contenha, além dos documentos indicados no Inciso I, do art. 2º do presente Decreto, o recibo de pagamento das taxas respectivas e o número do protocolo do processo a ser substituído.

§ 3º - Se o interessado na regularização da obra possuir requerimento de licença para construir há mais de dez (10) anos, sem ter sido deferido, e a sua construção se enquadrar em um dos casos previstos na Lei Complementar nº 032, deverá requerer, no setor de Planejamento da Secretaria de Administração e Fazenda, a sua substituição por novo pedido em que conste a solicitação do

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, e contenha, além dos documentos indicados no Inciso I, do art. 2º do presente Decreto, o recibo de pagamento das taxas respectivas e o número do protocolo do processo a ser substituído.

§ 4º - Para regularizar obra construída com Alvará de Construção, porém, em desacordo com o Projeto Aprovado, o solicitante deverá requerer no setor de Planejamento da Secretaria de Administração e Fazenda, a reconsideração do projeto com solicitação da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, apresentando, além dos documentos indicados no inciso I do art. 2º do presente Decreto, as vias originais do Alvará de Construção e dos Projetos Aprovados, para cancelamento.

Art. 3º - No Projeto Arquitetônico, além das informações-padrão, devem constar, no Quadro Estatístico, a área relativa ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, assim como na Planta de Situação, Planta Baixa e Cortes, a indicação, com legenda, da área que ultrapassou os índices urbanísticos permitidos.

Art. 4º - Dependerá de prévia anuência, autorização ou licença dos órgãos competentes, a regularização de edificações enquadradas nas seguintes hipóteses:

I - edificações tombadas, de interesse de preservação ou no entorno de bem tombado;

II - situadas em área de proteção dos mananciais, de captação, de escoamento de água, próxima a rios, córregos ou corpos hídricos;

III - situadas em área de proteção ambiental, na forma da legislação federal, estadual e municipal;

IV - consideradas pólos geradores de tráfego;

V - que abriguem atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.

Art. 5º - Os requerimentos que não atenderem ao disposto no presente Decreto deverão ser indeferidos pelo Setor de Engenharia da Secretaria de Administração e Fazenda, constando motivadamente do despacho da autoridade que o indeferir, a descrição das não conformidades verificadas.

Parágrafo Único - Se as irregularidades verificadas forem consideradas sanáveis, deverá ser concedido ao solicitante, o prazo de 30 (trinta) dias para realizar as devidas correções, podendo tal prazo ser prorrogado mediante fundamentada justificativa. Caso contrário, o requerimento será indeferido.

Art. 6º - Preenchidos os requisitos contidos no presente Decreto será firmado, com o interessado, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e expedido Alvará de Construção, após a quitação do valor da compensação estabelecido no respectivo Termo.

Art. 7º - A Administração emitirá Parecer Final de Aprovação ou Não do projeto, após a tramitação normal junto aos órgãos competentes da Municipalidade.

§ 1º - O requerimento de regularização deverá ser instruído, através de Processo Administrativo, com os seguintes documentos:

I - Requerimento padrão - constante do Anexo II, parte integrante desta Lei;

II - Cópia da Identidade e do CPF ou CNPJ;

III - Comprovante de residência (cópia de conta de água, telefone ou energia elétrica atual);

IV - Cadastro do Imóvel - constante do Anexo III, parte integrante desta Lei;

V - Comprovante de propriedade do imóvel (cópia de matrícula atualizada - 90 dias - ou cedência de uso do lote);

VI - Plantas de situação (escala 1:1000) e localização (escala 1:200) em 2 vias, com indicações, conforme estabelecido no Anexo IV, parte integrante desta Lei: a) orientação Norte; b) da área do lote; c) dos afastamentos das esquinas; d) das dimensões dos passeios públicos; e) dos lindeiros; f) dos índices urbanísticos do imóvel; g) da área construída - Planilha.

VII - Plantas baixas, cortes e fachada, em duas vias;

VIII - Parecer técnico descritivo das condições do imóvel,

acompanhado de planilha estatística e plantas com indicação dos parâmetros urbanísticos ultrapassados.

IX - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) - Regularização de obra;

§ 2º - O processo administrativo deverá obrigatoriamente passar pela análise da Comissão Especial do PRE e com endosso das Secretarias Municipais relacionadas ao Planejamento, ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Histórico e Cultural, que emitirão parecer pelo seu deferimento ou determinações.

Art. 8º - Caberá o indeferimento por parte do Município as solicitações de regularizações das obras e edificações que:

I - Possuam o uso proibido na zona em que estiverem localizados de acordo com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário do Município;

II - Possuírem altura superior às máximas previstas, para a zona onde está inserida, na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, ou ainda em quaisquer outras limitações dessa natureza, previstas em legislação especial;

III - Estiverem invadindo logradouro público ou de terceiros, áreas de preservação ou de interesse ambiental, de acordo com a legislação municipal, estadual ou federal vigente;

IV - Que causem danos ao patrimônio histórico e cultural;

V - Estiverem situadas em áreas de risco, assim definidas por legislação municipal, estadual ou federal vigente;

VI - Proporcionarem riscos comprovados quanto à estabilidade, segurança, higiene e salubridade.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Programa de Regularização de Edificações, a qual também normatizará, por Resolução, os procedimentos internos e rotinas das áreas envolvidas.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo determinado previsto na Lei Complementar, de até o dia 31 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de Janeiro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta que entre si celebram o Município de Corupá, através da Secretaria de Administração e Fazenda e _____ (qualificação completa do interessado: nome, nº identidade, CPF/MF, estado civil, profissão e endereço), com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 032/11, de 08/12/11.

Pelo presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, autorizado pela Lei Complementar nº 032/11, o Município de Corupá, através da Secretaria de Administração e Fazenda, e _____, tem entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando a realização, pelo interessado, de _____ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação) em desconformidade com o disposto na Lei Complementar nº 021/07, (Lei de Uso e Ocupação do Solo);

Considerando que incumbe ao Executivo Municipal emitir Alvará

de Construção, assegurando atendimento aos preceitos da legislação correlata, especialmente da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 021/07);

Considerando que a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) instituiu o Instrumento de indução do desenvolvimento urbano denominado "Outorga Onerosa do Direito de Construir";

Considerando a demonstração de interesse dos celebrantes em pactuar o que adiante se segue:

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, doravante denominado TERMO, com fundamento no § 6º, do art. 5º, da Lei Federal nº 7.347/85 e do art. 17, da Lei Complementar nº 032/11, 08 de dezembro de 2011, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Este TERMO tem por objeto a aprovação do Projeto Arquitetônico da _____ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação), localizada no imóvel _____ (Descrever a localização do imóvel, seu número de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis e número no Cadastro Imobiliário Municipal) de propriedade/posse/domínio útil do requerente, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar Municipal nº 032/11.

Cláusula Segunda - Para a consecução do objeto deste TERMO, o interessado se compromete a efetuar o pagamento da respectiva compensação monetária, conforme estabelece o art. 13, da Lei Complementar nº 032, 08 de dezembro de 2011, para regularização de uma ou mais das seguintes hipóteses: (assinalar a(s) hipótese(s) e preencher os campos respectivos)

() aumento do potencial construtivo com acréscimo no índice da Taxa de Ocupação de ____% para a Zona em que se situa, para ____%, o que corresponde a ____m2 de excedente, implicando em compensação financeira;

() aumento do potencial construtivo com acréscimo no índice do Coeficiente de Aproveitamento do Lote ou no Gabarito de ____ pavimentos para a Zona em que se situa para ____ pavimentos, o que corresponde a ____m2 de excedente, implicando em compensação financeira;

() redução do recuo frontal de ____ metros para a Zona em que se situa, para ____ metros, correspondendo a ____% de redução, representando ____m2 construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação financeira;

() redução de afastamento lateral de ____ metros para a Zona em que se situa, para ____ metros, correspondendo a ____% de redução, representando ____m2 construídos sobre o afastamento lateral, implicando em compensação financeira;

() redução de afastamento de fundos de ____ metros para a Zona em que se situa, para ____ metros, correspondendo a ____% de redução, representando ____m2 construídos sobre o afastamento de fundos, implicando em compensação financeira;

() aumento de 30% para ____% do perímetro do lote, correspondendo a ____ metros linear de edificação nas divisas laterais e/ou de fundos, implicando em compensação financeira;

() redução do número de vagas para estacionamento e pátio de carga e descarga de ____ vagas exigidas em lei para _____, o que corresponde a ____% de redução, implicando em compensação financeira;

() utilização do terceiro (3º) piso sobre a divisa, correspondendo a ____m² de excedente, implicando em compensação financeira;

Cláusula Terceira - Fica estabelecido que o prazo será indeterminado, contados da assinatura do presente TERMO, para o total cumprimento das obrigações por parte do interessado, sob pena de sua imediata rescisão, independentemente de qualquer notificação.

Cláusula Quarta - O presente TERMO somente será firmado após aprovação por parte dos demais órgãos co-responsáveis pela aprovação de projetos arquitetônicos, tais como: Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dentro outros, bem como da observância das demais medidas administrativa e/ou judiciais que se fizerem necessárias em face do cumprimento das Notificações/Autuações porventura lavradas.

Cláusula Quinta - A celebração do presente TERMO não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do seu requerimento.

Cláusula Sexta - O presente TERMO se constitui em Título Executivo Extrajudicial, na forma do que preceitua o § 6º, do art. 5º, da Lei 7.347/85.

Cláusula Sétima - Sob pena de ineficácia, o presente TERMO deverá ser publicado no órgão oficial de divulgação do Município.

Cláusula Oitava - A lista de assinaturas anexas fará parte integrante do presente termo, bem como as procurações, para os fins de direito.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Cidade de Jaraguá do Sul-SC (Vara da Fazenda Pública) para dirimir os conflitos decorrentes do presente TERMO.

Nada mais havendo a ajustar, vai o presente TERMO assinado, em três vias, pelas partes, para que surta os seus efeitos legais.

Corupá(SC), de de 201

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO REQUERENTE
E FAZENDA

TESTEMUNHAS:

1ª: 2º:

ANEXO II

TERMO DE DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Eu, _____, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA sob o nº _____, abaixo subscrito, DECLARO, para fins de regularização, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 032/11, e como responsável pelo levantamento da edificação localizada no imóvel situado na Rua _____, sob o nº de matrícula _____ junto ao Cartório de Registro de Imóveis da _____ Circunscrição de propriedade/posse/domínio útil de _____, que o projeto apresentado reflete fielmente a construção já executada, estando passível de celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, tendo pleno conhecimento de que no caso de serem apuradas desconformidades não será expedido Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Corupá(SC), de de 201

ANEXO II REQUERIMENTO

Eu, _____, abaixo assinado (a), maior, brasileiro (a), residente e domiciliado nesta cidade, a Rua _____, nº _____, bairro _____, Município de Corupá/SC, CEP 89.278-000, venho, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência REGULARIZAÇÃO DE OBRA de minha propriedade.

Área a regularizar: _____m².

Nestes termos, peço e espero o deferimento.

Corupá, ____/____/____.

Assinatura do requerente
Fone:(____) _____ - _____

ANEXO III CADASTRO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

NOME: _____
CPF: _____ CNPJ: _____

ENDEREÇO ATUAL DO PROPRIETÁRIO:
RUA: _____ Nº: _____ BAIRRO: _____

CIDADE: CORUPÁ CEP: 89278-000 UF: SC
FONE: (____) _____ - _____ CEL: (____) _____ - _____

DADOS DA OBRA:
OBRA: () residencial () comercial () mista
RUA: _____ Nº: _____ BAIRRO: _____
CIDADE: CORUPÁ CEP: 89278-000 UF: SC

CONSTRUÇÃO NOVA:
TIPO: () alvenaria () madeira () mista Área: _____m²

OBRA EXISTENTE:
Área existente: _____m² Demolição: _____m²
Acréscimo: _____m² Reforma: _____m²
Número de unidades: _____ Número de pavimentos: _____

Data de início obra: ____/____/____ (conforme ART)

TÉCNICO RESPONSÁVEL: _____
CREA: _____ Nº ART: _____

Corupá, ____/____/____.

(Assinatura)
ANEXO IV

QUADRO DE ÁREAS E ÍNDICES URBANÍSTICOS

ÁREA DO LOTE - AL É a área total do lote em metros quadrados (matrícula);

ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL - ACT É a soma das áreas cobertas de todos os pavimentos de uma edificação;

ÁREA A REGULARIZAR - AR É a soma das áreas cobertas de todos os pavimentos construídas em desconformidades com o Plano

Diretor ou com o Código de Obras;

TAXA DE OCUPAÇÃO - TO É a porcentagem de área horizontal do lote ocupada com edificações;

TAXA DE APROVEITAMENTO - TA É o coeficiente resultante da divisão da área construída total pela área do lote;

TAXA DE PERMEABILIDADE - TP É a relação entre a parte permeável, que permite infiltração de água no solo, livre de qualquer edificação ou pavimentação, e a área do lote;

ALTURA - H É a medida vertical tomada entre o plano de referência e o forro acabado do último pavimento;

RECUO DE AJARDINAMENTO - RA É o recuo do alinhamento do terreno até a fachada da edificação;

RECUO LATERAL - RL Recuo lateral da edificação em relação aos limites do lote.

Obs.: o presente quadro deverá constar da planta de situação e localização.

Decreto Nº 430/12

DECRETO Nº 430/12

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 031 de 08 de dezembro de 2011 que dispõe e CRIA A AUTARQUIA - ÁGUAS DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos relativos à implementação da Autarquia - Águas de Corupá.

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

Do Objetivo

Art. 1º - Esta Regulamentação estabelecerá as condições gerais a serem observadas na prestação e utilização dos serviços públicos de fornecimento de água e saneamento, disciplinando o relacionamento entre ÁGUAS DE CORUPÁ e os USUÁRIOS.

CAPÍTULO II

Da Terminologia

Art. 2º - Ficam definidos, através deste Decreto, os seguintes conceitos e terminologias:

1) Adução - canalização principal de um sistema de abastecimento de água situada, geralmente, entre a captação e a estação de tratamento, ou entre esta e os reservatórios de distribuição.

2) Água Bruta - água de uma fonte de abastecimento, antes de receber qualquer tratamento.

3) Água Tratada - água de uma fonte de abastecimento, submetida a um tratamento prévio, através de processos físicos, químicos e biológicos com a finalidade de torná-la apropriada ao consumo humano.

4) Águas Pluviais - águas oriundas da chuva.

5) Águas Residuárias - são todas as águas servidas, oriundas de esgotamento sanitário doméstico, comercial, institucional ou industrial.

6) Auto de Infração - ato através do qual a ÁGUAS DE CORUPÁ caracteriza irregularidade do USUÁRIO e/ou terceiros às normas vigentes e impõe as penalidades cabíveis.

7) By-pass (Desvio do fluxo de água) - desvio irregular do fluxo de água do ramal, efetuado pelo USUÁRIO ou terceiros, diretamente para o imóvel, sem a medição através do hidrômetro.

8) Cadastro de USUÁRIOS - conjunto de informações, para identificação dos USUÁRIOS, destinadas ao controle da prestação de serviços, gerenciamento comercial e desenvolvimento de políticas e ações mercadológicas.

9) Caixa de Gordura - componente da instalação sanitária predial que retém gorduras das águas servidas, evitando o seu encaminhamento ao sistema público de esgotamento sanitário, a exemplo dos restaurantes, hotéis, cozinhas residenciais e industriais.

10) Caixa de Inspeção Externa - caixa situada na calçada da via pública, em frente ao imóvel, que tem por finalidade a inspeção e desobstrução das canalizações de esgoto.

11) Caixa de Inspeção Interna - caixa de inspeção opcional, instalada pelo USUÁRIO na parte interna do imóvel, recomendada para a finalidade de desobstrução do subcoletor.

12) Caixa de Retenção de Sólidos - componente das instalações prediais de esgotamento, com a função de reter os sólidos das águas servidas, evitando o seu encaminhamento ao sistema público de esgotamento sanitário.

13) Categoria - classificação da ligação de água e/ou esgoto do imóvel ou economia, em função da atividade desenvolvida.

14) Cavelete - conjunto padronizado de tubulações e conexões, situado no ramal predial, destinado à instalação do hidrômetro, considerado o ponto de entrega da água no imóvel.

15) Colar de Tomada - peça, na forma de uma braçadeira, que envolve a rede pública de distribuição de água, num determinado ponto, interligando-a ao ramal predial.

16) Consumo Estimado - estimativa do volume de água consumida em uma economia desprovida de hidrômetro, conforme "Tabela Tarifária" vigente, ou para fins de ligações temporárias, utilizando-se critérios previamente estabelecidos pelo MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

17) Consumo Faturado - volume de água efetivamente cobrado na Fatura de Água e Esgoto (quando existir).

18) Consumo Medido - volume de água fornecido a um imóvel, medido periodicamente através da leitura do hidrômetro.

19) Consumo Médio - volume de água estimado para um determinado período, resultante do histórico de consumo de um imóvel.

20) Consumo Mínimo - Volume mensal de água disponível, fixado em 10(dez) metros cúbicos por economia

21) Corte - interrupção do abastecimento de água para o imóvel.

22) Corte no Cavelete - interrupção dos serviços de abastecimento de água para o imóvel, através da instalação de dispositivos que bloqueiem a passagem de água no hidrômetro e/ou no cavelete.

23) Corte no Ramal Predial - interrupção do abastecimento de água para o imóvel, efetuado no colar de tomada.

24) Derivação - intervenção no ramal predial de água, alterando propositadamente o padrão de ligação domiciliar sem o devido conhecimento da ÁGUAS DE CORUPÁ, caracterizando uma Ligação Clandestina ou um By-Pass.

25) Deslocamento de Cavelete - serviço que consiste em deslocar o cavelete em até um (01) metro do local de origem.

26) Deslocamento de Ramal Predial de Água e/ou Coletor de Esgoto - serviço que consiste em deslocar a ligação para uma distância maior que um (01) metro do local de origem.

27) Economia - é todo prédio, parte de um prédio ou terreno, ocupado ou usado independentemente, que utiliza água através de instalação coletiva, para uma determinada finalidade lucrativa ou não.

28) Esgoto Sanitário - refugo líquido proveniente do uso de água para fins higiênicos.

29) Estação de Tratamento de Água (ETA) - unidade operacional do sistema de abastecimento de água constituída de equipamentos e dispositivos que permitem tratar através de processos físicos,

químicos e biológicos a água bruta captada transformando-a em água potável para consumo humano.

30) Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) - unidade operacional do sistema de esgotamento sanitário, constituída de equipamentos e dispositivos que permitem receber os efluentes sanitários que são tratados através de processos físicos, químicos e principalmente biológicos, de forma a reduzir a carga poluidora para posterior descarte no meio ambiente.

31) Estanqueidade - perfeita vedação de um reservatório de água ou esgotos.

32) Fatura de Água e/ou Esgoto - documento com características e efeitos de uma fatura comercial, que apresenta a relação de produtos e/ou serviços prestados e habilita a ÁGUAS DE CORUPÁ para a cobrança dos mesmos.

33) Fossa Séptica - componente da instalação sanitária predial, destinada ao tratamento primário de esgotos sanitários.

34) Grande Consumidor - categoria de USUÁRIOS que apresentam consumo médio elevado, de acordo com classificação estabelecida em normas específicas.

35) Greide - série de cotas topográficas que caracterizam o perfil longitudinal de uma rua.

36) Hidrante - aparelho de utilização apropriada à tomada de água para combate de incêndio.

37) Hidrômetro - equipamento integrante das instalações hidráulicas do ramal predial, localizado no cavalete, destinado à medição do consumo de água, de propriedade da ÁGUAS DE CORUPÁ.

38) Ligação Clandestina de Água - abastecimento irregular do imóvel, obtido através de derivação da canalização da água de um outro ramal predial ou através da conexão direta à rede de distribuição, sem o devido conhecimento e registro no cadastro de USUÁRIOS da ÁGUAS DE CORUPÁ.

39) Ligação Clandestina de Esgoto - conexão irregular à rede de esgotamento sanitário, sem o devido conhecimento e registro no cadastro de USUÁRIOS da ÁGUAS DE CORUPÁ.

40) Ligação Temporária - ligação destinada ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário por prazo determinado.

41) Ligação Predial de Água - ponto de conexão do alimentador predial do imóvel ao ramal predial da rede pública de distribuição de água.

42) Ligação Predial de Esgoto - ponto de conexão do coletor predial de esgotos do imóvel à caixa de inspeção externa da rede pública de esgotamento sanitário.

43) Limitador de Consumo - é o dispositivo instalado no ramal predial para limitar o consumo de água.

44) Poço de Visita - dispositivo interposto na rede pública de esgotamento sanitário, com a finalidade de inspeção, desobstrução ou mudança de direção da tubulação.

45) Reservatório Domiciliar - depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período de supressão do abastecimento público.

46) Supressão do Ramal Predial - retirada do ramal predial que conecta a rede pública à rede interna do imóvel.

47) Tarifa Básica - valor mínimo considerado para efeitos de faturamento dos serviços, correspondente ao custo fixo de manutenção dos sistemas de água e esgoto, independentemente dos valores faturados referentes ao consumo de água e outros serviços efetivamente prestados.

48) Testada do imóvel - linha que separa uma propriedade particular do logradouro público.

49) Tomada - todo e qualquer ponto de consumo de água existente dentro de um imóvel, situado após o cavalete, inclusive.

50) Unidade Usuária - economia ou conjunto de economias atendidas através de uma única ligação de água e/ou de esgoto.

51) USUÁRIO - pessoa física ou jurídica, proprietária ou titular do direito de posse de imóvel provido dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO III

Do Contrato de Prestação de Serviços

Art. 3º - O fornecimento de água e/ou a coleta e tratamento de esgotos caracterizam negócio jurídico de natureza contratual, sendo obrigatória a celebração de Contrato de Prestação de Serviços para fornecimento de água e/ou coleta de esgotos entre a ÁGUAS DE CORUPÁ e o responsável pela unidade usuária a ser atendida.

Art. 4º - A ÁGUAS DE CORUPÁ poderá firmar contratos especiais de prestação de serviços, a preços e condições específicas, respeitadas as leis e normas vigentes, desde que seja tecnicamente e economicamente viável.

Parágrafo único - Poderão ser firmados contratos especiais para os seguintes casos:

I - usuários cujo consumo seja superior a 1.000 (um mil) m³ por economia;

II - entidades reconhecidas como de utilidade pública;

III - para os casos específicos de lançamento de efluentes ou águas servidas, previstos nesta resolução;

IV - quando o USUÁRIO tiver que participar financeiramente da realização de obras de extensão ou melhorias da rede de água e/ou esgoto, para o atendimento de seu pedido de ligação.

CAPÍTULO IV

Do Pedido de Ligação de Água e de Esgoto

Art. 5º - O pedido de ligação de água caracteriza-se por um ato voluntário do interessado.

Art. 6º - As ligações poderão ser definitivas ou temporárias.

Art. 7º - Efetivado o pedido de ligação de água e/ou de esgoto - sendo que este último, somente poderá ser solicitado a partir do momento em que for realizada a implantação de uma ETE e de redes coletoras de esgotos no Município, sem expectativa de prazo para ocorrer - a ÁGUAS DE CORUPÁ cientificará o USUÁRIO quanto à:

I - obrigatoriedade de:

a) celebração do respectivo contrato de fornecimento de água e/ou coleta de esgotos entre a ÁGUAS DE CORUPÁ e USUÁRIO responsável pela unidade usuária a ser atendida;

b) observância, nas instalações prediais hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, das normas expedidas pelos órgãos oficiais pertinentes e das normas e padrões da ÁGUAS DE CORUPÁ, postas à disposição do interessado;

c) indicação do local para instalação do ramal predial de água e/ou da caixa de inspeção para ligação de esgotos;

d) declaração do número de pontos de utilização da água na unidade usuária;

e) instalação pelo interessado, quando exigido pela ÁGUAS DE CORUPÁ, em locais apropriados de livre acesso, estruturas destinadas à instalação de hidrômetros e outros aparelhos da ÁGUAS DE CORUPÁ;

f) fornecimento de informações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização da água e a necessidade de comunicar eventuais alterações supervenientes;

g) apresentação da carteira de identidade, ou na ausência desta, de outro documento de identificação e, se houver o número de registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF, quando pessoa física. No caso de pessoa jurídica, o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

h) apresentação de documento comprovante da propriedade ou domínio do imóvel;

i) pagamento mensal pelos serviços de fornecimento de água e/ou coleta de esgoto de acordo com as tarifas da ÁGUAS DE CORUPÁ.

j) comprovação de instalação de caixa de água para reservação própria, quando exigido pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

II - eventual necessidade de:

a) aprovação de projeto e execução de serviços nas redes e/ou

instalação de equipamentos da ÁGUAS DE CORUPÁ ou do USUÁRIO, conforme a vazão disponível e a demanda a ser atendida;
b) apresentação de licença ambiental emitida por órgão competente, quando a unidade usuária localizar-se em áreas protegidas ou com restrições de ocupação/uso;
c) participação financeira do interessado, para investimento em expansão ou melhoria nas redes de água e esgotos, na forma das normas legais, regulamentares ou pactuadas;
d) apresentação da documentação relativa à sua constituição e registro, quando pessoa jurídica;
e) para ligações de esgotos sanitários de atividades de industriais, o USUÁRIO deverá apresentar, no ato do pedido, a "LAI - Licença Ambiental de Instalação", emitida pelo órgão competente.

§ 1º - A ÁGUAS DE CORUPÁ poderá condicionar a realização dos serviços à quitação de eventuais débitos de responsabilidade do USUÁRIO.

§ 2º - A ÁGUAS DE CORUPÁ deverá encaminhar ao USUÁRIO cópia do contrato, até a data de apresentação da primeira fatura.

Art. 8º - A ÁGUAS DE CORUPÁ terá 30 (trinta) dias, contados da data do pedido de ligação, para elaborar os estudos, orçamentos, projetos e informar ao interessado, por escrito, o prazo para conclusão de obras de redes de distribuição e/ou coletora destinadas ao atendimento do pedido de ligação, bem como a eventual necessidade de sua participação financeira, quando:

I - inexistir rede de distribuição e/ou rede coletora em frente ou na testada da unidade usuária a ser ligada;

II - a rede de distribuição e/ou rede coletora necessitar alterações ou ampliações.

Parágrafo único - Os serviços, cujos prazos não estejam previstos na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", deverão ser acordados com o interessado quando da solicitação, levando em conta as variáveis técnicas e econômicas para a execução.

Art. 9º - As ligações de água e esgoto em áreas de uso público, tais como banheiros públicos, praças e outros serão efetuados pela ÁGUAS DE CORUPÁ, mediante solicitação do órgão ou instituição interessada e responsável pelo pagamento dos serviços prestados.

Art. 10 - Lanchonetes, barracas, quiosques, trailers e outros, com características ambulantes, somente terão acesso aos ramais prediais de água e esgoto, conforme as normas vigentes e mediante a apresentação da licença de localização expedida pelo Órgão Municipal competente.

Art. 11 - O dimensionamento e as especificações do alimentador e coletor predial deverão estar de acordo com as normas da ABNT e da ÁGUAS DE CORUPÁ.

CAPÍTULO V

Da Classificação e Cadastro

Art. 12 - Cada unidade usuária dotada de ligação de água e/ou de esgoto será cadastrada na ÁGUAS DE CORUPÁ, cabendo a cada ramal de água e/ou de esgoto uma só inscrição.

Art. 13 - A ÁGUAS DE CORUPÁ classificará as ligações e/ou economias de acordo com a atividade nela exercida.

Art. 14 - A fim de permitir a correta classificação da economia, caberá ao interessado informar a ÁGUAS DE CORUPÁ a natureza da atividade nela desenvolvida e a finalidade da utilização da água, bem como as alterações supervenientes que importarem em reclassificação, respondendo o USUÁRIO, na forma da lei, por declarações falsas ou omissão de informação.

§ 1º - Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar em novo enquadramento tarifário, a ÁGUAS DE CORUPÁ deverá emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes antes da apresentação da primeira fatura corrigida.

§ 2º - A ÁGUAS DE CORUPÁ ou credenciada, devidamente identificada, terá acesso aos imóveis, para vistorias e atualização cadastral das economias.

Art. 15 - Para efeito deste DECRETO, considera-se como uma economia:

I - cada edificação com numeração própria;

II - cada casa, ainda que sem numeração, que conte com instalação hidro-sanitária individual;

III - cada apartamento residencial;

IV - as áreas de uso comum de prédios ou conjunto de edificações, as quais são de responsabilidade do condomínio, da administração ou do proprietário;

V - cada loja com instalação individual mesmo sem numeração própria;

VI - cada loja e/ou residência com a mesma numeração e instalação de água em comum;

VII - cada grupo de duas lojas ou sobrelojas ou fração de duas com instalações em comum;

VIII - cada grupo de quatro salas ou cômodos, ou fração de quatro, em prédio comercial com instalações em comum;

IX - cada grupo de dois apartamentos de hotel, casa de saúde ou similares, com instalações em comum.

Art. 16 - As economias integrantes de um mesmo imóvel serão cadastradas individualmente de acordo com a categoria de uso em que se enquadram.

Art. 17 - Para efeito de cadastro, faturamento e comercialização, as economias dos imóveis beneficiados com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, serão classificadas nas seguintes categorias:

a) Residencial;

b) Comercial;

c) Industrial;

d) Pública.

Art. 18 - Os imóveis classificados como categoria residencial são aqueles destinados exclusivamente para fins de moradia.

Parágrafo único - Nos condomínios cada unidade unifamiliar será considerada uma economia.

Art. 19 - Os imóveis classificados como categoria comercial são aqueles destinados ao exercício de atividades de comércio ou serviços.

§ 1º - Todos os imóveis que não se classificarem na categoria residencial, industrial ou pública, serão classificados como comercial.

§ 2º - Todos os imóveis com ligações de caráter temporário serão classificados na categoria comercial, exceto os descritos no Art. 20 desta Regumentação.

§ 3º - Enquadra-se na categoria comercial as ligações para hidrantes instaladas na parte interna dos imóveis.

Art. 20 - Os imóveis classificados como categoria industrial são aqueles destinados a atividades de produção e/ou transformação, que utilizem os serviços de água e/ou esgoto no processo produtivo.

§ 1º - Enquadram-se na categoria industrial empreendimentos em fase de construção, nos seguintes casos:

a) Edificações que tenham área construída igual ou superior a 1000 (mil) metros quadrados;

b) Conjuntos habitacionais, loteamentos e condomínios.

§ 2º - Depois de concluídas as obras, o imóvel deverá ser recadastrado conforme a categoria de uso da economia.

Art. 21 - Os imóveis classificados como categoria pública são aqueles destinados ao exercício de atividades de caráter público, tais como, imóveis destinados à administração direta do poder público (municipais, estaduais e federais), quartéis, cemitérios públicos,

escolas públicas, instituições religiosas, hospitais públicos, entidades de classe e sindicatos, organizações cívicas (políticas e públicas), instituições assistenciais e filantrópicas, autarquias e fundações.

Art. 22 - Enquadra-se na categoria pública as economias destinadas às atividades desenvolvidas pelas estações geradoras, subestações e operação das centrais elétricas, telefônicas e similares, de empresas cujo acionista majoritário é o governo federal, estadual ou municipal.

Art. 23 - As empresas da administração indireta, economias mistas, autarquias e fundações, que tiverem alterado a sua constituição jurídica deverão obrigatoriamente ser recadastradas.

CAPÍTULO VI

Das Ligações Definitivas

Art. 24 - O ponto de entrega de água deve situar-se na linha limite (testada) do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso que permita a colocação e leitura do hidrômetro.

Parágrafo único - havendo conveniência técnica e observados os padrões da ÁGUAS DE CORUPÁ, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade usuária.

Art. 25 - Para que as solicitações de ligações definitivas possam ser atendidas, deverá o interessado preparar as instalações de acordo com os padrões da ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 26 - O ramal predial instalado para a construção somente poderá ser aproveitado para a ligação definitiva, desde que esteja adequadamente dimensionado e em bom estado de conservação. Parágrafo único - Antes de efetuada a ligação definitiva, deverá ser procedida, a cargo do USUÁRIO, a desinfecção da instalação predial de água e a limpeza do reservatório.

Art. 27 - Para a aprovação da ligação predial de água e/ou esgoto, a ÁGUAS DE CORUPÁ poderá exigir análise prévia dos projetos arquitetônico e hidráulico-sanitários, especialmente nos seguintes casos:

- a) edificações com três ou mais pavimentos ou com área construída superior a 600 (seiscentos) metros quadrados;
- b) empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços que utilizem a água como insumo ou no processo produtivo;
- c) conjuntos habitacionais, loteamentos e condomínios;
- d) sempre que as condições de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, possam interferir significativamente nos sistemas de água ou esgoto.

Parágrafo único - Para as pequenas habitações, poderá a ÁGUAS DE CORUPÁ, a seu critério, exigir apenas croquis, contendo indicações que permitam localizar o imóvel.

Art. 28 - Nos casos de condomínios, a ÁGUAS DE CORUPÁ fornecerá água em uma única ligação e coletará o esgoto, também, em uma única ligação, sendo que as redes internas serão instaladas exclusivamente por conta dos respectivos incorporadores e condôminos.

Art. 29 - A ÁGUAS DE CORUPÁ instalará o ramal predial de água e esgoto, de acordo com o disposto nas normas técnicas e em local que permita e facilite o acesso para a execução dos seus serviços comerciais e operacionais.

Parágrafo único - A ÁGUAS DE CORUPÁ instalará o cavalete no interior do imóvel do usuário e a caixa de inspeção de esgoto no logradouro, em locais que facilitem o acesso para os serviços de limpeza e desobstrução.

Art. 30 - Nos casos de reforma ou ampliação de edificação já ligada às redes de água e esgoto, o proprietário ou construtor deverá

solicitar a adequação da ligação, antes de iniciada as obras.

Parágrafo único - A ÁGUAS DE CORUPÁ poderá, a seu critério, manter o mesmo ramal predial existente, desde que atenda adequadamente o imóvel resultante da reforma ou ampliação.

CAPÍTULO VII

Das Ligações Temporárias

Art. 31 - Consideram-se ligações temporárias as que se destinarem à canteiros de obras, obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros empreendimentos de caráter temporário.

Art. 32 - No pedido de ligação o interessado declarará o prazo da ligação, bem como o consumo estimado de água, que será posteriormente cobrado pelo consumo efetivo apresentado no hidrômetro instalado.

Art. 33 - As ligações temporárias terão duração máxima de seis (06) meses, e poderão ser prorrogadas a critério da ÁGUAS DE CORUPÁ, mediante solicitação formal do USUÁRIO.

Art. 34 - As despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter temporário, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do USUÁRIO, podendo a ÁGUAS DE CORUPÁ exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado desses serviços e do fornecimento de água e coleta de esgoto previsto em até três (03) ciclos completos de faturamento. Parágrafo único - Serão considerados como despesas referidas no caput deste artigo, os custos dos materiais aplicados e não reaproveitáveis e demais custos, tais como os de mão-de-obra para instalação, retirada da ligação e transporte.

Art. 35 - O interessado deverá juntar ao pedido de fornecimento de água e/ou coleta de esgoto, a planta ou croquis cotados das instalações temporárias.

Parágrafo único - Deverá, ainda, o interessado para ser efetuada sua ligação:

- I - preparar as instalações temporárias de acordo com a planta ou croquis mencionado no caput deste artigo;
- II - efetuar o pagamento dos valores devidos.

Art. 36 - Em ligações temporárias para construção, o ramal será dimensionado e localizado de modo a ser aproveitado para a eventual ligação definitiva.

Art. 37 - Os serviços prestados pela ÁGUAS DE CORUPÁ referentes à ligação temporária serão objetos de contrato.

CAPÍTULO VIII

Dos Loteamentos, Grupamento de Edificações, Ruas Particulares e Outros.

Art. 38 - Em loteamentos, grupamento de edificações, ruas particulares e outros empreendimentos similares, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão disponibilizados se houver viabilidade técnica, observada as disposições regulamentares.

Parágrafo único - Se verificada a viabilidade, a ÁGUAS DE CORUPÁ deverá fornecer as diretrizes para o sistema de abastecimento de água e/ou sistema de esgotamento sanitário do empreendimento.

Art. 39 - As áreas necessárias às instalações dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, situado fora dos limites dos logradouros públicos, voltadas ao atendimento do empreendimento, deverão ser cedidas a título gratuito.

Art. 40 - A execução de obras dos sistemas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem como a cessão de bens

a estes necessários, serão objetos de instrumento contratuais específicos a ser firmado entre o interessado e a ÁGUAS DE CORUPÁ.

§ 1º - As tubulações assentadas pelos interessados nos logradouros de loteamento, grupamento de edificações, ruas particulares e outros empreendimentos similares, situadas à montante dos pontos de entrega e a jusante dos pontos de coleta, passarão a integrar as redes públicas distribuidoras e/ou coletoras, desde o momento em que estas forem ligadas.

§ 2º - As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a que se refere este capítulo, passarão a integrar a rede pública e serão operados pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

§ 3º - A ÁGUAS DE CORUPÁ somente assumirá a manutenção e operação das redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Art. 41 - As obras dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de loteamento, grupamento de edificações, ruas particulares e outros empreendimentos similares serão custeados pelos interessados e poderão ser construídas pelos mesmos, conforme projeto aprovado e sob a fiscalização da ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 42 - A ÁGUAS DE CORUPÁ fornecerá a autorização para a execução das obras, mediante solicitação do interessado e após aprovação do projeto, que deverá ser elaborado e executado de acordo com as normas técnicas em vigor.

§ 1º - Na execução dos projetos dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de loteamento, grupamento de edificações, ruas particulares e outros empreendimentos similares, somente poderão ser utilizados materiais que atendam às normas técnicas vigentes, devendo o interessado informar a ÁGUAS DE CORUPÁ sobre os materiais a serem utilizados.

§ 2º - A ÁGUAS DE CORUPÁ não aprovará projeto de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário para condomínios, loteamentos, conjuntos habitacionais, vilas e outros que estejam em desacordo com a legislação ou com as normas técnicas vigentes.

Art. 43 - As ligações das redes de loteamento, grupamento de edificações, ruas particulares e outros empreendimentos similares às redes dos sistemas de água e esgoto somente serão executadas pela ÁGUAS DE CORUPÁ, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado, e, quando for o caso, efetivado as cessões e pagas as eventuais despesas pelo interessado.

Art. 44 - Os prédios de ruas particulares poderão ter ramais prediais individuais derivados de ramais distribuidores e coletores, ligados aos respectivos sistemas públicos da ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 45 - Sempre que for ampliado o condomínio, loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de edificações, as despesas decorrentes de melhoria ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, correrão por conta do proprietário ou incorporador.

CAPÍTULO IX

Dos Ramais Prediais de Água e de Esgoto

Art. 46 - Os ramais de água e/ou coletores de esgoto serão executados pela ÁGUAS DE CORUPÁ e integrarão a rede pública.

Art. 47 - Compete a ÁGUAS DE CORUPÁ, quando solicitado e justificado, informar ao interessado a pressão e vazão na rede de distribuição e capacidade de vazão da rede coletora, para atendimento ao USUÁRIO.

Art. 48 - O fornecimento de água e/ou coleta de esgoto deverá ser feito, a princípio por um único ramal predial para cada unidade

usuária.

Parágrafo único - Quando, a critério da ÁGUAS DE CORUPÁ, houver conveniência de ordem técnica ou comercial, o fornecimento de água e a coleta de esgoto poderão, respectivamente, ser efetuados por mais de um ramal predial.

Art. 49 - Nas ligações já existentes, a ÁGUAS DE CORUPÁ providenciará a individualização do ramal predial a pedido do usuário, desde que tecnicamente viável, mediante o prévio desmembramento total e definitivo das instalações prediais.

Art. 50 - O deslocamento do ramal predial somente poderá ser efetuado pela ÁGUAS DE CORUPÁ, sendo realizado às expensas do USUÁRIO, quando for por ele solicitado.

Art. 51 - Havendo qualquer anormalidade no funcionamento do ramal predial de água e/ou de esgoto, o USUÁRIO deverá solicitar a ÁGUAS DE CORUPÁ às correções necessárias.

Art. 52 - É vedado ao USUÁRIO intervir no ramal predial de água e/ou de esgoto, mesmo com o objetivo de melhorar suas condições de funcionamento.

Art. 53 - Os danos causados às redes de distribuição de água e de esgotamento sanitário ou às instalações dos serviços de água ou de esgoto serão reparados pela ÁGUAS DE CORUPÁ, às expensas do autor, o qual ficará sujeito às penalidades previstas na legislação e normas vigentes.

Art. 54 - Ligações rurais de água poderão ser executadas, a critério da ÁGUAS DE CORUPÁ, a partir de adutoras ou subadutoras quando as condições operacionais permitirem este tipo de ligação, desde que não prejudiquem o desempenho de sistema.

Art. 55 - O coletor predial de esgotos terá diâmetro mínimo de 100 (cem) milímetros.

Art. 56 - O coletor predial de esgotos não deverá ter extensão superior a 15 (quinze) metros. Os casos excepcionais serão analisados pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 57 - As operações nos ramais prediais de água, até o cavalete, e de esgoto, até a caixa de inspeção externa, bem como nas redes públicas, somente poderão ser efetuadas pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Parágrafo único - É proibido a pessoas não autorizadas abrir as tampas de inspeção dos poços de visita das redes de água e esgoto.

Art. 58 - A restauração de muros, passeios e revestimentos, decorrentes de serviços solicitados pelo USUÁRIO em particular, será de responsabilidade do mesmo.

Parágrafo único - As restaurações de que trata este artigo ficarão sob responsabilidade da ÁGUAS DE CORUPÁ, quando o serviço realizado for de iniciativa e interesse do próprio.

CAPÍTULO X

Dos Hidrômetros

Art. 59 - Os hidrômetros e os registros de passagem serão instalados no cavalete ou em estrutura ou dispositivo aprovado pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 60 - Será assegurado pelo USUÁRIO, ao pessoal da ÁGUAS DE CORUPÁ ou credenciado, o livre acesso ao hidrômetro de forma a permitir as leituras e vistorias.

Art. 61 - Somente a ÁGUAS DE CORUPÁ poderá instalar substituir ou remover o hidrômetro, bem como fazer modificações em seus

locais de instalação.

§ 1º - Todos os hidrômetros serão aferidos, aprovados e lacrados pela ÁGUAS DE CORUPÁ ou INMETRO, antes da instalação.

§ 2º - É facultado a ÁGUAS DE CORUPÁ, mediante aviso ao USUÁRIO, o direito de redimensionar e remanejar os hidrômetros das ligações, quando constatada a necessidade técnica de intervir nos mesmos.

§ 3º - A substituição do hidrômetro, decorrente do desgaste normal de seus mecanismos será executada pela ÁGUAS DE CORUPÁ, sempre que necessário, sem ônus para o USUÁRIO.

§ 4º - A substituição do hidrômetro decorrente da violação de seus mecanismos será executada pela ÁGUAS DE CORUPÁ, com ônus para o USUÁRIO, além das penalidades previstas.

Art. 62 - A substituição do hidrômetro deverá ser comunicada por escrito e de forma específica ao USUÁRIO, com informações referentes às leituras do hidrômetro retirado e do instalado.

Art. 63 - Os lacres instalados pela ÁGUAS DE CORUPÁ no hidrômetro e cavalete, somente poderão ser rompidos pela mesma, que providenciará a devida reposição imediata.

Parágrafo único - Nenhum hidrômetro, cavalete ou outro componente das instalações de água ou esgoto poderão permanecer sem os devidos lacres.

Art. 64 - A ÁGUAS DE CORUPÁ realizará a aferição dos hidrômetros sempre que houver indícios de erro de medição, ou por solicitação do USUÁRIO.

Parágrafo único - Quando a aferição for solicitada pelo USUÁRIO e for constatado o funcionamento normal do hidrômetro, o serviço será cobrado do mesmo, conforme "Tabela de Preços e Prazos de Serviços" vigente.

Art. 65 - O serviço de aferição de hidrômetro será efetuado de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Parágrafo único - Considera-se hidrômetro com defeito, aquele cujo laudo técnico apresentar somatório das vazões com erro igual ou superior 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, ou conforme as normas vigentes.

Art. 66 - O USUÁRIO será responsável pela guarda dos equipamentos de medição e outros dispositivos da ÁGUAS DE CORUPÁ, quando instalados no interior do imóvel ou, se por solicitação formal do USUÁRIO, os mesmos forem instalados no seu exterior.

Parágrafo único - Para hidrômetro situado em local que não ofereça as necessárias condições de segurança, deverá o USUÁRIO construir caixa de proteção, de acordo com o modelo aprovado pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 67 - A ÁGUAS DE CORUPÁ é reservado o direito de cobrar do USUÁRIO todas as despesas decorrentes de furto ou avaria do hidrômetro.

Parágrafo único - A ÁGUAS DE CORUPÁ dispensará o USUÁRIO da cobrança por furto do hidrômetro, mediante o respectivo "Boletim de Ocorrência Policial".

CAPÍTULO XI

Das Instalações Prediais

Art. 68 - Para efeito desta Resolução são consideradas como instalações prediais:

I - de água: o alimentador predial, a cisterna e/ou reservatório superior e demais instalações da rede interna da edificação e/ou terreno;

II - de esgoto: o coletor, fossa, filtro, sumidouro, caixa de inspeção interna e a rede de esgotamento interna da edificação e/ou terreno.

Art. 69 - A execução e manutenção das instalações prediais de

água e esgotos são de responsabilidade dos respectivos USUÁRIOS e deverão ser projetadas e executadas conforme normas legais, técnicas e regulamentares, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais vigentes.

Art. 70 - As instalações prediais de água e esgotos poderão ser vistoriadas pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 71 - É vedada a conexão do alimentador predial de água com tubulações alimentadas por água não procedente da rede pública.

Art. 72 - É vedada a derivação de tubulações da instalação predial de água e/ou esgoto para suprimento/coleta de outro imóvel ou economia.

Art. 73 - É vedado despejo de águas pluviais nas instalações de coleta de esgotos sanitários, devendo as mesmas ser canalizadas para o sistema de drenagem pluvial.

Art. 74 - Os imóveis ou parte dos mesmos poderão ter abastecimento direto, desde que a entrada da canalização alimentadora do reservatório superior esteja a uma altura máxima de 10 (dez) metros acima do nível do eixo da via pública.

Parágrafo único - Quando a entrada da canalização alimentadora do reservatório superior exceder o disposto no caput deste artigo, o imóvel ou parte deste deverá possuir reservatório inferior e instalações de bombeamento conjugados, sendo de responsabilidade do USUÁRIO a construção, operação e manutenção dos mesmos.

Art. 75 - É vedado o emprego de bombas de sucção ligadas diretamente ao ramal predial de água, sob pena de sanções previstas neste DECRETO.

Art. 76 - O lançamento de efluentes no sistema público de esgoto deve ser realizado exclusivamente por gravidade.

Parágrafo único - Quando houver necessidade de recalque dos efluentes, eles devem fluir para uma caixa de "quebra de pressão", situada a montante da caixa de inspeção externa, na parte interna do imóvel, de onde serão conduzidas em conduto livre até o coletor público, sendo de responsabilidade do USUÁRIO a execução, operação e manutenção dessas instalações.

Art. 77 - Em logradouros, onde esteja sendo implantada rede pública de esgotamento sanitário, a ÁGUAS DE CORUPÁ disponibilizará ligação de esgoto às edificações existentes, mediante vistoria técnica das instalações sanitárias destes imóveis.

Art. 78 - O esgotamento através de terreno de outra propriedade, somente poderá ser levado a efeito quando houver anuência do proprietário do terreno respeitada as disposições legais e normativas.

Art. 79 - É proibido lançar na rede pública de esgotamento sanitário, materiais que causem obstrução ou outra interferência na operação do sistema coletor, tais como: areia, cinza, metais, vidro, madeira, pano, lixo, cera, estopa e asfalto, bem como águas pluviais em qualquer quantidade.

Art. 80 - Os resíduos de caixa de gordura são considerados como resíduo sólido e, como tal não poderá ser lançado na rede pública de esgotamento sanitário.

Art. 81 - É proibido o lançamento de efluentes industriais ou cujas características possam causar:

I - incêndio ou explosão;

II - problemas de qualquer natureza na operação e manutenção dos sistemas de esgotos;

III - prejuízo ao bem público;

IV - interferências nos processos químicos, físicos ou biológicos do

tratamento de esgotos ou que prejudiquem a manutenção da vida aquática, danos ao meio ambiente ou a terceiros, bem como aos usos previstos para o corpo receptor, conforme legislação vigente.

Art. 82 - Os despejos que, por sua natureza, não puderem ser lançados diretamente na rede pública de esgotamento sanitário, deverão, obrigatoriamente, ser tratados previamente pelo USUÁRIO, às expensas do mesmo e de acordo com as normas vigentes, cujo lançamento na rede coletora dependerá de contrato específico.
Parágrafo único - Ficam enquadrados, no que dispõe este artigo os despejos de natureza hospitalar, industrial, prestadora de serviços e/ou outros cuja composição necessite de tratamento prévio, conforme legislação.

Art. 83 - A operação e manutenção dos ramais condominiais de esgoto serão atribuições dos USUÁRIOS, sendo a ÁGUAS DE CORUPÁ responsável única e exclusivamente pela operação da rede coletora pública.

Art. 84 - Em toda edificação será obrigatória a instalação de reservatório superior de água, em conformidade com o disposto nas normas vigentes e neste DECRETO.

Art. 85 - As piscinas poderão ser abastecidas por meio de tubulação ligada direto no alimentador predial ou por meio de tubulação derivada de reservatório da instalação predial.

§ 1º - Quando o abastecimento de água para piscina for direto do alimentador predial, a entrada de água na piscina deverá ficar acima do seu nível máximo.

§2º - Quando da existência de rede pública de esgotamento sanitário, os despejos provenientes de piscinas deverão ser lançados na referida rede.

CAPÍTULO XII

Da Determinação do Consumo e Faturamento

Art. 86 - O consumo de água dos USUÁRIOS classifica-se em:

- a) consumo medido de água;
- b) consumo estimado de água;
- c) consumo médio de água;
- d) consumo faturado de água.

Art. 87 - Todas as ligações de água deverão preferencialmente ter seu consumo medido através de hidrômetro.

Art. 88 - O volume consumido será apurado por meio de leituras mensais do hidrômetro, obtido pela diferença entre a leitura realizada e a anterior.

Art. 89 - A ÁGUAS DE CORUPÁ efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) dias e o máximo de 33 (trinta e três) dias.

§ 1º - A duração dos períodos de consumo é fixada de maneira que seja mantido até o número de 12 (doze) faturas por ano

§ 2º - A primeira fatura deverá corresponder a um período não inferior a 20 (vinte) dias nem superior a 40 (quarenta) dias.

§ 3º - A ÁGUAS DE CORUPÁ, a seu critério, poderá alterar a data de leitura, quando da necessidade de ajuste ou otimização do ciclo de faturamento, mediante comunicação prévia ao USUÁRIO desta ocorrência.

§ 4º - A ÁGUAS DE CORUPÁ deverá informar na fatura, a data da realização da próxima leitura.

Art. 90 - Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no hidrômetro, impossibilidade de acesso ao mesmo, ou nos casos fortuitos ou de força maior, a apuração do volume consumido será feita com base na média aritmética dos consumos faturados nos últimos seis (06)

meses com valores corretamente medidos.

§ 1º - O faturamento pela média somente poderá ser aplicado por três (03) ciclos consecutivos de faturamento, devendo a ÁGUAS DE CORUPÁ comunicar por escrito ao USUÁRIO a necessidade de desimpedir o acesso ao hidrômetro.

§ 2º - No faturamento subsequente à remoção do impedimento, efetuado até o terceiro ciclo consecutivo, deverá ser feita a leitura do hidrômetro e os acertos relativos aos volumes lidos e faturados no período em que o hidrômetro não foi lido.

§ 3º - Após o terceiro ciclo consecutivo de faturamento efetuado pela média aritmética, a ÁGUAS DE CORUPÁ deverá faturar pela Tarifa Básica para a categoria, nos ciclos subsequentes, sem possibilidade de promover futura compensação nos casos em que se verificarem saldos positivos entre os valores medidos e faturados.

§ 4º - Caso a leitura do hidrômetro não estiver sendo feita em função de impedimento provocado pelo USUÁRIO, o consumo será estimado pelo número de tomadas da unidade usuária.

Art. 91 - Nos casos de alterações das datas de leitura ou atraso de leitura, cujo período entre as leituras exceder ao estabelecido neste DECRETO, o consumo deverá ser estimado com base no ciclo normal de faturamento.

Art. 92 - Verificado pela ÁGUAS DE CORUPÁ, que, em razão de by-pass ou, prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais, o volume faturado será estimado com base no maior valor de consumo ocorrido em até 12 (doze) ciclos completos de faturamento de medição normal, imediatamente anteriores ao início da irregularidade, sem prejuízo às demais sanções aplicáveis.

§ 1º - No caso de inviabilidade de utilização do critério previstos no caput deste artigo, a determinação dos valores do consumo será feita através de estimativa com base no número de tomadas das instalações da unidade usuária e atividades nela desenvolvida.
§ 2º - Nos prédios ligados às redes públicas, à revelia da ÁGUAS DE CORUPÁ, as tarifas de água e/ou de esgoto serão devidas desde a data da expedição do alvará de construção, quando não puder ser verificada a época da ligação à rede pública, limitada ao período máximo de 12 (doze) meses.

Art. 93 - O aumento de consumo decorrente de vazamento na rede interna do imóvel, bem como as providências para o conserto, é de inteira responsabilidade do USUÁRIO.

Art. 94 - Nos casos de aumento de consumo devido a vazamentos na rede interna do imóvel e mediante a eliminação comprovada da irregularidade pelo USUÁRIO, poderá a ÁGUAS DE CORUPÁ aplicar desconto sobre o consumo excedente.

§ 1º - No caso de vazamentos devidamente comprovados pelo USUÁRIO, poderá a ÁGUAS DE CORUPÁ descontar o correspondente a 70 % (setenta por cento) do volume medido acima da média de consumo.

§ 2º - Para obter o desconto referido no §1º, o USUÁRIO deverá apresentar a ÁGUAS DE CORUPÁ, declaração de ocorrência do vazamento e das providências tomadas para o reparo, junto aos documentos que comprovem a realização do mesmo, tais como nota fiscal de serviço ou materiais utilizados.

§ 3º - A ÁGUAS DE CORUPÁ deverá realizar vistoria no imóvel para comprovação da ocorrência de vazamento e do respectivo reparo.

§ 4º - Por ocasião da ocorrência de vazamentos de água devidamente comprovados, a cobrança da tarifa de esgoto deverá ocorrer com base na média de consumo de água dos últimos seis (06) meses.

§ 5º - O USUÁRIO perderá o direito ao desconto se for comprovada a má fé ou negligência com a manutenção das instalações prediais sob sua responsabilidade.

Art. 95 - A ÁGUAS DE CORUPÁ poderá cobrar valor fixo mensal, denominado Tarifa Básica, correspondente ao custo fixo de

manutenção dos sistemas de água e esgoto, independentemente dos valores cobrados referentes aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo único - A Tarifa Básica será fixada para cada economia e por categoria de consumo, e será definida na estrutura tarifária da ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 96 - O imóvel servido por um único ramal predial, constituído por várias economias enquadradas em categorias de uso distinto, terá sua Tarifa Básica total igual ao somatório das Tarifas Básicas de cada economia.

Art. 97 - A tarifa de esgoto será calculada com base no volume de esgoto coletado e tratado, cujos valores serão definidos na Estrutura Tarifária da ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 98 - Para efeitos da determinação do volume de esgoto coletado, será considerado o volume correspondente a 100% (cem por cento) do consumo de água faturado e incidirá sobre os imóveis servidos por sistema de redes coletoras existentes na via pública, mesmo que não ligados à rede.

Parágrafo Único - O volume de esgoto, nos casos em que haja abastecimento próprio de água por parte do USUÁRIO ou a água seja utilizada como insumo em processos produtivos, será medido ou estimado pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

CAPÍTULO XIII

Das Faturas e dos Pagamentos

Art. 99 - Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário executados pela ÁGUAS DE CORUPÁ serão remunerados sob a forma de tarifa, conforme a "Tabela de Preços e Prazos de Serviços" decretada pelo Município.

Art. 100 - As tarifas relativas ao fornecimento de água, coleta de esgotos e a outros serviços realizados serão cobradas por meio de fatura apresentada ao USUÁRIO.

§ 1º - As faturas serão apresentadas ao USUÁRIO, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

§ 2º - A ÁGUAS DE CORUPÁ deverá orientar o USUÁRIO quanto ao calendário de leitura e entrega de fatura.

§ 3º - A ÁGUAS DE CORUPÁ emitirá segunda via da fatura sem ônus para o USUÁRIO nos casos de problemas na emissão da via original ou incorreções no faturamento.

§ 4º - Em caso de extravio da fatura pelo USUÁRIO, a emissão da segunda via será cobrada de acordo com a "Tabela de Preços e Prazos de Serviços".

Art. 101 - A fatura deverá conter as seguintes informações:

I - obrigatoriamente:

- a) nome do USUÁRIO;
- b) endereço da unidade usuária;
- c) matrícula da unidade usuária;
- d) datas das leituras anterior e atual do hidrômetro;
- e) datas de apresentação e vencimento da fatura;
- f) descrição dos serviços prestados com respectivos valores;
- g) parcela referente a tributos incidentes sobre o faturamento realizado;
- h) valor total a pagar.
- i) características físicas, químicas e microbiológicas da água distribuída.

II - quando pertinente:

- a) multa por atraso de pagamento;
- b) informações sobre a existência, ou não, de faturas vencidas.

Parágrafo único - Além das informações relacionadas neste artigo, fica facultado a ÁGUAS DE CORUPÁ incluir na fatura outras informações, bem como veiculação de propagandas comerciais, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, vedadas

mensagens ideológicas, político-partidárias e religiosas.

Art. 102 - As faturas deverão ser apresentadas com antecedência mínima de:

I - 5 (cinco) dias úteis para as unidades usuárias de todas as categorias, ressalvadas a mencionada no inciso II;

II - 10 (dez) dias úteis para a categoria Pública;

III - 1 (um) dia útil nos casos de desligamento a pedido, exceto para as unidades usuárias a que se refere o inciso anterior.

§ 1º - Na contagem dos prazos estabelecidos neste artigo para pagamento das faturas, exclui-se o dia da apresentação e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - A ÁGUAS DE CORUPÁ deverá oferecer no mínimo 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do USUÁRIO.

Art. 103 - As faturas, vencidas ou não, poderão ser pagas somente nos estabelecimentos credenciados pelo SAMASA.

Art. 104 - As faturas não quitadas até a data do seu vencimento sofrerão acréscimo, pela mora, de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, sem prejuízo da aplicação de multa de 2% (dois por cento) ou outro índice previsto na legislação vigente.

Parágrafo único - O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.

Art. 105 - A falta de pagamento da fatura, após o vencimento, sujeitará o USUÁRIO, independentemente de outras sanções, à interrupção dos serviços de abastecimento de água, conforme estabelecem as normas regulamentares.

Art. 106 - Após o pagamento da fatura, o USUÁRIO poderá reclamar a devolução dos valores cobrados indevidamente, corrigidos conforme o Art. 104.

Art. 107 - O faturamento poderá ser cancelado ou alterado a pedido do interessado ou por iniciativa da ÁGUAS DE CORUPÁ, nos seguintes casos:

I - demolição;

II - fusão de economias;

III - incêndio;

IV - suspensão do abastecimento e/ou interrupção da coleta.

Parágrafo único - A alteração do faturamento passará a vigorar a partir da data em que for anotado no cadastro da ÁGUAS DE CORUPÁ, não tendo, por conseguinte, efeito retroativo.

Art. 108 - Fica vedada ao USUÁRIO com débito de valor resultante dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, a prestação de serviços de qualquer natureza pela ÁGUAS DE CORUPÁ, com exceção dos serviços previstos nas normas vigentes.

Art. 109 - O USUÁRIO com débitos resultantes da prestação de serviços por parte da ÁGUAS DE CORUPÁ poderá ser acionado judicialmente, depois de esgotadas as medidas administrativas para a cobrança.

Art. 110 - A ÁGUAS DE CORUPÁ poderá parcelar os débitos existentes, segundo critérios a serem estabelecidos e aprovados pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 111 - O USUÁRIO beneficiado com o parcelamento dos débitos poderá ter seus serviços restabelecidos.

Art. 112 - As reclamações acerca dos valores consignados nas faturas serão recebidas, desde que as faturas anteriores estejam quitadas.

§ 1º - Serão aceitas reclamações mesmo após o vencimento da respectiva fatura, incidindo, porém, as sanções pecuniárias, deste

DECRETO e normas internas.

§ 2º - Caso a reclamação seja procedente, a ÁGUAS DE CORUPÁ deverá providenciar a revisão da fatura motivo da reclamação.

Art. 113 - As eventuais diferenças verificadas na aferição de hidrômetros, não retroagem aos períodos de faturamentos anteriores, prevalecendo apenas para o mês, cujo consumo foi questionado.

Art. 114 - Os USUÁRIOS que tiverem a emissão de fatura cancelada em função da supressão do ramal predial e que desejarem o retorno dos serviços de abastecimento de água do a ÁGUAS DE CORUPÁ, deverá pagar o valor correspondente aos serviços de uma nova ligação predial, vigente na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços".

Art. 115 - O cancelamento da emissão de fatura da ÁGUAS DE CORUPÁ, com relação aos serviços de abastecimento de água, não desobriga ou elimina a emissão de fatura com a cobrança de serviços de esgoto, aos USUÁRIOS contemplados com os serviços públicos de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO XIV Dos Serviços e Prazos

Art. 116 - Os serviços a serem prestados e cobrados pela ÁGUAS DE CORUPÁ, bem como os seus respectivos prazos, constarão da "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", a ser aprovada pela ÁGUAS DE CORUPÁ, sendo disponibilizada aos interessados.

Art. 117 - Os prazos, para início e conclusão das obras e serviços a cargo da ÁGUAS DE CORUPÁ, serão suspensos quando:

I - o USUÁRIO não apresentar as informações ou tomar as providências que lhe couber;

II - não forem obtidas as licenças ou aprovação dos órgãos competentes;

III - não for outorgada a servidão de passagem ou disponibilizada via de acesso necessária à execução dos trabalhos;

IV - por razões de ordem técnica, acidentes, fenômenos naturais, caso fortuito ou força maior.

§ 1º - Havendo suspensão da contagem do prazo, o USUÁRIO deverá ser informado.

§ 2º - Os prazos continuarão a fluir logo depois de removido o impedimento.

CAPÍTULO XV Das Infrações e Sanções aos USUÁRIOS

Art. 118 - A inobservância de qualquer dispositivo deste DECRETO e demais normas vigentes sujeitará o USUÁRIO ou terceiros infratores à notificação e aplicação de penalidades, que poderão ser, conforme a gravidade da infração e/ou irregularidade, advertência, multa, suspensão do fornecimento de água ou coleta de esgoto e/ou supressão do ramal predial de água ou esgoto.

§ 1º - É assegurado ao infrator o direito de recorrer das sanções aplicadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao recebimento do auto de infração.

§ 2º - recurso de que trata este artigo não tem efeito suspensivo das penalidades.

Art. 119 - Qualquer inobservância aos dispositivos legais e regulamentares sujeitará o infrator à penalidade de advertência, a critério d a ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 120 - Caracterizam infrações às normas dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, sujeitas à penalidade de multa, as irregularidades tais como:

I - intervenção, sem autorização, nas instalações dos Sistemas Públicos de Água e Esgotos;

II - ligação ou religação clandestina;

III - recusa do USUÁRIO em permitir que a ÁGUAS DE CORUPÁ instale o hidrômetro no imóvel e impeça a manutenção ou leitura do mesmo;

IV - utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou de esgotamento sanitário de outro imóvel ou economia;

V - violação dos lacres do hidrômetro ou do cavalete;

VI - impossibilidade de se efetuar a leitura do hidrômetro, por 3 (três) meses consecutivos, em virtude de dificuldades criadas pelo USUÁRIO;

VII - quando decorrido o prazo de ligação temporária ou concluídos os serviços ou obras, não for solicitada a ligação definitiva;

VIII - revenda de água a terceiros;

IX - falta de pagamento de faturas;

X - conexão do alimentador predial com canalizações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;

XI - instalação de bomba ou outro dispositivo na rede de distribuição e/ou no ramal predial;

XII - lançamento de águas pluviais nas instalações de esgotos sanitários;

XIII - lançamento de despejos "in natura", na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio;

XIV - não ligação do imóvel à rede pública de esgotamento sanitário;

XV - utilização indevida do hidrante instalado na parte interna do imóvel;

XVI - reincidência em infração penalizada com advertência.

§ 1º - Os valores das multas serão lançados nas correspondentes faturas dos usuários infratores.

§ 2º - Os valores das multas para as infrações e irregularidades de que trata este DECRETO, estarão previstas na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços".

Art. 121 - São infrações sujeitas à suspensão do fornecimento de água ou da coleta de esgoto, sem prejuízo da aplicação de pena de multa:

I - ligações clandestinas.

II - falta de pagamento das faturas.

III - a reincidência em infrações penalizadas com multa;

IV - derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by-pass);

V - violação, danificação proposital, inversão e/ou retirada de hidrômetro;

VI - deficiências técnicas e/ou de segurança das instalações da unidade usuária que ofereçam risco iminente de danos a pessoas ou bens;

VII - negligência na manutenção das instalações prediais, comprovada pela ÁGUAS DE CORUPÁ, que resultem em desperdício de água por parte do USUÁRIO;

VIII - inadimplência do pagamento dos serviços prestados com atraso superior a 60 (sessenta) dias;

IX - retirada do hidrômetro e/ou intervenção abusiva no mesmo.

X - intervenção no ramal predial externo.

§ 1º - Ao programar a suspensão do fornecimento de água e/ou a interrupção da coleta de esgoto, a ÁGUAS DE CORUPÁ deverá entregar ao USUÁRIO aviso discriminando o motivo gerador.

§ 2º - A comunicação de que trata o parágrafo anterior deverá ser feita com antecedência mínima de cinco (05) dias quando se tratar dos incisos I ao III, e de 15 (quinze) dias quando se tratar do inciso IV ao X deste artigo.

§ 3º - Constatada que a suspensão do fornecimento de água e/ou a interrupção da coleta de esgoto foi indevida, a ÁGUAS DE CORUPÁ ficará obrigado a efetuar a religação no prazo máximo estabelecido para a religação de urgência, e sem ônus para o USUÁRIO.

Art. 122 - Cessado o motivo da interrupção e pagos os débitos existentes, a ÁGUAS DE CORUPÁ restabelecerá o fornecimento de água e/ou a coleta de esgoto nos prazos estabelecidos na "Tabela

de Preços e Prazos de Serviços”.

Art. 123 - A ÁGUAS DE CORUPÁ procederá a religação de urgência nos casos de suspensão indevida dos serviços ou por solicitação do USUÁRIO.

Parágrafo único - A ÁGUAS DE CORUPÁ deverá informar ao USUÁRIO que solicitar esse tipo de serviço o valor a ser cobrado e os prazos relativos às religações normal e de urgência.

Art. 124 - São infrações sujeitas à supressão do ramal predial de água:

I - Interrupção do abastecimento de água, por corte, num período superior a 120 (cento e vinte) dias;

II - Reincidência nas infrações tipificadas nos incisos I ao III do artigo 120 deste DECRETO;

III - Impedimento, por parte do USUÁRIO, do acesso da ÁGUAS DE CORUPÁ ao imóvel para a efetuação da suspensão do fornecimento de água.

§ 1º - O USUÁRIO, ao solicitar o retorno da prestação de serviços de abastecimento de água, estará sujeito ao pagamento de valor correspondente aos serviços de nova ligação predial e cumprimento das exigências regulamentares.

§ 2º - No caso de supressão do ramal de esgoto por solicitação do USUÁRIO, esta deve vir acompanhada da concordância dos órgãos de saúde pública e meio ambiente.

§ 3º - Em qualquer dos casos de suspensão dos serviços, que tenham possibilidade de ser restabelecidos, a unidade usuária deverá permanecer no cadastro da ÁGUAS DE CORUPÁ.

§ 4º - Ao programar a supressão do ramal predial de água ou esgoto, a ÁGUAS DE CORUPÁ deverá entregar ao USUÁRIO aviso discriminando o motivo gerador, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

§ 5º - As situações de supressão do ramal predial caracterizam o encerramento da relação contratual entre a ÁGUAS DE CORUPÁ e o USUÁRIO, sem prejuízo da cobrança dos eventuais débitos existentes.

Art. 125 - Nos casos de supressão do ramal predial de água, a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário será mantida e cobrada pela ÁGUAS DE CORUPÁ, conforme a legislação vigente.

Art. 126 - Os casos de suspensão do fornecimento de água ou supressão do ramal predial de ligações de USUÁRIOS caracterizados como de utilidade pública, serão previamente analisados pela ÁGUAS DE CORUPÁ.

Art. 127 - Conforme a gravidade dos atos de dolo ou má fé, praticada por USUÁRIOS ou terceiros, a ÁGUAS DE CORUPÁ poderá recorrer à denúncia pública.

CAPÍTULO XVI Dos Hidrantes

Art. 128 - A ÁGUAS DE CORUPÁ, de acordo com as normas técnicas vigentes, dotará de hidrantes as redes de distribuição de água, bem como atenderá aos pedidos dos USUÁRIOS para instalação de hidrantes, em área interna do imóvel, necessários às operações de combate ao fogo, observadas as disposições legais e de ordem técnica.

§ 1º - A ligação de água para suprimento de hidrantes na área interna do imóvel, por solicitação do USUÁRIO, Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada (Empresa), deverá ser feita através de um ramal predial privativo, dotado de hidrômetro, mediante análise técnica da ÁGUAS DE CORUPÁ.

§ 2º - O registro do hidrante disponibilizado na área interna do imóvel será lacrado pela ÁGUAS DE CORUPÁ, observando-se a restrição de que trata o §4º deste artigo.

§ 3º - Caberá ao interessado o pagamento das despesas decorrentes da instalação de hidrante, na área interna do imóvel.

§ 4º - Será considerada indevida e sujeita às penalidades previstas no artigo 120, a utilização do hidrante instalado em área interna do imóvel, para outros objetivos que não seja o combate ao fogo, comprovado através do “Boletim de Ocorrência” emitido pelo Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada para a localidade.

Art. 129 - A operação dos registros dos hidrantes da rede de distribuição e dos hidrantes instalados na área interna de imóveis, somente poderá ser efetuada pela ÁGUAS DE CORUPÁ, Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada.

Art. 130 - O Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada (Empresa) se obriga a comunicar a ÁGUAS DE CORUPÁ, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as operações efetuadas nestes equipamentos.

§ 1º - A ÁGUAS DE CORUPÁ fornecerá ao Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada (Empresa) informações sobre o sistema de abastecimento de água e o seu regime de operação, sempre que solicitado.

§ 2º - O Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada (Empresa) se obriga a inspecionar com regularidade as condições de funcionamento dos hidrantes, dos seus registros, e solicitar a ÁGUAS DE CORUPÁ os reparos necessários.

Art. 131 - A ÁGUAS DE CORUPÁ se obriga a realizar a manutenção e prestar assistência técnica de que trata o artigo 130; §2º e custear as despesas decorrentes.

Parágrafo único - A manutenção e assistência técnica da instalação de que trata o artigo 128; §1º, serão realizadas pela ÁGUAS DE CORUPÁ, Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada, às expensas da ÁGUAS DE CORUPÁ, observando-se o que dispõe o artigo 53 do presente Regulamento.

CAPÍTULO XVI Das Disposições Gerais

Art. 132 - As unidades usuárias poderão receber ação fiscalizadora da ÁGUAS DE CORUPÁ, no sentido de se verificar a observância do prescrito neste DECRETO.

Art. 133 - Os USUÁRIOS terão a disposição nos escritórios e locais de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares deste DECRETO, para conhecimento ou consulta.

Art. 134 - Cabe ao Chefe do Poder Executivo, resolver os casos omissos ou dúvidas suscitadas na aplicação deste DECRETO.

Art. 135 - Fica o Diretor da ÁGUAS DE CORUPÁ autorizado a expedir normas complementares para o cumprimento deste Regulamento.

Art. 136 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de Janeiro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 431/12

DECRETO Nº 431/12

APROVA A TABELA DE PREÇOS E PRAZOS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e combinada com a Lei Complementar nº 031 de 05 de dezembro de 2011,

CONSIDERANDO que, a Lei Complementar nº 031 de 05 de dezembro de 2011, em seu artigo 14, estabelece que a classificação dos serviços de água e esgoto, as tarifas e taxas respectivas e as condições para a sua concessão serão estabelecidas em regulamento próprio;

CONSIDERANDO que, em seu artigo 22 da LC nº 031 estabelece que os serviços de abastecimento de água e de esgotamentos sanitários serão remunerados sob a forma de tarifa, fixadas por decreto;

CONSIDERANDO que a cobrança dos serviços de abastecimento de água é essencial para a manutenção, modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água;

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam definidos, através deste decreto, os seguintes conceitos e terminologias:

I - Tarifa Residencial Social: valor cobrado pelo fornecimento de água potável a todos os usuários que, comprovadamente, possuírem ou residirem em imóvel de até 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída para fins residenciais, tiverem rendimento familiar igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos e não possuir veículo automotor e linha telefônica fixa, mediante prévia análise da Assistência Social do Município;

II - Tarifa Residencial Normal: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis com ocupação exclusiva para fins de moradia, que não se enquadrarem na Tarifa Residencial Social;

III - Tarifa Comercial: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis destinados ao exercício de atividades comerciais;

IV - Tarifa Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários que comprovem a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei complementar n. 123/2006, mediante apresentação de Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como pela prévia existência de Alvará de funcionamento junto à Prefeitura Municipal. Ainda, deve o interessado apresentar média de fornecimento de água dos últimos 6 (seis) meses de até 10m³ de água, não apresentar débitos vencidos com o Município e comprovar, cada doze meses, atendimento dos critérios aqui definidos;

V - Tarifa Industrial: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis destinados ao exercício de atividades industriais;

VI - Tarifa Pública: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos usuários de imóveis destinados à atividade do setor público.

VII - Tarifa Especial: valor cobrado pelo fornecimento de água potável aos grandes usuários, que deverão firmar contrato de demanda mínima a partir de 5.000m³ de fornecimento de água, a preços e condições especiais, desde que seja tecnicamente e economicamente viável, sempre à critério e mediante justificativa do Poder Público Municipal;

Art. 2º - Fica aprovado a estrutura tarifária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Corupá/

SC, conforme valores e classes a seguir especificadas:

CATEGORIA	SUB CATEGORIA	FAIXAS (m ³)	VALOR DE ÁGUA POR m ³
RESIDENCIAL	Social	Até 10	R\$ 4,58
11 à 25	R\$ 1,2849		
26 à 50	R\$ 6,1771		
Maior que 50	R\$ 7,5392		
Normal	Até 10	R\$ 24,47	
11 à 25	R\$ 4,4844		
26 à 50	R\$ 6,2915		
Maior que 50	R\$ 7,5392		
TARIFA SAZONAL		R\$ 9,4240	
MICRO E PEQUENO	Única	Até 10	R\$ 25,52
COMÉRCIO	Maior que 10	R\$ 5,9935	
COMERCIAL	Normal	Até 10	R\$ 36,12
11 à 50	R\$ 5,9935		
Maior que 50	R\$ 7,5392		
INDUSTRIAL	Única	Até 10	R\$ 36,12
Maior que 10	R\$ 5,9935		
PÚBLICA	Única	Até 10	R\$ 36,12
Maior que 10	R\$ 5,9935		
TARIFA ESPECIAL	1	> 5.000	CONTRATO ESPECIAL

Obs: Tarifa de esgoto equivalente a 100% da tarifa de água cobrada.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de Janeiro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 432/12

DECRETO Nº 432/12

APROVA A TABELA DE PREÇOS E PRAZOS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a cobrança dos serviços de abastecimento de água é essencial para a manutenção, modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água;

CONSIDERANDO o Decreto estadual nº 2.986, de 11 de fevereiro de 2010, que aprovou a base tarifária dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários efetuados pela CASAN;

CONSIDERANDO a necessidade de manter-se, inicialmente, o mesmo padrão tarifário da CASAN, a fim de não onerar os usuários nem provocar perda de receita para a manutenção do sistema municipal de abastecimento de água,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada a tabela de preços relativos aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Corupá/SC, conforme valores a seguir especificados:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Preços (R\$)
RELIGAÇÃO CORTE CAVALETE - FALTA PAGAMENTO	20,92
RELIGAÇÃO CORTE CAVALETE - SANÇÃO REGULAMENTAR	107,76
RELIGAÇÃO CORTE RAMAL PREDIAL - FALTA PAGAMENTO	60,04
RELIGAÇÃO CORTE RAMAL PREDIAL - SANÇÃO REGULAMENTAR	170,45
TAXA ENTREGA FATURA - VIA CORREIO	0,76
DESLOCAMENTO DE RAMAL PREDIAL. DIÂMETRO 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO COM ASFALTO	98,00
DESLOCAMENTO DE RAMAL PREDIAL. DIÂMETRO 1/2" E 3/4" LOGRADOURO SEM ASFALTO	74,44
DESLOCAMENTO DE RAMAL PREDIAL. DIÂMETRO 1" EM LOGRADOURO COM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	30,91
DESLOCAMENTO DE RAMAL PREDIAL. DIÂMETRO 1" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	30,91
DESLOCAMENTO DE RAMAL PREDIAL. DIÂMETRO 2" EM LOGRADOURO COM ASFALTO E MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	38,64
DESLOCAMENTO DE RAMAL PREDIAL. DIÂMETRO 2" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	38,64
FORNECIMENTO ESPECIAL DE ÁGUA POR CARRO PIPA A PEDIDO DO CLIENTE PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS – PREÇO POR CARGA TRANSP.	157,72
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO COM ASFALTO	81,18
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO	81,18
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1" EM LOGRADOURO COM ASFALTO E COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	240,90
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO E COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	240,90
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL - BAIXA RENDA DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO COM ASFALTO.	27,86
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL - BAIXA RENDA DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO.	27,86
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO COM ASFALTO	73,82
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO	73,82
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1" EM LOGRADOURO COM ASFALTO E COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	240,9
INSTALAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA RESIDENCIAL DIÂMETRO DE 1" EM LOGRADOURO SEM ASFALTO E COM MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	240,9
SUBSTITUIÇÃO DO CAVALETE A PEDIDO DO CLIENTE	29,44
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DIÂMETRO DE 1/2" E 3/4" PARA AFERIÇÃO A PEDIDO DO CLIENTE.	24,18
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DIÂMETRO DE 1" PARA AFERIÇÃO A PEDIDO DO CLIENTE.	51,49

SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DIÂMETRO DE 1.1/2" PARA AFERIÇÃO A PEDIDO DO CLIENTE.	82,54
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DIÂMETRO DE 2" PARA AFERIÇÃO A PEDIDO DO CLIENTE.	119,87
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 1/2" E 3/4" CAPACIDADE 3m³ / HORA.	157,09
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 3/4" CAPACIDADE 5m³ / HORA.	163,87
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 1" CAPACIDADE 7m³ / HORA.	324,28
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 1" CAPACIDADE 10m³ / HORA	311,14
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 2" CAPACIDADE 30m³ / HORA	743,51
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 2" CAPACIDADE 300m³ / DIA	1.574,10
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 3" CAPACIDADE 1100m³ / DIA	2.151,37
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 4" CAPACIDADE 1800m³ / DIA	3.090,36
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO DANIFICADO DIÂMETRO 6" CAPACIDADE 4000m³ / DIA	10.583,51
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO INVERTIDO CONSUMIDOR NORMAL*	140,16
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO INVERTIDO GRANDE CONSUMIDOR*	140,16
SUBSTITUIÇÃO DO HIDRÔMETRO LACRE VIOLADO	17,14
TUBO PEAD PREÇO POR METRO	4,63
VERIFICAÇÃO DE VAZAMENTO EM IMÓVEL DE ATÉ 2 ECONOMIAS	16,09
VERIFICAÇÃO DE VAZAMENTO EM IMÓVEL COM MAIS DE 2 ECONOMIAS	16,09
RELIGAÇÃO CORTE CAVALETE - FALTA PAGAMENTO (*)	20,92
RELIGAÇÃO CORTE RAMAL PREDIAL - FALTA PAGAMENTO (*)	60,04
RELIGAÇÃO CAVALETE - CORTE VIOLADO	43,06
RELIGAÇÃO CORTE CAVALETE - SANÇÃO REGULAMENTAR	107,67
RELIGAÇÃO RAMAL PREDIAL – CORTE LACRE VIOLADO	133,01
RELIGAÇÃO CORTE RAMAL PREDIAL - SANÇÃO REGULAMENTAR	170,44
CONCERTO CAVALETE – DANIFICADO	14,62
DESLOCAMENTO DE CAVALETE – DIÂMETRO NOMINAL SUPERIOR A 2" MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	0,00
DESLOCAMENTO DE CAVALETE – DIÂMETRO NOMINAL 1 1/ 2" MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	0,00
DESLOCAMENTO DE CAVALETE – DIÂMETRO NOMINAL 1/ 2" E ¾".	29,34
DESLOCAMENTO DE CAVALETE – DIÂMETRO NOMINAL 1". MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	29,34
REDE DE ESGOTO – DESLOCAMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM - DIÂMETRO NOMINAL 6" MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,62
REDE DE ESGOTO – DESLOCAMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM - DIÂMETRO NOMINAL 4" COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	199,42
REDE DE ESGOTO – DESLOCAMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM - DIÂMETRO NOMINAL 4" MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,62
REDE DE ESGOTO – DESLOCAMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM - DIÂMETRO NOMINAL 6" COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	552,67
REDE DE ESGOTO – DESLOCAMENTO DE CAIXA DE PASSAGEM - DIÂMETRO NOMINAL 6" MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,62

REDE DE ESGOTO – DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM – IMÓVEL COM 1 ECONOMIA	42,43
REDE DE ESGOTO – DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM – IMÓVEL COM 2 OU MAIS ECONOMIAS	65,98
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – DIÂMETRO NOMINAL SUPERIOR A 6” LOCALIDADE COM ASFALTO/ MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – DIÂMETRO NOMINAL SUPERIOR A 6” LOCALIDADE SEM ASFALTO/ MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE COM ASFALTO/ COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	306,72
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE COM ASFALTO/ MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE SEM ASFALTO/ COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	306,72
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE SEM ASFALTO/ MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE COM ASFALTO/ COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	121,72
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE COM ASFALTO/ MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE SEM ASFALTO/ COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	121,72
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – NÃO RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE SEM ASFALTO/ MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – RESIDENCIAL BAIXA RENDA DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE COM ASFALTO.	55,31
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – RESIDENCIAL BAIXA RENDA DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE SEM ASFALTO.	55,31
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE COM ASFALTO E COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	110,41
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE COM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE SEM ASFALTO E COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	110,41
LIGAÇÃO DE ESGOTO INSTALAÇÃO – RESIDENCIAL DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE SEM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL SUPERIOR A 6” LOCALIDADE COM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL SUPERIOR A 6” LOCALIDADE SEM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE COM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL 4” LOCALIDADE SEM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL SUPERIOR A 4” COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	199,36

REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE COM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE SEM ASFALTO MATERIAL FORNECIDO PELO CLIENTE.	61,51
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO - CAIXA DE PASSAGEM DIÂMETRO NOMINAL 6” LOCALIDADE SEM ASFALTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	552,66
REDE DE ESGOTO SUBSTITUIÇÃO – REPOSIÇÃO DA TAMPA DA CAIXA DE INSPEÇÃO DANIFICADA	97,68
REDE DE ESGOTO DECLARAÇÃO – PARA PROCESSO DE HABITE-SE	17,56
COBRANÇA INFRAÇÃO. INSTALAÇÃO MOTO BOMBA NO RAMAL PREDIAL – CLIENTE NORMAL	154,78
COBRANÇA INFRAÇÃO INSTALAÇÃO MOTO BOMBA NO RAMAL PREDIAL- GRANDE CLIENTE	209,77
COBRANÇA INFRAÇÃO. INTERCONEXÃO DE ÁGUA PLUVIAL NA REDE DE ESGOTO.	90,43
COBRANÇA INFRAÇÃO - SANÇÃO REGULAMENTAR	74,24
COBRANÇA INFRAÇÃO - TORNEIRA ANTES HIDRÔMETRO	70,03
COBRANÇA INFRAÇÃO - VIOLAÇÃO LACRE HIDRÔMETRO/CAVALETE	41,85
COBRANÇA INFRAÇÃO - VIOLAÇÃO NO RAMAL PREDIAL.	79,28
COBRANÇA INFRAÇÃO.- HIDRÔMETRO INVERTIDO GRANDE CLIENTE	87,59
COBRANÇA INFRAÇÃO.- VIOLAÇÃO LACRE LIGAÇÃO CORTADA (cavelete)	41,85
COBRANÇA INFRAÇÃO - HIDRÔMETRO INVERTIDO CLIENTE NORMAL	87,59

Art. 2º - Fica aprovada a tabela de prazos para execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Corupá/SC, conforme a seguir especificados:

Quadro dos Prazos Máximos Para Atendimento de Serviços de Manutenção.

Ocorrência	Prazo (horas)
1. Serviços de manutenção – água e esgoto	
1.1 Verificação da qualidade da água na distribuição	1
1.2 Verificação de falta de água	2
1.3 Verificação de pouca pressão	4
1.3 Vazamento de água	6
1.4 Vazamento no cavelete	6
1.5 Vazamento no hidrômetro	6
1.6 Desobstrução no ramal de esgoto	6
1.7 Desobstrução no coletor de esgoto	6
1.8 Reposição de tampa de registro, tampão de PV ou de caixas	6
OBS: Entende-se por prazo para atendimento o tempo entre a abertura da OS e a chegada da equipe no local.	
Os prazos apresentados se referem as solicitações abertas durante o horário comercial, fora desse horário os prazos considerados serão majorados em 100%.	

Quadro dos Prazos Máximos para Atendimento de Serviços a Pedido.

Ocorrência	Prazo (dias úteis)
2. Serviços a pedido do usuário ou SAMASA – água e esgoto	
2.1 Corte / religação no cavelete a pedido	1

2.2 Corte / religação no passeio a pedido	1
2.3 Corte / restabelecimento do abastecimento a pedido	2
2.4 Substituição de hidrômetro	2
2.5 Instalação de hidrômetro furtado	1
2.6 Instalação de hidrômetro a pedido da SAMASA	2
2.7 Deslocamento de ramal	3
2.8 Deslocamento de cavalete	2
2.9 Estudo de viabilidade de extensão de rede de água	7
2.10 Estudo de viabilidade de extensão de rede de esgoto	7
2.11 Estudo de viabilidade de ligação de água	2
2.12 Estudo de viabilidade de ligação de esgoto	2
2.13 Execução de ligação de esgoto	5
2.14 Corte por débito	1
2.15 Corte da ligação de esgoto	1
2.16 Execução de ligação de água	3
2.17 Execução de extensão de rede de água	10
2.18 Execução de extensão de rede de esgoto	10

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de Janeiro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 53/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviços de seguro total de veículos da frota da Prefeitura Municipal de Curitibanos, pelo período de um ano, com franquias normal, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 28/02/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito à Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 28/02/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de Fevereiro de 2012

WANDERLEY TEODORO
Prefeito Municipal

AGOSTINI ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 20/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2012

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PERÍODO DE UM ANO, COM FRANQUIA NORMAL, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 28/02/2012, no Protocolo Central da prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. .

A partir das 17:00 horas do dia 28/02/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 08 de fevereiro de 2012.

CRISTINA MARIA
Presidente do Fundo

AGOSTINI MORAES EHRHARDT ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 21/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2012

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2012. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:00 horas do dia 24/02/2012, no Protocolo Central da prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. .

A partir das 15:30 horas do dia 24/02/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se

à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2012.

CRISTINA MARIA

Presidente do Fundo

AGOSTINI MORAES EHRHARDT ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: POSTO BERLANDA LTDA

CNPJ: 04.913.137/0001-98

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 4/2012 Numero do Processo: 4/2012

Numero do Contrato: 3/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 4.000 LITROS DE COMBUSTIVEL PARA USO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO E CONSELHO TUTELAR NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Data da Assinatura: 02/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2012

Vigência: 02/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 10.396,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 1/2012

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÕES, CONTABILIDADE PÚBLICA, DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Data da Assinatura: 02/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2012

Vigência: 02/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 2.574,60

Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESC. CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 1/2012

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÕES, CONTABILIDADE PÚBLICA, DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Data da Assinatura: 02/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2012

Vigência: 02/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 2.574,60

Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: CELSO LUIZ LUTZ

CNPJ: 78.535.770/0001-26

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 6/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 350 KITS 3/4 CONTENDO 08 FOTOS CADA, PARA CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS DESTINADOS ÀS PESSOAS CARENTES, CONFORME LAUDO E CADASTRO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2012.

Data da Assinatura: 30/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/01/2012

Vigência: 30/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.732,50

Forma de Pagamento: CONFORME SERVIÇO E ENTREGA NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:MARIA DE LOURDES SANTOS

CPF: 476.586.659-91

Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 2/2012

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, CASA PARA ALOJAMENTO DA FAMÍLIA DO SR. ELIAS DOS SANTOS, PELO PERÍODO DE 1(MÊS), ATÉ DIA 02/02/2012, SITUADO NA RUA: GERMANO ANTONIO DE SOUZA, FRENTE Nº 150, BAIRRO SÃO FRANCISCO, CONFORME ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO HABITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura:02/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:02/01/2012

Vigência:02/01/2012 A 02/02/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 250,00

Forma de Pagamento: APÓS LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

CNPJ: 92.821.701/0002-90

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 17/2012 Numero do Processo:17/2012

Numero do Contrato: 4/2012

Fundamento Legal:

Objeto: PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS NA IMPRENSA ESCRITA COM VEÍCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Data da Assinatura:12/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:12/01/2012

Vigência:12/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 16.200,00

Forma de Pagamento: CFE CM/COL E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ:61.602.199/0232-44

Modalidade:CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 7/2012 Numero do Processo:7/2012

Numero do Contrato: 4/2012

Fundamento Legal:

Objeto: CARGA PARA BOTIÕES P-13, P-45, PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PETI,VACA MECÂNICA,CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:13/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:13/01/2012

Vigência:13/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 5.450,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71

Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ:00.456.865/0001-67

Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 1/2012

Fundamento Legal:

Objeto:LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÕES, CONTABILIDADE PÚBLICA, DE USO DO FUNREBOM

Data da Assinatura:02/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:02/01/2012

Vigência:02/01/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:2.574,60

Forma de Pagamento:MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71

Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado:RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA LTDA

CNPJ:92.821.701/0002-90

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 1/2012 Numero do Processo:1/2012

Numero do Contrato: 2/2012
Fundamento Legal:
Objeto:LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÕES, CONTABILIDADE PÚBLICA, DE USO DO FUNREBOM

Data da Assinatura:12/01/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:12/01/2012
Vigência:12/01/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:13.500,00
Forma de Pagamento:CFE CM/COL E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo
Contratado:FUNERARIAS E CAPELAS MORT. DA RESSUREIÇÃO
CNPJ: 00.294.685/0001-26
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 8/2011 Numero do Processo:8/2011
Numero do Contrato: 672012
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, PARA SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

Data da Assinatura:31/01/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:31/01/2012
Vigência:31/01/2012 A 31/03/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:
Forma de Pagamento:

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo maior oferta
Nº. 28/PMF/2012.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a permissão de pontos de estacionamento e transporte de passageiros e carros de aluguel pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de fevereiro de 2012 às 10:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/

fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 10 de fevereiro de 2012.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitações

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0042/2012

DECRETO Nº 0042, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.451.0023.1.032 - Construção de Terminais de Passageiros
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (266) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0502/2012

PORTARIA Nº 0502, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0264/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARICLEIA PIROLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.357.689-47, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 13 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0503/2012

PORTARIA N.º 0503 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ROSELI FATIMA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 463.561.779-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0504/2012

PORTARIA N.º 0504 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDREY MENEGAZZO GONÇALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 081.816.129-90, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0505/2012

PORTARIA N.º 0505 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 20 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra Estrutura Urbana;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, KARICE REGINA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.923.419-22, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2012 até 13 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0005/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação das pessoas que frequentam o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, com entregas parceladas durante os meses de março a junho de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 9:15 horas do dia 28/02/2012. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: com-pras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de fevereiro de 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Credenciamento 005/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/2012

O Município de Garopaba torna público que estará credenciando empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Garopaba/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.garopaba.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba,

sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro.
O credenciamento somente se efetivara após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Garopaba, 10 de fevereiro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de CREDENCIAMENTO 006/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 006/2012

O Município de Garopaba torna público que estará credenciando emissoras de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) interessadas na prestação de serviços de divulgações institucionais e/ou eventos oficiais deste Município.
O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.garopaba.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro.
O credenciamento somente se efetivara após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Garopaba, 10 de fevereiro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para fornecimento e instalação de moveis sob medida para a Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 16h25min do dia 28/02/2012.
A sessão se dará a partir das 16h30min do dia 28/02/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 09 de fevereiro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR019/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº.

10.520, de 17/07/2002, objetivando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço referente a limpeza/esgotamento de fossa séptica para prédios utilizados pela administração municipal. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 29/02/2012.
A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 29/02/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 09 de fevereiro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Extrato da Inexigibilidade Nº 17/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 17/2012

Objeto: Contratação de empresa especializada, com notório saber, na área de consultoria jurídica em licitações e contratos administrativos. Contratado: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A (86.781.069/0001-15). Valor Total: R\$ 9.908,02 (nove mil, novecentos e oito reais e dois centavos). Base legal: artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 09 de Fevereiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 12/2012.

RESOLUÇÃO Nº 12/2012.

ESTABELECE PONTOS FACULTATIVOS E INFORMA OS FERIADOS NACIONAIS E MUNICIPAIS EM QUE NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NESTA CASA LEGISLATIVA.

A Mesa Diretora, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I, IV e VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO os feriados nacionais e municipais em que não haverá expediente nesta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO os pontos facultativos elencados no Decreto do Executivo nº 4.740, de 23 de janeiro de 2012 [cópia em anexo]; e

CONSIDERANDO que a terça-feira de carnaval não é considerada feriado nacional, mas que é tradição em nosso país em tal data não haver expediente nas repartições públicas e agências bancárias [vide cópia em anexo da Portaria Federal MP nº 595, de 22/12/2011, e cópia do DECRETO Estadual nº 769, de 11/01/2012],

RESOLVE

Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados e pontos facultativos

do período compreendido entre 31 de janeiro ao início do recesso de 22 de dezembro de 2012, conforme art. 29, § 1º da Lei Orgânica do Município de Gaspar:

I - 20 e 21 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);
II - 05 de abril (ponto facultativo);
III - 06 de abril, Paixão de Cristo (ponto facultativo);
IV - 30 de abril (ponto facultativo);
V - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
VI - 7 de junho, Corpus Christi (ponto facultativo);
VII - 8 de junho (ponto facultativo);
VIII - 7 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);
IX - 12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
X - 2 de novembro, Finados (feriado nacional);
XI - 15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional);
XII - 16 de novembro (ponto facultativo)

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Mesa Diretora, 08 de fevereiro de 2012.
ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO
Presidente

RAUL SCHILLER
Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
1º Secretário

JOSÉ HILÁRIO MELATO
2º Secretário

SAMAE - GASPAR

Portaria n º 17/2012 - SAMAE

PORTARIA Nº 17, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012.
DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A AUTORIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO COMETIDA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO SAMAE.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009, de acordo com o Decreto Municipal nº 275/2001, e considerando o Memorando Interno da Assessora Administrativa, de 27 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar a autoria da infração de trânsito, cometida na direção de veículo de propriedade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE VW/GOL 1.0 GIV, placa MGB4405, ano 2009/2010, cor branca, RENAVAM 150508468, na data de 23/11/2011 às 16:41 hs, na Avenida das Comunidades, cruzamento com a Rua São Pedro, correspondente ao auto de infração nº 8685028362, notificação nº 1311469.

Art. 2º A sindicância deve ser conduzida pelos servidores Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, Nilson Paul, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, e Ricardo Alexandre da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, sob a Presidência da primeira.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de

60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão Processante ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 09 de fevereiro de 2012.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente do SAMAE

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de licitação 20/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 20/2012

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA E VASILHAMES PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E PREFEITURA.

Entrega dos Envelopes: 27/02/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 27/02/2012 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 09/02/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Aviso de Litacação 24/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 24/2012

Tipo : Reg de Preço - Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 28/02/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 28/02/2012 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 09/02/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 161/2012

PORTARIA Nº 161/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Edna Alves Cassiano (Matr. 3403), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 2º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 162/2012

PORTARIA Nº 162/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Marília Morgana Zaccaron (Matr. 3404), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 11º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 163/2012

PORTARIA Nº 163/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Adriana Bertusso (Matr. 3405), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 28º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 164/2012

PORTARIA Nº 164/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Ana Paula Pereira (Matr. 3406), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 34º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 165/2012

PORTARIA Nº 165/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 152/2012, que contratou a Servidora Daniela Borsoi Dalla Lasta (Matr. 3401), onde se lê: a partir de 07 de fevereiro de 2011; leia-se: a partir de 07 de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 166/2012

PORTARIA Nº 166/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Adélia Alves da Cruz (Matr. 3407), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 14º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 167/2012

PORTARIA Nº 167/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Adilce Paloschi Trevisol (Matr. 3408), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 5º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 168/2012

PORTARIA Nº 168/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Alcione Maria Vidi Susin (Matr. 3409), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, em substituição à servidora Clara Maria Sobotka Tiepo a qual encontra-se em gozo de licença prêmio, aprovada e classificada em 24º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011 constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 169/2012

PORTARIA Nº 169/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Ana Piovesan (Matr. 3410), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 17º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 170/2012

PORTARIA Nº 170/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Andréia Aparecida Scalabrin (Matr. 3411), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 12º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 171/2012

PORTARIA Nº 171/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Claudia Mônica Formigueri (Matr. 3412), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 13º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 172/2012

PORTARIA Nº 172/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Eliane Paviani Gab (Matr. 3413), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 4º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de

trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 173/2012

PORTARIA Nº 173/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Janinha Vieira Bressan (Matr. 3414), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor de Ciências, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 2º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 174/2012

PORTARIA Nº 174/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Juliana Valquiria Rosa Tauguem (Matr. 3415), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 9º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 175/2012
PORTARIA Nº 175/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Karla Cristina Parisenti (Matr. 3416), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor de Língua Portuguesa, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 5º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 176/2012
PORTARIA Nº 176/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Marisa Lorenzoni Bulla (Matr. 3417), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 21º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 177/2012
PORTARIA Nº 177/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Marcilene Trentin Ubialle (Matr. 3418), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 2º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 178/2012
PORTARIA Nº 178/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Maria Helena Dahmer Olivo (Matr. 3419), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 10º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 179/2012
PORTARIA Nº 179/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor Ronaldo Dalla Costa (Matr. 3420), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor de Informática, Nível - 2 - Referência "A", 30 horas semanais, em Escola Municipal, aprovado e classificado em 3º

lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 180/2012

PORTARIA Nº 180/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Sandra Mara Pilatti Serena (Matr. 3408), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 23º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 181/2012

PORTARIA Nº 181/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor Vanderlei de Oliveira Alves (Matr. 3422), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, Educação Infantil, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 16º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 182/2012

PORTARIA Nº 182/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor Rodrigo Cerino da Silva (Matr. 3448), a partir de 08 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor de Teatro, Leigo, 20 horas semanais, junto a Casa da Cultura, aprovado e classificado em 1º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 183/2012

PORTARIA Nº 183/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Aline dos Santos (Matr. 3423), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 31º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 184/2012

PORTARIA Nº 184/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Bruna Tonet (Matr. 3424), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 21º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 185/2012

PORTARIA Nº 185/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Cintia Alves de Oliveira (Matr. 3425), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 39º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 186/2012

PORTARIA Nº 186/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Fernanda Sheila Maito (Matr. 3426), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término

do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 5º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 187/2012

PORTARIA Nº 187/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Gisele Galdino (Matr. 3427), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 18º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 188/2012

PORTARIA Nº 188/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Leidionete Zarpelon (Matr. 3428), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 10º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 189/2012

PORTARIA Nº 189/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Maiza Mozara da Rosa Buth (Matr. 3429), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 17º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 190/2012

PORTARIA Nº 190/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Marizete Lucia Moretto (Matr. 3430), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 41º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 191/2012

PORTARIA Nº 191/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Nadir Silva Mafra (Matr. 3431), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 30º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 192/2012

PORTARIA Nº 192/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Orlanda Judite Fedrigo (Matr. 3432), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 7º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 193/2012

PORTARIA Nº 193/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Rosemara Amâncio Damasio (Matr. 3434), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até

o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 194/2012

PORTARIA Nº 194/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora Rosa Maria Siqueira de Carvalho (Matr. 3433), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 19º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 005/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2012

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Aquisição de dois veículos novos 0 km ano/modelo 2012, para uso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Herval d'Oeste.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16:00 horas do dia 02/03/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, , e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,92 (treze reais e noventa e dois centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 10 de fevereiro de 2012.

QUENIA BRINCKMANN

Gestora Do Fundo

Pregão Presencial Nº 006/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2012

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Contratação de Serviços Radiofônicos em emissoras de Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM), com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, Visando a veiculação de campanhas institucionais, programa Bom dia Herval d'Oeste, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais durante o exercício de 2012.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16:00 horas do dia 27/02/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, , e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,92 (treze reais e noventa e dois centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 10 de fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 003-A/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-A/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal

de Administração e Finanças do Município de Herval d' Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d' Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d' Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Aglon Comércio e Representações LTDA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Eros Carraro, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 5.000,00 (Cinco mil).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

Adair José Ceron Eros Carraro
Gestor do FMS

Sócio Administrador
CPF: 400.687.069-87

CPF: 253.912.708-80
Contratante Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-B/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-B/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d' Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d' Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d' Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Altermed Material Medico Hospitalar LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Anacleto Ferrari, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais

são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 12.904,00 (Doze mil novecentos e quatro).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

ANACLETO FERRARI
Sócio Administrador
CPF: 523.140.819-00
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-C/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-C/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d' Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d' Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d' Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Angeomed Com. Prod. Med. Hosp. LTDA., neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Senhora Sirlei Fátima Follador, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 520,00 (Quinhentos e vinte).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

SIRLEI FÁTIMA FOLLADOR

Sócio Administrador

CPF: 465.988.800-25

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-D/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-D/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Sérgio Luiz Bevilaqua, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 14.130,00 (Quatorze mil cento e trinta).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Contratante

SÉRGIO LUIZ BEVILAQUA

Sócio Administrador

CPF: 423.638.029-34

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-E/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-E/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Gleison Sachet, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 19.754,00 (Dezenove mil setecentos e cinquenta e quatro).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Contratante

GLEISON SACHET

Sócio Administrador

CPF: Gleison Sachet

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-F/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-F/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de

medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Dimerios Materiais Cirúrgicos LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Ivan Dallapria, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 7.280,00 (Sete mil duzentos e oitenta).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Contratante

IVAN DALLAPRIA

Sócio Administrador

CPF: 522.661.090-49

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-G/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-G/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Mauro Marciano Com. De Medicamentos LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Mauro Marciano G. de Freitas, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente,

sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 13.672,00 (Treze mil seiscentos e setenta e dois).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Contratante

MAURO MARCIANO G. DE FREITAS

Sócio Administrador

CPF: 374.624.900-72

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 003-H/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-H/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa Prodiel Farmacêutica LTDA - Filial., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor Armando Pedro Tortelli, em decorrência do Processo Licitatório nº 0017/2012, modalidade Pregão Presencial nº 004/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 2.190,00 (Dois mil cento e noventa).

Herval d'Oeste, 03 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CPF: 400.687.069-87

Contratante

ARMANDO PEDRO TORTELLI

Sócio Administrador

CPF: 301.966.479-91

Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 004-A/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-A/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d' Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d' Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d' Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E DENTÁRIOS LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Paulo Alberto Tres, em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2012, modalidade Pregão Presencial nº 003/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 13.501,20 (Treze mil e quinhentos e um reais e vinte centavos).

Herval d'Oeste, 07 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

PAULO ALBERTO TRES
Sócio Gerente
CPF: 411.289.660-34
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 004-B/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-B/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d' Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d' Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d' Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Valter Elisbão Garcia Donini, em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2012, modalidade Pregão Presencial nº 003/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 62.318,05 (Sessenta e dois mil e trezentos e dezoto reais e cinco centavos).

Herval d'Oeste, 07 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

VALTER ELISBÃO GARCIA DONINI
Sócio Administrador
CPF: 099.338.249-53
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 004-C/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-C/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d' Oeste,

são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Animari Terezinha Guimarães, em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2012, modalidade Pregão Presencial nº 003/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. Valor Total: R\$ 18.433,30 (Dezoito mil e quatrocentos e trinta e três reais e trinta centavos).

Herval d'Oeste, 07 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
Sócio Administrador
CPF: 896.860.049-04
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 004-D/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-D/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa OTRIALA COM. ATAC. PROD. MED. HOSPIT. LTDA., neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Fabiano Túlio, em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2012, modalidade Pregão Presencial nº 003/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações

nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 25.813,17 (Vinte e cinco mil e oitocentos e treze reais e dezessete centavos).

Herval d'Oeste, 07 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

FABIANO TÚLIO
Sócio Administrador
CPF: 530.331.599-15
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 004-E/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-E/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos, para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo e a empresa SILMES COMERCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA. ME, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Julia Wagner Jumes, em decorrência do Processo Licitatório nº 0016/2012, modalidade Pregão Presencial nº 003/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 14.867,90 (Quatorze mil e oitocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).

Herval d'Oeste, 07 de Fevereiro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS
CPF: 400.687.069-87
Contratante

JULIA WAGNER JUMES
Sócio Administrador
CPF: Julia Wagner Jumes
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº002/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2012

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, até completar 12 meses.

Aos três dias do mês de fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a prestação de serviços de hora máquina de motoniveladora com operador, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Locomaq Comercio e Locação de Maq. e Equip., inscrita no CNPJ nº 10.527.352/0001-53, em decorrência do processo licitatório nº 0012/2012, modalidade Pregão Presencial nº 002/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Und	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total em R\$
01	Hora Máquina de Motoniveladora com operador e combustível para execução de serviços nas estradas do município.	Locomaq	UND	2.000,00	118,00	236.000,00

Valor Total: R\$ 236.000,00 (Duzentos e trinta e seis mil reais.)

Herval d'Oeste, em 03 de fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

ÁLVARO JOSÉ GONÇALVES
Procurador
CPF: 945.102.379-87
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

CÂMARA MUNICIPAL

Lei complementar Nº 287/2011

L E I COMPLEMENTAR Nº 287/2011

Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara de Vereadores de Herval D'Oeste, estado de Santa Catarina e dá outras providências.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I

DA AÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC

Art. 1º - A ação administrativa da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, tem por finalidade a execução de suas funções constitucionais e basear-se-á nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tendo por objetivos principais:

Dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo, para que este possa, soberanamente, exercer suas funções constitucionais;

Dotar a Câmara de infra-estrutura capaz de proporcionar-lhe os meios adequados, seguros e legais, para a plena execução de suas atividades;

Oferecer aos Vereadores os meios materiais e legais, de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades;

Dispor corpo de funcionários capacitados, em processo de permanente aperfeiçoamento, capaz de proporcionar agilidade e presteza no cumprimento das ações legais;

Atendimento à população e ao cidadão nos seus direitos coletivos e individuais, constitucionalmente estabelecidos.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC

Art. 2º - A estrutura administrativa da Câmara de Vereadores compõe-se das seguintes unidades administrativas:

I – Mesa Diretora;

II – Departamento Legislativo e Administrativo;

III – Departamento Financeiro.

Art. 3º - A Mesa Diretora é o órgão dirigente da Câmara de Vereadores e, através de seu Presidente, coordena e orienta as atividades da Secretaria Administrativa.

Art. 4º - O Departamento Legislativo e Administrativo é o responsável pelos trabalhos de assessoria, elaboração e execução das atividades de suporte legislativo, administrativo e atendimento à

população.

Art. 5º - O Departamento Financeiro é o responsável pela execução orçamentária e financeira.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA, DOS SEUS DEPARTAMENTOS E DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

Art. 6º - A estrutura da Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Herval D'Oeste é composta, conforme disposto no anexo I, de agentes de confiança, funcionários efetivos de carreira e/ou de servidores de carreira de outros órgãos públicos, cedidos à disposição e designados para os cargos vagos.

Parágrafo único. Os servidores da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste são classificados como Servidores Públicos Municipais e estão sujeitos às normas gerais para a categoria, inclusive no que dispuser o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, no que trata dos seus deveres e direitos.

CAPÍTULO IV

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 7º - O cargo de provimento em comissão será provido mediante livre escolha do presidente da Câmara, e seu ocupante poderá ser demitido ou exonerado "ad natum".

Art. 8º - O cargo de provimento efetivo somente poderá ser provido mediante concurso público de prova e títulos ou apenas de provas, respeitada a ordem de classificação.

Art. 9º - Os serviços administrativos da Câmara, também poderão ser atendidos por funcionários do executivo, colocados à disposição.

CAPÍTULO IV

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 10 - As unidades administrativas e financeiras terão os seguintes cargos:

Analista Legislativo – Cargo Efetivo

Técnico Administrativo – Cargo Efetivo

Auxiliar Administrativo – Cargo Efetivo

Contador – Cargo Efetivo

Servente – Cargo Efetivo

Assessor Jurídico – Cargo em Comissão

Assessor de Imprensa – Cargo em Comissão

Parágrafo único: O cargo previsto no inciso I, desta artigo, advém da transformação do cargo de Assessor Legislativo para Analista Legislativo.

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO

Art. 11 - O Assessor Jurídico, nível superior, graduado na área de direito e ciências jurídicas com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, cargo em comissão com carga horária de 20 horas semanais, desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência:

Fornecer pareceres por escrito de todas as matérias nas quais seja consultado, prestar consultoria e assessoria jurídica à Presidência da Câmara, das comissões permanentes ou temporárias, e aos demais vereadores;

Prestar assistência jurídica às Comissões Permanentes e

Temporárias;

Acompanhar as reuniões das Comissões e as Sessões da Câmara;

Verificar a legalidade das proposições apresentadas, dos projetos com origem do Poder Executivo, dos elaborados pelo Legislativo, antes da apreciação pelo Plenário e orientar a Mesa Diretora sobre eventuais medidas a serem tomadas;

Examinar e opinar em questões relativas a direitos, vantagens, deveres e obrigações do pessoal da Câmara;

Acompanhar todos os atos relativos às licitações e contratos.

Representar a Câmara de Vereadores em Juízo, na forma da lei.

Parágrafo Único: Exercerá suas funções, cingindo-se as prerrogativas e deveres dispostos na Lei 8.906/94.

Art. 12 - O Analista Legislativo, cargo efetivo de nível superior em Administração de Empresas ou Ciências Jurídicas, carga horária 40 horas semanais e desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência:

Assistir e colaborar com a Presidência, comissões, Vereadores e Assessoria Jurídica em todas as atividades do Processo Legislativo, inclusive acompanhar as sessões;

Assistir e colaborar na elaboração de qualquer proposição legislativa, quando solicitado;

Os serviços de abertura e fechamento das dependências físicas da Câmara, nos períodos das sessões;

Podendo ser designado, por ato da presidência, para prestar serviços legislativos exclusivos a qualquer bancada(s) específica;

Colaborar na elaboração de qualquer matéria legislativa e elaborar toda e qualquer correspondência solicitada pela Presidência e/ou vereadores, auxiliado pela assessoria jurídica e técnico administrativo;

Juntamente com o Técnico Administrativo, promover pesquisas sobre novas tendências e apresentar propostas que visem o aperfeiçoamento das atividades constitucionais do Poder Legislativo aos membros da Câmara;

Acompanhar a tramitação de todos os papéis oficiais da Câmara, processando-os e promovendo o cumprimento dos despachos e seu encaminhamento ao Executivo e para arquivamento final;

Elaborar a pauta das Sessões, sempre com a supervisão da Presidência, coordenando e supervisionando os trabalhos gerais da Câmara, zelando pelo seu bom funcionamento;

Executar a publicidade legal da Câmara de Vereadores

Auxiliar em outras tarefas, quando solicitado.

Art. 13 - O Técnico Administrativo, cargo efetivo de nível médio, com carga horária 40 horas semanais, e desenvolverá as seguintes atividades, sob a coordenação do Presidente e da Mesa Diretora: Executar os serviços administrativos da Câmara zelando pelo seu eficiente funcionamento;

Supervisionar a organização do arquivo geral do Setor Legislativo e das correspondências;

Controlar e acompanhar todos os serviços de registro de protocolo de documentos recebidos e enviados, classificando e conservando

em arquivos específicos;

Providenciar e fiscalizar a comunicação aos Vereadores dos eventos e convocações da Presidência;

Coordenar o recebimento, protocolo, fotocópias e distribuição das cópias documentais aos vereadores;

Organizar e executar os trabalhos administrativos, internos e externos, com enfoque na eficiência administrativa, primando pelo atendimento de qualidade aos munícipes e Vereadores, zelando pela primazia dos procedimentos destinados as atividades de relações públicas da Câmara e dos legisladores.

Verificar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Câmara;

Redigir documentos legais, relatórios que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratam de assuntos de menor complexidade;

Interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação;

Auxiliar no controle dos contratos, seguros e garantias, verificando prazos de validade;

Controlar e acompanhar os registros de ponto eletrônico, zelando pelo cumprimento da carga horária dos servidores;

Verificar periodicamente, manter o controle e o registro de estoques, utensílios, material de consumo e expediente, providenciando sua reposição;

Acompanhar compras de expediente e material em geral;

Realizar outras tarefas afins.

Art. 14 - O Auxiliar Administrativo, cargo efetivo de nível médio, com carga horária 40 horas semanais, e desenvolverá as seguintes atividades, coordenadas pelos Órgãos Administrativos da Casa e sob a direção do Presidente da Câmara:

Auxiliar o Analista Legislativo e o Técnico Administrativo;

Auxiliar o Presidente da Câmara, acompanhar as sessões e lavrar suas atas;

Organizar o arquivo geral e o arquivo morto da Câmara;

Organizar todos os serviços de registro de protocolo de documentos recebidos e enviados;

Comunicar os Vereadores dos eventos e convocações da Presidência;

Receber, protocolar, fotocopiar e distribuir as cópias aos Vereadores e encaminhar os originais para pauta;

Auxiliar em outras tarefas internas e externas, quando solicitado, em especial serviços bancários e banco de dados, auxiliando o Assessor de Imprensa;

Controlar a entrega e o recebimento dos equipamentos e materiais aos diversos setores;

Operar equipamentos de fotocópias, fax, impressoras, multimídia e outros afins;

Auxiliar em tarefas correlatas.

Art. 15 - A Servente, de cargo efetivo de nível Auxiliar e carga horária 40 horas semanais, desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência, demais órgãos e vereadores:

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do Órgão;

Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do Órgão;

Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e vereadores, bem como dar suporte aos eventos realizados pela Casa no tocante à limpeza e organização do recinto;

Requisitar material necessário aos serviços;

Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do Órgão.

Art. 16 - O Assessor de Imprensa, cargo em comissão, com carga horária de 40 horas semanais, e desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência e demais Vereadores, compete ao assessor de imprensa:

Planejar e coordenar as atividades compreendidas pela área de comunicação social da Câmara de Vereadores;

Coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da administração pública;

Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;

Atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento entre os órgãos do legislativo municipal tanto interna como externamente, com os meios de comunicação social e, a partir daí com a opinião pública, visando a publicidade dos atos legislativos;

Promover entrevistas ou encontros do interesse da Câmara de Vereadores;

Manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa;

Elaborar boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa, rádio ou televisão;

Atuar, emprestar apoio e colaboração aos demais órgãos da Administração, por ocasião de atos e solenidades públicas;

Planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito Municipal;

Preparar minuta de pronunciamentos oficiais, na forma solicitada pelo Presidente ou demais membros da Câmara de Vereadores;

Atualizar-se sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessam ao legislativo municipal;

Registrar, fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais;

Planejar e conduzir pesquisas de opinião pública;

Editar o Boletim Oficial do Município e outras publicações jornalísticas ou institucionais de interesse do legislativo;

Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da Câmara Municipal, de acordo com a especialidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revista especializada;

Agendar todos os eventos oficiais, comunitários ou sociais, e comunicar, em tempo hábil ao Presidente e aos Vereadores, inclusive executando ou auxiliando na execução de serviços de mala direta e correio;

Coordenar a criação e aprovação das peças publicitárias para campanhas institucionais de interesse público, com prévia e expressa autorização do Presidente da Mesa Diretora;

Implantar e administrar o Plano de Comunicação Social, contemplando políticas e ações nos setores de assessoria de imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, com prévia e expressa autorização do Presidente;

Incumbir-se de missões de representação e de outras atividades, quando delegadas pelo Presidente do legislativo.

Parágrafo Único: A Assessoria de Imprensa compreende toda a área da comunicação social, especialmente no que se refere à imprensa, relações públicas, propaganda e publicidade, nas condições deste artigo.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Art. 17 – O Contador, cargo efetivo de nível superior em Ciências Contábeis, com a devida habilitação legal, terá carga horária 40 horas semanais e exercerá as seguintes atribuições:

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;

Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;

Elaborar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara;

Elaborar relatórios de gestão fiscal e orçamentária;

Organizar dados para a proposta orçamentária;

Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;

Acompanhar a legislação sobre execução orçamentária, bem como o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Controlar empenhos e anulação de empenhos;

Orientar na organização de processo de tomada de prestação de contas;

Fazer, assinar e analisar balanços e balancetes;

Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;

Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial;

Assessorar os Vereadores sobre matérias orçamentárias, tributárias, financeiras e outras relacionadas à Contabilidade Pública;

Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo caso necessário, as soluções cabíveis em tese;

Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;

Fornecer dados estatísticos de suas atividades;

Zelar pela regularidade da conta bancária da Câmara;

Elaborar folha de pagamento dos vereadores e servidores;

Controlar e executar os atos das licitações e contratos determinados pela Mesa Diretora;

Manter arquivo do setor;

Avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;

Reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico, se houver da Câmara de Vereadores;

Análise de custos e despesas, em qualquer modalidade, em relação a quaisquer funções como a produção, administração, distribuição, transporte, publicidade, e outras, bem como a análise com vistas à racionalização das operações e do uso de equipamentos e materiais, e ainda a otimização do resultado diante do grau de ocupação ou do volume de operações;

Exercer o controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial da Câmara;

Análise de custos com vistas ao estabelecimento dos preços de tarifas nos serviços públicos, quando solicitado;

Análise do comportamento das receitas;

Determinação de capacidade econômico-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;

Análise das variações orçamentárias;

Conciliações de contas;

Revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;

Realizar auditoria interna e operacional;

Fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de

peças contábeis de qualquer natureza; Assistência as Comissões e Vereadores que assim requeira, exarando parecer, quando solicitado, inclusive por escrito;

Manter sob sua responsabilidade toda documentação contábil e financeira;

Acompanhar o controle interno e externo;

Executar tarefas correlatas.

Art. 18 - Todos os cargos terão suas remunerações revistas, adequando às respectivas classes, as devidas correções legais, na forma do Anexo II.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO

Art. 19 - Qualquer medida que vise à revisão dos vencimentos constantes do Anexo II abrangerá todos os cargos, na mesma data dos reajustes da categoria dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 20 - A tabela dos vencimentos dos cargos de provimento em comissão, provimento efetivo, bem como das gratificações serão as fixadas nesta Lei.

Art. 21 - O plano de carreira dos cargos efetivos seguirá o mesmo critério adotado para a categoria dos Servidores Públicos Municipais, através das promoções horizontais, com a avaliação por Comissão própria designada pela Presidência, conforme regulamento a ser baixado através de Resolução, na forma prevista no anexo VI desta Lei Complementar.

Art. 22 - As gratificações e demais vantagens, inclusive pecuniárias e por tempo de serviço, serão concedidas nos termos da legislação que regulamenta a matéria para a categoria dos Servidores Públicos Municipais, além daquelas previstas nesta Lei.

Art. 23 - Os funcionários solicitados para acompanhar as sessões, reuniões e encontros da Câmara, fora do expediente normal, terão compensação de horas ou terão direito ao pagamento de horas laboradas extraordinariamente, podendo ser regulamentada através de Resolução.

CAPÍTULO V DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 24 - As Funções Gratificadas serão atribuídas a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo designados para o exercício de atividade para a qual seja exigida qualificação e atribuições técnicas, diferenciadas daquelas necessárias à investidura no cargo do qual é titular.

Art. 25 - Pela atribuição exercida decorrente de função gratificada será concedido o acréscimo de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do cargo de carreira.

Parágrafo único. As especificações e quantitativos das Funções Gratificadas, existentes na estrutura administrativa do Poder Legislativo, estão definidas no Anexo III desta Lei, cuja remuneração será corrigida juntamente com a revisão geral da remuneração dos servidores municipais, previstas no art. 37, X da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI DO ENQUADRAMENTO

Art. 26 – Os Servidores Públicos da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste serão enquadrados na tabela de Vencimentos dos cargos de Provimento efetivo, por tempo de serviço prestado ao Ente Público local, descontando-se o período de Estágio Probatório, a cada 02 (dois) anos de serviço público deve-se o mesmo progredir uma letra.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - Todos os atos de provimento de pessoal do Quadro Geral da Câmara de Vereadores serão baixados pelo Presidente através de Resoluções.

Art. 28 - A Mesa Diretora da Câmara, no sentido de aperfeiçoar seu quadro funcional, promoverá a sua capacitação nas áreas específicas de Direito, Ciências Contábeis, Secretariado e outros, através de convênios e/ou custeio total ou parcial, conforme necessidade de serviço.

Art. 29 - Fazem parte integrante desta lei os Anexos I, II e III, IV, V e VI.

Art. 30 – O prazo para implantar todos os atos da presente lei será de 90 dias a contar da publicação desta lei.

Art. 31 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 2721/2009.

Herval d'Oeste, em 28 de outubro de 2011.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

ANEXO I ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE:

Nº	Cargo	Nível de Escolaridade	Natureza	Qtde
01	Assessor Jurídico	Ensino Superior	Comissão	01
02	Analista Legislativo	Ensino Superior	Efetivo	01
04	Técnico Administrativo	Ensino Médio	Efetivo	01
05	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	Efetivo	01
06	Assessor de Imprensa	Ensino Médio	Comissão	01
07	Contador	Ensino Superior	Efetivo	01
08	Servente	Ensino Fundamental	Efetivo	01

ANEXO II TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS EFETIVOS

CARGO	VENCIMENTO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
Analista Legislativo	R\$ 2.958,85	8	40 H	SUPERIOR
Contador	R\$ 2.958,85	8	40 H	SUPERIOR
Técnico Administrativo	R\$ 2.237,31	6	40 H	MÉDIO
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.945,49	5	40 H	MÉDIO
Servente	R\$ 1.112,34	1	40 h	AUXILIAR

ANEXO III FUNÇÕES GRATIFICADAS

Função Gratificada	Percentual sobre o vencimento do respectivo servidor	Quantidade
--------------------	--	------------

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos	40%	01
Responsável pela Tesouraria	40%	01
Responsável pelo Controle Interno	40%	01

ANEXO IV QUADRO ÚNICO DE PESSOAL EFETIVO

ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Analista Legislativo	01		01
Contador	01		01

ATIVIDADE NÍVEL MÉDIO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Técnico Administrativo	01		01
Auxiliar Administrativo	01		01

ATIVIDADE NÍVEL AUXILIAR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	NÍVEL	VAGAS OCUPADAS
Servente	01		01

ANEXO V QUADRO ÚNICO DE PESSOAL COMISSIONADO

ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	VENCIMENTO	VAGAS OCUPADAS
Assessor Jurídico	01	R\$ 3.164,32	01

ATIVIDADE NÍVEL MÉDIO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	VENCIMENTO	VAGAS OCUPADAS
Assessor de Imprensa	01	R\$ 1.952,45	01

ANEXO VI

Quadro Permanente de Pessoal

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEL	CLASSE																
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1	1.112,34	1.134,59	1.157,28	1.180,42	1.204,03	1.228,11	1.252,68	1.277,73	1.303,28	1.329,35	1.355,94	1.383,05	1.410,72	1.438,93	1.467,71	1.497,06	1.527,00
2	1.279,19	1.304,77	1.330,87	1.357,49	1.384,64	1.412,33	1.440,58	1.469,39	1.498,78	1.528,75	1.559,33	1.590,51	1.622,32	1.654,77	1.687,87	1.721,62	1.756,06
3	1.471,07	1.500,49	1.530,50	1.561,11	1.592,33	1.624,18	1.656,66	1.689,80	1.723,59	1.758,06	1.793,23	1.829,09	1.865,67	1.902,99	1.941,05	1.979,87	2.019,46
4	1.691,73	1.725,56	1.760,08	1.795,28	1.831,18	1.867,81	1.905,16	1.943,27	1.982,13	2.021,77	2.062,21	2.103,45	2.145,52	2.188,43	2.232,20	2.276,85	2.322,38
5	1.945,49	1.984,40	2.024,09	2.064,57	2.105,86	2.147,98	2.190,94	2.234,76	2.279,45	2.325,04	2.371,54	2.418,97	2.467,35	2.516,70	2.567,03	2.618,37	2.670,74
6	2.237,31	2.282,06	2.327,70	2.374,25	2.421,74	2.470,17	2.519,58	2.569,97	2.621,37	2.673,80	2.727,27	2.781,82	2.837,45	2.894,20	2.952,09	3.011,13	3.071,35
7	2.572,91	2.624,37	2.676,86	2.730,39	2.785,00	2.840,70	2.897,51	2.955,46	3.014,57	3.074,87	3.136,36	3.199,09	3.263,07	3.328,33	3.394,90	3.462,80	3.532,05
8	2.958,85	3.018,02	3.078,38	3.139,95	3.202,75	3.266,81	3.332,14	3.398,78	3.466,76	3.536,10	3.606,82	3.678,95	3.752,53	3.827,58	3.904,14	3.982,22	4.061,86
9	3.402,67	3.470,73	3.540,14	3.610,94	3.683,16	3.756,83	3.831,96	3.908,60	3.986,77	4.066,51	4.147,84	4.230,80	4.315,41	4.401,72	4.489,76	4.579,55	4.671,14

Nível 1,2 e 3 - Corresponde ao cargo de Nivel Auxiliar.

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.036.2012

Lei nº 4.036, de 08 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre execução de Convênio que celebram entre si o Município de Imbituba e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna.

Art. 2º O Convênio que trata o Art. 1º, tem como objeto o repasse de asfalto das seguintes ruas do Município:

- Avenida Santa Catarina;
- Rua: Nereu Ramos;
- Rua: Irineu Bornhausen;
- Rua: Octacílio de Carvalho;
- Rua: João de Oliveira Filho; e
- Rua 07 de Setembro.

Art. 3º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de até R\$ 956.553,21(novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos) a ser liberado pelo Governo do Estado.

Art. 4º Fica o Município autorizado a disponibilizar a título de contrapartida o valor de até R\$ 320.211,22(trezentos e vinte mil, duzentos e onze reais e vinte e dois centavos), oriundo de recursos próprios.

Art. 5º Fica autorizado por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária próprias do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.037.2012

Lei nº 4.037, de 08 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Município de Imbituba a receber do Itaú Unibanco S/A, a título de doação como patrocínio, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber do Itaú Unibanco S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, a título de doação como patrocínio, o valor de 6.000,00 (seis mil reais), para repasse à Associação Empresarial de Imbituba - ACIM, visando auxílio à realização do Festival Nacional do Camarão - 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.038.2012

Lei nº 4.038, de 08 de fevereiro de 2012.

Desafeta bem móvel da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Imbituba autorizado a desafetar o bem móvel, veículo marca/modelo: Fiat/Siena Fire Flex; Renavan: 853518475; Chassi: 9BD17203G63168664; Ano/Modelo: 2005/2006; Combustível: Álcool/Gasolina; Placa: MCQ4313, transferindo-o para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.039.2012

Lei nº 4.039, de 08 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro às entidades que nomina e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

conceder auxílio financeiro às seguintes entidades:

I - Centro de Orientação Alternativa Água Nascente - ORIALAN, inscrito no CNPJ sob o nº 95.787.669/0001-81, a importância de até R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) por ano;

II - Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.987.332/0001-40, a importância de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por ano;

III - Sociedade Musical Gualberto Pereira, inscrita no CNPJ sob o nº 80.987.449/001-24, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por ano;

IV - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.291.807/0001-58, a importância de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por ano;

V - Associação Coral de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 00.431.133/0001-12, a importância de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) por ano;

VI - Ponto de Apoio Despertar Jovem, inscrita no CNPJ sob o nº 80.988.249/0001-96, a importância de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) por ano;

VII - Associação Imbitubense de Pessoas Portadoras de Deficiência Física - AIPPODEF, inscrita no CNPJ sob o nº 07.903.973/0001-80, a importância de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) por ano;

VIII - Força Positiva de Imbituba - inscrita no CNPJ sob o nº 05.472.357/0001-96, a importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por ano;

IX - Indústria da Solidariedade de Imbituba - ISO, inscrita no CNPJ sob o nº 03.383.527/0001-30, a importância de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por ano.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades das respectivas entidades.

Art. 3º Ficam as entidades beneficiadas obrigadas a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2012.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com as entidades beneficiadas, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.041.2012

Lei nº 4.041, de 08 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros à Liga das Escolas de Samba Imbituba - LESI, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse de recursos financeiros à Liga das Escolas de Samba de Imbituba - LESI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.838.990/0001-80, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a realização do Carnaval 2012.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após do recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.040.2012

Lei nº 4.040, de 08 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos Agentes de Combate a Endemias do Programa de Combate ao Aedes Aegypti da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no ano de 2012, a repassar, a título de abono por atuação no Programa de Combate ao Aedes Aegypti, aos Agentes de Combate a Endemias, os seguintes valores:

I - R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), em (12) doze parcelas mensais de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º Os referidos valores não incorporam para nenhum efeito a remuneração dos Agentes de Combate a Endemias.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por Decreto disposições contidas na presente Lei para regular a sua execução.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde (Programa de Combate ao Aedes Aegypti, componente do bloco de financiamento da Vigilância em Saúde e Recursos Próprios), referente ao exercício de 2012.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 044/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 044, de 09 de fevereiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Atendente de Consultório Odontológico, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Aniely Ramos de Oliveira	Atendente de Consultório Odontológico - PSFB	018.278.321-93	13/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 045/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 045, de 09 de fevereiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela

seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Grace Kjellin	Professora II - 40h	009.460.549-16	06/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 046/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 046, de 09 de fevereiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Simone Pereira Silveira Marques	Professora II - 40h	018.373.529-33	06/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 047/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 047, de 09 de fevereiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Shirley Nascimento dos Passos Mattos	Professora II - 40h	037.822.599-55	06/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 048/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 048, de 09 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rozani da Silva Tomé Costa	Professora II - 40h	725.624.719-20	06/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 049/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 049, de 09 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Kátia Pacheco Francisco	Professora II - 40h	888.446.689-04	06/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 050/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 050, de 09 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eliane da Silveira Moraes	Professora II - 40h	017.564.659-75	06/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 051/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 051, de 09 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora TÂNIA BERNARDO, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob o n.º 455.101.309-97, admitida em 16 de agosto de 1984, contrato nº 532, referente

ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1994 a 1999	01.03.2012 a 29.05.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 052/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 052, de 09 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre a demissão de Professoras, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, as abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - Edital PMI/CERSP/ PSS nº 04/2010, e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 043, de 25 de fevereiro de 2011, que exerceram seus cargos/funções de Professores (as) junto a Colônia de Férias - SEDUCE, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Mat.	Nome	Data Demissão
5627	ADELIR RODRIGUES	3/2/2012
5666	AGATHA SILVA	3/2/2012
5659	ALBA SOUZA MACHADO	3/2/2012
5672	ANA CARLA DE CARVALHO SILVA	3/2/2012
5618	ANA MARIA MARTINS	3/2/2012
5625	ANDREA DA SILVA	3/2/2012
5939	ANDREZA FELICIANO DO NASCIMENTO	3/2/2012
5662	ANGELITA DE SOUZA ALVES	3/2/2012
5953	ANGELITA MONTEIRO	3/2/2012
5999	ANTONIETA DE CARVALHO SILVA	3/2/2012
5703	CAMILA MARTINS	3/2/2012
5617	CLAUDIA DA SILVEIRA MARTINS	3/2/2012
5754	CLERIA LEANDRO REIS	3/2/2012
5674	CLEUCINEIA DOS SANTOS	3/2/2012
5626	ELIANE ONDINA DE SOUZA ROSA	3/2/2012
5762	ELIZIANE ESPIRITO SANTO VIEIRA	3/2/2012
5755	FLORIZA VIEIRA DA ROSA	3/2/2012
5621	GILMARA FERREIRA DA ROSA	3/2/2012
5918	GRAZIELA FREITAS DE SOUZA	3/2/2012
5794	JAQUELINE FRANGULES	3/2/2012
5668	KATIANA DA ROSA	3/2/2012
5667	KATIANE TOMAZ MACHADO	3/2/2012
5661	LAISE SANTOS SILVA	3/2/2012
5998	LUCILENE AMERICO	3/2/2012
5628	MAGALI PREISLER	3/2/2012
5792	MARLI REUS	3/2/2012
5921	MARLUCI GONÇALVES	3/2/2012
5915	MARLUCI GONÇALVES	3/2/2012
5671	MERI LUCIANA SILVEIRA DE OLIVEIRA	3/2/2012
5677	MORGANA MARQUES MIGUEL	3/2/2012

5966	NAZARE DO SOCORRO SANTOS TAVARES	3/2/2012
5769	PATRICIA ROCHA CARVALHO FERNANDES	3/2/2012
5771	QUERLEN BEATRIZ CANDIDO DE OLIVEIRA	3/2/2012
5620	RAQUEL BITTENCOURT DE SOUZA	3/2/2012
5932	RITA DE CASSIA VIEIRA FORTUNATO	3/2/2012
5940	ROSÂNGELA DIAS SEBASTIÃO	3/2/2012
5834	ROSANGELA VIEIRA DE MEDEIROS	3/2/2012
5789	RUBIA DE ESPINDOLA	3/2/2012
5961	SAMIRA RICARDO PIRES	3/2/2012
5777	SILVANA MANOEL	3/2/2012
5622	SIMONE CAMPOS DA ROCHA MATOS	3/2/2012
6000	SUZANA LARROYD	3/2/2012
5744	VERA LUCIA DO NASCIMENTO MOTA	3/2/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria PMI N° 015.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N° 015, de 08 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário- Interino de Infraestrutura e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO, brasileiro, Advogado OAB/SC nº 18.600, inscrito no CPF n.º 025.539.829-84 e RG n.º 2.533.906, para exercer interinamente o cargo/função de Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 04/12**

Ato da Presidência nº 04/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 2ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 13 de fevereiro de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Men- sagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
08	PL nº 4.230/2012	09/02/12	Poder Executivo	Elísio Sgrott	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
09	PL nº 4.231/2012	09/02/12	Poder Executivo	Elísio Sgrott	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio como o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNTURISMO, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
10	PL nº 4.232/2012	09/02/12	Poder Executivo	Elísio Sgrott	Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros à Liga das Escolas de Samba Imbituba - LESI, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
11	PLC nº 255/2012	09/02/12	Poder Executivo	Elísio Sgrott	Altera a redação do Anexo 2, da Lei Complementar nº 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de Fevereiro de 2012.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Presidente Interino

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Primeiro-Secretário

THIAGO MACHADO

Segundo-Secretário

Irineópolis

PREFEITURA**Decreto N. 2186/2012 de 09/02/2012**

DECRETO N. 2186/2012 de 09/02/2012

"FIXA NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO EM REPARTIÇÃO PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparada no que dispõe o inciso VI, do artigo 85, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001;

DECRETA:

Art 1º - Fica fixado novo horário de funcionamento em repartição pública municipal da Administração Direta, para atendimento externo, na forma estabelecida no parágrafo único do presente artigo.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal da Infraestrutura fará o novo horário de expediente para atendimento ao público das 07h00min às 11h30min e das 12h30min às 17h00min de segunda a quinta, com encerramento as 16h00min na sexta-feira, exceto feriados.

Art 2º - Este Decreto terá vigência a contar de 06/02/2012.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e são revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 09 de fevereiro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 11/2012

Pregão Eletrônico nº 8/2012. Objeto: aquisição de um Veículo novo, tipo furgão para transporte de carga 0 Km, ano/modelo 2012, cor branca, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, motorização mínima 1.4, 8V, flex, câmbio com 5 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) a ré, tanque de combustível com capacidade mínima de 60 litros, com 03 (três) portas mais uma lateral corredeira - garantia mínima de 12 (doze) meses - USO EXCLUSIVO PARA MERENDA ESCOLAR - Recursos FUNDEB. Recebimento das Propostas: até às 09:00 horas do dia 29/02/2012. Abertura das Propostas: dia 29/02/2012, as 09hs15min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 29/02/2012, as 09hs30min. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioplis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211, ramal, 203,

Itaiópolis 10 de Fevereiro de 2012.
ALFEO SCHNEIDER
Prefeito Municipal em Exercício.

Itapoá

PREFEITURA

Contrato Administrativo N.º 09/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2012.

CONTRATANTE: Município de Itapoá/SC,
CONTRATADO: Instituto de Consultoria Autonomia Ltda, com sede a Rua Reinaldo Schosslund, nº 238, sala 03, Jardim Iriuri, Joinville/SC, CEP: 89.224-420, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.709.727/0001-69.

OBJETO: Capacitação de professores alfabetizadores, de anos iniciais, de educação infantil, especialistas (administradores escolares, supervisores e orientadores educacionais), gestores, assim como assessoria da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação durante todo o desenvolvimento do programa. Serviço de orientação, organização, elaboração, estudo e produção de Material Didático aos alunos de 1º ao 5º ano da Rede Municipal de Itapoá.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 04/2012, PROCESSO N.º 14/2012

VALOR TOTAL R\$: R\$ 29.640,00 (vinte e nove mil e seiscentos e quarenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato à assinatura, e o término previsto para 16/12/2012.

BASE LEGAL: Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98.

Itapoá/SC, 08/02/2012.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 3.998 de 06 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 3.998 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

"PRORROGA AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), QUE ESPECIFICA. "

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas até 31 de dezembro de 2012 ou até a validade da liminar dos autos 037.11.003574-3, evento que primeiro ocorrer, as autorizações precárias concedidas pelo Município de Joaçaba aos permissionários e motoristas do serviço transporte individual de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, de que trata o Decreto nº 3.458 de 28 de outubro de 2009.

Parágrafo único - A Prorrogação é motivada pela suspensão judicial do processo licitatório que tem por objeto a permissão do serviço.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 3.999 de 06 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 3.999 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA, EM CARÁTER PROVISÓRIO, DE PONTOS DE COMÉRCIO AMBULANTE CONTÍNUO DE ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam transferidos, temporariamente, os pontos de comércio ambulante contínuo de alimentos localizados na Avenida XV de Novembro, por ocasião dos festejos carnavalescos que perdurarão do dia 17 ao dia 20 de fevereiro do corrente ano, da seguinte forma:

- a) Ambulante 2: para Rua: Felipe Schmidt, em frente ao INSS;
- b) Ambulante 3: para Rua: Felipe Schmidt, em frente ao INSS;

Parágrafo único: o Ambulante 5 (cinco), permanecerá no local cujo o ponto já encontra-se instalado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.000 de 06 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 4.000 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

"SUBSTITUI SERVIDOR PARA COMPOR O SERVIÇO ADMINISTRATIVO DO FUNREBOM, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que

lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a servidora PATRÍCIA CALEGARI, pela Servidora SIMONE MARTINS DE JESUS NISSOLA, para a função de Contadora, de que trata a Lei Nº 1.291 de 22.12.1986 e alterações e o Decreto nº 3.378/09.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.001 de 06 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 4.001 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

"FIXA VALORES DOS TIPOS DE SERVIÇO FUNERAL NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores dos tipos de serviço funeral no Município de Joaçaba(SC) instituídos pela Lei nº 4.149/2011, a seguir especificados:

a) Tipo 1 - uma Urna em MDF, Alça dura, Castiçais, 02 (duas) velas, Preparação do corpo e Carro para transporte: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

b) Tipo 2 - uma Urna em MDF, Aplicação de fundo em verniz, Laterais lisas, 04 (quatro) alças parreira, Tampa forrada com TNT, Castiçais, Resplendor, Livro de presença, Véu, 04 (quatro) velas, Preparação do corpo e Carro para transporte: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais);

c) Tipo 3 - uma Urna em MDF com visor; Detalhes na tampa e laterais; Tampa sobre tampa fixa, (com bíblia ou crucifixo); Fundo em verniz, Alça varão, Forrada com cetim, 04 (quatro) velas, Castiçais, Resplendor e crucifixo, Livro de presença, Véu, Tapete, Desodorização, Preparação do corpo, Ornamentação artificial, Carro para transporte e 02 inserções em rádio local: R\$ 1.280,00 (mil duzentos e oitenta reais);

d) Tipo 4 - uma Urna em MDF com verniz, visor inteiro, Sobre tampa entalhada com bíblia ou crucifixo de metal dourado, Laterais com relevo, Rodapé fixo na parte inferior, Babado inteiro de renda, sobre babado de renda, 04 (quatro) velas, Castiçais, Resplendor com crucifixo, Livro de presença, Véu, Tapete, Desodorização, Preparação do corpo, Ornamento de urna natural, Carro para transporte e 03 inserções em rádio local: R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais);

e) Tipo 5 - uma Urna em MDF com verniz, Visor inteiro, Sobre tampa com acabamento em alto relevo, Crucifixo de metal dourado, Laterais com relevo, 06 (seis) alças móveis em metal, Parte inferior de madeira maciça com acabamento lateral e rodapé em alto relevo, Forro interno de cetim, 10 (dez) chavetas douradas, Acabamento com verniz alto brilho, Castiçais, 06 (seis) velas, Tapete, Livro de presença, Resplendor com crucifixo, Véu, Maquiagem e desodorização, Preparação do corpo, Ornamentação natural, Carro para transporte e 04 (quatro) inserções em rádio local: R\$ 2.825,00 (dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 8/2012/PMJ - PL 20/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2012/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012/PMJ

Objeto: contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação de tendas e palco, bem como, serviços de sonorização destinados ao evento da Romaria Penitencial a Frei Bruno a realizar-se no Município de Joaçaba no dia 04 de março de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 29/02/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 29/02/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 09 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE-Prefeito

Extrato PP 9/2012/PMJ - PL 19/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2012/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores novos, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 01/03/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 01/03/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 09 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE-Prefeito

Extrato de Termo de Convênio Nº 28/2012-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 28/2012-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO BRÁS

OBJETO: BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO PELA ENTIDADE, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.211/2011 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64

VALOR R\$ 5.000,00

VIGÊNCIA 03 (TRÊS) MESES, CONTADOS DA SUA ASSINATURA.

Joaçaba - SC, 08 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE Leonildo Sartori
PREFEITO PRESIDENTE

Acórdão Nº 62/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Acórdão nº 62/2012

Recurso Voluntário

Recurso Administrativo nº 122.236 de 07 de novembro de 2011.

Recorrente: Centro Espírita Luz do Caminho

Recorrido: Fazenda Pública Municipal

Ementa: Tributário/IPTU. Isenção de IPTU. Decisão do julgador singular procedente. Lançamentos de ofícios mantidos. Maioria.

Relatório:

O Setor de Tributação do Município de Joaçaba procedeu a emissão do carnê de IPTU/Competência 2011, referente ao imóvel de Inscrição Imobiliária 01.01.018.0075.002.001, em nome de Lyseo Brune, imóvel este situado na Rua Getúlio Vargas, 287, centro de Joaçaba.

O reclamante solicitou Isenção do IPTU do imóvel sob os argumentos de que o mesmo encontra-se cedido para a entidade Centro Espírita Luz do Caminho, afirmando que a entidade não tem fins lucrativos e que a mesma é isenta por força da legislação federal. Tramitado o processo nos setores afins o pedido foi indeferido com base no art. 35 do Código Tributário Municipal em conformidade com Ofício nº 48/2011 da Secretaria Municipal de Gestão Financeira.

Com base na Lei Complementar nº 31/97 a entidade apresentou recurso junto ao Conselho Municipal de Contribuintes. No referido Recurso Voluntário a entidade reafirma que o imóvel, que encontra-se em nome do Lyseo Bruno, está cedido ao Centro Espírita Luz no Caminho, entidade esta sem fins lucrativos, e que a mesma não recebe contribuições, doações, etc, não havendo e nem gerando receitas próprias para fazer frente a quaisquer despesas, taxas, contribuições ou tributos.

Em oposição ao pedido, a Representante da Fazenda Pública Municipal enfatiza o princípio constitucional da Legalidade, pelo qual os atos do Gestor estão limitados às disposições legais, sendo que aquilo que não é autorizado em lei é proibido. Afirma ainda que tal situação não enquadra-se em hipóteses de imunidade uma vez que o imóvel em questão não integra o patrimônio da entidade, não se aplicando o disposto no art. 150, Inciso VI, alínea "b", § 4º da Constituição Federal. O parecer jurídico é conclusivo pela inexistência de previsão no Código Tributário Municipal de isenção para a referida situação.

Atente-se que o Conselho Municipal de Contribuintes já apresentou mesmo entendimento em situações anteriores pela impossibilidade de isenção, em especial o Acórdão nº 59/2011 do reclamante Centro Espírita Casa da Luz.

Voto do Relator

Pelas razões e embasamentos supra citados, conclui-se pela improcedência do Recurso Administrativo nº 122.236/2011 que pede a Isenção do IPTU referente ao Imóvel nº 34387 de Inscrição Imobiliária 01.01.018.0075.002.

Decisão

Visto, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Municipal de Contribuintes por maioria, em conhecer o recurso, negando-lhe provimento, mantendo-se a decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Joaçaba, 09 de fevereiro de 2012.

GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN

Presidente

ROBERTO MINATI

Relator

VÂNIA BRANDALIZE

Representante da Fazenda Pública Municipal

Acórdão Nº 63/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Acórdão nº 63/2012

Recurso Voluntário

Processo nº 122.311 de 11 de novembro de 2011

Recorrente: Associação Cultural Recreativa Escola de Samba Vale Samba

Recorrido: Fazenda Pública Municipal

Ementa: Tributário/IPTU. Imposto não recolhido. Impossibilidade de Isenção. Lançamento de Ofício Mantido. Maioria

Relatório:

O Setor de Cadastro da Secretaria de Gestão Financeira procedeu ao lançamento de ofício do IPTU do imóvel nº 1118 de propriedade da empresa Joaçaba Auto Ltda, cedido a título não oneroso em nome da reclamante referente ao exercício de 2011, inscrição imobiliária sob número 01.01.016.0090.001.001.

Através de Processo Administrativo protocolado sob nº 119.526 datado de 11 de abril de 2011, a reclamante requereu a isenção do IPTU do referido imóvel, alegando que o mesmo é de propriedade da empresa supracitada e foi cedido gratuitamente para a Entidade, fornecendo para tanto contrato de comodato e estatuto da mesma.

Julgado o processo em primeira instância pela Procuradoria do Município, teve seu pedido indeferido em obediência ao princípio de legalidade, haja vista a inexistência de previsão legal na Legislação Municipal para isenção de imóveis cedidos a entidades sem fins lucrativos de natureza cultural.

O reclamante diante do pedido de indeferimento entrou com recurso junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, de acordo com o artigo 278 da Lei 31/1997 e artigo 248 do Decreto 1.948/99, alegando que se trata de uma entidade cultural, recreativa e assistencial, sem fins lucrativos realizando inúmeras atividades sociais e culturais, desenvolvendo suas atividades integrando a comunidade ao desenvolvimento cultura da região, cumprindo todas as atividades apontadas em seus estatutos sociais.

A representante da Fazenda Pública Municipal faz menção a Obra de Hely Lopes Meirelles no que tange por parte da Administração Pública na eficácia de suas atividades, a de realizar somente atos autorizados por Lei não havendo nela liberdade nem vontade pessoal que caracteriza as administrações particulares. Ato contínuo se reporta ao artigo 35, inciso IV do Código Tributário Municipal onde a isenção é concedida tão somente aos imóveis pertencentes e não cedidos ou locados a entidades da qual a reclamante se caracteriza, reafirmando a necessidade da obediência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, dando ênfase ao princípio de legalidade no qual os atos do Gestor estão limitados às disposições legais, sendo proibido tudo o que não é autorizado por Lei; por fim, requer seja conhecido o presente recurso e no mérito julgado totalmente improcedente.

É o relatório.

Verifica-se em análise a documentação que integra o presente processo que a reclamante cumpre estritamente todas as atividades qualificadas em sua natureza operacional prestando serviços de cunho social junto à comunidade de relevância notável; todavia a luz da legislação do município, mais especificamente o artigo 35,

inciso IV do Código Tributário Municipal onde está expresso:

“Desde que cumpridas às exigências da legislação, fica isento do imposto o bem imóvel pertencentes à sociedade civil sem fins lucrativos, destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas.” (grifo nosso)

Portanto, não sendo a Associação Cultural Esportiva e Recreativa Escola de Samba Vale Samba, proprietária do imóvel 1118, não pode legalmente receber a isenção do tributo requerido; sendo assim, não merece reparos o parecer emitido pela Representante da Fazenda Pública Municipal.

Voto do Relator

Pelo acima exposto, conclui-se que o lançamento de Ofício do IPTU do exercício de 2011 do imóvel nº 1118 com inscrição imobiliária 01.01.016.0090.001-001, de propriedade da empresa Joaçaba Auto Ltda cedido a título não oneroso a reclamante deve ser mantido.

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, Acórdão os membros do Conselho Municipal de Contribuintes por maioria, em conhecer do recurso, negando-lhe provimento, mantendo-se a decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Joaçaba, 09 de fevereiro de 2012
GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN
Presidente

Newdiberto Niwaldo Antonio Ghiggi
Relator

VÂNIA BRANDALIZE
Representante da Fazenda Pública Municipal

SIMAE

Portaria JHL 18/12

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 18/12 DE 13/02/2012
Aluir Flemming, Diretor Adjunto do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, por Concurso Público, Edital nº 001/2008, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010, Clarisse Simon, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, Lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 13 de Fevereiro de 2012.
ALUIR FLEMMING
Diretor Adjunto

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 8º Lugar de Clarisse Simon e pela desistência da vaga do 6º e 7º Aprovados no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHO n.º 01/2008, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de

acordo com a Portaria JHO-26/08 de 06/05/2008 e Portaria JHO-29/08 de 14/05/08, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

José Boiteux

PREFEITURA

Processo Licitatorio 07/2012 Dispensa

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 07/2012
DISPENSA DE LICITACAO Nº 001/2012

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, o resultado do Processo Licitatório modalidade DISPENSA, no dia 10/02/2012, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ITINERARIO QUE FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL EMPRESA VENCEDORA INDIA TRANSPORTES LTDA. VALOR DO CONTRATO R\$ 3.942,40(Tres Mil, Novecentos e Quarenta e Dois Reais e Quarenta Centavos)

José Boiteux/SC, em 10 de Fevereiro 2012.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Retificação Processo Licitatorio 03/2012

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2012
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2012

Retificação de publicação - PL 3/2012, Mod: Tomada de Preço 001/2012; Tipo Menor Preço: Objeto: REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ITINERARIO QUE FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL.; fica alterada a data de abertura para o dia 29/02/2012 as 09:00h. Informações e retirada do Edital na Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13 diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 10 de Fevereiro 2012.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

Contrato de Permissão Gratuito de Uso de Imóvel

CONTRATO DE PERMISSÃO GRATUITO DE USO DE IMÓVEL
CONTRATO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LAGES/SC E, DE OUTRO LADO, A COOPERATIVA LAGEANA DE SERVICOS DE LIMPEZA COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS _ COOPERCICLA PARA CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, nº13, inscrita no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, doravante denominada simplesmente CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito o SR. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e a COOPERATIVA LAGEANA DE SERVICOS DE LIMPEZA COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS _ COOPERCICLA, CNPJ:08.774.4988/8260;0001-51, com sede na Rua Cirilo Vieira Ramos, esquina com Helio Bosco de Castro Lages, SC, neste ato representada por sua Presidente a Sra. LUCIANA CAPISTRANO, portadora do CPF nº 758.716.029-91, doravante denominada simplesmente CESSIONÁRIA, com fundamento no artigo 129 da Lei Orgânica do Município, têm, entre si, justa e acordada a celebração do presente Contrato de Permissão Gratuito de Uso de Imóvel que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a concessão de uso de imóvel do patrimônio público municipal para desenvolvimento de atividades da Usina de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos, contando com 600m², de propriedade do Cedente, localizada na Rua Bernardo Gonçalves Kuster, s/nº, bairro São Miguel, cidade de Lages/SC.

Cláusula Segunda - DA FINALIDADE: O bem imóvel, especificado na Cláusula Primeira, será utilizado pela Cessionária, exclusivamente, em atividades de triagem de resíduos sólidos urbanos.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES:

I. A Concessionária obriga-se a:

- Utilizar-se do imóvel exclusivamente para atividades de triagem de resíduos sólidos urbanos, empregando todo o zelo na conservação.
- Não realizar qualquer benfeitoria, ou alteração no imóvel, sem autorização expressa do Cedente.
- Responsabilizar-se por qualquer dano ocasionado pelo uso.
- Utilizar móveis, equipamentos, veículos e utensílios, que não lhe pertençam, apenas com autorização do Cedente.
- A Cessionária obriga-se a apresentar relatório, mensal, das atividades, informando sobre as quantidades de material recolhido (plástico, papel, papelão, vidro, alumínio, latas, dentre outros), bem como de sua destinação, para o Cedente, através da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos.
- As despesas taxas de alvarás, manutenção de equipamentos, contribuições sociais e demais que se fizerem necessárias para a realização dos serviços de triagem de resíduos sólidos urbanos serão de responsabilidade da Cessionária.

II. O Cedente obriga-se a:

- Permitir a utilização do imóvel para que a Cessionária desenvolva atividades de triagem de resíduos sólidos urbanos.
- Em caso de necessidade, o Cedente realizará a coleta

seletiva de material (resíduos sólidos urbanos), entregando-o para a Cessionária, ou, para outras associações que vierem a se instalar nos barracões de triagem do município.

Cláusula Quarta - DA EXTINÇÃO: A presente Cessão de uso extinguir-se-á:

- por utilização, do bem ora concedido, diversa da estipulada neste instrumento;
- por interesse de uma das partes ou necessidade imperiosa, com notificação por escrito e antecedência mínima de trinta dias;
- pelo descumprimento de quaisquer das condições aqui arroladas ou dispostas na legislação pertinente.

Cláusula Quinta - DOS BENS MÓVEIS:

- Os bens móveis, pertencentes a Cessionária, utilizados para o desenvolvimento de suas atividades no bem ora cedido, continuarão sendo de domínio desta, não se incorporando no patrimônio do Cedente.
- Os bens móveis, pertencentes ao Cedente, e utilizados pela Cessionária para a realização das atividades de triagem de resíduos sólidos urbanos, fazem parte do patrimônio público municipal, devendo, essa, zelar por sua conservação.

Cláusula Sexta - DOS VEÍCULOS:

- Os veículos utilizados para a coleta dos resíduos sólidos urbanos serão de propriedade e responsabilidade do Cedente, devendo esse fornecer pessoal capacitado para a operação do mesmo.
- Após a utilização dos veículos, os mesmos deverão permanecer na garagem do Cedente.
- Não será permitida a utilização dos veículos por pessoas não autorizadas pelo Cedente.

Cláusula Sétima - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Lages/SC, para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato de cessão de uso com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente Instrumento de Contrato de Permissão Gratuito de Uso de Imóvel em 2 (duas) vias de igual teor, que passam a serem assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Lages, 25 de janeiro de 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

COOPERCICLA
LUCIANA CAPISTRANO
Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome completo: _____
CPF nº: _____ Ass.: _____

Nome completo: _____
CPF nº: _____ Ass.: _____

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto nº 011/2012

DECRETO Nº 011/ 2012

ESTABELECE EXPEDIENTE DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, a partir do dia 27 de fevereiro do ano em curso, expediente de trabalho, das 08h às 12h e das 13h às 17h, para funcionamento de todos os setores e secretarias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, exceto na Secretaria Municipal de Obras que funcionará das 07h às 12h e das 13h às 16h.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 27/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 09 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 20/2012

Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 20/2012

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA OS VEÍCULOS, CONFORME ANEXO 01 DO EDITAL

Abertura para às 08h30m do dia 28 de fevereiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 13 de fevereiro de 2012
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 21/2012

Edital : PREGAO PRESENCIAL 21/2012

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS PARA CRECHE MUNICIPAL (PADRAO TIPO "B" FNDE)

Abertura para às 13h30m do dia 27 de fevereiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 13 de fevereiro de 2012
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Aviso de Licitação - fundo

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 13/2012

Edital : PREGÃO PRESENCIAL 5/2012

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.

Abertura às 8h15m do dia 27 de fevereiro de 2012.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 13 de fevereiro de 2012.
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Edital de Convocação

Lauro Müller, 10 de Fevereiro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar o senhor, DANIEL DOMINGOS, aprovado no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,
MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Edital de Convocação

Lauro Müller, 10 de Fevereiro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar o senhor, JOSÉ ANTONIO FERMINO, aprovado no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10

(dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,
MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 017/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2012 - PMLL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2012 - PMLL

TIPO: Menor Preço (global) OBJETO: Locação de sistemas para a gestão pública municipal nas áreas de CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, TRIBUTAÇÃO, PLANEJAMENTO E FROTAS, para toda a estrutura da Administração Pública Municipal, conforme quantitativos e características descritas nos Anexos I e II, inclusive com a prestação de serviços técnicos correlatos. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 29 de fevereiro de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 10/02/2012. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

Resultado do Processo Seletivo N.º 010/2011

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital de Processo Seletivo Nº 010/2011

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal em Exercício homologa e torna público a Lista de Candidatos e respectivas notas referentes ao Processo Seletivo Nº 010/2011.

01 Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - 01 vaga

Nome do Candidato	Prova Escrita	Títulos	Nota Final	Classificação
Rosemeri Schimidt Scheidt	5,00	0,50	5,50	1º
Clóves Camilo da Cunha	3,00	0,00	3,00	Desclassificado

Comunica ainda que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital e dirigido ao Prefeito Municipal em Exercício.

Leoberto Leal, 26 de Janeiro de 2012.
JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal em Exercício

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Comunicação Resultado Fase de Habilitação - Cv 01/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 01/2012

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Após análise da documentação apresentada, a licitante Foco Propaganda Ltda foi declarada habilitada pois apresentou toda a documentação solicitada no edital, e julgada vencedora do processo licitatório em epígrafe. Tendo em vista que a licitante, apresentou termo de renúncia da fase de habilitação, o procedimento será homologado e adjudicado o objeto licitado a empresa vencedora. Neste mesmo local, no horário de expediente, poderão ser obtidas demais informações, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77. Lindóia do Sul - SC, 09 de fevereiro de 2012.

Comissão Permanente de Licitações

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Homologação Pregão fms.003.2012 - Equipamentos

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 003/2012

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 005/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição de equipamentos e diversos materiais destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.
- Empresa(s) Vencedora(s):
 - . FEMAEI MÓVEIS LTDA;
 - . ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
 - . COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
 - . QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP
 - . SANDRO VILMAR PIRES ME.
- Valor Homologado: R\$ 53.418,00

Luzerna (SC), 09 de fevereiro de 2012.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

Extrato Pregão pml.009.12 - MAT. LIMPEZA

EDITAL

Pregão Presencial nº 009/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza,

destinados à manutenção das atividades da Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações. REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 08 de março de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 08 de março de 2012

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Chamada Pública Nº 01/2012

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2012

A Prefeitura Municipal de Luzerna, através da Incubadora Tecnológica - Luzerna torna pública que estão abertas inscrições para seleção de empreendimentos, visando à participação em seu Programa de Incubação de Empresas nos termos desta Chamada Pública.

1. Objetivo do Edital

O Objetivo deste Edital é a seleção de empreendimentos inovadores que visem à criação e desenvolvimento de empresas nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos de modo a assegurar o seu fortalecimento e a melhoria de seu desempenho.

2. Áreas Preferenciais a Incubação

Empreendimentos de desenvolvimento de tecnologias, principalmente nas áreas da engenharia biomédica, florestas renováveis, metal mecânico, energias renováveis, tecnologia da informação, automação, tecnologia em agronegócios, entre outras tecnologias em evidência.

3. Das Inscrições

3.1. Prazo para inscrições

O período para inscrições estará aberto de 15/02/2012 a 24/02/2012, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8:00h às 11:30h e 13:30h às 17:30h

3.2. Período e Local

As inscrições serão protocoladas na recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna ou por correspondência expressa para o seguinte endereço: Incubadora Tecnológica de Luzerna - Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC.

3.3. Taxa de Inscrição

A taxa de inscrição para o processo de incubação é de R\$ 100,00 (cem reais).

3.3.1. O valor acima deverá ser depositado na conta bancária abaixo especificada e deverá cobrir parcialmente os custos de reprodução, divulgação e operacionalização desta Chamada.

Banco do Brasil 001

Agência: 5450-x

Conta Corrente: 30100-0

3.4. Documentação e proposta

3.4.1 Para empresas a serem constituídas

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I);
- b) Cópia da Identidade e CPF dos proponentes;
- c) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II);

3.4.2. Para empresas já constituídas

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I) em nome do sócio-administrador;
- b) Cópia da Identidade e CPF dos sócios;
- c) Cópia do contrato social;
- d) Cópia do cartão CNPJ;
- e) CND's (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e INSS);
- e) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II);

3.5. Durante a fase de análise das propostas os candidatos poderão ser convocados para exposição do projeto para a comissão de avaliação ad hoc.

4. Condições de participação

As propostas poderão ser apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo. Deverão ter como objetivo o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, caracterizados pelo seu conteúdo inovador, por uma empresa já existente ou a ser constituída.

5. Vagas Oferecidas

Modalidade	Vagas
Empresa Residente	02 (duas)

5.1.Modalidade: Empresa Residente

Apoiar empreendedores, para criação ou continuidade de novos negócios, ou micro e pequenas empresas da cadeia de suprimento de médias e grandes empresas, ou ainda braços de P&D&I de médias e grandes empresas, na forma de novas micro ou pequenas empresas, que tenham interesse em desenvolver um produto ou linhas de produtos ou serviços na Incubadora Tecnológica de Luzerna.

6. Cronograma

6.1. Para efeitos deste edital fica estabelecido o presente cronograma.

Evento	Data/Período
Publicação do Edital	14/02/12
Inscrições	15/02/12 até 24/02/12
Resultado e Divulgação dos selecionados	02/03/12
Prazo para recursos	06/03/12
Contratação para Incubação	12/03/12

6.2. Após a contratação a empresa terá o prazo de 30 dias para se instalar na Incubadora.

7. Recursos

7.1. Caberá recurso, da seleção final, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da divulgação dos resultados.

7.1.1. O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

8. Apoio disponibilizado pela Incubadora

A Incubadora Tecnológica - Luzerna oferecerá os seguintes apoios às empresas incubadas:

- Cessão de uma sala individual com até 23m² mobiliada e com infraestrutura de informática;
- Infraestrutura para uso compartilhado, composto de: recepção com secretaria, linha de telefone, acesso a rede de internet, computadores, segurança, banheiros, sala de reuniões, auditório e limpeza das áreas comuns;
- Integração com as entidades de ensino e pesquisa, órgãos públicos e empresariais, para acesso às informações científicas e tecnológicas e serviços tecnológicos com preços reduzidos;
- Assessoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento;
- Facilidade no acesso aos produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Incubadora;
- Orientação na elaboração e atualização do Plano Estratégico e do Plano de Negócios;
- Orientação no registro de propriedade industrial/intelectual;
- Orientação nas estratégias de divulgação e comercialização de produtos e serviços;

8.1. As propostas aprovadas e instaladas na Incubadora terão um custo mensal a título de utilização do sistema compartilhado de incubação.

8.1.1. A taxa de incubação será aplicada de acordo com a Resolução ITL 01/2012 disponível para consulta na Incubadora Tecnológica de Luzerna.

9. Processo de seleção

9.1. As propostas serão julgadas pela Comissão ad hoc com base nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	NOTA	PESO
I - Clareza e objetividade da proposta Compatibilidade com os objetivos da incubadora e afinidade com as áreas de atuação	1 a 5	10
II - Potencial de mercado	1 a 5	20
III - Grau de inovação e tecnologia	1 a 5	20
IV - Qualificação dos proponentes	1 a 5	10
V - Impacto sócio econômico e ambiental	1 a 5	15
VI - Estágio do desenvolvimento do produto/serviço	1 a 5	10

9.2. As propostas serão selecionadas se atingirem ao menos 70% (setenta por cento) da pontuação total.

9.3. As propostas selecionadas pela Comissão de avaliação ad hoc serão homologadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Luzerna.

9.4. A critério da Incubadora Tecnológica de Luzerna, o número de projetos aprovados poderá ser inferior ao número de vagas disponíveis, bem como, poderão ser aprovados projetos que aguardarão vaga em escala descendente de prioridade, em caso de preenchimento dos módulos disponíveis e existirem candidatos aptos.

10. Validade do Processo de Seleção

O processo de seleção é válido somente por 6 meses, a contar a data de entrega da proposta de inscrição.

11. Revogação ou Anulação

A Incubadora Tecnológica de Luzerna poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular a presente Chamada Pública, no todo ou em

parte, sem que isso implique o direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

12. Condições Gerais

12.1. Serão considerados inscritos no processo de seleção, os candidatos que registrarem suas propostas na recepção da Incubadora Tecnológica - Luzerna, dentro do prazo estipulado, devidamente acompanhada dos documentos relacionados no item 3.4 desta chamada e comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, ou seja, que atenderem às exigências da chamada pública.

12.2. Todas as informações recebidas dos candidatos serão tratadas como confidenciais pela Incubadora Tecnológica - Luzerna;

12.3. Em qualquer fase do processo de seleção, a Incubadora Tecnológica - Luzerna poderá se fazer representar por parte de seus membros ou por consultores;

12.4. A critério da Incubadora Tecnológica - Luzerna poderá ser proposto ao candidato incubação em modalidade distinta daquela que se inscreveu, em função da avaliação realizada no processo de seleção, ficando o enquadramento sujeito a concordância do proponente; bem como enquadramento distinto quando o candidato inscreveu-se na modalidade de utilização do espaço fabril;

12.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Incubadora Tecnológica de Luzerna em consonância com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Luzerna;

12.6. O prazo de impugnação aos termos do presente edital são de 03 (três) dias úteis;

13. Divulgação dos Resultados

Os resultados do processo de seleção serão fixados no mural da Prefeitura Municipal de Luzerna e na Incubadora Tecnológica - Luzerna e também informados por e-mail aos participantes. Todos os resultados e chamadas estarão disponíveis no site do Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

ANEXO I

Luzerna, XX de Fevereiro de 2012.

Ao Gestor da
Incubadora Tecnológica de Luzerna

Requerimento de Inscrição

Eu, xxxxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxx, residente na rua/nº xxxxxxxx, cidade xxxxxxxx, telefone xxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxxx, manifesto meu interesse em concorrer a uma vaga para participação no Programa de Incubação de Empresas na Incubadora Tecnológica de Luzerna com a proposta e demais documentos anexos para ser julgada pela comissão de avaliação ad hoc. Declaro ainda que conheço e concordo com os termos da Chamada Pública 01/2012.

Atenciosamente,

xxxxxxxxxxxxx
Assinatura

ANEXO II
Proposta de empreendimento

Preencha as informações abaixo de forma clara e objetiva.

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1 Selecione a categoria de empreendimento

- () Empresa a ser constituída
() Empresa já constituída

1.2 Nome da empresa ou do futuro empreendimento

1.3 Informações sobre os proponentes/sócios

Proponente/sócio 1.

Nome: CPF:

Endereço:

Cidade/UF: Fone: ()

Formação acadêmica:

E-mail:

Proponente/sócio 2.

Nome: CPF:

Endereço:

Cidade/UF: Fone: ()

Formação acadêmica:

E-mail:

Acrescente mais quadros se necessário.

1.4 Parcerias (informe nos campos abaixo as instituições/empresas parceiras do seu empreendimento).

Parceiro 1

Nome:

Informações de contato:

Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização

Parceiro 2

Nome:

Informações de contato:

Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização

Acrescente mais quadros se necessário.

1.5 Para empresa já constituída, preencha o quadro abaixo.

Razão Social:

Nome Fantasia:

Endereço completo:

CNPJ: IE:

E-mail: Website:

Fone: ()

1.5 Para fins desta Chamada Pública informe uma pessoa para contato (esta pessoa será responsável pelas informações trocadas com a Incubadora e comissão ad hoc).

Nome:

E-mail: Fone: ()

2. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 Tipo de negócio

Descreva os tipos de produtos/processos/serviços a serem desenvolvidos. Apresente características técnicas e/ou operacionais, a existência de algum protótipo preliminar. Descreva sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra o projeto. Quais os benefícios que o cliente terá com seu produto/serviço. Descrever como nasceu a ideia do produto, processo ou serviço.

2.2. Grau de inovação e tecnologia

Descreva qual o diferencial competitivo de seu produto/processo/serviço em relação ao já existente no mercado. Quais as

tecnologias envolvidas.

2.3. Características do mercado

Descrever a oportunidade de mercado identificada, o mercado potencial para os produtos/processo/serviços, contendo informações sobre a oportunidade de negócio, tamanho do mercado a ser explorado (estimativa), potenciais clientes, tendência de crescimento, necessidades a serem atendidas, entre outros itens que achar pertinente.

2.4. Área predominante de atuação do empreendimento

Descrever a atividade econômica que o empreendimento atuará e possíveis relações com outros setores econômicos da região do Meio Oeste de Santa Catarina.

2.5 Impacto do empreendimento

Descreva aqui os prováveis impactos do seu empreendimento quanto a geração de emprego e renda. Descreva sobre eventuais impactos sociais e ambientais.

3. RECURSOS

3.1 Investimentos necessários

Descreva a necessidade de capital bem como, se for o caso, os equipamentos, treinamentos, recursos humanos e instalações para implementação e operacionalização do negócio. Apresente dados gerais de investimento fixo e capital de giro.

3.2 Disponibilidade de capital

Quantificar a disponibilidade de recursos financeiros para a implantação da empresa, seu funcionamento e investimento de risco.

4. VIABILIDADE TÉCNICA

Descreva a equipe que atuará no empreendimento e quais são os papéis a serem desempenhados pelos participantes. Descreva como a experiência e conhecimento de cada membro contribuirá para o sucesso do empreendimento.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Que apoio que a empresa espera da incubadora e porque esse apoio é importante para o negócio.

5.2 Quantos sócios e colaboradores participarão diretamente das rotinas de operação da empresa.

5.3 Quantos sócios / colaboradores estarão presentes frequentemente nas instalações da empresa na incubadora.

5.4 Quais as dificuldades esperadas

5.5. Anexar o requerimento de inscrição.

Xxxxxx, xx de fevereiro de 2012.

Proponente 1

Proponente 2

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato do 1º Termo Aditivo - Contrato CMV.001.2011

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO CMV.001.2011
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº: CMV.001.2011
DE 02/01/2011. 1º Termo Aditivo ao Contrato CMV.001.2011 de 02/01/2011, proveniente do processo de Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº cmv 001/2011, celebrado entre a

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA, e a empresa CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

OBJETO: com a concordância das partes, faz-se a alteração do Contrato CMV.001.2011 de 02/01/2011, alterando a vigência do mesmo. O qual se prorrogará até 31/12/2012. O 1º Termo Aditivo prevê ainda que, o valor ajustado entre as partes será reajustado para o ano de 2013, pelo índice de correção IGPM acumulado do ano de 2012.

Luzerna(SC), 02 de Janeiro de 2012
JULIANO SCHNEIDER
Presidente da CMV
Contratante

PAULO ROBERTO SOMMER DA SILVA
CPL Assessoria E Desenvolvimento LTDA
Contratada

Massaranduba

PREFEITURA

Tomada de Preço PARA ComPRAS e Serviços 01/2012-FMS

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2012 - FMS - TOMADA DE PREÇO
PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 01/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará o Processo Licitatório Nº 01/2012, modalidade de Concorrência Nº 01/2012, objetivando Contratação de Serviço de Processamento de Dados para a Secretaria Municipal de Saúde incluindo a administração do banco de dados e Assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho, conforme descrição a seguir, nas condições definidas no Edital e seus anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: as 14:00h do dia 12/03/2012. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:30min do dia 12/03/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 06 de fevereiro de 2012.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Dispensa Nº001/2012

CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA
Estado de Santa Catarina
EDITAL Nº. 01/2012 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
OBJETIVO: Aquisição de 02 Notebook
FORNECEDOR: MASSARANDUBA INFORMATICA LTDA
VALOR: R\$ 3.560,00 (Três mil, quinhentos e sessenta reais)

JUSTIFICATIVA: A Câmara de Vereadores está adquirindo um novo sistema de Cronômetro Digital com controle por software e corte de microfone automático na tribuna e sistema de votação eletrônica para a realização das sessões, fazendo-se necessária

para tal implantação e funcionamento dos softwares a aquisição dos equipamentos descritos no objeto. O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, de acordo com orçamento abaixo dos dez por cento do valor máximo de Carta Convite para esta modalidade de compra, dispensando assim a realização do processo licitatório, amparado no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

Massaranduba, 10 de Fevereiro de 2012.
PIER GUSTAVO BERRI
Presidente do Legislativo Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 034/2012

PORTARIA n.º 034/2012

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 031/2012, de 08 de Fevereiro de 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria 031/2012, de 08 de Fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 09 de Fevereiro de 2012, edição 927, pg 142, passa a vigorar com a seguinte redação:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora GLADIS SANDRA COLOMBO MACHADO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 4 A - 100%, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/02/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Fevereiro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 035/2012

PORTARIA n.º 035/2012

TRATA DA REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 026/2012 DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de

28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
REVOGAR

Art.1º. A Portaria nº 026/2012 de contratação da Senhorita LILIAN BARABAS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência MAG 080 conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude de desistência da vaga pela mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/02/2012.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Fevereiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 05/2012

AVISO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 09/2012

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 23/02/2012 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Material de Construções. Elétricos, hidráulicos e outros, que serão adquiridos de acordo com as necessidades dos Fundos e Secretarias do Município de Monte Carlo. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. ENTREGA: Documentos e propostas até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 23/02/2012

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00

às 17:00 .TELEFONE/FAX: (0**49) 546- 0194, e ainda na pagina www.montecarlo.sc.gov.br.

Monte Carlo, 10/02/2012.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 08/2012FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES COM ULCERAS VARICOSAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 27/02/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 27/02/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 10/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012PMN

RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 29/02/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 29/02/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 192/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 28/02/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 28/02/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 06/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO COMO FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATUA-NTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES.. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 16/03/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 16/03/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 155/2012

Portaria nº 155 /2012
Designa o Gestor da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento - COMDEC.

Pedro Piva Neto, Municipal do Município de Nova Trento, em Exercício, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor municipal, EDUARDO FABRIS DA SILVA, Coordenador da COMDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento, designado pela Portaria nº 728, de 03 de outubro de 2011, como GESTOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE NOVA TRENTO, em conjunto com o Prefeito Municipal Senhor Orivan Jarbas Orsi, determinar o pagamento das despesas realizadas com recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional, por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC, quando da execução de ações emergências em decorrência de catástrofes ocorridas no município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de fevereiro de 2012.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Portaria, em 03 de fevereiro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Tomada de Preços Nº 002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO
Processo Licitatório nº 016/2012 - Tomada de Preços nº 002/2012

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis domésticos, produzidos no Município de Nova Trento-SC.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 29/02/2012 até as 09:00 horas. Abertura: 29/02/2012 - 09:00 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48.3267 3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Tomada de Preços Nº 003/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO
Processo Licitatório nº 019/2012 - Tomada de Preço nº 003/2012

Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua geral Ponta Fina Sul, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Empreitada Global por Preço Unitário. Entrega dos envelopes: 28/02/2012 até as 09:00 horas. Abertura: 28/02/2012 - 09:05 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - 48.32673213. compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato do Termo de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 013/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/12
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/12
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 10/02/12
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a Aquisição de Equipamentos para estruturação de Um Banco de Germoplasma Seco e Uma Máquina de Pré - Limpeza para beneficiamento de sementes para rede ASCOOPER, a ser implantado nas Margens da Rodovia SC 468, interior do município de Novo Horizonte, a serem adquiridos com recursos do Contrato de Repasse nº 328.665-74/2010-0, Programa PRONAT, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: GLOBAL AR - COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE DUTOS E EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DE AR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais), referente ao item 01 deste Processo.
DATA: 10/02/12

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 018/2012

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 018/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : D. G. LAZARIN ME

Valor : R\$ 2.601,00 (Dois mil, seiscentos e um reais).

Vigência : Início: 09/02/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 05/2011

Recursos : 30.01-2.003-012-04.122.0003-3.3.90.00 - Manutenção da Administração Geral

40.01.2.011-135-12.361.0005-3.3.90.00 - Manutenção Central da Secretaria de Educação

Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa prestadora dos serviços de informática para manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças, recarga de toner para os vários Departamentos da Prefeitura Municipal e Escolas Municipais do Município, de acordo com as exigências, quantitativos e especificações constantes do Edital

NOVO HORIZONTE, 9 de Fevereiro de 2012

Extrato Contratual Nº 019/2012

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 019/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : GLOBAL AR - COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE DUTOS E EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DE AR LTDA

Valor : R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais).

Vigência : Início: 10/02/2012 Término: 10/02/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2012

Recursos : 50.01.2.021.81.15.452.0011.4.4.90.00 - Manutenção Planejamento Serviços Municipais-50.01.2.021.82.15.452.0011.4.4.90.00 - Manutenção Planejamento Serviços Municipais-50.01.2.021.83.15.452.0011.4.4.90.00 - Manutenção Planejamento Serviços Municipais.

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Aquisição de 01 UNIDADE DE DESIDRATAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÉDIA TEMPERATURA, para o Banco de Germoplasma a Seco, com equipamentos e características a seguir:

Isolamento Térmico: Unidade com dimensões externas de (3,42x3,62x2,50)m, com parede e teto em painéis de poliestireno de 100mm, com densidade aparente de 16Kg/m³, revestida interna e externamente com chapa de aço galvanizado, pintada com tinta epóxi na cor branca. O sistema de encaixe é por "U" nas laterais e com tarugo de poliestireno de mesma densidade para encaixe e estanqueidade térmica. Comporta 1 porta deslizante com abertura a determinar e vão livre de 1000x2000x100mm, marca ISOTHERM. Antecâmara: Unidade com medidas externas de 1,71x1,81x2,60m, em painéis de 100mm e piso isolado com 50mm de espessura, em poliestireno com densidade mínima aparente de 16Kg/m³, revestida interna e externamente com chapa de aço galvanizado, pintada com tinta epóxi na cor branca. O sistema de encaixe é por "U" nas laterais e com tarugo de poliestireno de mesma densidade para encaixe e estanqueidade térmica. Contém 01 porta giratória com abertura a determinar e vão livre 900x2000x100mm, marca DANFOSS/MIPAL. Equipamento de Refrigeração: 01 (uma) Unidade de Refrigeração Monobloco modelo HCM 028, composta de gabinete do condensador em chapa de aço carbono pintado em epóxi pó, condensador em cobre/alumínio, refrigerado a ar; compressor hermético de motorização de 3,0 HP, 220v/1f/60hz, de 6629 kcal/h para a temperatura externa de 35°C e interna de 5°C, operando com gás refrigerante R 22,

válvula controladora de pressão de carter; Unidade evaporadora M-62 acoplada, com gabinete em alumínio pintado em epóxi, evaporador em cobre/alumínio com aletas de corrugado profundo e bordas de ataque; sistema de expansão por tubo capilar; ventilação axial de 4 x 300 mm de diâmetro, caudal de ar de 4.800 m³/h; 56,5 db, degelo a gás quente por reversão de ciclo, iniciado por tempo e finalizado por temperatura; com comando automático controlado por micro processador digital e indicador de temperatura mínima de 0,00°C e máxima de 10,00°C, marca DANFOSS/MIPAL. Equipamento de Desumidificação: 01 (um) Equipamento modelo GBA 200M composto de um Cilíndrico formado por silicatos inertes reforçados com fibra de vidro, em forma de colméia, impregnado por um dessecante sólido não granular, que retém em sua superfície, água em forma de vapor. A estrutura corrugada forma canais uniformes paralelos ao eixo do cilindro, permitindo o escoamento da corrente de ar em fluxo laminar, de modo a proporcionar a máxima retenção de água com o mínimo de perda de carga. O cilindro gira lentamente, com rotação mínima de 6 RPH e máxima de 8 RPH, com motor de potência mínima de 0,7 HP. O ar úmido é secado ao passar através dos canais do setor de reativação do cilindro, removendo a umidade retida pelo dessecante, garantindo um processo contínuo de secagem. O ar utilizado para reativação do cilindro dessecante é tomado e descarregado em ambiente externo ao processo de secagem. Além do cilindro, o desumidificador possui ventilador de reativação, aquecedor do ar de reativação, sistema de acionamento do cilindro e painel elétrico de comando e controles. Set point de controle digital. O equipamento deverá gerar vazão mínima de 280 m³/h de ar tratado, com 30% de UR, independente do sistema de refrigeração. O teor de umidade poderá variar entre 27 e 33%. Capacidade de remoção 0,6 kg/h. Potência máxima 1,5 KW, Voltagem 220/1f/, marca ECOTECH.

NOVO HORIZONTE, 10 de Fevereiro de 2012

Palhoça**PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação N.º018/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

CONTRATADA: BANRISUL SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto o fornecimento de CARTÕES ALIMENTAÇÃO REFEISUL, na modalidade de CARTÃO MAGNÉTICO, que serão utilizados pelos servidores públicos municipais do Fundo Municipal de Saúde, na aquisição de gêneros alimentícios na rede de estabelecimentos comerciais credenciados; em conformidade com a legislação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), e com a Lei Municipal nº 096/2010, de 15 de dezembro de 2010, apresentado na forma de um cartão plástico de uso pessoal, exclusivo e intransferível. VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 621.517,05 (seiscentos e vinte e um mil quinhentos e dezessete reais e cinco centavos), sendo o valor máximo: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "62" - 15.01.2.143.3.3.90.46.00.00.00.00; "53" - 15.01.2.145.3.3.90.46.01.00.00.00. FUNDAMENTO: art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 03/02/2012.

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 010/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: BANRISUL SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto o fornecimento de CARTÕES ALIMENTAÇÃO REFEISUL, na modalidade de CARTÃO MAGNÉTICO, que serão utilizados pelos servidores públicos municipais da administração direta, fundos e autarquias, na aquisição de gêneros alimentícios na rede de estabelecimentos comerciais credenciados; em conformidade com a legislação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), e com a Lei Municipal nº 096/2010, de 15 de dezembro de 2010, apresentado na forma de um cartão plástico de uso pessoal, exclusivo e intransferível.

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 2.800.848,05 (dois milhões, oitocentos mil e oitocentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), sendo o valor máximo:

- Prefeitura: R\$ 2.027.148,20 (dois milhões, vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais e vinte centavos).
- Águas de Palhoça: R\$ 6.548,85 (seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

- Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 95.114,25 (noventa e cinco mil, cento e quatorze reais e vinte e cinco centavos).

- Fundação Municipal do Meio Ambiente: R\$ 11.850,30 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta centavos).

- Faculdade Municipal de Palhoça: R\$ 24.948,00 (vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Secretaria de Administração e Finanças:
"56" - 08.01.2.066.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Secretaria de Receita e Regularização Fundiária:
"37" - 07.01.2.064.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Secretaria Regional da Ponte do Imaruim, Esporte e Lazer:
"232" - 22.01.2.151.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Secretaria de Desenvolvimento Regional do Sul e Turismo:
"248" - 23.01.2.114.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca:
"71" - 10.01.2.033.3.3.90.46.01.00.00.00;

-Procuradoria Geral do Município:
"25" - 05.01.2.051.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Gabinete do Prefeito: "3" - 02.01.2.019.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Secretaria de Governo: "35" - 06.01.2.049.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Secretaria de Infraestrutura, Defesa Civil, Energia e Telecomunicações:
"165" - 12.01.2.026.3.3.90.46.01.00.00.00;

-Secretaria de Educação e Cultura:
"154" - 11.01.2.042.3.3.90.46.01.00.00.00;
"110" - 11.01.2.021.3.3.90.46.01.00.00.00;
"145" - 11.01.2.022.3.3.90.46.01.00.00.00;
"158" - 11.01.2.020.3.3.90.46.01.00.00.00;
"123" - 11.01.2.043.3.3.90.46.01.00.00.00;
"105" - 11.01.2.021.3.3.90.46.01.00.00.00;
"114" - 11.01.2.021.3.3.90.46.01.00.00.00;
"121" - 11.01.2.043.3.3.90.46.01.00.00.00;
"149" - 11.01.2.022.3.3.90.46.01.00.00.00

-Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos e Habitação:
"12" - 04.01.2.013.3.3.90.46.01.00.00.00;

-Secretaria de Indústria, Comércio:
"68" - 09.01.2.084.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Águas de Palhoça:
"5" - 24.01.2.2.135.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Fundo Municipal de Assistência Social:
"25" - 16.01.2.039.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Fundação Municipal do Meio Ambiente:
"11" - 18.01.2.016.3.3.90.46.01.00.00.00;

- Faculdade Municipal de Palhoça:
"4" - 20.01.2.078.3.3.90.46.01.00.00.00;

FUNDAMENTO: art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 03/02/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo Nº 006/2012

TERMO ADITIVO Nº 006/2012 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 181/2011).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, Lote 02, do Contrato de Execução de Obras n.º 181/2011.

DATA: 23/01/2012

LUIS CARLOS DUNCKE
Superintendente Águas de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º 013/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2012 - Pregão Presencial n.º 050/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRONTOLAB EQUIPAMENTO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente de enfermagem para atender Ações Judiciais, coloproctologia, otorrinolaringologia, materiais e equipamentos para resgate do SAMU e materiais de consumo laboratoriais DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição item	Marca	Valor unit.	Valor total
------	-------	-------	----------------	-------	-------------	-------------

9	5	kit	Kit para sorologia VDRL antígeno pronto para uso e estabilizado, para uso na triagem sorológica da sífilis. Frascos conta-gotas com aproximadamente 5ml, aferido para dispensar cerca de 0,022 ul, com soro controle positivo e negativo.	Laborclin	R\$ 62,80	R\$ 314,00
Valor Total: R\$ 314,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º001/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º001/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
31	100	cx	Carvedilol 12,5mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 18,08	R\$ 1.808,00
32	200	cx	Carvedilol 25mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 15,09	R\$ 3.018,00
33	150	cx	Carvedilol 3,125mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 9,70	R\$ 1.455,00
52	120	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 24,47	R\$ 2.936,40
Valor Total: R\$ 9.217,40						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º002/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º002/2012 – Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
57	35	frs	Cosopt, frasco com 5ml	Cosopt	R\$ 49,78	R\$ 1.742,30
59	50	cx	Depakote 250mg, caixa com 30 comp.	Depakote	R\$ 19,07	R\$ 953,50

60	20	cx	Depakote ER 500mg, caixa com 30 comp.	Depakote	R\$ 35,52	R\$ 710,40
63	150	cx	Dicetel 100mg, caixa com 20 comp.	Dicetel	R\$ 38,77	R\$ 5.815,50
77	40	cx	Ezetimiba 10mg, caixa com 30 comp.	Zetia	R\$ 59,25	R\$ 2.370,00
97	40	cx	Humira, caixa com 2 amp.	Humira	R\$ 4.436,01	R\$ 177.440,40
131	90	fr	Oleo Dersani, frasco com 200mL	Dersani	R\$ 30,00	R\$ 2.700,00
148	25	cx	Synthroid 112 mcg, caixa com 30 comp.	Synthroid	R\$ 16,55	R\$ 413,75
149	30	cx	Synthroid 125 mcg, caixa com 30 comp.	Synthroid	R\$ 17,35	R\$ 520,50
159	30	cx	Venalot, caixa com 60 comp.	Venalot	R\$ 39,06	R\$ 1.171,80
163	150	cx	Vytorin 10/20mg, caixa com 28 comp.	Vytorin	R\$ 57,09	R\$ 8.563,50
Valor Total: R\$ 202.401,65						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º003/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º003/2012 – Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COINTER DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
103	40	cx	Insulina Levemir, caixa com 5 refis de 3mL	Levemir/Novonor-dis	R\$ 251,39	R\$ 10.055,60
104	30	cx	Insulina Novorapid, caixa com 5 refis com 3mL	Novorapid/Novonor-dis	R\$ 126,38	R\$ 3.791,40
Valor Total: R\$ 13.847,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º004/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º004/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
37	120	cx	Citalopram 20mg, caixa com 28 comp.	Denyl	R\$ 2,716	R\$ 325,92
46	100	cx	Cloridrato de paroxetina 20mg, caixa com 30 comp.	Roxetin	R\$ 3,78	R\$ 378,00
47	30	cx	Cloridrato de paroxetina 30mg, caixa com 30 comp.	Roxetin	R\$ 8,40	R\$ 252,00
50	500	cx	Cloridrato de tramadol 50mg, caixa com 10 comp.	Tramadon	R\$ 1,20	R\$ 600,00
55	50	tb	Colagenase cloranfenicol, pomada de 30g	Kollagenaze	R\$ 7,45	R\$ 372,50
78	100	tb	Fibrase pomada 30gr	Fibrinase	R\$ 17,96	R\$ 1.796,00
109	60	cx	Lamotrigina 100mg, caixa com 30 comp.	Neural	R\$ 3,60	R\$ 216,00
132	40	fr	Oleo mineral, frasco com 100mL	Mineroleo	R\$ 1,47	R\$ 58,80
141	100	cx	Risperidona 1mg, caixa com 20 comp.	Risperidon	R\$ 0,80	R\$ 80,00
155	300	cx	Tramadol 100mg, caixa com 10 comp.	Tramadon	R\$ 10,60	R\$ 3.180,00
Valor Total: R\$ 7.259,22						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º005/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º005/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
29	20	amp	Byetta com 1,2 mL	Lilly	R\$ 232,66	R\$ 4.653,20
58	30	cx	Cymbalta 60mg, caixa com 28 comp.	Lilly	R\$ 155,12	R\$ 4.653,60
98	300	cx	Insulina Humalog lispro, caixa com 2 refis de 3mL	Lilly	R\$ 41,48	R\$ 12.444,00
99	70	cx	Insulina Humalog mix 25, caixa com 5 refis de 3mL	Lilly	R\$ 121,70	R\$ 8.519,00

100	120	fr	Insulina Humana Humalog 100UI/mL, Lilly	R\$ 51,94	R\$ 6.232,80
Valor Total: R\$ 36.502,60					

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º006/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º009/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Qntd	Un	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
19	100	fr	Atrovent 0,25mg/mL sol inalação, frasco com 20 ml.	Atrovent	R\$ 8,545	R\$ 854,50
162	40	cx	Votrient 400 mg, caixa com 30 comp.	Votrient	R\$ 3.215,61	R\$ 128.624,40
Valor Total: R\$ 129.478,90						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º007/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º007/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	150	cx	Actos 30mg, caixa com 15 comp.	Abbott	R\$ 36,6379	R\$ 5.495,69
21	60	fr	Azopt colírio 1%, frasco com 5 ml.	Alcon	R\$ 28,8415	R\$ 1.730,49
56	24	fr	Combigan, frasco com 5mL	Allegan	R\$ 41,0541	R\$ 985,30
62	15	cx	Detrusitol LA 4mg, caixa com 30 comp.	Pfizer	R\$ 188,8836	R\$ 2.833,25
117	35	fr	Lumigan 0,3mg/mL, frasco com 5mL	Allegan	R\$ 80,0589	R\$ 2.802,06
126	70	cx	Minipress SR 4mg, caixa com 15 comp.	Pfizer	R\$ 19,7898	R\$ 1.385,06
127	30	cx	Miocalven D, caixa com 60 sachets	Chiesi	R\$ 60,0272	R\$ 1.800,82

133	80	cx	Oxalato de Escitalopram 10mg, caixa com 30 comp.	Lundbeck	R\$ 89,6626	R\$ 7.173,01
156	100	fr	Travatan colírio	Alcon	R\$ 49,3647	R\$ 4.936,47
Valor Total: R\$ 29.142,38						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º008/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTO LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant.	Unid	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	120	cx	Alprazolam 1mg, caixa com 30 comp.	Nova Química	R\$ 7,20	R\$ 864,00
7	80	cx	Alprazolam 2mg, caixa com 30 comp.	Nova Química	R\$ 10,50	R\$ 840,00
23	30	fr	Bimatoprost, frasco com 3mL	Ems	R\$ 24,90	R\$ 747,00
24	120	cx	Bromazepam 6mg, caixa com 30 comp.	Teuto	R\$ 6,65	R\$ 798,00
25	100	fr	Brometo de Ipratrópio 0,25mg/mL sol. Inal. Frasco com 20 ml.	Prati	R\$ 0,72	R\$ 72,00
26	50	cx	Bromoprida 10mg, caixa com 20 comp.	Ems	R\$ 6,15	R\$ 307,50
36	120	cx	Cilostazol 100mg, caixa com 30 comp.	Eurofarma	R\$ 16,90	R\$ 2.028,00
39	80	fr	Clonazepam 2,5mg/mL, frasco com 20mL.	Teuto	R\$ 2,12	R\$ 169,60
40	70	cx	Cloridrato de Clonazepam 10mg, caixa com 30 comp.	Biosintética	R\$ 6,50	R\$ 455,00
41	100	cx	Cloridrato de Bupropiona 150mg, caixa com 60 comp.	Nova Química	R\$ 62,40	R\$ 6.240,00
42	20	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg, caixa com 50 comp.	Nova Química	R\$ 2,95	R\$ 59,00
43	20	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg, caixa com 50 comp.	Ems	R\$ 6,50	R\$ 130,00
44	25	fr	Cloridrato de Dorzolamida, frasco com 5 ml.	Biosintética	R\$ 13,40	R\$ 335,00
45	100	cx	Cloridrato de Fexofenadina 180mg, caixa com 10 comp.	Rambaxy	R\$ 15,40	R\$ 1.540,00
48	200	cx	Cloridrato de sertralina 50mg, caixa com 30 comp.	Neo Química	R\$ 15,50	R\$ 3.100,00
49	100	cx	Cloridrato de ticlopidina 250mg, caixa com 30 comp.	Biosintética	R\$ 11,40	R\$ 1.140,00

51	30	cx	Cloridrato de Venlafaxina 150mg, caixa com 30 comp.	Medley	R\$ 60,50	R\$ 1.815,00
72	30	cx	Domperidona 10mg, caixa com 30 comp.	Rambaxy	R\$ 4,50	R\$ 135,00
79	40	cx	Finasterida 5mg, caixa com 30 comp.	Aurobindo	R\$ 11,00	R\$ 440,00
80	40	cx	Fixa-cal 600mg 200UI, caixa com 90 comp.	Vitamed	R\$ 16,40	R\$ 656,00
86	60	cx	Fumarato de Quetiapina 100mg, caixa com 28 comp.	Sandoz	R\$ 41,50	R\$ 2.490,00
87	50	cx	Fumarato de Quetiapina 25mg, caixa com 14 comp.	Sandoz	R\$ 6,35	R\$ 317,50
95	30	cx	Glimepirida 2mg, caixa com 30 comp.	Ems	R\$ 6,90	R\$ 207,00
110	30	cx	Levotiroxina Sódica 125mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$ 5,00	R\$ 150,00
111	60	cx	Levotiroxina Sódica 75mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$ 4,50	R\$ 270,00
112	25	cx	Levotiroxina Sódica 88mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$ 5,25	R\$ 131,25
114	30	cx	Lorazepam 2mg, caixa com 30 comp.	Teuto	R\$ 4,40	R\$ 132,00
115	100	cx	Losartana 100mg, caixa com 30 comp.	Neo Química	R\$ 9,15	R\$ 915,00
119	50	cx	Maleato de Enalapril 5mg, caixa com 30 comp.	Neo Química	R\$ 3,40	R\$ 170,00
122	150	cx	Meloxicam 15mg, caixa com 10 comp.	Ems	R\$ 6,45	R\$ 967,50
123	90	cx	Mesilato de Doxazosina 4mg, caixa com 30 comp.	Sandoz	R\$ 9,40	R\$ 846,00
134	120	cx	Oxcarbazepina 300mg, caixa com 30 comp.	Rambaxy	R\$ 11,25	R\$ 1.350,00
135	180	cx	Oxcarbazepina 600mg, caixa com 30 comp.	Rambaxy	R\$ 18,50	R\$ 3.330,00
137	100	cx	Pantoprazol 40mg, caixa com 28 comp.	Sandoz	R\$ 6,49	R\$ 649,00
150	100	fr	Tartarato de bromonidina 0,2%, frasco com 5 mL	Biosintética	R\$ 12,15	R\$ 1.215,00
153	20	cx	Topiramato 25mg, caixa com 60 comp.	Ems	R\$ 28,50	R\$ 570,00
Valor Total: R\$ 35.581,35						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º009/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º009/2012 - Pregão Presencial n.º049/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, SAMU e Centro de Triagem "CENTRI" e CEAP. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Qntd	Un	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
74	12	cx	Dorflex, caixa 240 comp.	Sanofis/Aventis	R\$ 54,40	R\$ 652,80
76	25	cx	Equilid 50mg, caixa com 20 comp.	Sanofis/Aventis	R\$ 5,10	R\$ 127,50
84	80	cx	Frisium 10mg, caixa com 20 comp.	Sanofis/Aventis	R\$ 5,52	R\$ 441,60
85	60	cx	Frisium 20mg, caixa com 20 comp.	Sanofis/Aventis	R\$ 10,34	R\$ 620,40
102	500	fr	Insulina Lantus 100Ui/mL, frasco com 3ml	Sanofis/Aventis	R\$ 58,05	R\$ 29.025,00
129	100	cx	Naturetti, caixa com 16 caps.	Sanofis/Aventis	R\$ 17,47	R\$ 1.747,00
130	300	fr	Neuleptil 4pcc, frasco com 20 mL.	Sanofis/Aventis	R\$ 7,37	R\$ 2.211,00

Valor Total: R\$ 34.825,30

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º010/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º010/2012 – Pregão Presencial n.º050/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES MACROSUL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente de enfermagem para atender Ações Judiciais, coloproctologia, otorrinolaringologia, materiais e equipamentos para resgate do SAMU e materiais de consumo laboratoriais. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição item	Marca	Valor unit.	Valor total
2	2	Kit	Cabeçote (kit) de retossigmoidoscópio para sistema descartável com insuflador tipo pêra com regulador de fluxo de ar (rede) e fonte de luz halógena tipo empunhadura com transformador 220V acompanhando botão liga/desliga. Conexão dos tubos descartáveis padrão universal, 01 maleta, 01 pêra de insuflação com regulador.	Fradel	R\$ 1.350,00	R\$ 2.700,00
6	4	unid.	Estilete para Fístula, medindo aproximadamente 1,50mm x 18,0cm, com pontas arredondadas rombas, e maleável, confeccionado em aço Inox	Fradel/welmed	R\$ 37,50	R\$ 150,00
8	4	unid.	Fronto lux (iluminação); luz fria e lente com metalização para evitar super aquecimento. Especificações mínimas: corpo de alumínio anodizado, dispositivo de regulagem do diâmetro luminoso, capacete com ajuste de tamanho, bivolt - ligado diretamente a rede elétrica.	Zumax/ HI8000	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00
12	900	unid.	Máscara de O2 com reservatório, adulto, utilizada para fornecer O2 ao paciente. Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100%. Máscara de silicone e bolsa confeccionada em material transparente de vinil. Resistente à lavagem a glutaraldeído. Amostra sujeita a aprovação do vencedor do item. Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente. Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente. Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750 ml.	Headstar/ HP 8708	R\$ 20,00	R\$ 18.000,00

13	400	unid.	Máscara de O2 com reservatório, infantil, utilizada para fornecer O2 ao paciente. Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100%. Máscara de silicone e bolsa confeccionada em material transparente de vinil. Resistente à lavagem a glutaraldeído. Amostra sujeita a aprovação do vencedor do item. Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente. Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente. Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750 ml.	Headstar/ HP 8709	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
15	2	kit	Pinça (Kit) para Ligadura Hemorroidária Convencional em aço-inoxidável; autoclavável; Apresentação: 01 Pinça Para Ligadura Hemorroidária Convencional e 01 Ponta para carregamento dos anéis elásticos; Dimensões mínimas: 16cm.	Fradel	R\$ 690,00	R\$ 1.380,00
16	2	unid.	Pinça para Biópsia retossigmoideana, com cautério (encapada); Características mínimas: em aço-inoxidável e encapada com borracha especial, autoclavável; Dimensões: mínimas 40 cm.	Fradel	R\$ 1.380,00	R\$ 2.760,00
Valor Total: R\$ 42.990,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º011/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º011/2012 - Pregão Presencial n.º050/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente de enfermagem para atender Ações Judiciais, coloproctologia, otorrinolaringologia, materiais e equipamentos para resgate do SAMU e materiais de consumo laboratoriais DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição item	Marca	Valor unit.	Valor total
4	5000	unid.	Coletor para fezes - Coletor para exame parasitológico com conservante formalina a 5% filtro interno de 266 micras e bico gotejador	NL/ Copro	R\$ 2,14	R\$ 10.700,00
7	50	caixa	Fitas para análise de urina, com a seguinte especificação: tira reagente para determinação de 11 parâmetros (glicose, bilirrubina, cetona, densidade, sangue, PH, proteína urobilinogenio, nitrito, leucócitos, ácido ascórbico). Caixa com 150 testes.	Biocon/ 11	R\$ 34,90	R\$ 1.745,00
17	2	unid.	Pipeta automática para preenchimento da pipeta de vidro VHS por aspiração	Plast-Bio/ Hs -yl 2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
Valor Total: R\$ 12.495,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º012/2012 – Pregão Presencial n.º050/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOMINUM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente de enfermagem para atender Ações Judiciais, coloproctologia, otorrinolaringologia, materiais e equipamentos para resgate do SAMU e materiais de consumo laboratoriais DATA: 11/01/2012

a 11/01/2013.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição item	Marca	Valor unit.	Valor total
3	1	unid.	Cadeira mecânica otorrinolaringologia, ajuste da inclinação no encosto, cabeceira removível, assento com apoio para os pés, com braços, pintura eletrostática a pó de alto brilho, estofamento com espuma, com revestimento em PVC laminado ou courvin, medindo aproximadamente 57x142x62 cm (AxCxL).	Olsen / 112	R\$ 1.900,00	R\$ 1.900,00
Valor Total: R\$ 1.900,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º014/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º014/2012 – Pregão Presencial n.º051/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRONTOLAB EQUIPAMENTO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes de laboratório para utilização no Laboratório Central de Saúde do Município. DATA: 11/01/2012 a 11/01/2013.

Item	Quant	Unid.	Especificações	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	2	Unid.	Centrífuga com programação de velocidade com timer. Trava elétrica de tampa. Rotor horizontal com capacidade de 24 tubos. Adaptável a tubos de 05 e 10ml	Kindly KC 5	R\$ 4.070,00	R\$ 8.140,00
2	1	Unid.	Contador de células sanguíneas - destina-se à contagem de células, possuindo as funções de cálculo de valores absolutos e índices hematimétricos, com as seguintes características básicas: 12 teclas (10 teclas de contagem diferencial, 2 teclas de função); visão digital; contagem separada de eritroblastos; alarme sonoro e bloqueio automático ao se atingir 100 (cem) células contadas. Equipamentos com as funções: leucócitos, contagem diferencial, valores absolutos. Funcionamento em 220 volts	Kacil ccs 02	R\$ 473,00	R\$ 473,00
3	1	Unid.	Microscópio Binocular: coluna de design ergométrico; revolver invertido para 04 (quatro) objetivas (de 4x, 10x, 40x e 100x imersão e retrátil); platina 78x54mm com trava de segurança que evita a quebra de lâminas, movimento cruzado em XY com charriot e curso de aproximadamente 216 mmx 150mm; platina com sistema de refocagem automática; cabeçote binocular com inclinação de 30 graus, com rotação de 360 graus e com opção de movimento de 180 graus para as oculares que permite ajuste interpupilar de no mínimo 47 mm; 01 par de oculares 10x ou mais (campo de cerca de 20 mm); ajuste interpupilar e diferentes dioptrias para as duas oculares; macro micrométrico com ajuste de tensão e com controle do charriot próximo de seu comando; iluminação halógena embutida na base, controlado por placa eletrônica, aproximadamente 6 volts/20 watts, com iluminador e refletor; condensador e 2 móvel centralizável com diafragma de íris e filtro azul com aproximadamente 35mm. Voltagem 220 - 50/60hz	Nikon E 200	R\$ 4.700,00	R\$ 4.700,00

Valor Total: R\$ 13.313,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º078/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2011 – Pregão Presencial 034/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS II. DATA: 09/08/2011 a 09/08/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
07	10	kg	Caldo de carne em pó.	Qualimax	R\$6,50	R\$65,00
08	10	Kg	Caldo de Galinha em Pó.	Qualimax	R\$6,50	R\$65,00
10	30	kg	Canjica branca.	Sinha	R\$5,15	R\$154,50
12	40	pct	Coco ralado.	Sococo	R\$3,95	R\$158,00
14	200	Lata	Ervilha em lata c/ 300 gr.	Lar	R\$1,30	R\$260,00
21	250	un	Leite condensado 395 gramas	Itambe	R\$2,90	R\$725,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

25	50	un	Maionese 500 gr	Helmans	R\$4,50	R\$225,00
28	200	emb	Molho de tomate sachê	Fugini	R\$2,30	R\$460,00
31	300	un	Refresco - preparo sólido.	Gilly	R\$0,67	R\$201,00
41	300	Molho	Colve manteiga em molho	In Natura	R\$1,05	R\$315,00
42	150	kg	Carne bovina fraldinha	CCS	R\$11,80	R\$1.770,00
44	100	Kg	Peito de frango, com osso	Anhambi	R\$5,95	R\$5.95,00
47	50	kg	Salsicha hot dog congelada	Rigor	R\$3,58	R\$179,00
TOTAL R\$ 5.172,50						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º079/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º079/2011 – Pregão Presencial 034/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS II. DATA: 09/08/2011 a 09/08/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	30	lata	Abacaxi em calda.	Olé	R\$5,75	172,50
02	150	kg	Açúcar refinado.	Alto alegre	2,48	372,00
04	300	pct	Biscoito doce tipo maria	Faville	2,90	870,00
05	300	pct	Biscoito salgado.	Faville	2,75	825,00
06	100	pct	Café em pó torrado e moído.	Paladar	5,30	530,00
09	20	emb	Canela em pó fina homogênea	Edimar	2,60	52,00
11	100	Cx	Chá sabores diversos.	Prenda	2,15	215,00
13	250	un	Crema de leite 300 gramas	Itambé	2,80	700,00
15	30	kg	Farinha de Milho	Sinha	2,00	60,00
16	150	Pcte	Farinha de trigo	Flor do oeste	8,40	1.260,00
17	50	Kg	Feijão preto comum.	Urbano	2,75	137,50

18	50	un	Fermento biológico seco 100g	Fleischmann	2,83	141,50
19	50	Frs	Fermento em pó químico 100 gramas	Dona Benta	1,83	91,50
20	250	un	Gelatina em pó 50 gr	Neilar	0,87	217,50
22	600	Um	Leite de vaca longa vida integral	Terra Viva	1,90	1.140,00
23	150	lata	Leite em pó integral, instantâneo 400 gramas	Itambé	6,80	1.020,00
24	50	kg	Macarrão tipo espagete	Ogliare	2,89	144,50
27	200	lata	Milho verde 300 gr.	Olé	1,45	290,00
29	200	Frs	Óleo de soja 900 ml	Soya	3,00	600,00
30	40	lata	Pêssego em calda 500 gr	Olé	5,30	212,00
32	30	kg	Sal refinado de mesa iodado	Marfin	0,90	27,00
33	50	kg	Banana Branca	In Natura	1,53	76,50
34	50	kg	Batata Inglesa	In Natura	1,55	77,50
35	50	Kg	Cebola de cabeça	In Natura	1,40	70,00
36	50	Kg	Cenoura	In Natura	2,40	120,00
37	100	Kg	Laranja Pera	In Natura	1,29	129,00
38	50	kg	Maçã nacional, gala	In Natura	1,60	80,00
39	50	kg	Tomate	In Natura	3,00	150,00
40	50	un	Repolho verde	In Natura	2,00	100,00
43	100	dz	Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho.	In Natura	2,60	260,00
45	50	kg	Presunto cozido fatiado, sem gordura	JCW	11,00	550,00
46	50	kg	Queijo tipo mussarela fatiado.	Predileto	16,20	810,00
TOTAL R\$ 11.501,00						

IPPA**Dispensa de Licitação Nº 001/2012**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC - IPPA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2012.

CONTRATANTE: IPPA.

CONTRATADA: BANRISUL SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto o fornecimento de CARTÕES ALIMENTAÇÃO REFEISUL, na modalidade de CARTÃO MAGNÉTICO, que serão utilizados pelos servidores públicos do IPPA, na aquisição de gêneros alimentícios na rede de estabelecimentos comerciais credenciados; em conformidade com a legislação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), e com a Lei Municipal nº 096/2010, de 15 de dezembro de 2010, apresentado na forma de um cartão plástico de uso pessoal, exclusivo e intransferível.

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 6.860,70 (seis mil oitocentos e sessenta reais e setenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"3" - 17.01.2.063.3.3.90.39.40.00.

FUNDAMENTO: art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 03/02/2012.

ALBERTO PRIM

Diretor Executivo do IPPA

Paulo Lopes**CÂMARA MUNICIPAL****Errata Portaria Nº. 04/2012**

Errata

PORTARIA nº 04/2012

Na portaria nº 04/2012, publicada no dia 10/02/2012 que exonera a pedido Katia Simoni Agapito Zanela, onde se lê: "MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município", Leia-se: "JUCINEI DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município". Permanecendo o restante do texto da mesma.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 10 de fevereiro de 2011.

JUCINEI DE SOUZA

Presidente

Publicada a presente Portaria em 13 de fevereiro de 2011.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Decreto Nº 3.544, de 08 de Fevereiro de 2.012**

DECRETO Nº 3.544, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2.012

DETERMINA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MINUTA PROJETO DE LEI QUE AMPLIA A ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º Determina a realização de audiência Pública Popular, no dia 01/03/2012, às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, Sítio na Av. Mal. Costa e Silva, 111, tendo por objetivo consulta e debate acerca da minuta do projeto de Lei Municipal que Amplia área do Perímetro Urbano do Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. O Órgão competente deverá providenciar publicação e ampla divulgação do respectivo edital.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de Fevereiro de 2.012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.547, de 08 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 3.547, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 253.804,26 (Duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0203 - Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Ensino para Todos

Atividade: 3040 - Ampliação da Rede Física da Educação

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0122-54

Total Suplementado R\$ 253.804,26

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 253.804,26 (Duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2011, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.548, de 08 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 3.548, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.546/2011 de 05 de Outubro de 2011; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 1501 - Urbanização de Vias

Atividade: 3023 - Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0124.55

Total Suplementado R\$ 80.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão á conta do Contrato de apoio nº 15221 2011-8 Processo nº ER09 0335 10-0 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, destinado para execução do Projeto de Construção do Portal Turístico do município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Editais Nº 001/2.012

EDITAL Nº 001/2.012

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA POPULAR PARA DISCUSSÃO DA MINUTA PROJETO DE LEI DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DE PINHEIRO PRETO-SC

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Prefeito Municipal, torna público que fará realizar Audiência Pública Popular no dia 01/03/2012, às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, cujo objetivo visa debater Projeto de Lei Municipal que Amplia a área do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, ampliação esta que será efetuada no lado oeste do atual perímetro, Linha Boa Esperança, ao final da Rua Pedro José Rabuske, num total de 18.965,76m².

Resumo:

Audiência Pública para debater a Ampliação da área do perímetro urbano do município.

Data: 01/03/2012

Horário: 14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Cidade de Pinheiro Preto-SC.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais e Estaduais: Nº 007/2012

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 007/2012

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Prefeito Municipal EUZEBIO CALISTO VIECELI, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue:

Referente Mês de Janeiro/2012

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02/01/2012	União Federal - MAPA	Pav. Linha Frigeri	R\$97.500,00
02/01/2012	União Federal - MAPA	Pav. Linha Túnel	R\$ 97.500,00
03/01/2012	União Federal - Mist. Turis.	Pav. Linha Santo Isidoro	R\$ 26.724,75
03/01/2012	Ministério da Saúde	PAB PACS	R\$ 5.250,00
04/01/2012	FNAS	IGDBF	R\$ 687,50
09/01/2012	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 5.507,25
09/01/2012	Ministério da Saúde	PAB PSF	R\$ 6.700,00
09/01/2012	Fundo Nacional de Saúde	Promoção da Saúde	R\$ 30.000,00
12/01/2012	Ministério da Saúde	PAB PSB	R\$ 2.100,00
13/01/2012	FNDE	FUNDEB	R\$23.258,60
20/01/2012	SDR-Videira (FUN-DESPORTO)	Academia ao ar livre	R\$ 15.000,00
25/01/2012	FNAS	Piso Básico Variável II	R\$ 1.000,00
25/01/2012	SDR-Videira	Aquis. Maq. Equip. Agrícolas	R\$ 55.447,50
25/01/2012	SDR-Videira	Poços Artesianos	R\$ 30.000,00
25/01/2012	SRD- Videira (FUNTURISMO)	Portal Turístico	R\$ 80.000,00
25/01/2012	FNAS	IGDBF	R\$ 687,50
31/01/2012	FNDE	FUNDEB	R\$ 55.192,09

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo**PREFEITURA****Aviso Concorrência Pública 001/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR TAXA ADMINISTRATIVA.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00 hs do dia 16/03/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo - SC, 13 de fevereiro de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

AOILTO MOTTA PORTO

Secretário de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 742/2012

DECRETO Nº 742, de 06 de fevereiro de 2012.

Altera o Inciso X, do Artigo 1º, do Decreto nº 433, de 16 de agosto de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o Artigo 66 da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Inciso X, do Artigo 1º, do Decreto nº 433, de 16 de agosto de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ()

I- à IX- ()

X- CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - Nível I

Habilitação:

- Certificado de conclusão de primário completo.

Atribuições: Fazer o serviço de faxina em geral; varrição e limpeza de vias públicas; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; arrumar banheiros; auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama; lavar e encerar assoalhos, lavar e passar vestuários e roupas de cama e mesa; coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados; lavar vidros, espelhos e persianas; varrer pátios; fazer café, e, eventualmente servi-lo; fechar portas, janelas e outras vias de acesso; eventualmente operar elevadores, responsabilizar-se pelos trabalhos de cozinha, preparar dietas e refeições de acordo com cardápios; preparar refeições ligeiras, mingaus, café, chá e outras; encarregar-se de todos os tipos de cozimento em larga escala, tais como: vegetais, cereais, legumes, carnes de variadas espécies; preparar sobremesas e sucos dietéticos; eventualmente fazer pães, biscoitos, sorvetes e artigos de pastelaria em geral; encarregar-se da guarda e conservação de alimentos; fazer os pedidos de suprimento de material necessário à cozinha ou a preparação de alimentos; operar os diversos tipos de fogões, aparelhos e demais equipamentos de cozinha; distribuir, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliares; supervisionar os serviços de limpeza zelando pela conservação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha; limpar e preparar cereais, vegetais e carnes de variadas espécies para cozimento; auxiliar no preparo de dietas especiais e normais; preparar e servir merendas, preparar mesas e ajudar na distribuição de refeições; proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos; auxiliar no controle do estoque de material e gêneros alimentícios; auxiliar no recebimento, conferência e guarda de gêneros alimentícios; manter a higiene dos locais de trabalho; conservar os alimentos em vasilhame e locais apropriados; executar tarefas afins; confeccionar roupas de cama, mesa e aventais; confeccionar vestuários para alunos das escolas e para internados em unidades hospitalares; confeccionar cortinas e capas de móveis; lavar tecidos e passá-los preparando-os para o corte quando necessário; tomar medidas individuais para a confecção de peças; executar corte simples e em grosso; operar com máquina de costura elétrica ou não; costurar a mão e manejar instrumentos de uso da profissão; fazer consertos; passar roupa a ferro; executar remates, chuleios, caseados, pregar botões e outros acabamentos

de confecção de roupas; limpar e azeitar máquinas de costura; e executar tarefas afins.

XI- à L- ().”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 743/2012

DECRETO Nº 743, de 07 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MARCUS VINICIUS MYSZKA, para o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Cultural, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 090/2012 - RH

PORTARIA Nº 090, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Margarida Bialeski, protocolado em 26 de janeiro de 2012, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 084 de 31 de janeiro de 2012 da referida servidora;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido da servidora;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 26 de janeiro de 2012 à servidora MARGARIDA BIALESKI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 091/2012 - RH

PORTARIA Nº 091, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor Adão Ferreira, protocolado em 18 de janeiro de 2012, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 081 de 31 de janeiro de 2012 do referido servidor;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido do servidor;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 18 de janeiro de 2012 ao servidor ADAO FERREIRA, ocupante do cargo de Pedreiro, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 18 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 092/2012 - RH

PORTARIA Nº 092, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor José Raul dos Santos, protocolado em 27 de dezembro de 2011, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 079 de 31 de janeiro de 2012 do referido servidor;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido do servidor;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 27 de dezembro de 2011, ao servidor JOSE RAUL DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 27 de dezembro de 2011.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 093/2012 - RH

PORTARIA Nº 093, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Sonia Maria Ribas, protocolado em 09 de janeiro de 2012, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 080 de 31 de janeiro de 2012 da referida servidora;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido da servidora;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 09 de janeiro de 2012, à servidora SONIA MARIA RIBAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 094/2012 - RH

PORTARIA Nº 094, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição

expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20022150.1.00022/11-0, datada de 02 de dezembro de 2011, da servidora CLAIRE JERRY FRANKE WOLF, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 7.952 dias, ou seja, 21 (vinte e um) anos, 09 (nove) meses e 17 (dezesete) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, no período de 01 de abril de 1973 a 20 de janeiro de 1995, diante do vínculo de emprego mantido com a Prefeitura Municipal de Porto União, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 095/2012 - RH

PORTARIA Nº 095, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO o contrato de trabalho de Antonio Carlos Pigatto Caus, do emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 096/2012 - RH

PORTARIA Nº 096, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de fevereiro de 2012, referente ao período aquisitivo de agosto de 2006 a agosto de 2011, de sessenta (60) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Suely Gleich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 097/2012 - RH

PORTARIA Nº 097, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de fevereiro de 2012, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Dirlene Klabunde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 098/2012 - RH

PORTARIA Nº 098, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de janeiro a 20 de dezembro 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Del-mara de Fátima Pxevozniki, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, com carga horária de 40 horas semanais, que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 099/2012 - RH

PORTARIA Nº 099, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Claire Jerry Franke Wolf, protocolado em 19 de dezembro de 2011, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 094 de 01 de fevereiro de 2012 da referida servidora;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido da servidora;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 19 de dezembro de 2011, à servidora CLAIRE JERRY FRANKE WOLF, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2011.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 100/2012 - RH

PORTARIA Nº 100, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Arlene Alves Daubermann Padilha, aprovada em 5º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico Administrativo - GTA, Anexo II, com vencimentos na Classe "07" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 101/2012 - RH

PORTARIA Nº 101, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora Annelore Wilke Cendron, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, de acordo com o Art 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades de Diretora no Núcleo Educacional do Legru, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 102/2012 - RH

PORTARIA Nº 102, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora Jane Maria Woeltje, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, de acordo com o Art 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades de Diretora no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 103/2012 - RH

PORTARIA Nº 103, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária da servidora efetiva Kaline Marisa Cabral, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B" referência "01", previsto na Lei Municipal nº 3.885 e seus anexos, para exercer a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Núcleo de Educação Infantil, sobre 40 (quarenta) horas semanais, à servidora Kaline Marisa Cabral, de acordo com o Art 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterada pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art 3º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades de Diretora no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 104/2012 - RH

PORTARIA Nº 104, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor e o Memorando nº 577/2011, de 13 de dezembro de 2011, da Secretaria Municipal de Educação, nada tendo a opor quanto ao deferimento;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, que nada "obsta" que seja procedido a alteração da carga horária do professor efetivo;

RESOLVE

Art. 1º ENQUADRAR em caráter definitivo a partir desta data, o servidor FLAVIO MICHEL DOUDERA ZAVASKI, ocupante do cargo de Professor Docente 6ª ao 9ª anos finais (Artes), na carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", conforme previsto no Anexo III, observados os Art. 40 e 41, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município e suas alterações.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC..

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK

ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 105/2012 - RH

PORTARIA Nº 105, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR A PEDIDO, a carga horária da servidora efetiva Patrícia Araújo Peon, de vinte (20) horas semanais para dez (10) horas semanais, no período de 01 de fevereiro a 30 de dezembro de 2012, para exercer atividades de Professor 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com vencimentos na Classe "B" referência "01", conforme Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 106/2012 - RH

PORTARIA Nº 106, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de fevereiro de 2012, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Nyura Iracema Saade, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 107/2012 - RH

PORTARIA Nº 107, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00059/00-8, datada de 05 de outubro de 2000, da Servidora LINDAURA ONDINA LOSS, que ocupa o cargo de provimento efetivo isolado em extinção de Merendeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a

4.482 dias, ou seja, 12 (doze) anos, 03 (três) meses e 12 (doze) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, sendo destes: 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, contribuições efetuadas no período de 02 de abril de 1990 a 19 de janeiro de 1995, diante do vínculo de emprego mantido com a Prefeitura Municipal de Porto União, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e 07 (sete) anos, 05 (cinco) meses e 24 (vinte e quatro) dias, contribuições que foram efetuadas no período de 01 de março de 1972 a 30 de novembro de 1979, diante do vínculo de emprego mantido com a iniciativa privada.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 108/2012 - RH

PORTARIA Nº 108, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de janeiro a 17 de fevereiro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Iria Vier Orth, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Rosane da Silva Derengoski, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculado à Secretaria Municipal Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 109/2012 - RH

PORTARIA Nº 109, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosi

de Fátima Nascimento, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Renilda Aparecida Mello que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Projeto AABB Comunidade, vinculado à Secretaria Municipal Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 110/2012 - RH

PORTARIA Nº 110, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a partir de 31 de janeiro de 2012, à servidora efetiva MARILENE TURELLA, para desempenhar a função de Secretária de Escola, de acordo com o Art 70, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 111/2012 - RH

PORTARIA Nº 111, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a partir de 02 de janeiro de 2012, a servidora efetiva RAQUEL DIAS BARBOSA, para desempenhar a função de Secretária de Escola, de acordo com o Art 70, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 112/2012 - RH

PORTARIA Nº 112, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a partir de 02 de janeiro de 2012, a servidora efetiva Sirlei Helena Krysiak Schor, para desempenhar a função de Secretária de Escola, de acordo com o Art 70, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 113/2012 - RH

PORTARIA Nº 113, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a partir de 02 de janeiro de 2012, a servidora efetiva Claudia Reisdorfer Schorr, para desempenhar a função de Secretária de Escola, de acordo com o Art 70, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 114/2012 - RH

PORTARIA Nº 114, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de janeiro a 02 de março de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rafaela Leão André, para exercer a função do cargo de Enfermeiro, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Sandra Mara Correa que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Vice King, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 115/2012 - RH

PORTARIA Nº 115, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de janeiro a 20 de dezembro 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elaine Mara Karpinski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6ª ao 9ª anos finais (Educação Física), 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em razão da redução da carga horária de 10 horas semanais da professora efetiva Patrícia Araújo Peon e 10 horas semanais por exceder ao padrão da escola no ano de 2012, não justificando a nomeação de professor concursado.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 116/2012 - RH

PORTARIA Nº 116, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de janeiro a 20 de dezembro 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosande de Moraes, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, para atender aluno portador de necessidades especiais, conforme Lei Federal.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jangada do Sul, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 117/2012 - RH

PORTARIA Nº 117, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de janeiro a 20 de dezembro 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Tatiane Alves do Prado, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, para atender alunos do reforço escolar.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 118/2012 - RH

PORTARIA Nº 118, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de janeiro a 20 de dezembro 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Denise Maria Soares dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, com carga horária de 40 horas semanais, que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 119/2012 - RH

PORTARIA Nº 119, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Silvia Aparecida Roiek Correa, aprovada em 1º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, Anexo I, com vencimentos na Classe "B" referencia "01" Anexo III, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 120/2012 - RH

PORTARIA Nº 120, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Rose Mari Aparecida Guérios dos Santos, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 1523, de 30 de dezembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 121/2012 - RH

PORTARIA Nº 121, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Contabilidade, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Evanilde de Fátima da Silva Berton, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 1521, de 30 de dezembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 122/2012 - RH

PORTARIA Nº 122, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Pagadoria, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Alcione Regina Kaminski, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 1520, de 30 de dezembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 123/2012 - RH

PORTARIA Nº 123, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pelos Conselhos, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Divansir José Berton, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 1518, de 30 de dezembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 124/2012 - RH

PORTARIA Nº 124, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Rodrigo Bonin Leão, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 125/2012 - RH

PORTARIA Nº 125, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Remi Przyslak, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 126/2012 - RH

PORTARIA Nº 126, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Alvir dos Santos, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 127/2012 - RH

PORTARIA Nº 127, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Por Programas Institucionais, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Elizabeth Aparecida Roiek Maciel, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 1522, de 30 de dezembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Edital de Convocação N.º 055/2012

Edital de convocação 055/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 09/02/2012 a 15/02/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados,

bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Diretoria de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL I - FEMININO

NOME	CLAS	ASSINATURA
ROSANGELA BUENO DA SILVA	25º	

Porto União (SC), 08 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Extrato de Edital 01/2012 FMS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM ODONTOLOGIA/ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS Nº 01/2012 – FMS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 10.469.199/0001-55, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/93, estará recebendo a partir do dia 13 à 16/02/2012, no período das 07:30 às 13:00 horas, no endereço rua Tuiuti, 154,

bairro Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, no Departamento de Odontologia, propostas de prestadores de serviços pessoa física, para prestar atendimento ambulatorial em ODONTOLOGIA/atendimentos especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS no município de Rio do Sul. O edital completo pode ser solicitado pelo fone (47) 3531-1439 ou e-mail sau.odonto@riodosul.sc.gov.br ou ceoriodosul@gmail.com
Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Credenciamento:

Anexo I – Documentação necessária para Credenciamento;
Anexo II – Minuta de Contrato;
Anexo III – Declaração de retirada de edital;
Anexo IV – Requerimento;
Anexo V – Declaração de concordância;
Anexo VI – Tabela de Títulos / Especialização.

I – DO OBJETO

1.1- O objeto do presente Edital tem por finalidade a contratação de prestadores “pessoa física” para prestar atendimento ambulatorial em odontologia/atendimentos especializados, conforme detalhamento abaixo, em regime de pró-labore (por produção), para os usuários do SUS no município de Rio do Sul, conforme minuta de contrato constante no ANEXO II deste edital.

Especialidade Odontológica	Nº. Profissionais	Valor Mensal / Teto
Cirurgião Dentista – Clínico	2	1.800,00
Cirurgião Dentista – Especialista em Endodontia	1	1.800,00

Rio do Sul, 06 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 638/12

PORTARIA Nº 638 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

“Autoriza o gozo de férias remanescente ao Servidor Luis Ricardo Erckmann.”

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 13 de fevereiro a 22 de fevereiro de 2012, ao Servidor Luis Ricardo Erckmann, ocupante do cargo de Técnico Legislativo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, matrícula nº 017, em complemento ao período remanescente referente a 2011 - 2012, de acordo com a Portaria nº 620, de 12 de dezembro de 2012.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2012.
JOSÉ THOMÉ
Presidente da Mesa

Resumo do Contrato Nº 02/2012

RESUMO DO CONTRATO Nº 02/2012

TOMADA DE PREÇO - 01/2012

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.

Contratada: Empresa Fundação Osny José Gonçalves - TV Bela Aliança.

Objeto: Prestação de Serviço de Geração e Transmissão de 45 (quarenta e cinco) Sessões Plenárias, Ordinárias, solenes e Ordinárias com Solenidade, com duração de 03 (três) horas cada, ao vivo e em TV aberta, às segundas-feiras, às 15hrs, devendo as imagens serem geradas e transmitidas para todo o município de Rio do Sul.

Vigência: 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Câmara Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Extrato de Contrato 007/2012

Extrato de Contrato 007/2012

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Central Caminhões de Particulares Ltda Me

Objeto: Aquisição de 01 veículo tipo ônibus seminovo, ano 2000, modelo 2001 ou superior, para a Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC.

Vigência: ate 31/12/12

Valor: 170.000,00 reais

Processo Licitatório nº 001/2012

PP nº: 001/2012

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 08 de Fevereiro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Nº 001/2012.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 37, II da Constituição Federal e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO a realização do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário, do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso e para formação de cadastro reserva, que se regerá pelas regras determinadas no edital. CARGOS/VAGAS: Assistente Administrativo/ 40h semanais/ 02 vagas; Odontólogo/ 20h semanais/

01 vaga; Motorista Escolar/ 40h semanais/ 01 vaga; Motorista de Veículo Leve 03 cadastro de reserva/ 40h semanais/ 01 vaga; Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries/ 20h semanais/ 03 vagas 05 cadastro de reserva; Professor de Educação Física/ 20h semanais/ 01 vaga; Professor de Língua Estrangeira/ 20h semanais/ Cadastro de reserva; Professor de Ensino Fundamental de Artes/ 20h semanais/ Cadastro de reserva.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 13/02 a 02/03/2012, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no horário das 07h30min às 11h30min, e das 13h30min às 17h30min. As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), Rua Tancredo Neves nº 337, Telefone (49) 3657- 0001, no horário de expediente, e no site da empresa organizadora do certame www.icap.net.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 10/02/2012
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal.

Editais de Processo Seletivo Público Nº 002/2012. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2012.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 37, II da Constituição Federal e demais legislações pertinentes TORNA PÚBLICO realização de Processo Seletivo Público destinado ao provimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, que se regerá pelas regras determinadas no edital. CARGOS/VAGAS: Agente Comunitário de Saúde/ 40h semanais: micro área 06 - 01 vaga 01 cadastro de reserva; micro área 08 - 01 vaga 01 cadastro de reserva.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 13/02 a 02/03/2012, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no horário das 07h30min às 11h30min, e das 13h30min às 17h30min. As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), Rua Tancredo Neves nº 337, Telefone (49) 3657- 0001, no horário de expediente, e no site da empresa organizadora do certame www.icap.net.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 10/02/2012
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 040/2012 PORTARIA IPRESBS Nº 040/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/02/2012 a 30/04/2012, ao servidor JOÃO FALKIEVICZ PRIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme

perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/02/2012 a 15/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 041/2012 PORTARIA IPRESBS Nº 041/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/02/2012 a 02/03/2012, à servidora REGINA KOFFKE FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/02/2012 a 16/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 042/2012 PORTARIA IPRESBS Nº 042/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/02/2012 a 30/04/2012, à servidora MARIA LUIZA MICHELS OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal da Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/02/2012 a 15/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 043/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 043/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/02/2012 a 02/03/2012, à servidora JAQUELINE MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/02/2012 a 17/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 046/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 046/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/02/2012 a 09/03/2012, à servidora MARLISE IRACI PSCHIEDT KOHLBECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 4), lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 06/02/2012 a 20/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 047/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 047/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 12/02/2012 a 09/03/2012, ao servidor NATALIO RODRIGUES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/01/2012 a 11/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 044/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 044/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/02/2012 a 02/03/2012, concedido à servidora SILVANE DE OLIVEIRA MENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 583/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 045/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 045/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/02/2012 a 13/04/2012, concedido à servidora JOSEANE JUNGTON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 515/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/02/2012.

São Bento do Sul, 10/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.366, de 09 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 4.366, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012.

Altera o Decreto nº 4.363, de 08 de fevereiro de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 4.363, de 08 de fevereiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se as modalidades de aplicação e adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 247.555,96 (duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0254	155
Aplicação Direta R\$ 2.728,37	
08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0254	156
Aplicação Direta R\$ 123.723,56	

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0024	157
Aplicação Direta R\$ 51.102,44	
09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0024	158
Aplicação Direta R\$ 2.831,22	
09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0024	161
Aplicação Direta R\$ 25.862,81	
09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0024	159
Aplicação Direta R\$ 22.817,56	

10.00 SEC. MUN. DO RURAL - SDR	
10.01 SEC. MUN. DO RURAL - SDR	
10.01.20.606.4508.2.038.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0024	160
Aplicação Direta R\$ 18.490,00	
” (NR)	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de fevereiro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de LICITAÇÕES 18/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/02/2012, às 09:45 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS A SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS E

EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de LICITAÇÕES 20/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/02/2012, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, REQUISITO MÍNIMO VEÍCULO MICRO VAN OU KOMBI ANO 1989, PARA ATENDER OS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO, SENDO 250KM PARA CADA CLUBE.
Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais -
08/02/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 08/02/2012 até 08/02/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		24.008,13
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	302,49
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	302,49
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	302,49
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	23.705,64
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	23.705,64
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	14.223,38
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	9.482,26

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 10/02/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº013/2012

DECRETO Nº013/2012

FICA CANCELADO O RESTO A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Resto a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionado:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empenho nº744/2011 - Clínica Médica Pneumocor no valor de R\$560,00 (quinhentos e sessenta reais)
Motivo: Não realização dos exames.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº014/2012

DECRETO Nº014/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16.1.017- Aquisição de Equipamentos - Agricultura R\$ 15.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.150 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ SATHIELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº015/2012

DECRETO Nº015/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do PNAE no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 3.935,44 (três mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) por conta do Superávit Financeiro do PNAE na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.4.2039- Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Infantil R\$ 1.340,26

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.142 - Aplicações Diretas R\$ 1.340,26

04.01.12.306.4.2007- Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar- Ensino Fundamental R\$ 2.595,18

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.142 - Aplicações Diretas R\$ 2.595,18

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ SATHIELIN

Prefeito Municipal

Portaria N.º 064/2012

PORTARIA n.º 064/2012

Admite em Caráter Temporário JOSÉ LINO NAU para o cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JOSÉ LINO NAU para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 018/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 065/2012

PORTARIA n.º 065/2012

Admite em Caráter Temporário VALÉRIO LUIZ PAULI para o cargo

de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, VALÉRIO LUIZ PAULI para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 019/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 066/2012

PORTARIA n.º 066/2012

Admite em Caráter Temporário CRISTIANE HOFFMANN para o cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CRISTIANE HOFFMANN para o cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 020/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 067/2012

PORTARIA n.º 067/2012

Exonera FRANCIELE VIEIRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELE VIEIRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 004/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 068/2012

PORTARIA n.º 068/2012

Exonera SEZIANE TURATTO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SEZIANE TURATTO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 008/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 069/2012

PORTARIA n.º 069/2012

Exonera MARIANE APARECIDA PEREIRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIANE APARECIDA PEREIRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 009/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 070/2012

PORTARIA n.º 070/2012

Exonera TAIS DE MELO VIEIRA do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar TAIS DE MELO VIEIRA do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 011/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 071/2012

PORTARIA n.º 071/2012

Exonera DANIELA DA ROCHA THEISIES do cargo de Professor II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DANIELA DA ROCHA THEISIES do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 010/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 072/2012

PORTARIA n.º 072/2012

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora ANA CAROLINE DA CUNHA de 30 para 20 horas semanais.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- A servidora ANA CAROLINE DA CUNHA passará a cumprir carga horária semanal de 20 horas, devido a necessidade de profissional para atuar junto a E.B.M.DR. Adalberto Tolentino de Carvalho, conforme justificado na comunicação interna nº. 04/2012 da Secretaria de Educação.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 073/2012

PORTARIA n.º 073/2012

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora CLARICIA ELIANI KNISS.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- A servidora CLARICIA ELIANI KNISS passará a cumprir temporariamente carga horária semanal de quarenta horas, no período de 09/02/2012 a 21/12/2012, haja vista, necessidade de

profissional conforme justificado pelo Secretário de Educação na C.I. 34/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 074/2012

PORTARIA n.º 074/2012

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora ANA CAROLINE DA CUNHA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- A servidora ANA CAROLINE DA CUNHA passará a cumprir temporariamente carga horária semanal de trinta horas, no período de 09/02/2012 a 21/12/2012, haja vista, necessidade de atendimento as crianças do Centro de Educação Infantil Frei Ático, conforme justificado pelo Secretário de Educação na C.I. 35/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 075/2012

PORTARIA n.º 075/2012

Admite em Caráter Temporário ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES para o cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES para o cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 021/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Avisa da abertura do Processo Nº 11.2012
AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 11.2012. MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preços

1. Aquisição estimada e parcelada de cestas básicas para serem distribuídas a população vulnerável cadastrada na Assistência Social do Município, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 28/02/2012 às 14:00h
TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00h às 19:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e R. 203.

São Pedro de Alcântara, 09/02/2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Despacho - Revogação de Licitação
DESPACHO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 02/2012FMS, que tem como objeto A Aquisição de cestas básicas para serem distribuídas a população vulnerável cadastrada na Assistência Social do Município conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que há necessidade de sanar as falhas encontradas nas

Especificações Editalícias que gerou o certame em referência para repetir o processo licitatório;

RESOLVE Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, revogar o certame licitatório objeto do Pregão Presencial 02/2012 FMS. Publicando-o novamente com nova numeração e data de abertura.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 9 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Contrato de Prestação de SERVIÇO N.º 012/2012
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 012/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de divulgação e organização dos eventos culturais do município, tais como Stammtisch; Maibaumfest; Oktobertanz, entre outros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa reais). O pagamento será efetuado em nove parcelas no valor de R\$ 888,00 (oitocentos e oitenta oito reais) mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 1º/02/12 a 1º/11/12.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 1º de Fevereiro 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA DIEGO FERNANDO DA SILVA

ERNEI JOSÉ STAHELIN Contratado

Prefeito Municipal

Contrato N.º 018/2012

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 018/2012

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOSÉ LINO NAU, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº. 767.750.039-00, residente a Rua José Mathias Junckes, s/nº, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 08/02/2012, findando no dia 06/08/2012, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º

05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CON-TRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Tra-balho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificati-va, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alte-rações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

JOSÉ LINO NAU

CONTRATADO

Testemunhas:

Contrato N.º 019/2012

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 019/2012

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor VALÉRIO LUIZ PAULI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 415.337.989-15, residente a Rua Domingos Cândido da Cunha, nº.109, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 08/02/2012, findando no dia 06/08/2012, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CON-TRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Tra-balho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificati-va, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alte-rações,

bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

VALÉRIO LUIZ PAULI
CONTRATADO

Testemunhas:

Contrato N.º 020/2012

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 020/2012

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CRISTIANE HOFFMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 066.457.329-02, residente a Rua Antônio José Raulino, nº. 2321, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 08/02/2012, findando no dia 06/08/2012, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou

sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cum-pridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servido-res efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

CRISTIANE HOFFMANN
CONTRATADA

Testemunhas:

Contrato N.º 021/2012

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 021/2012

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domicilia-do a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pe-dro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ALEXAN-DRE GANDOLFI FRÖES, brasileiro, casado, inscri-to no CPF sob nº. 003.459.559-78, resi-dente a Avenida Ceniro Luiz Ribeiro Martins, nº. 196, Forquilhas, São José/SC, neste ato de-nominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRA-TO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regi-me constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetiva-ção no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CON-TRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Muni-cipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula se-gunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRA-BALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/02/2012, findando no dia 06/08/2012, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRA-TADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escri-to, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela admi-nistração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Muni-cipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem per-missão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em jul-gado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condi-ções, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de ou-trem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o emprega-dor e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito admi-nistrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

DO CON-TRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de doze (12) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES
CONTRATADO

Testemunhas:

Errata Decreto Nº 09/2012
ERRATA DECRETO Nº 09/2012

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição nº 921, pág 195; do dia 01/02/2012, ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Leia-se:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 007/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 007/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ANA CAROLINE DA CUNHA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA CAROLINE DA CUNHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 060.055.409-04, residente a Rua Domingos Cândido da Cunha, nº. 108, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula nona do contrato de trabalho nº. 007/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterada permanente a carga horária de 30 horas para 20 horas semanais, conforme justificado na comunicação interna nº. 04/2012 da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 09 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

Termo de Desistência - Roselene de Souza e Silva Junckes

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2011

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2012, ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNKES, por livre e espontânea vontade solicita passar a sua classificação para o final da lista dos aprovados na vaga do cargo de Professor II - Educação Infantil, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de fevereiro de 2012.

Termo de Desistência Fabiana Hofmann Prates,
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
TERMO DE DESISTÊNCIA
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2011

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de 2012, FABIANA HOFMANN PRATES, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2011, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professor II - Ensino Fundamental, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de fevereiro de 2012.

Schroeder

PREFEITURA

3º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos A Órgão Público
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS A ÓRGÃO PÚBLICO, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

CONTRATANTE:

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER		
CNPJ: 83.102.491/0001-09	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: PREFEITURA DE SCHROEDER	Ramo de Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO,3201		
Cidade SCHROEDER	UF: SC	CEP: 89275-000
Telefone: (47) 33741191	FAX: (47) 33741191	
Endereço Eletrônico: prefeitura@schroeder.sc.gov.br		
Nome do Responsável: FELIPE VOIGT		
Cargo: PREFEITO	RG: 488.452-3	CPF: 352.318.319-72

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA	CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0028-23	
Endereço: RUA ROMEU JOSE VIEIRA Nº90 – BLOCO B – 7º ANDAR – NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO		
Cidade: SÃO JOSE	UF: SC	CEP: 88010-915

Telefone: (48) – 3954-4014	FAX: (48) – 3954-4084
Endereço Eletrônico: scgeven1@correios.com.br	
Gerente de Vendas: GUILHERME VANDERLEI BIANCHI	
RG: 4014091121	CPF: 286.084.960-20

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o 3º [Terceiro] TERMO ADITIVO AO CONTRATO PPS Nº9912228411, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do subitem 5.1, alíneas "a" e "b" da Cláusula Quinta do Contrato original, bem como, prorrogar o período de vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. Alterar o subitem 5.1. da CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Contrato original, que passa a ter a seguinte redação:

"A ECT apresentará ao(à) CONTRATANTE, no endereço preestabelecido, para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos, respectivamente, conforme cronograma abaixo:

Período Base (Ciclo) para Faturamento: serviços prestados do dia 01 ao dia 31;
Vencimento da Fatura: dia 23 (vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base);"

2.2. Altera o prazo de vigência do contrato originário de 23/12/2011 à 22/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários destinados à execução do presente Contrato têm seu valor estimado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00;
Projeto/Atividade: 2.004
Nº Empenho: 1
Data: 02/01/2012
Valor: R\$ 20.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, restando limitado à vigência do Contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao(à) CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São José/SC
Pela Contratante:
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Pela ECT:
GUILHERME VNDERLEI BIANCHI
Gerente de Vendas

Testemunhas:
NOME: TÂNIA MARIA ZOZ
CPF: 517.064.409-44

NOME: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
CPF: 460.066.569-49

Extrato de Contrato Nº. 01/2012 - FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 01/2012 - FAS
Processo de licitação nº. 02/2012–FAS
Modalidade Pregão Presencial nº. 02/2012–FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.172.233/0001-96, estabelecida Rua José Emmendoerfer, nº 1781, Bairro Jaraguá Esquerdo, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.253-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente a contratação de empresa especializa em serviço de descupinização, desinsetização e desratização no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDA- DE	QTDE.	VALOR R\$ UNI- TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	--------------	-------	----------------------------	-----------------------

Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.

Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.

Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.

OBSERVAÇÕES:

No CRAS o forro é de madeira, com isso, se faz necessário que se limpe a sujeira para poder aplicar o veneno na madeira contra as pragas.

INSETICIDAS QUE DEVERÃO SER UTILIZADOS: Os produtos que serão utilizados pela empresa devem ser de uso profissional; liberados e registrados pelo Ministério da Saúde/Departamento Técnico Normativo. O solvente utilizado deverá ser Polímero.

GARANTIA E ACOMPANHAMENTO: 6 MESES.

01	Aplica- ções	04	1.200,00	4.800,00
VALOR TOTAL R\$				4.800,00

Valor do contrato: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 10/02/2012 – Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Gilmar Taborda Ribas

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. Gilmar Taborda Ribas, inscrito no CPF sob nº. 032.752.409-00, aprovado em

2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de Operador de Máquinas I, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ADELINO ZILS
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Hercilio Peitruka Junior

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. HERCILIO PEITRUKA JUNIOR, inscrito no CPF sob nº. 639.482.739-87, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de CONTADOR, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Katia Regina Poerner

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sra. Katia Regina Poerner, inscrito no CPF sob nº. 054.393.519-14, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de Agente de Endemias, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Osvino Krause

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. OSVINO KRAUSE, inscrito no CPF sob nº. 708.580.800-44, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ELETRICISTA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Ronaldo Steinback

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RONALDO STEINBACK, inscrito no CPF sob nº. 050.116.419-70, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 10 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Siderópolis

PREFEITURA

prorrogação pregão 09

Prorrogação ao Edital Pregão Presencial 09/2012

Em face à impugnação do Edital Pregão Presencial 09/2012 proposto pela empresa 14 Brasil Telecom Celular S/A, fica prorrogado o prazo de abertura e julgamento das propostas para o dia 24 de fevereiro de 2012, às 09:30 horas, estando disponível o edital retificado na Sede da Municipalidade ou através de solicitação por e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 10 de fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Pregoeira Municipal

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 2638, de 13 de Janeiro de 2012

DECRETO No 2638, DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-234,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
x-x-x	01 Dicionário Aurélio com 1499 Páginas, Editora Nova Fronteira, 1ª Edição, 14ª Impressão (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
15334	01 Poltrona Diretor C/B, com Relax em Tecido Fitesa	R\$ 141,84
15381	01 Mini Gravador Panasonic, Modelo 202, Série nº GG8	R\$ 70,00
15426	01 Teclado Padrão Windows	R\$ 45,00
17735	01 Teclado ABNT PS2 para Micro Computador	R\$ 30,00
17911	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17912	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17914	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17915	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17916	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17917	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17919	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
17920	01 Microfone de Mesa Yoga HT-82	R\$ 185,00
19983	01 Relógio de Parede	R\$ 20,00
20631	01 Teclado ABNT PS2 para Micro Computador	R\$ 15,00
20632	01 Teclado ABNT PS2 para Micro Computador	R\$ 15,00
20633	01 Teclado ABNT PS2 para Micro Computador	R\$ 15,00
21831	01 Teclado PS2	R\$ 20,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de janeiro de 2012; 142º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2637, de 13 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº 2637, DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "k" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO-SE a aplicação dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 2534, de 07/11/2011), e pela Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 2543, de 16/12/2011),

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecida a programação financeira, as metas de arrecadação bimestral e o cronograma de execução mensal de desembolso referente ao Orçamento-Programa 2012, na forma dos anexos I, II e III deste decreto.

§1º Fica destacada à Secretaria da Fazenda e Administração, para controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas.

§2º Fica delegado competência exclusiva ao Secretário da Fazenda e Administração para controle e gerenciamento da execução orçamentária da Administração Direta - Orçamento-Programa 2012, centralizado-se as autorizações para efetivação de despesas pelos órgãos e Unidades Administrativas da Administração Direta.

§3º Na ausência ou impedimento do Secretário, a realização de despesa dependerá de expressa autorização do Prefeito Municipal.

Art.2º Em face da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, a despesa mensal consolidada fica limitada na forma do Anexo I.

Art.3º As receitas previstas no Orçamento-Programa 2012 ficam desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, na forma do Anexo II.

Parágrafo único A Secretaria da Fazenda e Administração ficará responsável em especificar e divulgar as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, e a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Art.4º A Administração Municipal (Direta e Indireta) iniciará a implantação do Sistema de Custos, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do artigo 50 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, pela reavaliação dos Programas de Governo.

Parágrafo único A responsabilidade da implantação, manutenção e desenvolvimento, bem como controle e demonstração do resultado bimestral, é de competência do Gerente de cada Programa de Governo.

Art.5º O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos nos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de janeiro de 2012; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2637, de 13 de Janeiro de 2012-Anexos

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 11 e ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	5.469.656,38	5.450.394,72	6.677.878,91	10.333.181,74	7.444.380,77	6.515.968,74	6.520.144,70	7.018.604,80	6.758.777,36	6.992.642,98	6.846.652,52	7.743.716,37	83.842.000,00
Receita Tributária	615.736,16	475.793,79	1.241.761,12	4.872.174,09	1.813.421,03	736.613,92	782.268,30	884.573,46	670.582,46	684.420,47	657.609,63	974.045,58	14.409.000,00
Receita de Contribuição	155.200,00	234.002,00	228.002,00	213.002,00	198.002,00	208.002,00	219.666,53	224.666,53	204.666,53	194.666,53	234.666,53	245.457,35	2.560.000,00
Receita Patrimonial	352.768,01	354.590,71	377.426,58	359.779,74	376.124,28	346.904,46	370.038,20	380.554,37	397.818,80	325.557,72	317.522,61	414.914,52	4.374.000,00
Receita de Serviços/Ind.	362.151,33	368.016,61	373.961,32	383.075,40	401.823,93	438.388,78	453.762,49	453.410,51	438.967,42	438.715,84	438.842,19	448.884,19	5.000.000,00
Transf. Correntes	3.663.673,00	3.545.014,00	3.856.941,68	4.045.423,20	4.070.643,02	4.131.855,34	4.010.266,97	4.186.780,64	4.180.445,34	4.340.213,72	4.391.027,25	4.678.715,84	49.101.000,00
- Recursos Ordinários	2.882.673,00	2.760.014,00	2.989.941,68	3.209.923,20	3.185.143,02	3.244.355,34	3.037.766,97	3.257.280,64	3.246.945,34	3.356.713,72	3.364.527,25	3.608.715,84	38.144.000,00
- Recursos Vinculados	781.000,00	785.000,00	867.000,00	835.500,00	885.500,00	887.500,00	972.500,00	929.500,00	933.500,00	983.500,00	1.026.500,00	1.070.000,00	10.957.000,00
Outras Receitas Correntes	79.487,96	208.570,17	329.814,76	183.078,38	274.553,62	338.523,31	362.775,23	560.458,75	549.493,63	685.928,61	472.748,58	592.566,99	4.638.000,00
Receita Intra Orçamentária	237.000,00	271.904,00	277.904,00	287.504,00	317.504,00	317.504,00	329.873,24	329.833,05	330.333,05	330.333,05	330.333,05	399.974,56	3.760.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	40.200,00	200,00	200,00	900.200,00	1.750.400,00	17.965.400,00	14.200.400,00	34.858.000,00
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.550.000,00	2.050.000,00	6.600.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	40.000,00	-	-	-	-	-	-	40.000,00
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	900.000,00	1.750.000,00	13.415.000,00	12.150.000,00	28.215.000,00
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	900.000,00	1.750.000,00	13.415.000,00	12.150.000,00	28.215.000,00
Outras Receitas de Capital	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	400,00	400,00	400,00	3.000,00
TOTAIS	5.469.856,38	5.450.594,72	6.678.078,91	10.333.381,74	7.444.580,77	6.556.168,74	6.520.344,70	7.018.804,80	7.658.977,36	8.743.042,98	24.812.052,52	21.944.116,37	118.700.000,00
TOTAL CORRENTES	10.920.051,10		17.011.060,65		13.960.349,51		13.538.749,50		13.751.420,34		14.590.368,89		83.842.000,00
TOTAL CAPITAL	400,00		400,00		40.400,00		400,00		2.650.600,00		32.165.800,00		34.858.000,00
TOTAL BIMESTRE	10.920.451,10		17.011.460,65		14.000.749,51		13.539.149,50		16.402.020,34		46.756.168,89		118.700.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	44.771,72	57.322,20	76.088,36	77.848,04	76.671,37	81.361,98	77.716,47	76.578,94	83.721,12	84.439,26	91.232,46	92.248,08	920.000,00
Receita Tributária	4.151,16	6.328,79	7.351,12	9.954,89	7.859,03	8.628,92	7.273,30	7.158,46	6.582,46	5.145,47	6.329,63	3.236,78	80.000,00
Receita de Contribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	6.918,62	7.987,35	7.524,07	7.362,41	7.349,79	7.673,07	8.935,21	5.865,29	9.433,60	9.919,92	10.508,61	10.522,07	100.000,00
Receita Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	33.701,94	43.006,06	61.213,16	60.530,75	61.462,55	65.059,99	61.507,97	63.555,20	67.705,06	69.373,88	74.394,21	78.489,22	740.000,00
Rec. Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	44.771,72	57.322,20	76.088,36	77.848,04	76.671,37	81.361,98	77.716,47	76.578,94	83.721,12	84.439,26	91.232,46	92.248,08	920.000,00
TOTAL CORRENTES	102.093,91		153.936,40		158.033,35		154.295,42		168.160,38		183.480,53		920.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		-		-
TOTAL BIMESTRE	102.093,91		153.936,40		158.033,35		154.295,42		168.160,38		183.480,53		920.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	7.648,73	8.263,48	10.782,01	10.588,63	14.675,50	13.400,69	23.966,28	11.959,61	96.738,36	314.952,91	117.868,34	19.155,45	650.000,00
Receita Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.459,01	4.778,19	5.655,54	5.023,64	4.888,03	4.612,41	5.841,76	6.160,68	6.402,95	4.917,94	5.807,90	5.451,94	65.000,00
Receita Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.189,71	3.485,29	5.126,47	5.564,99	9.787,47	8.788,28	18.124,52	5.798,93	90.335,41	310.034,97	112.060,45	13.703,51	585.000,00
Rec. Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000,00	450.000,00	300.000,00	1.000.000,00
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000,00	450.000,00	300.000,00	1.000.000,00
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000,00	450.000,00	300.000,00	1.000.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	7.648,73	8.263,48	10.782,01	10.588,63	14.675,50	13.400,69	23.966,28	11.959,61	96.738,36	564.952,91	567.868,34	319.155,45	1.650.000,00
TOTAL CORRENTES	15.912,21		21.370,64		28.076,19		35.925,89		411.691,27		137.023,79		650.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		250.000,00		750.000,00		1.000.000,00
TOTAL BIMESTRE	15.912,21		21.370,64		28.076,19		35.925,89		661.691,27		887.023,79		1.650.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	393.500,00	398.600,00	420.000,00	451.000,00	1.186.500,00	517.800,00	517.800,00	525.500,00	501.700,00	499.700,00	494.300,00	493.600,00	6.400.000,00
Receita Tributária	-	-	15.000,00	35.000,00	750.000,00	46.000,00	30.600,00	37.800,00	30.000,00	26.000,00	20.000,00	9.600,00	1.000.000,00
Receita de Contribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	22.000,00	22.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	280.000,00
Receita de Serviços/Ind.	360.000,00	365.000,00	370.000,00	380.000,00	400.000,00	435.000,00	450.000,00	450.000,00	435.000,00	435.000,00	435.000,00	445.000,00	4.960.000,00
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.000,00	5.100,00	5.500,00	6.500,00	7.000,00	7.300,00	7.700,00	8.200,00	6.700,00	6.700,00	7.300,00	7.000,00	80.000,00
Receita Intra-Orçamentária	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	80.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.550.000,00	11.050.000,00	23.600.000,00
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00	-	1.500.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.050.000,00	11.050.000,00	22.100.000,00
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.050.000,00	11.050.000,00	22.100.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	393.500,00	398.600,00	420.000,00	451.000,00	1.186.500,00	517.800,00	517.800,00	525.500,00	501.700,00	499.700,00	13.044.300,00	11.543.600,00	30.000.000,00
TOTAL CORRENTES	792.100,00		871.000,00		1.704.300,00		1.043.300,00		1.001.400,00		987.900,00		6.400.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		23.600.000,00		23.600.000,00
TOTAL BIMESTRE	792.100,00		871.000,00		1.704.300,00		1.043.300,00		1.001.400,00		24.587.900,00		30.000.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	4.024.817,67	3.860.016,61	5.033.836,34	8.649.249,92	4.773.786,95	4.612.034,12	4.579.819,46	5.191.451,15	4.856.612,76	4.898.949,56	4.975.589,44	5.800.836,03	61.257.000,00
Receita Tributária	600.000,00	450.000,00	1.200.000,00	4.800.000,00	900.000,00	620.000,00	600.000,00	800.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	918.000,00	12.688.000,00
Receita de Contribuição	54.000,00	81.000,00	75.000,00	60.000,00	45.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	45.000,00	35.000,00	75.000,00	50.000,00	700.000,00
Receita Patrimonial	45.000,00	31.000,00	54.000,00	45.000,00	50.000,00	31.000,00	50.000,00	60.000,00	55.000,00	36.000,00	45.000,00	98.000,00	600.000,00
Receita de Serviços	2.151,33	3.016,61	3.961,32	3.075,40	1.823,93	3.388,78	3.762,49	3.410,51	3.967,42	3.715,84	3.842,19	3.884,19	40.000,00
Transf. Correntes	3.300.083,00	3.170.000,00	3.477.291,68	3.667.591,20	3.691.963,02	3.750.645,34	3.631.056,97	3.813.040,64	3.800.645,34	3.957.233,72	4.005.497,25	4.280.951,84	44.546.000,00
- Recursos Ordinários	2.550.083,00	2.420.000,00	2.647.291,68	2.867.591,20	2.841.963,02	2.900.645,34	2.694.056,97	2.913.040,64	2.900.645,34	3.007.233,72	3.015.497,25	3.250.951,84	34.009.000,00
- Recursos Vinculados	750.000,00	750.000,00	830.000,00	800.000,00	850.000,00	850.000,00	937.000,00	900.000,00	900.000,00	950.000,00	990.000,00	1.030.000,00	10.537.000,00
Outras Receitas Correntes	23.583,34	125.000,00	223.583,34	73.583,32	85.000,00	152.000,00	235.000,00	450.000,00	352.000,00	267.000,00	246.250,00	450.000,00	2.683.000,00
Receita Intra-Orçamentária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	40.200,00	200,00	200,00	900.200,00	1.000.400,00	4.050.400,00	2.050.400,00	8.043.000,00
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.050.000,00	2.050.000,00	5.100.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	40.000,00	-	-	-	-	-	-	40.000,00
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	2.900.000,00
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	2.900.000,00
Outras Receitas de Capital	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	400,00	400,00	400,00	3.000,00
TOTAIS	4.025.017,67	3.860.216,61	5.034.036,34	8.649.449,92	4.773.986,95	4.652.234,12	4.580.019,46	5.191.651,15	5.756.812,76	5.899.349,56	9.025.989,44	7.851.236,03	69.300.000,00
TOTAL CORRENTES	7.884.834,28		13.683.086,25		9.385.821,06		9.771.270,61		9.755.562,32		10.776.425,47		61.257.000,00
TOTAL CAPITAL	400,00		400,00		40.400,00		400,00		1.900.600,00		6.100.800,00		8.043.000,00
TOTAL BIMESTRE	7.885.234,28		13.683.486,25		9.426.221,06		9.771.670,61		11.656.162,32		16.877.225,47		69.300.000,00

OBS. OS VALORES SE APRESENTAM COM AS DEDUÇÕES DO FUNDEB.

ANEXO I

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO LIMITE MENSAL DE DESPESA (ART. 2º)													
UNIDADE ORÇAMENTARIA	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
TOTAL	7.790.888,23	8.146.087,82	9.077.673,98	6.040.995,08	7.372.634,40	10.008.155,22	6.315.457,80	5.561.892,06	6.095.599,62	6.234.264,14	18.655.523,20	27.400.828,46	118.700.000,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ*	4.179.979,11	4.050.000,10	2.995.000,17	2.411.089,25	3.855.213,04	5.987.258,69	2.416.555,32	2.300.785,99	2.566.248,31	2.025.145,88	3.658.965,21	11.318.735,93	47.764.977,00
SUPRIMENTOS PARA A CAMARA	210.458,96	265.369,21	232.411,38	298.974,33	275.241,68	255.863,77	261.589,25	244.526,74	238.425,16	277.145,26	212.058,09	277.936,17	3.050.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.485.258,47	1.562.031,52	2.814.655,19	1.242.531,29	1.089.654,95	1.741.887,22	1.877.429,61	1.217.657,36	1.107.252,45	1.356.258,44	1.299.654,28	1.763.752,22	18.558.023,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	78.526,88	116.982,55	205.721,46	235.412,66	144.526,31	120.563,22	91.236,54	88.529,76	71.584,42	102.325,66	108.952,01	105.638,53	1.470.000,00
FUNDO M. DE ATEND. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	10.335,85	12.584,16	12.451,29	18.526,39	16.599,63	16.825,44	12.336,50	15.439,29	12.588,79	10.459,65	19.899,61	21.953,40	180.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	94.859,26	122.569,30	196.552,82	185.245,67	195.428,39	256.837,62	105.456,39	91.652,88	296.126,93	99.521,39	110.259,69	95.489,66	1.850.000,00
FUNDO M. DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES	98.551,52	83.526,98	84.256,31	82.854,14	80.418,00	81.521,68	83.442,75	97.925,78	81.562,12	85.458,91	94.123,09	96.358,72	1.050.000,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ	600.258,81	610.892,01	622.147,18	634.781,20	635.496,38	650.415,26	661.458,92	677.529,36	681.458,69	684.158,82	691.896,52	699.506,85	7.850.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	18.488,63	19.687,41	204.638,55	20.415,69	25.458,88	28.714,41	20.997,14	20.146,61	36.900,21	39.015,82	37.444,18	523.092,47	995.000,00
FUNDO M. DE REEQ. DO C.B. E DE MELHORIA DA P.M.	30.455,62	34.489,92	41.851,23	35.412,55	38.400,79	32.999,94	33.584,10	51.204,14	48.777,18	48.852,61	48.116,54	67.855,38	512.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO	125.458,80	128.324,45	132.500,14	240.336,22	131.366,99	139.635,85	130.822,32	125.868,87	129.259,74	132.478,84	144.895,24	159.052,54	1.720.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	128.256,32	132.630,21	135.488,26	135.415,69	134.829,36	195.632,12	120.548,96	130.625,28	325.415,62	873.442,86	679.258,74	708.456,58	3.700.000,00
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	730.000,00	1.007.000,00	1.400.000,00	500.000,00	750.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	11.550.000,00	11.563.000,00	30.000.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ANO ANTERIOR	PMT	FMS	FMAS	FIA	FME	FASS	TIMBOPREV	FUMTUR	FUNREBOMPOM	FUMTRAN	FCT	SAMAE	TOTAL
	6.258.292,62	985.753,94	342.066,93	56.366,60	31.551,56	193.459,39	41.741.136,39	21.733,87	370.233,56	341.191,91	22.875,96	3.651.770,21	54.016.432,94

O superavit financeiro do ano anterior será utilizado para adequação das dotações respeitando a vinculação.

*Limite mensal de despesas da Prefeitura Municipal de Timbó, já deduzidas as transferências

Observações:

As despesas fixadas para os Fundos e Fundações já considera o valor das Transferências.

Do limite mensal de despesa será descontado o percentual de reserva de contingência.

O valor de superávit financeiro poderá ser acrescido ao limite de despesa, porém respeitando a vinculação.

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (LRF ART 8º)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ													
TRANSFERÊNCIAS (Total geral)	1.610.023,00	1.967.000,00	1.926.000,00	1.816.000,00	2.216.000,00	2.228.000,00	1.816.000,00	1.816.000,00	1.816.000,00	1.816.000,00	1.254.000,00	1.254.000,00	21.535.023,00
SUPRIMENTOS PARA A CAMARA	255.000,00	255.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	254.000,00	3.050.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	643.023,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	12.443.023,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00	0,00	0,00	1.170.000,00
FUNDO M. DE ATEND. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	1.600.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	100.000,00	100.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
FUNDO M. DE REEQ. DO C.B. E DE MELHORIA DA P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	800.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00

*Valores estimados

Os valores informados ao lado de cada Unidade Administrativa são o detalhamento do total geral das transferências recebidas.

TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO	735.489,26	643.339,38	656.447,99	658.305,99	716.070,65	699.066,74	704.677,07	702.172,49	692.685,96	699.083,75	742.267,89	1.270.807,94	8.920.415,11
FASS	81.717,45	82.201,16	81.210,79	81.111,75	80.913,67	80.616,56	87.445,76	85.660,14	85.269,07	84.739,28	84.739,28	84.739,21	1.000.364,11
TIMBOPREV	618.857,09	516.520,32	524.302,56	523.933,97	576.303,07	561.809,96	560.131,97	558.298,91	551.612,83	557.287,32	599.874,01	1.101.255,89	7.250.187,89
INSS	34.914,73	44.617,89	50.934,65	53.260,27	58.853,91	56.640,22	57.099,35	58.213,45	55.804,06	57.057,15	57.654,60	84.812,84	669.863,11

|

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	360.761,54	374.908,88	375.079,07	377.474,46	480.806,44	396.068,09	376.165,42	379.044,72	373.310,22	371.796,40	367.041,04	367.543,73	4.600.000,00
Receita Tributária	1.585,00	3.465,00	2.450,00	2.500,00	105.000,00	19.585,00	4.595,00	7.815,00	5.500,00	7.695,00	2.780,00	3.030,00	166.000,00
Receita de Contribuição													-
Receita Patrimonial	8.215,00	12.020,00	12.385,00	13.055,00	13.785,00	14.550,00	9.125,00	9.220,00	7.860,00	4.170,00	4.120,00	5.495,00	114.000,00
Receita Serviços													-
Transf. Correntes	348.000,00	356.000,00	357.000,00	357.500,00	357.500,00	357.500,00	357.500,00	357.500,00	355.500,00	355.500,00	355.500,00	355.000,00	4.270.000,00
- Recursos Ordinários	331.000,00	339.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	4.070.000,00
- Recursos Vinculados	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.000,00	200.000,00
Outras Receitas Correntes	2.961,54	3.423,88	3.244,07	4.419,46	4.521,44	4.433,09	4.945,42	4.509,72	4.450,22	4.431,40	4.641,04	4.018,73	50.000,00
Receita Intra-Orçamentária													-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00	615.000,00	500.000,00	1.515.000,00
Operações de Créditos													-
Alienação de Bens													-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00	615.000,00	500.000,00	1.515.000,00
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados										400.000,00	615.000,00	500.000,00	1.515.000,00
Outras Receitas de Capital													-
TOTAIS	360.761,54	374.908,88	375.079,07	377.474,46	480.806,44	396.068,09	376.165,42	379.044,72	373.310,22	771.796,40	982.041,04	867.543,73	6.115.000,00
TOTAL CORRENTES	735.670,41		752.553,53		876.874,53		755.210,14		745.106,62		734.584,77		4.600.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		400.000,00		1.115.000,00		1.515.000,00
TOTAL BIMESTRE	735.670,41		752.553,53		876.874,53		755.210,14		1.145.106,62		1.849.584,77		6.115.000,00

1.515.000,00

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	25.522,63	18.926,79	20.475,01	15.582,02	18.773,99	25.209,69	16.240,73	15.422,56	9.357,55	15.477,42	29.318,10	19.693,51	300.000,00
Receita Tributária													-
Receita de Contribuição													-
Receita Patrimonial	2.701,97	3.279,34	3.062,50	3.163,95	3.296,81	3.203,84	3.474,15	3.830,01	3.690,27	3.453,72	3.268,65	3.574,78	40.000,00
Receita Serviços													-
Transf. Correntes	14.000,00	18.000,00	20.000,00	18.000,00	18.000,00	20.000,00	18.000,00	12.000,00	18.000,00	18.000,00	21.000,00	25.000,00	220.000,00
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados	14.000,00	18.000,00	20.000,00	18.000,00	18.000,00	20.000,00	18.000,00	12.000,00	18.000,00	18.000,00	21.000,00	25.000,00	220.000,00
Outras Receitas Correntes	5.180,73	5.144,01	5.345,06	5.273,13	5.168,29	3.828,91	3.272,84	1.265,06	1.197,16	1.216,65	1.146,77	1.961,39	40.000,00
Receita Intra-Orçamentária													-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Créditos													-
Alienação de Bens													-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados													-
Outras Receitas de Capital													-
TOTAIS	25.522,63	18.926,79	20.475,01	15.582,02	18.773,99	25.209,69	16.240,73	15.422,56	9.357,55	15.477,42	29.318,10	19.693,51	300.000,00
TOTAL CORRENTES	44.449,43		36.057,03		43.983,68		31.663,29		24.834,97		49.011,61		300.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		-		-
TOTAL BIMESTRE	44.449,43		36.057,03		43.983,68		31.663,29		24.834,97		49.011,61		300.000,00

ANEXO II**DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)**

Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	2.268,75	1.819,95	3.725,93	3.468,13	4.433,55	5.144,26	4.991,48	5.590,02	7.641,90	10.930,44	10.802,40	19.183,19	80.000,00
Receita Tributária													-
Receita de Contribuição													-
Receita Patrimonial	678,75	755,95	975,93	936,13	903,55	984,26	811,48	750,02	741,90	770,44	772,40	919,19	10.000,00
Receita Serviços													-
Transf. Correntes	1.590,00	1.014,00	2.650,00	2.332,00	3.180,00	3.710,00	3.710,00	4.240,00	6.300,00	9.480,00	9.030,00	17.764,00	65.000,00
- Recursos Ordinários	1.590,00	1.014,00	2.650,00	2.332,00	3.180,00	3.710,00	3.710,00	4.240,00	6.300,00	9.480,00	9.030,00	17.764,00	65.000,00
- Recursos Vinculados													-
Outras Receitas Correntes	-	50,00	100,00	200,00	350,00	450,00	470,00	600,00	600,00	680,00	1.000,00	500,00	5.000,00
Receita Intra-Orçamentária													-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Créditos													-
Alienação de Bens													-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados													-
Outras Receitas de Capital													-
TOTAIS	2.268,75	1.819,95	3.725,93	3.468,13	4.433,55	5.144,26	4.991,48	5.590,02	7.641,90	10.930,44	10.802,40	19.183,19	80.000,00
TOTAL CORRENTES	4.088,70		7.194,06		9.577,81		10.581,50		18.572,34		29.985,59		80.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		-		-
TOTAL BIMESTRE	4.088,70		7.194,06		9.577,81		10.581,50		18.572,34		29.985,59		80.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	2.072,52	2.892,76	3.548,35	4.067,20	4.002,84	4.060,35	4.921,95	4.555,91	4.912,64	4.858,92	4.457,66	5.648,90	50.000,00
Receita Tributária													-
Receita de Contribuição													-
Receita Patrimonial	1.201,83	1.661,83	1.944,60	1.977,07	1.973,27	1.978,51	1.943,87	1.998,35	2.378,41	2.539,33	2.457,66	2.945,27	25.000,00
Receita Serviços													-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados													-
Outras Receitas Correntes	870,69	1.230,93	1.603,75	2.090,13	2.029,57	2.081,84	2.978,08	2.557,56	2.534,23	2.319,59	2.000,00	2.703,63	25.000,00
Receita Intra-Orçamentária													-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00	200.000,00
Operações de Créditos													-
Alienação de Bens													-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00	200.000,00
- Recursos Ordinários											-	-	-
- Recursos Vinculados											100.000,00	100.000,00	200.000,00
Outras Receitas de Capital													-
TOTAIS	2.072,52	2.892,76	3.548,35	4.067,20	4.002,84	4.060,35	4.921,95	4.555,91	4.912,64	4.858,92	104.457,66	105.648,90	250.000,00
TOTAL CORRENTES	4.965,28		7.615,55		8.063,19		9.477,86		9.771,55		10.106,56		50.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		200.000,00		200.000,00
TOTAL BIMESTRE	4.965,28		7.615,55		8.063,19		9.477,86		9.771,55		210.106,56		250.000,00

200.000,00

ANEXO II**DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13)**

Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	14.713,81	74.197,93	79.675,96	88.473,39	85.767,53	79.487,21	104.966,17	102.498,78	99.954,79	99.571,71	99.144,99	121.547,73	1.050.000,00
Receita Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuição	1.200,00	23.002,00	23.002,00	23.002,00	23.002,00	23.002,00	29.666,53	29.666,53	29.666,53	29.666,53	29.666,53	35.457,35	300.000,00
Receita Patrimonial	3.013,81	1.161,93	2.171,05	1.050,79	2.027,24	1.200,00	1.350,00	1.526,91	1.983,66	1.800,00	1.189,30	1.525,31	20.000,00
Receita Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	14.630,00	18.098,91	18.416,60	14.734,29	9.281,21	15.576,40	12.972,29	9.971,55	9.772,13	9.956,11	16.590,51	150.000,00
Receita Intra Orçam.	10.500,00	35.404,00	36.404,00	46.004,00	46.004,00	46.004,00	58.373,24	58.333,05	58.333,05	58.333,05	58.333,05	67.974,56	580.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	14.713,81	74.197,93	79.675,96	88.473,39	85.767,53	79.487,21	104.966,17	102.498,78	99.954,79	99.571,71	99.144,99	121.547,73	1.050.000,00
TOTAL CORRENTES	88.911,74	-	168.149,35	-	165.254,74	-	207.464,95	-	199.526,50	-	220.692,72	-	1.050.000,00
TOTAL CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL BIMESTRE	88.911,74	-	168.149,35	-	165.254,74	-	207.464,95	-	199.526,50	-	220.692,72	-	1.050.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	580.250,00	633.378,00	634.129,00	626.980,00	666.560,00	657.710,00	668.700,00	667.000,00	690.600,00	641.700,00	623.893,00	759.100,00	7.850.000,00
Receita Tributária													-
Receita de Contribuição	100.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	160.000,00	1.560.000,00
Receita Patrimonial	255.250,00	267.378,00	264.129,00	256.980,00	266.560,00	255.710,00	261.400,00	262.000,00	282.600,00	233.200,00	216.293,00	258.500,00	3.080.000,00
Receita Serviços													-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados													-
Outras Receitas Correntes	5.000,00	6.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	7.000,00	12.300,00	10.000,00	13.000,00	13.500,00	12.600,00	15.600,00	110.000,00
Rec. Intra Orçamentárias	220.000,00	230.000,00	235.000,00	235.000,00	265.000,00	265.000,00	265.000,00	265.000,00	265.000,00	265.000,00	265.000,00	325.000,00	3.100.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Créditos													-
Alienação de Bens													-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados													-
Outras Receitas de Capital													-
TOTAIS	580.250,00	633.378,00	634.129,00	626.980,00	666.560,00	657.710,00	668.700,00	667.000,00	690.600,00	641.700,00	623.893,00	759.100,00	7.850.000,00
TOTAL CORRENTES	1.213.628,00		1.261.109,00		1.324.270,00		1.335.700,00		1.332.300,00		1.382.993,00		7.850.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		-		-
TOTAL BIMESTRE	1.213.628,00		1.261.109,00		1.324.270,00		1.335.700,00		1.332.300,00		1.382.993,00		7.850.000,00

ANEXO II													
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	1.767,93	2.325,44	1.928,07	2.489,62	80.460,44	79.344,24	2.787,65	3.283,88	2.841,44	2.142,50	2.623,51	3.005,29	185.000,00
Receita Tributária													-
Receita de Contribuição													-
Receita Patrimonial	767,93	825,44	928,07	989,62	960,44	1.044,24	1.887,65	2.283,88	1.841,44	1.242,50	1.223,51	1.005,29	15.000,00
Receita Serviços													-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.500,00	1.000,00	1.500,00	79.500,00	78.300,00	900,00	1.000,00	1.000,00	900,00	1.400,00	2.000,00	170.000,00
Rec. Intra Orçamentárias													-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	200.000,00	200.000,00	500.000,00
Operações de Créditos													-
Alienação de Bens													-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	200.000,00	200.000,00	500.000,00
- Recursos Ordinários													-
- Recursos Vinculados			-	-	-					100.000,00	200.000,00	200.000,00	500.000,00
Outras Receitas de Capital													-
TOTAIS	1.767,93	2.325,44	1.928,07	2.489,62	80.460,44	79.344,24	2.787,65	3.283,88	2.841,44	102.142,50	202.623,51	203.005,29	685.000,00
TOTAL CORRENTES	4.093,37		4.417,69		159.804,67		6.071,53		4.983,93		5.628,80		185.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		100.000,00		400.000,00		500.000,00
TOTAL BIMESTRE	4.093,37		4.417,69		159.804,67		6.071,53		104.983,93		405.628,80		685.000,00

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	11.561,08	17.742,68	18.610,81	25.960,33	51.942,16	44.348,13	142.069,08	35.719,23	31.386,58	48.123,88	30.381,58	42.154,47	500.000,00
Receita Tributária	10.000,00	16.000,00	16.960,00	24.719,20	50.562,00	42.400,00	139.800,00	31.800,00	28.500,00	45.580,00	28.500,00	40.178,80	475.000,00
Receita de Contribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.561,08	1.742,68	1.650,81	1.241,13	1.380,16	1.948,13	2.269,08	3.919,23	2.886,58	2.543,88	1.881,58	1.975,67	25.000,00
Receita Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rec. Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	11.561,08	17.742,68	18.610,81	25.960,33	51.942,16	44.348,13	142.069,08	35.719,23	31.386,58	48.123,88	30.381,58	42.154,47	500.000,00
TOTAL CORRENTES	29.303,76		44.571,14		96.290,28		177.788,32		79.510,45		72.536,05		500.000,00
TOTAL CAPITAL	-		-		-		-		-		-		-
TOTAL BIMESTRE	29.303,76		44.571,14		96.290,28		177.788,32		79.510,45		72.536,05		500.000,00

Decreto Nº 2644, de 13 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº 2644, DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Concede auxílio financeiro mensal para manutenção de atividades culturais às entidades deste Município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e de conformidade com a Lei nº 2556, de 23 de dezembro de 2011, e,

Considerando-se que do Projeto de Lei nº 58, de 09 de dezembro de 2011, o qual autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município, originou-se a Lei nº 2556, de 23 de dezembro de 2011;

Considerando-se a ocorrência de equívoco no Projeto de Lei nº 58, de 09 de dezembro de 2011, com relação aos termos contidos na solicitação do Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó, Ofício nº FCT nº 165/JRF, de 29 de novembro de 2011, relativos aos auxílios financeiros às entidades do Município de Timbó, para manutenção de atividades culturais;

Considerando-se que as entidades beneficiadas com os repasses autorizados pela Lei nº 2.556/2011 não executam atividades no mês de janeiro, o que pode prejudicar a prestação de contas acaso repassados os valores autorizados no aludido mês;

Considerando-se a necessidade de adequar o repasse das subvenções e auxílios financeiros autorizados pela Lei nº 2.556, de 23 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro às entidades abaixo descritas, nos seguintes valores e parcelas, destinados exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades:

I - À Associação Folclórica Blauer Berg, entidade sem fins lucrativos, CNPJ nº 09.466.458/0001-05 e inscrição municipal nº 9678, com sede na Rua Seara, nº. 233, bairro Imigrantes, Timbó/SC (constituída pelos grupos folclóricos "Volkstanzgruppe Blauer Berg" - Adulto e Infante Juvenil), o correspondente a 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais), com início do pagamento a partir do mês de março de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) para o ano de 2012;

II - À Banda Municipal Professor João Muller, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 86.949.849/0001-21, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 414, Centro, Timbó/SC, o correspondente a 95 (noventa e cinco) UFM's para cada integrante, limitado ao total de 50 (cinquenta) integrantes, a ser pago a referida entidade durante 11 meses, com início do pagamento a partir de fevereiro de 2012 e término em dezembro de 2012;

III - À Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 07.749.478/0001-68, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 414, Centro, Timbó/SC, o correspondente a 11 (onze) parcelas mensais no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com início do pagamento a partir de fevereiro de 2012 e término em dezembro de 2012, totalizando R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) para o ano de 2012;

IV - À Associação do Grupo Folclórico os Cinquentões, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº. 14.738.358/0001-20, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº. 414, Centro, Timbó/SC, o correspondente a 85 (oitenta e cinco) UFM's para cada integrante, limitado ao total de até 15 (quinze) integrantes, a ser pago a referida entidade durante 11 meses, com início do pagamento a partir de fevereiro de 2012 e término em dezembro de 2012.

Parágrafo único. O auxílio de que trata o caput deste artigo correrá à conta do orçamento-Programa 2012, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS
300000.00 - DESPESAS CORRENTES
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2544, de 16 de Janeiro de 2012

PORTARIA No 2544, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 2530, de 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

MÉDICO (GP-75)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Eddy Alvarez Antezana (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	23/06/61	662.968.620-91	20h	17/01/2012 a 30/03/2012

Marcos Antonio Sanches (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	25/11/67	091.679.298-69	40h	16/01/2012 a 30/03/2012
---	----------	----------------	-----	-------------------------

Raquel Cristina Skrsypcsak (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	15/03/85	045.465.589-45	20h	17/01/2012 a 28/02/2012
---	----------	----------------	-----	-------------------------

MOTORISTA (SG-29)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Marcos Célio Correia (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	20/07/62	614.297.599-68	44h	23/01/2012 a 30/03/2012

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Mikaela Karina Butzke (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	27/07/82	005.376.459-50	40h	23/01/2012 a 30/03/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2545, de 16 de Janeiro de 2012
PORTARIA No 2545, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, e Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea

“e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 2530, de 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)**

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Rosane Aparecida Cardoso (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc. Público / Proc. Seletivo)	01/11/80	033.127.259-84	44h	16/01/2012 a 30/04/2012

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**CARGO: MOTORISTA (SG-29)**

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Marcelo Juliano da Silveira (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc. Público / Proc. Seletivo)	11/07/83	007.662.539-70	44h	17/01/2012 a 29/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2546, de 16 de Janeiro de 2012
PORTARIA No 2546, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 2530, de 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Nilza da Silva Pinheiro (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público /Processo Seletivo)	16/02/80	651.740.542-91	44h	16/01/2012 a 30/04/2012
Raquel Braga Moreira (Subst.Jania M.Harnt, que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	10/06/81	767.390.312-15	44h	16/01/2012 a 30/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de janeiro de 2012; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2547, de 18 de Janeiro de 2012

PORTARIA No 2547, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 2530, de 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

MÉDICO PLANTONISTA (URGÊNCIA/EMERGÊNCIA) (GP-90)

Nome	Data Nasc	CPF	RG	Período
Raquel Cristina Skrsypcsak (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	15/03/85	045.465.589-45	4.711.838	18/01/2012 a 29/02/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de janeiro de 2012; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Três Barras

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço Pregao 04/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 04/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2012

Interessado:

- * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
- * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 08 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa Futurama Supermercado Ltda, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC cito a Rua / Avenida Abraao Mussi, 2,600, Bairro São Cristovão; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente à (os) item (ns) abaixo discriminado(s), com seu respectivo(s) preço(s) unitário(s):

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	962,00000	FARD	35,8000	34.439,60	PAPEL HIGIENICO BRANCO, FOLHA DUPLA (FARDO COM 48 ROLOS)
Marca: 0001 FOFINHO					
009	2.100,00000	LATA	10,6500	22.365,00	CERA EM PASTA VERMELHA (LATA DE APROX. 400 GRS)
Marca: 0001 GIOCA					



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

012	420,00000	UNID	1,8500	777,00	SABONETE 90 GRAMAS - NEUTRO
Marca: 0001 LUZ LUXO					
017	140,00000	UNID	4,0700	569,80	RODOS P/AGUA PEQUENO C/CABO
Marca: 0001 CONDOR					
023	2.800,00000	UNID	4,1400	11.592,00	PANO PARA LIMPAR CHAO NAO ALVEJADO (GRANDE)
Marca: 0001 PANASUL					
025	2.100,00000	UNID	2,7500	5.775,00	PANOS DE PRATO
Marca: 0001 PANOSUL					
027	530,00000	JOGO	2,8400	1.505,20	PILHA PEQUENA (embalagem c/ 4 pilhas cada)
Marca: 0001 RAYOVAC					
028	210,00000	UNID	7,7600	1.629,60	LIMPA FORNO
Marca: 0001 EASY OFF					
030	21,00000	UNID	49,3500	1.036,35	MANGUEIRA PARA JARDIM (30 M)
Marca: 0001 PITROBOM					
038	140,00000	UNID	1,3700	191,80	ESPONJA P/BANHO - GRANDE E MACIA
Marca: 0001 FORTA					
044	1.120,00000	UNID	4,7800	5.353,60	VASSOURA DE NYLON COM CABO
Marca: 0001 FORTA					
051	140,00000	UNID	6,4900	908,60	VASSOURA DE FIBRA DE POLIPROPILENO COM CABO
Marca: 0001 BETAMIM					
052	280,00000	FRAS	6,9800	1.954,40	DESODORIZADOR DE AMBIENTES (FRASCO APROX. 400 ML)
Marca: 0001 BOM AR					
053	3.640,00000	FRAS	1,1300	4.113,20	DETERGENTE (FRASCO 1000 ML)
Marca: 0001 GIRANDO SOL					
056	70,00000	DUZI	0,9600	67,20	GRAMPOS DE MADEIRA PARA ROUPA
Marca: 0001 GABOARDI					
057	42,00000	UNID	17,9600	754,32	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL (APROX. 13 LITROS)
Marca: 0001 PLASTIL					
058	42,00000	UNID	16,1900	679,98	LIXEIRA PLASTICA C/TAMPA (25 LITROS)
Marca: 0001 PLASTIL					
059	42,00000	UNID	69,7000	2.927,40	LIXEIRA GRANDE COM TAMPA (APROX. 100 LITROS)
Marca: 0001 PLASTIL					
060	42,00000	UNID	19,1800	805,56	LIXEIRAS PLASTICAS C/TAMPA (30 LITROS)
Marca: 0001 PLASTIL					
061	70,00000	UNID	11,7000	819,00	LIXEIRA PLASTICA (8 LITROS)
Marca: 0001 PLASTIL					
063	42,00000	UNID	1,4400	60,48	LAMPADAS INCANDESCENTES 40 W
Marca: 0001 TASCHIBRA					

073	140,00000	UNID	2,4900	348,60	CORDA PARA VARAL COM APROX.20 METROS
Marca: 0001 CONDOR					
074	20,00000	UNID	57,9000	1.158,00	GARRAFA TERMICA (CAPACID. 1,8 LITROS) SERVE JATO.
Marca: 0001 INVICTA					
075	1.400,00000	FRAS	1,0700	1.498,00	AGUA SANITARIA (FRASCO COM NO MINIMO 500 ML)
Marca: 0001 DA ILHA					
076	1.120,00000	GARR	7,9800	8.937,60	AGUA MINERAL GARRAFAO COM 20 LITROS
Marca: 0001 OURO FINO					
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA 110.267,29 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 04/2012 – Procedimento Administrativo nº. 04/2012 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 08 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Futurama Supermercado Ltda
CONTRATADA
Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS
2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço Pregão 04/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 04/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2012

Interessado:

- * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
- * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 08 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa Julian Oda-chowski e Filhos Ltda, CNPJ nº. 02.672.502/0001-92, com sede e foro na Cidade de Canoinhas- SC cito a Rua / Avenida Gustavo Brandes, 484, Bairro Jardim da Esperança; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente à (os) item (ns) abaixo discriminado(s), com seu respectivo(s) preço(s) unitário(s):

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	5.400,00000	FRAS	1,4300	7.722,00	AGUA SANITARIA (FRASCO C/ 1000 ML)
Marca: 0001 DESOLAR					
006	2.800,00000	FRAS	9,9000	27.720,00	CERA LIQUIDA INCOLOR (FRASCO COM NO MINIMO 750 ML)
Marca: 0001 SOLIDOL					
010	2.800,00000	CAIX	3,8000	10.640,00	SABAO EM PO (CAIXA DE 1 KG)
Marca: 0001 BELGA					
013	420,00000	PAR	2,9600	1.243,20	LUVAS DE BORRACHA P/LIMPEZA TAMANHO PEQUENO
Marca: 0001 IDEATEX					
014	420,00000	PAR	3,8900	1.633,80	LUVAS DE BORRACHA P/LIMPEZA TAMANHO MEDIO
Marca: 0001 IDEATEX					
015	420,00000	PAR	3,8900	1.633,80	LUVAS DE BORRACHA P/ LIMPEZA TAMANHO GRANDE
Marca: 0001 IDEATEX					
016	1.400,00000	UNID	7,7800	10.892,00	RODO DE ESPUMA COM CABO
Marca: 0001 ELMO					
019	980,00000	FRAS	1,6800	1.646,40	SAPOLIO EM PO (FRASCO COM NO MINIMO 300 GR)
Marca: 0001 FONT					
021	700,00000	UNID	0,8800	616,00	PALHA DE ACO No. 2
Marca: 0001 RELUZ					
031	350,00000	PACO	2,4800	868,00	SACO PLAS- TICO PARA FREEZER 3 KG
Marca: 0001 MEGAMIL					
032	350,00000	PACO	2,3700	829,50	SACO PLAS- TICO PARA FREEZER 02 KG
Marca: 0001 MEGAMIL					
033	350,00000	PACO	3,0700	1.074,50	SACO PLAS- TICO PARA FREEZER 05 KG

Marca: 0001 MEGAMIL

034	280,00000	UNID	15,8000	4.424,00	BALDES PLASTICOS COM ALCA (CAP. 20 LITROS)
Marca: 0001 ARQUEPLAST					
035	140,00000	UNID	8,8000	1.232,00	BALDE PLASTICO 9L
Marca: 0001 ARQUEPLAST					
037	2.100,00000	PACO	1,8300	3.843,00	ESPONJA LA DE ACO (PACOTE 60 GRS)
Marca: 0001 BELGA					
040	280,00000	UNID	1,3500	378,00	ESPONJA DE ESPUMA DUPLA FACE - uni- dade
Marca: 0001 ASSOLAN					
041	560,00000	UNID	1,4400	806,40	ESPONJA DE ACO
Marca: 0001 MAGIC BRILHO					
042	160,00000	UNID	7,8000	1.248,00	VASSOURA PARA LIM- PAR VASO SANITARIO
Marca: 0001 IMPORTADA					
043	20,00000	UNID	7,2800	145,60	VASSOURA PLASTICA COM CABO (PARA VARRER GRAMA)
Marca: 0001 LIMPAX					
049	553,00000	FRAS	4,4700	2.471,91	AMACIANTE PARA ROU- PA (FRASCO COM 2 LITROS)
Marca: 0001 BELGA					
050	3.500,00000	FRAS	3,7900	13.265,00	DESIN- FETANTE (FRASCO DE 2 LI- TROS)
Marca: 0001 BELGA					
072	15,00000	FRAS	13,2000	198,00	SODA CAUSTICA - (PACOTE 01 KG)
Marca: 0001 DEZ					
077	2.100,00000	PACO	3,5000	7.350,00	COPOS DESCARTA- VEIS (180 ML)
Marca: 0001 COPO SUL					
078	1.400,00000	PACO	1,5500	2.170,00	COPOS BRANCOS DESCARTA- VEIS PARA CAFE (50 ML)
Marca: 0001 COPO SUL					

079	1.120,00000	PACO	5,5000	6.160,00	COPOS 500 ML
Marca: 0001 COPO SUL					
Total JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA 110.211,11 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 04/2012 – Procedimento Administrativo nº. 04/2012 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 08 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Julian Odachowski e Filhos Ltda

CONTRATADA

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço Pregao 04/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 04/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2012

Interessado:

- * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
- * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 08 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa Eugenio Steidel & Cia LTDA, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, com sede e foro na Cidade de Canoinhas- SC cito a Rua / Avenida Dona Francisca, 185, Bairro Alto das Palmeiras; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente à (os) item (ns) abaixo discriminado(s), com seu respectivo(s) preço(s) unitário(s):

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
003	2.800,00000	PACO	2,4700	6.916,00	SACO PLASTICO PARA LIXO 30 LITROS (PCT C/ 10 UNID 59x62cm)
Marca: 0001 PRO LIXO					

004	2.800,00000	PACO	2,6900	7.532,00	SACO PLASTICO PARA LIXO - 50 LITROS (PCT COM 10 UNIDADES).
Marca: 0001 PRO LIXO					
005	2.800,00000	PACO	2,6900	7.532,00	SACOS PLASTICOS PARA LIXO 100 LITROS (PCT C/ 5 UN.)
Marca: 0001 PRO LIXO					
007	350,00000	FRAS	6,4400	2.254,00	CERA LIQUIDA INCOLOR
Marca: 0001 GUANABARA					
008	350,00000	LATA	7,9400	2.779,00	CERA EM PASTA INCOLOR (LATA 375 GRS)
Marca: 0001 GIOCA					
011	2.800,00000	UNID	1,2500	3.500,00	SABAO EM PEDRA (PEDACO DE 200 GR)
Marca: 0001 ZAVASKI					
018	980,00000	FRAS	6,9400	6.801,20	QUEROSENE (FRASCO APROX. 1000 ML)
Marca: 0001 DA ILHA					
020	1.680,00000	UNID	1,8100	3.040,80	PEDRA SANITÁRIA - unidade
Marca: 0001 RUBI					
022	280,00000	UNID	1,9200	537,60	PA PARA LIXO (PLASTICO MEDIA)
Marca: 0001 DIPLAST					
024	420,00000	PACO	3,9700	1.667,40	PANO MULTI-USO COM 33 CM x 58 CM COM 05 UNIDADES CADA
Marca: 0001 PANO SUL					
026	560,00000	PACO	2,4400	1.366,40	PAPEL TO-ALHA (PCT. COM 02 UNIDADES)
Marca: 0001 SORELLA					
029	280,00000	FRAS	3,2900	921,20	LUSTRA MOVEIS (FRASCO 200 ML)
Marca: 0001 GIOKA					

036	2.520,00000	FRAS	4,4800	11.289,60	ALCOOL 92 GRAUS (FRASCO 1000 ML) - LIQUIDO
Marca: 0001 DA ILHA					
039	15,00000	UNID	39,8000	597,00	ESCOVAO DE FERRO PARA LUSTRAR - 5 KG COM CABO E ESCOVA.
Marca: 0001 FERRAO					
045	280,00000	UNID	15,7900	4.421,20	TOALHA DE BANHO FELPUDA
Marca: 0001 PANO SUL					
046	280,00000	UNID	7,8800	2.206,40	TOALHA DE ROSTO
Marca: 0001 PANO SUL					
047	210,00000	FRAS	7,4700	1.568,70	TALCO INFANTIL (FRASCO APROX. 200 GR)
Marca: 0001 JOHNSON					
048	140,00000	FRAS	7,9700	1.115,80	SHAMPOO INFANTIL FRASCO DE APROX. 200ML
Marca: 0001 PALMOLIVE					
054	200,00000	UNID	5,9800	1.196,00	ESCOVA DE NYLON COM CABO (PARA CHAO)
Marca: 0001 PANO SUL					
055	110,00000	UNID	2,4900	273,90	ESCOVA DE NYLON PARA MAOS
Marca: 0001 LORENSON					
062	720,00000	FRAS	6,6700	4.802,40	LIMPA VIDRO (FRASCO 500 ML)
Marca: 0001 GIOKA					
064	15,00000	PARE	32,7700	491,55	BOTA DE BORRACHA N. 35
Marca: 0001 VULCABRAS					
065	30,00000	PARE	33,1500	994,50	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 36
Marca: 0001 VULCABRAS					
066	30,00000	PARE	36,6900	1.100,70	BOTA DE BORRACHA No 37
Marca: 0001 VULCABRAS					
067	30,00000	PARE	36,7900	1.103,70	BOTA DE BORRACHA No 38
Marca: 0001 VULCABRAS					

068	30,00000	PARE	36,7900	1.103,70	BOTA DE BORRACHA N 39
Marca: 0001 VULCABRAS					
069	20,00000	PARE	36,7900	735,80	BOTA DE BORRACHA N 40
Marca: 0001 VULCABRAS					
070	10,00000	PARE	36,7900	367,90	BOTA DE BORRACHA N 41
Marca: 0001 VULCABRAS					
071	10,00000	PARE	36,7900	367,90	BOTA DE BORRACHA N 42
Marca: 0001 VULCABRAS					
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO 78.584,35 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 04/2012 – Procedimento Administrativo nº. 04/2012 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 08 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Eugenio Steidel & Cia LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial nº 0009/2012

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 0009/2012

Modalidade de Pregão Presencial

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 048/2005, de 06 de setembro de 2005, que realizará no dia 27 de Fevereiro de 2012 às 09h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de alimentação pronta (marmitex tipo nº 09), destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que estiverem a serviço no interior do município, solicitadas conforme a necessidade, ao longo do Exercício 2012. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@

vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 10 de fevereiro de 2012.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ExtratoS de TermoS Aditivos

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA-ME

OBJETO: Atualização de valores, conforme IGP-M do período, alterando o valor contratado para R\$ 13.793,56 (treze mil setecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos) mensais.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 004/2011.

Vargeão, SC, 03 de fevereiro de 2012.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

OBJETO: Atualização de valores, conforme IGP-M do período, alterando o valor contratado para R\$ 2.564,20 (dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) mensais.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 027/2010.

Vargeão, SC, 03 de fevereiro de 2012.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA ESPINOSA LTDA

OBJETO: Atualização de valores, conforme IGP-M do período, alterando o valor contratado para R\$ 1.050,90 (um mil e cinquenta reais e noventa centavos) mensais.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 092/2011.

Vargeão, SC, 03 de fevereiro de 2012.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.948/12

DECRETO N.º 9.948/12, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4.635/2008, tendo por objeto pedido de desmembramento de

áreas, formulado por Eliza Joana Piccoli e outros;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 1.500,00 m² (um mil e quinhentos metros quadrados), de propriedade de Eliza Joana Piccoli e outros, constante da matrícula 5.907, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 289.869,84 m² (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove metros e oitenta e quatro décimos metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 4.635/08.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 5.907 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 4.635/08.

Art. 3º Fica o proprietário do imóvel obrigado a averbar o presente compromisso de doação da área pública com 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados), na matrícula 5.907 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira da área remanescente do presente desmembramento.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.952/12

DECRETO N.º 9.952/12, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012.

Aprova Projeto de Loteamento denominado FROZZA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais, e;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 3449/10, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Frozza, formulado por Orestes Frozza e Outros;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de

Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estabelecidos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de loteamento de propriedade de ORESTES FROZZA E OUTROS, denominado Frozza, com área total loteada de 26.694,95 m² (vinte e seis mil e seiscentos e noventa e quatro metros e noventa e cinco decímetros quadrados), área em lotes de 12.492,55 m² (doze mil, quatrocentos e noventa e dois metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), área total em ruas de 2.952,63 m² (dois mil, novecentos e cinquenta e dois metros e sessenta e três decímetros quadrados), área institucional de 1.253,53 m² (um mil, duzentos e cinquenta e três metros e cinquenta e três decímetros quadrados), área verde de 763,00 m² (setecentos e sessenta e três metros quadrados); área de compensação florestal de 3.400,30 m² (três mil e quatrocentos metros e trinta decímetros); área de manutenção florestal de 1.461,03 m² (um mil, quatrocentos e sessenta e um metros e três decímetros quadrados); e área remanescente de 4.371,91 m² (quatro mil, trezentos e setenta e um metros e noventa e um decímetros quadrados) conforme Processo Administrativo nº 3449/10, protocolado nesta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A aprovação do loteamento não exige o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 3449/10, os respectivos Termos de Caução e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0128/12
PORTARIA nº 0128/12

Nomeia Analista de Nível Superior

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

GRACEMARY MEDEIROS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0129/12
PORTARIA nº 0129/12
Nomeia Analista de Nível Superior

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

SANDRA BALDO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Anulação Edital de Tomada de Preços Nº 36/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2011

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2011, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL CAMPINA BELA, INCLUINDO MATERIAL E

MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, foi anulada. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 07 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 10/2012 - FMS

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2012 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LIMPEZA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 09 de Março de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 09 de Fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 026/2012

P O R T A R I A Nº 026/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: NARCISIO FUSINATO

Cargo: SECRETÁRIO DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo, a partir do dia 13 de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações de municípios

EGEM

Edital Nº 08/2012 - Chamamento para inscrição Curso Condutas Vedadas

EDITAL Nº 08/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL

E FINAL DE MANDATO MUNICIPAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Discutir as questões relacionadas ao encerramento de mandato, apresentar as principais obrigações municipais para o início do exercício, discorrer sobre as vedações impostas pela legislação eleitoral e examinar os documentos a serem apresentados na transmissão do cargo de prefeito.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, procuradores, contadores, controladores internos e demais servidores públicos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Caçador/SC Câmara de Vereadores de Caçador Rua Fernando Machado, 139
Período das inscrições	De 10/01/2012 a 08/03/2012
Vencimento do boleto de cobrança	08/03/2012
Homologação das inscrições	12/03/2012
Período de realização do curso	15 e 16 de março de 2012
Carga horária	15 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

QUADRO II

Cidade/Local	Joinville/SC Auditório da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC Rua Max Colin, 1843
Período das inscrições	De 10/01/2012 a 21/03/2012
Vencimento do boleto de cobrança	21/03/2012
Homologação das inscrições	23/03/2012
Período de realização do curso	29 e 30 de março de 2012



Carga horária	15 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

QUADRO III

Cidade/Local	Xanxerê/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI Rua Floriano Peixoto, 100
Período das inscrições	De 10/01/2012 a 12/04/2012
Vencimento do boleto de cobrança	12/04/2012
Homologação das inscrições	16/04/2012
Período de realização do curso	25 e 26 de abril de 2012
Carga horária	15 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546.
Estreito - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia – Docente Marcos Fey Probst
13h30 às 17h30
Administração Pública Municipal nas eleições 2012
Condutas vedadas na legislação eleitoral
Conceito de agentes públicos
Extensão das normas proibitivas
As condutas vedadas em espécie
Publicidade institucional em ano eleitoral
Conteúdo dos portais municipais
O problema da distribuição gratuita de bens, valores e benefícios
Medidas preventivas aos gestores públicos
Segundo Dia – docente Gilberto Brasil

8h30 às 12h

Obrigações do Último Ano do Mandato

Vedações, Limites e Condições para:

Gastos com Pessoal

Assunção de Obrigações

Montante da Dívida

Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária

Operações de Crédito

Empenho da Despesa no Último Mês do Mandato

Fixação da Remuneração dos Agentes Políticos

Encerramento do Balanço

Conferência de Saldos Contábeis

Classificação das Contas

Restos a Pagar

DDO

Multas de Trânsito

Fechamento entre Repasses Concedidos e Repasses Recebidos

Conferência das Conciliações Bancárias

Dívida Ativa

Dívida Ativa de Curto Prazo

Atualização Monetária, Juros e Multas

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Transferências de Longo para Curto Prazo

Lançamentos e Análise do Saldo dos Precatórios

Lançamento do Cálculo Atuarial (RPPS)

Registro do Passivo Sem Execução Orçamentária

Apuração e lançamentos das Disponibilidades Financeiras por Fonte de

Recursos – Exigência do TCE/SC

Análise das Demonstrações Contábeis

13h30 às 17h30

Análise dos Limites Legais

Educação

Fundeb

Saúde

Pessoal

Equilíbrio Orçamentário

Equilíbrio Financeiro

Gastos do Legislativo

Avaliação das Alterações Orçamentárias

Parecer da Controladoria Geral sobre as Contas Anuais do Prefeito

Regularidade das Despesas

Confraternizações

Distribuição de Brindes

Restrições que Geram Recomendação pela Rejeição de Contas Anuais pelo TCE/SC

Principais Obrigações Municipais para o Início do Exercício

Documentos a Serem Apresentados na Transmissão do Cargo de Prefeito

07. PALESTRANTES

MARCOS FEY PROBST

Bacharel em Direito, advogado especializado em Direito Administrativo e Eleitoral, palestrante e conferencista no Estado de Santa Catarina, autor de artigos jurídicos em revistas especializadas. Mestre em Gestão Territorial.

GILBERTO BRASIL

Contador, Especialista em Auditoria Governamental, Assessor Técnico da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, da FECAM e de prefeituras.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM

na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM

Edital Nº 09/2012 - Chamamento para inscrição Curso Retenção de Tributos - Edição Maravilha

EDITAL Nº 09/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS: IR, ISS, CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS E CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Esclarecer o funcionamento das retenções tributárias federais e do próprio município, a fim de garantir a correta aplicação pela administração municipal. Serão abordados os aspectos jurídicos e contábeis do tema, com foco nas situações práticas cotidianas dos servidores.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, fiscais de tributos, tesoureiros e demais servidores da área.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Maravilha/SC Auditório da AMERIOS Associação dos Municípios do Entre Rios Av. Euclides da Cunha, 160
Período das inscrições	De 13/02/2012 a 23/03/2012
Vencimento do boleto de cobrança	23/03/2012
Homologação das inscrições	26/03/2012
Período de realização do curso	02 e 03 de abril de 2012
Carga horária	20 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00*
Demais participantes	R\$ 300,00

*A partir da segunda inscrição do mesmo município filiado à FECAM, haverá desconto de 50%.

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a

publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
	Aspectos legais da retenção - Contribuinte, substituto e responsável tributário. - Normas gerais de retenção. - Tributos passíveis de retenção pela administração municipal.
8h30 às 12h	- Funcionamento da retenção do ISS.
	- Funcionamento da retenção da Contribuição Sindical. - Funcionamento da retenção do Imposto de Renda. - Funcionamento da retenção da Contribuição para o INSS.
13h30 às 17h30	
Segundo Dia	
	- Resumo das retenções sobre empresas do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual. - Resumo dos problemas jurídicos em caso de erro na retenção.
8h30 às 12h	- Considerações finais e perguntas.
	Aspectos Contábeis da Retenção - Identificação de valores na nota fiscal e forma de destaque. - Memórias de cálculos da retenção previdenciária. - Guias e programas contábeis usados para cada retenção. - Órgãos e instituições a que devem ser destinados os valores retidos. - Formas de corrigir erros na retenção e consequências contábeis da não-retenção.
13h30 às 17h30	- Considerações finais e perguntas.

7. PALESTRANTES

Ericksen Prätzel Ellwanger

Advogado e consultor jurídico da FECAM. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-graduando em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET/SP. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/SC e Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SC.

Rodrigo Guesser

Contador da FECAM, registrado no CRC/SC sob o nº SC-022689/O-3, graduado em Ciências Contábeis pela UNIVALI, pós-graduado em Contabilidade Pública pela UNIVALI, pós-graduando em Controle da Gestão Pública Municipal pela UFSC e palestrante pela EGEM sobre contabilidade municipal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Norival Fiorin
Prefeito de Luzerna
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 081 - Rateio - Canoinhas

Extrato de Contrato nº 081/2012

Contrato de Rateio - Canoinhas

CONTRATANTE: Município de Canoinhas

CNPJ: 83.102.384/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 11/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Canoinhas e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 01/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 082 - Rateio - São Bento do Sul

Extrato de Contrato nº 082/2012

Contrato de Rateio - São Bento do Sul

CONTRATANTE: Município de São Bento do Sul

CNPJ: 86.051.398/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 012/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de São Bento do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 325/2011.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 083 - Rateio - Atalanta

Extrato de Contrato nº 083/2012

Contrato de Rateio - Atalanta

CONTRATANTE: Município de Atalanta

CNPJ: 83.102.616/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 6/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Atalanta e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 31/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, torna público que foram retificados os itens 1.6.2, 1.7.2, 2.5.2 e o item 4 do Anexo VIII do Edital, passando a vigorar conforme Termo de Retificação nº 01 que poderá ser examinado e retirado na sede do Consórcio ou no

endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim. Data de entrega dos envelopes e sessão de abertura retificada: 05 de março de 2012.

Rio do Sul, 30 de janeiro de 2012.
JOCELINO AMANCIO
Presidente do CIM-AMAVI.

Aviso de Retificação de Edital de Licitação

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2011

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, torna público que a data de entrega da documentação e da sessão de abertura dos envelopes foi alterada para o dia 15 de março de 2012.

Rio do Sul, 09 de fevereiro de 2012.
JOCELINO AMANCIO
Presidente do CIM-AMAVI.

CONSÓRCIO LAMBARI

Resolução N° 001/2011, de 23 de Março de 2011

RESOLUÇÃO N° 001/2011, DE 23 DE MARÇO DE 2011

VILMAR COMASSETTO, Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Suas Bacias Hidrográficas Contíguas, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e de acordo com a decisão tomada em Assembléia Geral Ordinária do Comitê no dia 22 de março de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA, elaborado pela empresa MPB Engenharia, contratada pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de março de 2011.
VILMAR COMASSETTO
Presidente

Publicada no mural do Consórcio Lambari e da AMAUC em 23 de março de 2011

ROBERTO KURTZ PEREIRA
Secretária Executivo da AMAUC e Gerente do Consórcio Lambari

Resolução N° 001/2012, de 08 de Fevereiro de 2012

RESOLUÇÃO N° 001/2012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012

VILMAR COMASSETTO, Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Suas Bacias Hidrográficas Contíguas, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e de acordo com a decisão tomada em reunião do Conselho Consultivo do Comitê, no dia 07 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, ad referendum da Assembléia Geral do Comitê, o Relatório de Atividades do exercício de 2011.

Art. 2º transferir para o mês de junho, em caráter excepcional,

a Assembléia Geral Ordinária do Comitê, prevista para o mês de março, conforme determina o art. 10, I, a, do Regimento Interno.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 08 de fevereiro de 2012.
VILMAR COMASSETTO
Presidente

Publicada no mural do Consórcio Lambari e da AMAUC em 9 de fevereiro de 2012

ROBERTO KURTZ PEREIRA
Secretária Executivo da AMAUC e Gerente do Consórcio Lambari